

plural

revista de ciências sociais

USP

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SOCIOLOGIA

v.20 nº1 | ISSN 2176-8099 | primeiro semestre de 2013

www.fflch.usp.br/ds/plural



Plural

Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP

Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. João Grandino Rodas

Vice-reitor: Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Diretora: Profa. Dra. Sandra Margarida Nitrini

Vice-Diretor: Prof. Dr. Modesto Florenzano

Departamento de Sociologia

Chefe: Prof. Dr. Brasília João Sallum Junior

Coordenador do Programa de Pós-Graduação: Prof. Dr. Paulo Menezes

Vice-Coordenadora do Programa de Pós-Graduação: Profa. Dra. Maria Helena Oliva Augusto

Secretários do Programa de Pós-Graduação: Maria Ângela Ferraro de Souza e Gustavo Barboza Mascarenhas

Comissão Editorial - *Revista Plural*, v. 20, n. 1

Andreza Tonasso Galli, Benno Alves, Camila Gui Rosatti, Cleto Júnior Pinto de Abreu, Danielle Uchoa Alonso Rodrigues, Gabriela Pereira Martins, Guilherme Seto Monteiro, Gustavo Takeshy Taniguti, Heitor Vianna Moura, Irene Rossetto Giaccherino, João Ivo Duarte Guimarães, José de Souza Muniz Júnior, José Guirado Neto, Lucas Amaral de Oliveira, Luiz Vicente Justino Jacomo, Mariana Toledo Ferreira, Nathália Carneiro Campagnani, Paulo de Tarso Medeiros Valério, Sara Tufano, Thiago Mاتيولli, Tiago Rangel Côrtes, Ugo Rivetti, Wilson Emanuel Fernandes dos Santos

Capa: Renato Pontello, “Um sentido que preencha o vazio”.

Conselho Editorial

Aldo Duran Gil, Álvaro Comin, Ana Paula Cavalcanti Simioni, Andrea Braga Moruzzi, Anete Brito Leal Ivo, Angélica De Sena, Daisy Moreira Cunha, Edson Silva de Farias, Evelina Dagnino, Fernando Pinheiro, Flavio Wiik, Heloísa André Pontes, Iram Jácome Rodrigues, Jordão Horta Nunes, Lília Katri Moritz Schwarcz, Marcelo Kunrath Silva, Marcelo Ridenti, Marcos César Alvarez, Maria Helena Oliva Augusto, Maria José Rezende, Maria Lívia de Tommasi, Martha Celia Ramírez-Gálvez, Mirlei Fachini Vicente Pereira, Myriam Raquel Mitjavila, Nadya Araújo Guimarães, Orlando Alves dos Santos Junior, Paulo Roberto Arruda de Menezes, Ricardo Musse, Roberto Vecchi, Sergio Costa, Simone Meucci

Equipe Técnica

Diagramação: Diagrama Editorial (www.diagramaeditorial.com.br)

Revisão de texto: Meiry Ane Agnese

Financiamento

CAPES

Os conceitos e ideias emitidos nos textos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores, não implicando obrigatoriamente a concordância nem da Comissão Editorial nem do Conselho Editorial.

Endereço para correspondência:

Depto. de Sociologia - FFLCH/USP

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315

05508-900 - São Paulo - SP - Brasil

e-mail: plural@usp.br

<http://www.fflch.usp.br/sociologia/plural>

Facebook: <http://www.facebook.com/pages/Revista-Plural/293342497360416>

Twitter: [@plural_usp](https://twitter.com/plural_usp)

Publicação eletrônica semestral referente ao 1º semestre de 2013. *Plural*. Revista dos Alunos de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, v.20, n.I (1º semestre), 2013.

ISSN: 2176-8099

1. Ciências Sociais 2. Sociologia

SUMÁRIO



Editorial

Editorial	5
Comissão Editorial	

Artigos

“Homens do barro” e estratégias empresariais: uma análise da relação capital-trabalho no polo oleiro-cerâmico de Iranduba-AM.	9
Cleiton Ferreira Maciel, Maria Izabel de Medeiros Valle e Jeanne Mariel Brito de Moura Maciel	
Desemprego e empreendedorismo: da ambiguidade da relação conceitual à eficácia das práticas de intervenção social	31
Joana Gomes de Almeida, Eduardo J. R. Santos, Cristina Pinto Albuquerque e Joaquim Armando Ferreira	
Sociologia da Infância e relações internacionais: diálogos possíveis	57
Ana Cláudia Delfini C. de Oliveira, Laís Caroline Kuss e Jardel Sestrem	
Os clássicos da “literatura” sociológica infantil: as crianças e a infância de acordo com Marx, Weber, Durkheim e Mauss	83
Lucas de Lima e Cunha	
Possibilidades interpretativas do campo religioso brasileiro: três perspectivas complementares	99
Elio Roberto P. S. Filho	
Comunidade Samba da Vela: “Que a divina luz ilumine todas as criações”	121
Marcelo da Silveira Campos	

Arquivo-Vivo

Antropologia sociológica	139
Luiz Carlos Jackson	

Consumo Simbólico141
Emilio Willems

Tradução

Preconceito de raça como sentido de posição de grupo 145
Herbert Blumer
Tradução de Benno Victor Warken Alves e Paulo de Tarso Medeiros Valério

Entrevista

“Em Moçambique só há partidos de direita”: uma entrevista com Michel Cahen . . . 155
Realizada por Victor Miguel Castillo de Macedo e Joaquim Maloa

Resenhas

A política do precariado. 175
José Guirado Neto

Entre São Paulo e Buenos Aires 183
Natália Romanovski

Candongueiros & Kupapatas: acumulação, risco e sobrevivência
na economia informal em Angola187
Ermelinda Liberato

A dicotomia entre indivíduo e sociedade, trabalhada pelas ciências sociais desde suas origens e ainda presente nas discussões contemporâneas, é uma das muitas possibilidades de interpretação da obra “Um sentido que preencha o vazio”, do artista Renato Pontello, que ilustra a capa desta edição da *Plural*. E a busca de sentido(s) – que remete tanto às orientações e às ações como às significações e aos valores – é, afinal, o que nos constitui tanto individualmente como coletivamente. A cultura, o trabalho, a política e a religião, alguns dos temas tratados com qualidade neste número, estão certamente entre os elementos que preenchem a vida humana de sentido(s).

O enfrentamento da supracitada dicotomia está subjacente, por exemplo, ao artigo “Preconceito de raça como sentido de posição de grupo”, do sociólogo norte-americano Herbert Blumer (1900-1987). Nessa inédita tradução do ensaio para o português, o pesquisador critica a ênfase da sociologia nas experiências e nos sentimentos individuais como chave para o estudo do preconceito de raça, sejam tais elementos remetidos às disposições inatas, sejam à construção social da personalidade. De acordo com o sociólogo, as pesquisas sobre preconceito e intolerância raciais têm necessariamente que considerar os processos coletivos por meio dos quais os grupos sociais estabelecem sentidos sobre si próprios e sobre outros grupos.

A questão dos sentidos está presente também no interessante texto “Consumo simbólico”, de Emilio Willems (1905-1997), originalmente publicado em 1945. O professor de origem alemã, radicado no Brasil, e que ajudou a consolidar a cadeira de Antropologia da Universidade de São Paulo faz aqui breves considerações sobre as dimensões culturais do fenômeno do consumo, não mais remetido às necessidades físico-biológicas. Assim, para desnaturalizar a questão do gosto, Willems recorre a exemplos de diferentes povos, sociedades e grupos, indicando que o consumo é condicionado não apenas pelos recursos disponíveis, mas pelas expectativas de comportamento e pelas estratégias de conservação do *status* vigentes em cada contexto. Segundo o autor, isso explica de maneira mais satisfatória as práticas culturais que, à luz da pura racionalidade econômica, indicariam apenas exemplos de desperdício.

É importante notar que, com esse artigo de Emilio Willems, a *Plural* dá continuidade a um projeto que começou na edição 19.2, com a publicação de “A sociologia cultural e seu ensino”, do antropólogo francês Claude Lévi-Strauss. O objetivo é divulgar escritos que estejam fora de circulação e/ou aos quais se tenha dado pouca atenção, retomando tradições e pontos de vista importantes para a constituição das ciências sociais no Brasil. Com o propósito de situá-los no contexto de sua produção,

contaremos, a partir desta edição, com breves introduções escritas por professores convidados. Quem assina a apresentação ao texto de Willems é Luiz Carlos Jackson, professor do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP).

A entrevista deste número, com o historiador da Universidade de Bordeaux, Michel Cahen, traz ao leitor brasileiro elementos muitas vezes desconhecidos ou ignorados sobre a realidade dos países africanos de língua portuguesa. O professor e pesquisador francês, que esteve recentemente na Universidade de São Paulo ministrando o curso “História social e política da África Portuguesa (1885-1975)”, comenta alguns aspectos da colonização e dos processos de libertação e democratização desses países, particularmente em Moçambique. Com sua abordagem atenta às especificidades históricas de cada realidade nacional, Cahen também dá subsídios para pensar as contradições presentes na descolonização africana e na construção da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Além disso, o historiador trata de alguns desafios metodológicos enfrentados em suas pesquisas na África, particularmente o trato com as fontes documentais e a realização de entrevistas.

Quanto à seção de artigos que compõem a edição 20.1, vale destacar a diversidade temática, teórica, metodológica e geográfica das contribuições; diversidade essa que não impede o leitor de identificar as fecundas relações que os textos estabelecem entre si.

No artigo “Homens do barro’ e estratégias empresariais: uma análise da relação capital-trabalho no polo oleiro-cerâmico de Iranduba-AM”, os autores Cleiton Ferreira Maciel, Maria Izabel de Medeiros Valle e Jeanne Mariel Brito de Moura Maciel destacam as estratégias empresariais promovidas em uma olaria no Amazonas, traçam um perfil dos trabalhadores e analisam o papel do sindicato oleiro na luta por melhorias nas condições de trabalho. Por sua vez, o texto “Desemprego e empreendedorismo: da ambiguidade da relação conceitual à eficácia das práticas de intervenção social” dá conta de uma realidade social onde o mundo do trabalho mostra outros desafios. Os pesquisadores Joana Gomes de Almeida, Eduardo J. R. Santos, Cristina Pinto Albuquerque e Joaquim Armando Ferreira problematizam o papel que o empreendedorismo tem assumido nas políticas de incentivo ao emprego, particularmente com as atuais adversidades políticas e econômicas dos países do sul da Europa.

Outro artigo da edição 20.1 aborda uma questão relevante do panorama internacional contemporâneo: “Sociologia da infância e relações internacionais: diálogos possíveis”, de Ana Cláudia Delfini C. de Oliveira, Laís Caroline Kuss e Jardel Sestrem. O artigo discute a participação social das crianças em um cenário globalizado e analisa como tal participação está presente em relatórios do UNICEF.

Seguindo nessa seara, outra contribuição, dessa vez de caráter mais teórico, ajuda a construir sociologicamente a questão da infância. No artigo “Os clássicos da ‘literatura’ sociológica infantil: as crianças e a infância de acordo com Marx, Weber, Durkheim e Mauss”, Lucas de Lima e Cunha argumenta que, a partir dos clássicos, é possível abordar as crianças como sujeitos relevantes para as análises sociológicas e fundamentais para compreender a constituição das sociedades.

O texto “Possibilidades interpretativas do campo religioso brasileiro: três perspectivas complementares” também se distingue pela ênfase na revisão bibliográfica. O autor Elio Roberto P. S. Filho aborda a pertinência de três diferentes linhas de análise dos fenômenos religiosos no Brasil, ressaltando a complementaridade entre elas. Já Marcelo da Silveira Campos, autor de “Comunidade Samba da Vela: ‘Que a divina luz ilumine todas as criações’”, faz um estudo de caso e aborda o “culto ao samba” na Comunidade Samba da Vela, localizada na zona sul da cidade de São Paulo. A partir da teoria weberiana, da realização de entrevistas e incursões etnográficas, o pesquisador analisa a transformação de uma relação comunitária em uma relação associativa.

Por fim, trazemos ao público três resenhas de obras lançadas recentemente (2011/2012). Natália Romanovski analisa o último livro de Sergio Miceli, *Vanguardas em retrocesso*, publicado também em espanhol como *Ensayos porteños*. Já a obra *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*, de Ruy Braga, é resenhada por José Guirado Neto. A contribuição internacional fica com Ermelinda Liberato, que examina um livro publicado em Portugal, *Candongueiros & Kupapatas: acumulação, risco e sobrevivência na economia informal em Angola*, de Carlos M. Lopes.

Agradecemos a todos os autores que colaboraram nesta edição e aos leitores que nos prestigiam. Mais que isso, saudamos a todos com uma boa novidade: a inclusão da *Plural* no Latindex, um sistema de informação que reúne periódicos científicos de toda a América Latina, do Caribe, de Portugal e da Espanha. Além da expectativa de aumentar a visibilidade nacional e internacional da Revista, esse marco atesta nosso permanente compromisso com a publicação de materiais de relevância para as ciências sociais, bem como o desafio de seguir trabalhando para aumentar a qualidade da *Plural*. Para nós, um motivo de comemoração e de estímulo para seguirmos adiante na tarefa; para você, esperamos que seja mais um convite à leitura do que temos aqui a oferecer.

Comissão Editorial

“HOMENS DO BARRO” E ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS:

uma análise da relação capital-trabalho no polo
oleiro-cerâmico de Iranduba-AM

*CROSSROADS: THE RELATIONSHIP BETWEEN COMPANY AND UNION
WORKERS AT THE POLE POTTER-CERAMIC OF IRANDUBA-AM*

Cleiton Ferreira Maciel^a, Maria Izabel de Medeiros Valle^b e
Jeanne Mariel Brito de Moura Maciel^c

Resumo O presente artigo é fruto de uma pesquisa de mestrado em sociologia na Universidade do Amazonas, do ano de 2010 a 2012, e analisa a relação entre empresa, trabalhadores e sindicatos no polo oleiro-cerâmico de Iranduba-AM, setor que fabrica 75% dos tijolos e das telhas consumidos no Amazonas. A ideia central deste trabalho é mostrar quais são as principais estratégias empresariais empreendidas pelo dono da olaria investigada, bem como traçar um perfil dos trabalhadores oleiros. Além disso, busca-se revelar o papel do sindicato oleiro na luta por melhorias nas condições de trabalho e aumento de salários. Entre os resultados da pesquisa, destacam-se: as precárias condições de trabalhos às quais os trabalhadores da olaria estão submetidos; os baixos salários; e a busca pelo controle da mão de obra.

Palavras-chave olaria; sindicato; estratégias empresariais; controle do trabalho; Iranduba.

Abstract *This article is the result of research masters degree in Sociology at the University of Amazonas, year from 2010 to 2012, and analyzes the relationship between*

-
- a Graduado em Ciências Sociais (2010) e mestre em Sociologia (2012) pela Universidade Federal do Amazonas. Atualmente, doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos e membro do Laboratório de Estudos do Trabalho, Profissões e Mobilidades.
- b Doutora em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2000). Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas. Líder do grupo de pesquisa Trabalho e Sociedade na Amazônia.
- c Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (2009) e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (2012). Atualmente, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos e membro do grupo de pesquisa Terra, Trabalho, Memória e Migrações.

the company, employees and trade unions in pole potter-ceramic Iranduba-AM, a sector that produces 75% of the bricks and tiles consumed in the Amazon. The central idea of this work is to show what are the key business strategies undertaken by the owner of the pottery investigated, as well as to profile potters workers. In addition, it seeks to reveal the role of the potter trade union in the battle for improvements in working conditions and higher wages. Among the results of the research are: the precarious jobs which potter workers are subjected; low wages; and the quest for control of the hand labor.

Keywords *pottery; trade union; business strategies; control of work; Iranduba.*

INTRODUÇÃO

A produção de cerâmica vermelha (tijolos e telhas) é uma atividade importante para a economia do Brasil, respondendo por cerca de 1% do PIB nacional, dentro de um mercado que fechou o ano de 2012 com crescimento de 11% (ANICER, 2012). Trata-se de uma atividade produtiva com aproximadamente 6.903 cerâmicas espalhadas pelo Brasil e que produz anualmente cerca de cinco bilhões de peças. Em termos de número da mão de obra, o setor gera 293 mil empregos diretos e 900 mil indiretos, com um faturamento que chegou a R\$ 18 bilhões, em 2011. Diante da existência de um mercado consumidor que por razões históricas¹ é o maior do Brasil, a concentração nacional das indústrias ceramistas está localizada na região Sudeste (ANICER, 2012).

Face a essa configuração da indústria ceramista nacional, a região Norte emerge como um importante ator dentro desse cenário de fabricação de tijolos e telhas, tendo uma participação considerável na produção mensal, a qual está estimada em 114 milhões de peças e que gera, segundo dados do SEBRAE, cerca de 10 mil empregos diretos e indiretos (SEBRAE, 2011).

No que se refere ao estado do Amazonas, a produção de cerâmica vermelha está concentrada nos municípios de Manacapuru e Iranduba. Entretanto, este último, tradicionalmente apresenta-se como o principal polo oleiro-cerâmico do estado, com um total de 25 olarias instaladas e associadas à ACERAM². Segundo Trindade (1999), essa concentração se deve à relação de proximidade que o município tem

1 Referência, aqui, a dois pontos: a concentração populacional no Sudeste do Brasil e a consequente urbanização dessa região, contrastando com o Norte do Brasil, por exemplo, que teve um processo de urbanização e de crescimento populacional tardio.

2 Associação dos Ceramistas do Estado do Amazonas.

em relação à capital amazonense³. Acresce-se a isso, segundo o autor, a grande disponibilidade de argila de alta qualidade, que é a principal matéria-prima desse ramo de atividade econômica. Outro fator que contribuiu para que Iranduba se tornasse o maior produtor de cerâmica vermelha do Amazonas foi o não pagamento de ICMS⁴, quando do ingresso do produto na cidade de Manaus, principal mercado consumidor da produção oleira amazonense.

A primeira fábrica de tijolos do município de Iranduba data de 1946, época em que a cidade ainda era distrito de Manaus, tendo sido pioneira a Cerâmica Marajó, que ainda hoje opera na fabricação desse tipo de produto. Em 10 de dezembro



Figura 1. Vila do Cacau Pirêra (embaixo), distrito da cidade de Iranduba. O transporte de tijolos e telhas era feito até Manaus (em cima) pelo porto dessa vila, antes da construção da ponte Rio Negro. Acervo do autor, 2011.



Figura 2. Portal da cidade de Iranduba, onde é possível ver o símbolo da cidade: uma chaminé oleira. Acervo do autor, 2012.

³ A cidade de Iranduba fica distante 20 km de Manaus, fazendo parte de sua região metropolitana.

⁴ Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços.

de 1981, a Vila de Iranduba se tornou um município autônomo, sendo elevada à categoria de cidade, recebendo o mesmo nome (CHAVES, 2001).

Em um primeiro momento, o município teve sua base econômica centrada no setor primário, como o cultivo de hortaliças, criação de bovinos de corte e de leite e cultivo de frutos (ABREU, 2004). Contudo, com a expansão imobiliária ocorrida em meados dos anos 1980 por conta do estímulo dado à construção civil por meio do Sistema Financeiro de Habitação, ocorreu uma explosão na demanda por produtos da indústria oleira-cerâmica, fazendo com que os empresários de Manaus passassem a vislumbrar uma oportunidade de obter lucros no emergente mercado imobiliário e iniciassem um processo de investimento na aquisição de terrenos e máquinas para a instalação de novas indústrias ceramistas no município de Iranduba (TRINDADE, 1999).

Hoje, o município é responsável por cerca de 75% de toda a produção de cerâmica vermelha do estado do Amazonas, o que representa, em termos quantitativos, 35 toneladas de tijolos por mês (SEBRAE, 2011). Além disso, o polo oleiro-cerâmico de Iranduba movimenta, em média, 80% da construção civil amazonense, gerando, no município, cerca de 2.000 empregos diretos e indiretos e abrangendo um total de 6.000 trabalhadores, entre prestadores de serviço e fornecedores (ACERAM, 2012).

AS OLARIAS DE IRANDUBA: CRISE E METAMORFOSES

O setor oleiro de Iranduba vinha enfrentando, desde meados da década de 1990, problemas em sua estrutura produtiva, o que impedia uma maior produtividade das empresas ali instaladas. Segundo Trindade (1999), essas empresas oleiras tinham uma excessiva concentração da oferta em um único produto⁵, fato esse que acirrava a concorrência e afetava a lucratividade do setor. Aliado a isso, existia a dificuldade de transporte de matéria-prima (argila) e lenha pelas estradas vicinais não asfaltadas. Esses fatores engendraram o aumento do custo do transporte da argila, a impossibilidade de abastecimento de algumas olarias durante o período de chuvas (janeiro a maio) e a elevação no prazo de produção e entrega dos produtos.

Outro problema que o autor ressaltava eram as multas aplicadas por órgãos governamentais, como IBAMA e IPAAM⁶, por conta da legislação ambiental. A maioria das empresas comprava lenha dos pequenos produtores rurais, os quais não tinham

⁵ Tijolos de oito furos.

⁶ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis e Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas, respectivamente.

permissão desses agentes para desmatar e transportar o produto. A consequência dessas ações, segundo Trindade (1999), eram as paralisações por falta de lenha, a elevação dos custos de produção e o consequente aumento no preço do milheiro de tijolo⁷.

A lenha nativa era a principal matéria-prima usada nos fornos de queima de tijolos, sendo que a maioria das empresas comprava esse material dos pequenos produtores rurais, os quais não tinham permissão dos órgãos ambientais para desmatar, transportar e vender a madeira às olarias. No início dos anos 2000, era comum ver caminhões com a carroceria cheia de “toras”⁸ de árvores semiqueimadas, uma vez que grande parte dessa lenha provinha dos roçados⁹ localizados nas proximidades do polo oleiro-cerâmico¹⁰.

No entanto, em face da chamada “crise ambiental” que vem forjando a atual conjuntura mundial de leis de proteção ao meio ambiente, esses órgãos ambientais, como IBAMA e IPAAM, passaram a realizar, sobretudo, a partir de 2003, uma série de operações tendo em vista a fiscalização contínua do transporte ilegal de lenha pelas estradas dessa região amazônica, bem como o acompanhamento por satélite das áreas desmatadas no entorno das olarias¹¹.

Tratava-se, assim, de um momento fulcral dentro da organização produtiva oleira-cerâmica, ou seja, buscava-se mudar a base de material de queima de tijolos, sinalizando às agências de proteção ambiental o interesse em enquadrar-se na lógica do “desenvolvimento sustentável” ou continuava-se a operar do modo “tradicional”, constituindo-se, portanto, em empresas ilegais dentro de um cenário de pressão ambiental não apenas local, mas, principalmente, global.

No bojo dessas metamorfoses em curso na Amazônia, as olarias se voltaram à primeira plataforma de mudanças, qual seja, implementar uma agenda de alterações na configuração produtiva que, por um lado, desse conta de responder positiva e satisfatoriamente aos interesses dos órgãos ambientais nacionais e globais e, por outro lado, fosse cômoda à reprodução dos interesses dos empresários do setor oleiro.

As condições propícias ao desenvolvimento de uma política organizacional que favorecesse diversos agentes foram forjadas por meio da ação do próprio

7 Mil tijolos são vendidos, em média, por R\$ 380,00, em Iranduba.

8 Pedacos das árvores geralmente cortados por uma motosserra.

9 Área desmatada e queimada usada para a plantação, sobretudo de mandioca.

10 No ano 2000, o índice de área desmatada em Iranduba era de 13,39%, sendo que, no mesmo período, a média amazonense era de 2% (MACIEL; VALLE, 2010).

11 O polo oleiro cerâmico está situado apenas a 10 quilômetros do maior hotel de selva do Amazonas: o ARIAÚ Amazon Tower.

Estado, com base em um projeto de Arranjos Produtivos Locais, o qual, no caso do setor oleiro, teve o SEBRAE como a força transformadora da engrenagem que se tinha até aquele momento. O que haveria de ser realizado constituir-se-ia, assim, não em uma ruptura com as práticas produtivas do passado, mas em uma fase de transição cômoda rumo a um modelo “moderno” de organização industrial, onde os diversos interesses e as forças em jogo teriam suas demandas atendidas, ainda que em níveis diferenciados. Em trabalho recente, denominou-se esse processo como “simbiose do capital” (MACIEL; VALLE, 2010).

A alteração macro-organizacional teve como momento inicial a formação de uma estrutura burocrática dentro do próprio SEBRAE, que ficou responsável pela elaboração de uma agenda de políticas produtivas, as quais seriam introduzidas, primeiramente, nas três maiores empresas oleiras da cidade de Iranduba. Nesse sentido, não se romperia radicalmente com a base produtiva anterior, caracterizada pela queima substancial de lenha. A transição seria lenta e gradual, tendo em vista o papel que a indústria oleira representa no cenário da construção civil manauense, em franca expansão, desde meados da década de 2000.

A EMPRESA E OS TRABALHADORES

Das três empresas escolhidas pelo SEBRAE, a pesquisa realizada lançou seu foco sobre a que possuía a maior produção de tijolos e o maior número de trabalhadores empregados. Essa cerâmica se localiza na AM-070 (que liga o distrito de Cacau-Pirêra à cidade de Manacapuru), no km 36, s/n, Iranduba, Amazonas. Fundada em 24 de agosto de 1989 por dois sócios/proprietários, a Cerâmica CA1 possui uma área total de 16.000 m² e uma área construída de 6.400 m². Como disse o proprietário da cerâmica: “Foi uma olaria trocada por uma caminhonete”.

A produção de tijolos na empresa gira em torno de um milhão de peças por mês (CERÂMICA CA1, 2011). Cada milheiro do tijolo é vendido às grandes construtoras de Manaus (principais clientes) ao preço de R\$ 380,00 (trezentos e oitenta), em média. No que se refere ao faturamento mensal ou anual, a empresa preferiu não declarar, tendo em vista um posicionamento estratégico diante das demais empresas do setor cerâmico. Contudo, na pesquisa de campo, foi possível ter acesso aos gastos mensais da empresa, como mostra a Tabela 1.

O quadro de funcionários da empresa é composto por 50 trabalhadores, o que a coloca como uma empresa de médio porte: 45 na parte da produção e cinco trabalhadores que se ocupam da parte de administração e vendas. Desse total, os homens se constituem a maioria, sendo que apenas cinco mulheres fazem parte

do quadro de trabalhadores. A Tabela 2 revela em porcentagem essa configuração, destacando na amostra da pesquisa a proeminência do sexo masculino no conjunto da força de trabalho.

No que se refere à idade dos trabalhadores, grande parte se encontra na faixa etária de 25 a 34 anos. Contudo, o que chama a atenção é o percentual de trabalhadores com idade acima de 45 anos. Com efeito, conforme se pôde averiguar nas entrevistas, há trabalhadores na olaria com idade acima de 60 anos, o que, considerando as condições de trabalho no local, indica que esses senhores não encontram outras atividades nas quais sejam aceitos, daí procurarem emprego nas olarias.

No que tange à escolaridade, o que chama a atenção é o baixo índice de pessoas analfabetas: 2,63% dos entrevistados. Esse dado está ligado ao fato de a empresa, no ato da contratação, preferir indivíduos que já tenham sido alfabetizados, uma vez que, segundo o dono da olaria,

[...] facilita a aprendizagem das exigências feitas a nós por técnicos em segurança no trabalho. Além disso, como queremos obter a ISO 9001, é fundamental termos pessoas minimamente capazes de lerem instruções, procedimentos e absorver a cultura organizacional (proprietário da olaria).

Outro dado instigante é a grande porcentagem de trabalhadores que estudaram até o Ensino Fundamental, cerca de 44%. Além disso, a quantidade de pessoas que não estão estudando é reveladora: todos os entrevistados não estavam estudando no ano de 2012. Esses dois índices indicam, de certa forma, o próprio grau de

Tabela 1. Gastos mensais da empresa.

Gastos (em média)	Valores (R\$)	Porcentagem (%)
Funcionários da produção	40.000,00	51,2
Funcionários da administração	3.000,00	3,8
Matéria-prima e insumos	25.000,00	32
Energia elétrica ou biomassa	10.000,00	13
Total	78.000,00	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Tabela 2. Sexo.

Sexo	Quantidade	Porcentagem (%)
Masculino	33	87
Feminino	5	13
Total	38	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Tabela 3. Idade dos trabalhadores.

Idade	Quantidade	Porcentagem (%)
Menos de 20 anos	0	0,00
20-24 anos	7	18,42
25-34 anos	14	36,84
35-44 anos	10	26,32
45 anos ou mais	7	18,42
Total	38	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Tabela 4. Grau de escolaridade.

Grau de escolaridade	Porcentagem (%)	Estudando atualmente
Nunca estudou	2,63	Não
Só assina o nome	13,16	Não
1ª a 4ª série	15,79	Não
5ª a 8ª série	44,74	Não
Ensino médio incompleto	10,53	Não
Ensino médio completo	13,16	Não
Total	100	Ninguém está estudando

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

qualificação que se tem hoje na olaria, com trabalhadores com pouca escolaridade, os quais, por motivos diversos, não continuaram a estudar. No caso de Antônio (22 anos), a razão foi a necessidade de ajudar no sustento de casa: “A gente precisava de dinheiro, e, como não tinha outra saída, tive que largar os estudos e me empregar na olaria”.

Antes de serem empregados da olaria pesquisada, os trabalhadores da empresa desenvolviam atividades na cidade e no meio rural que podem ser elencadas conforme a Tabela 5.

A Tabela 6 mostra a porcentagem dos salários pagos aos trabalhadores, revelando que a maioria (94,74%) recebe entre R\$ 601,00 e R\$ 1.200,00. Já entre os que recebem até R\$ 600,00, esse índice cai para 2,63%. Uma possível explicação para esse valor talvez esteja na própria fala do trabalhador Fabrício (24 anos): “Eu recebo por semana cento e cinquenta reais. O pessoal diz que é porque eu não sou carteira assinada”. No caso dele, o salário mensal seria de R\$ 600,00. “Mas tem a produção. Se eu cumprir a meta dada pelo gerente, eu ganho um valor maior no final de semana”, complementa Fabrício.

As condições de trabalho na empresa são visivelmente precárias. Conforme se pode observar na Tabela 7, há a predominância da opinião daqueles que avaliam as condições de trabalho como mais ou menos, o que revela um nível de descontentamento por parte dos trabalhadores, mas que é “suportável”.

Tabela 5.Atividade desenvolvida antes de trabalhar na empresa.

Atividade	Quantidade	Porcentagem (%)
Agricultor	13	34,2
Trabalhava em outra olaria	7	18,4
Carpinteiro	3	7,8
Estudante	4	10,5
Outras	11	29
Total	38	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Tabela 6. Nível salarial.

Salário	Quantidade	Porcentagem (%)
Até R\$ 600,00	1	2,63
De R\$ 601,00 a R\$ 1.200,00	36	94,74
De R\$ 1.201,00 a R\$ 1.800,00	1	2,63
De R\$ 1.801,00 a R\$ 2.400,00	0	0,00
De R\$ 2.401,00 a R\$ 3.000,00	0	0,00
Total	38	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Tabela 7. Condições de trabalho.

Condições de trabalho	Quantidade	Porcentagem (%)
Ótimas	4	10,53
Boas	12	31,58
Mais ou menos	21	55,26
Ruins	0	0,00
Péssimas	1	2,63
Total	38	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

A principal reclamação dos trabalhadores em relação às condições de trabalho se refere à temperatura do ambiente de trabalho. De fato, quando se adentra ao espaço da produção de tijolos, sente-se “na pele” o calor que emana dos fornos e se espalha por toda a olaria. Como não há sistema de ventilação, os trabalhadores têm de suportar o calor.

Os fornos da olaria atingem uma temperatura média de 1.500°C e, como há 12 fornos que, alternadamente, estão sempre queimando tijolos, não há momento de temperatura amena nas instalações da fábrica. Mesmo à noite a temperatura continua alta.

Paralelo ao alto nível de temperatura, há o problema da fumaça que sai dos fornos quentes, ocasionada pela queima de caixas de madeira e papelão, bem como pela queima de pó de serragem e pedaços de madeira provindos das casas

do Programa Prosamim¹². Os trabalhadores relatam que essa fumaça provinda dos fornos tem ocasionado o aparecimento de doenças, como dor nos olhos, dificuldade ao respirar e dor na garganta.

Nas visitas efetuadas era possível visualizar nuvens de fumaça que pairavam pelo teto da fábrica, não obstante haver chaminés que são colocadas sobre os fornos para lançarem a fumaça a uma altura de 40 metros. Contudo, essas chaminés não captam a totalidade da fumaça, e esta acaba ficando “presa” na fábrica.

Tal situação traz consequências sobre a saúde dos trabalhadores, como aponta o senhor Lenilson (de 50 anos):

O forno não para, é direto aí. Fica queimando a semana toda. Aí a fumaça continua junto também. A gente vive com problema na garganta, e com os olhos ardendo. Mas não tem outro emprego, a gente continua nesse aqui. [...] Seria bom se a fumaça fosse menor, e a quentura também. E como a gente tem que usar esse macacão, aí fica mais quente ainda.

O macacão do qual o senhor Lenilson fala é a roupa que os trabalhadores usam durante o expediente de trabalho. Segundo o proprietário da olaria,

[...] essa roupa grossa foi uma própria reivindicação deles (os trabalhadores). Antes a gente dava uma roupa fina, menos quente, mas eles reclamavam que rasgava rápido. Então nós compramos essa com que eles estão vestidos aí. Agora eles reclamam dizendo que ela é pesada e quente (proprietário da olaria).

A questão central para os trabalhadores é que a roupa grossa, associada à temperatura da região amazônica, juntamente com a temperatura dos fornos, cria um ambiente de trabalho que se torna humanamente desconfortável, daí os trabalhadores apontarem para a insatisfação quanto às condições de trabalho na empresa. Além disso, há o fato de existirem espaços da fábrica que ainda não possuem cobertura, fazendo com que alguns setores da produção operem debaixo de sol e, muitas vezes, sob a chuva.

12 Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus. O objetivo dessa ação governamental é ajudar na solução dos problemas ambientais, urbanísticos e sociais das famílias que vivem às margens dos principais igarapés de Manaus.

O SINDICATO E OS TRABALHADORES

O sindicato que “representa” os trabalhadores da categoria oleira é o Sindicato dos Trabalhadores Oleiros do Estado do Amazonas, com sede em Manaus e com mais de 600 filiados. Considerando o número total de trabalhadores oleiros do município de Iranduba (cerca de 1.200), observa-se que apenas 50% dos trabalhadores estão ligados à ação sindical.

Para o presidente do sindicato, a pequena adesão ao movimento está ligada à baixa escolaridade dos trabalhadores, que acabam por não entender qual o papel do sindicato nas fábricas e, assim, não se filiam. Além disso, segundo o presidente, vários trabalhadores são amigos dos donos, e a relação com o sindicato passa a ser mal vista pelos proprietários.

[...] o fator escolaridade é um caso que gera muita desconfiança. É preciso muito diálogo, paciência e carinho para lidar com eles. Tenho aprendido muito com esses meus companheiros. O trabalho em olaria é muito estafante. Embora as empresas tenham melhorado a sua estrutura, o ambiente de trabalho ainda é insalubre, muita poeira e calor, e isso limita os trabalhadores até mesmo para tentarem se qualificar (presidente do sindicato).

Não obstante a baixa sindicalização, de acordo com o presidente do sindicato, este tem sido atuante e estado presente constantemente nas olarias para ouvir os trabalhadores e promover discussões, tendo em vista a melhoria no ambiente produtivo. Nas palavras do próprio presidente: “Nossa atuação é permanente, visitamos as empresas, orientamos os trabalhadores e discutimos melhorias tanto no ambiente e condições de trabalho como na questão salarial”.

Em termos de conquistas da categoria, o presidente aponta:

Depois que assumimos o Sindicato temos conseguido algumas conquistas. Para nós sindicalistas as conquistas serão sempre motivo para perseguirmos novas frentes de batalhas. No caso das Olarias é importante entender que estamos lidando com um tipo de empresa com capacidade muito reduzida de investimento, isso leva naturalmente à precarização da mão de obra. Passando pouco mais de cinco anos, podemos dizer que já houveram (sic) melhorias no setor, mas ainda é muito tímido no quesito ambiente de trabalho. É uma batalha que ainda vamos ter que insistir muito até resolverem (presidente do sindicato).

Na empresa pesquisada, o número de trabalhadores sindicalizados é menor do que a média apontada pelo presidente do sindicato, como se pode observar na Tabela 8.

Qual seria uma possível explicação para a baixa taxa de sindicalização na empresa? Acredita-se que pode ser apontada, entre outros fatores, a própria distância geográfica que existe entre os trabalhadores e a sede do sindicato. Era de se esperar que a sede estivesse localizada no município de Iranduba, mas, como já dito, ela se localiza no centro da cidade de Manaus, o que dificulta a ida dos trabalhadores até o local.

Nesse caso, o sindicato teria de ir ao encontro dos trabalhadores, convocando-os para os debates e, destarte, incentivando-os à participação enquanto membros da organização sindical. Entretanto, segundo os trabalhadores da empresa pesquisada, não é isso o que ocorre. Pelo contrário, conforme informa o senhor Fabrício, de 44 anos:

Eu trabalho aqui há mais de sete anos, e nunca vi esse tal de sindicato aparecer. Eu sei que eles descontam um valor na carteira [de trabalho] que é para pagar o sindicato, mas não sei nem para que serve. Acho que eles [o sindicato] só fazem ficar com nosso dinheiro mesmo.

O que esse trabalhador aponta é significativo e revela um contradiscurso daquilo que o próprio presidente do sindicato assevera: que tem efetuado visitas constantes às empresas. Durante um período de sete anos, o trabalhador citado nunca foi convocado para uma reunião sindical e nunca viu o presidente do sindicato na empresa, o que direciona a uma certa dimensão da fragilidade existente na relação entre sindicatos e trabalhadores.

Acresce a esse dado o fato de os trabalhadores pagarem um valor ao sindicato e isso não lhes redundar em benefícios concretos. Na verdade, pagam o sindicato, mas não sabem qual o papel dele na organização dos trabalhadores. Aqueles que são sindicalizados relatam que, quando do contrato de trabalho com a empresa, esta pergunta se eles vão querer se filiar ao sindicato. No caso positivo, assinam

Tabela 8. Porcentagem de sindicalização.

Trabalhadores	Porcentagem (%)
Sindicalizados	87
Não sindicalizados	13
Total	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

um documento onde consta que serão descontados onze reais mensais referentes ao pagamento do sindicato.

Observa-se, com efeito, que o próprio ato de sindicalizar-se é intermediado pela empresa. É esta que leva o sindicato ao trabalhador, e não o inverso disso, qual seja, o sindicato, em seu papel histórico, indo ao trabalhador e sendo o instrumento de lutas pelas conquistas da classe operária.

Esse distanciamento do sindicato em relação aos trabalhadores da empresa leva ao desinteresse em sindicalizar-se, conforme relata Paulo, de 33 anos:

[...] Não sei para quê vou pagar esse negócio de sindicato. Tem os meus amigos aí que pagam, mas eu não vejo eles [o sindicato] fazerem nada por eles [os trabalhadores]. Tu já viu (sic) esse sindicato aparecer aqui alguma vez para fazer alguma coisa pela gente [perguntando para um trabalhador que estava ao lado]? Vem nada! Só vejo o pessoal que paga dizer que vem descontado no pagamento um dinheiro, acho que é (sic) uns onze reais. Mas eu vou ficar pagando isso para quê? Para não ter nada em troca? [...].

Como análise, pode-se dizer que não é que o trabalhador não tenha interesse no sindicato, pois muitos que são sindicalizados me perguntaram onde estava localizada a sede sindical e pediram o telefone, dizendo que iriam ligar para solicitar melhorias. A questão central é o distanciamento que o próprio sindicato mantém em relação aos trabalhadores, não realizando visitas, não entregando panfletos, não fazendo uma campanha por melhorias salariais e nas condições de trabalho.

Na lógica sindical, aparece um discurso de atuação constante, mas na fala dos trabalhadores esse discurso não passa de retórica. Eles não confirmam aquilo que o sindicato assevera. Há, portanto, um descompasso entre o discurso sindical e a realidade oleira.

Tal fato tem implicações práticas importantes, pois os trabalhadores ficam sem ter uma direção, já que esse é um dos objetivos da luta sindical, e, assim, não conseguem unir forças para estruturar uma ação coletiva que vise à qualidade do trabalho, à saúde do operário e a um nível salarial maior. Isso fica patente quando se pergunta a um trabalhador como ele e os demais fazem para reivindicar as demandas da categoria, uma vez que a atuação do sindicato não se faz presente na olaria:

A gente não faz nada. Não tem líder, não tem ninguém. O pessoal até tentou reunir uma vez aí, mas não deu certo. Tem uns que podem dedurar [os trabalha-

dores] para o chefe, e aí vem confusão para cima da gente. Aí é melhor a gente ir trabalhando e ir levando a vida, né? [...] (Alberto, 30 anos).

Na tabela a seguir elencam-se quais são as principais reivindicações dos trabalhadores das quais o sindicato, se estivesse atuante na olaria, poderia lançar mão como bandeira de luta. Em primeiro lugar, encontram-se as mudanças nas condições de trabalho, o que já vem se mostrando como uma das principais reclamações dos trabalhadores. Em segundo, está o aumento de salário e, em terceiro, o transporte para Manacapuru e o lazer.

Impressiona a porcentagem de trabalhadores que dizem não ter nada para reivindicar. Isso não mostra, de maneira nenhuma, que o trabalho não necessite de melhorias, pois, como visto no subcapítulo anterior, os próprios trabalhadores têm apontado para diversas insatisfações em relação ao ambiente produtivo. Aqui, a questão central é o elemento da *reivindicação*, da busca por ação que exige uma organização coletiva, em suma, de uma atitude de resistência de classe face às artimanhas do capital (MARX, 1985).

Contudo, desacreditados de que suas atitudes possam mudar algo, os trabalhadores preferem “ir trabalhando e ir levando a vida”, como visto na fala do Alberto. Desprovidos desse instrumento de luta – o sindicato –, os trabalhadores oleiros são entregues aos próprios ditames do capital, corporificados nas estratégias empresariais, que visam, de certa forma, preencher o vazio deixado, sobretudo, pela não atuação sindical. Faz parte dessas estratégias uma série de reordenamentos industriais, tendo em vista racionalizar a produção, na perspectiva de que os trabalhadores incorporem o “espírito da empresa”. A seguir são mostrados quais foram esses reordenamentos.

Tabela 9. Reivindicações dos trabalhadores.

Reivindicações	Quantidade	Porcentagem (%)
Condições de trabalho	7	18,4
Deslocamento para Manacapuru	2	5,2
Lazer	2	5,2
Aumentar o salário	4	10,5
Nada	17	44,7
Outros	6	15,7
Total	38	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

RACIONALIZAÇÃO DO TRABALHO E REORDENAMENTO PRODUTIVO NA OLARIA

Já dizia Weber (2004) que o processo de racionalização das empresas capitalistas modernas ocorre a partir de um controle contábil dos custos, das formas racionais de organização do trabalho e da mecanização. Isso significa, concretamente, que a modernização do capital envolve práticas produtivas que visam *agir racionalmente com respeito a fins*, buscando meios que possibilitem a objetivação da máxima capitalista: a busca do lucro.

Na empresa pesquisada, o processo de racionalização da estrutura produtiva se deu exatamente no caminho apontado por Weber, qual seja, a introdução de elementos produtivos que visaram estabelecer metas de produtividade, busca por qualidade e controle do processo produtivo. Uma dessas formas de racionalização do trabalho se refere à adoção de inovações organizacionais de origem japonesa, que são chamadas de CCQ¹³. A estratégia desses programas consiste em identificar os problemas na fonte antes que eles comprometam o desempenho de um setor da empresa ou da empresa como um todo.

Na pesquisa realizada, observa-se que a gerência apresentou o projeto de melhoria contínua para os trabalhadores do setor de administração da olaria e, depois, para todos os “colaboradores”, tentando, nesse sentido, detectar os principais problemas que afetavam seu desempenho industrial. Assim, buscou-se conscientizar os trabalhadores sobre a importância do *trabalho em equipe*¹⁴ no processo de desenvolvimento das inovações, além de disponibilizar o projeto impresso para cada um deles, na perspectiva de despertá-los para a busca da melhoria sistemática enquanto um objetivo a ser alcançado.

Os trabalhadores, em conjunto com a liderança, reuniam-se de 15 em 15 dias. Era nessas reuniões efetuadas dentro do período de trabalho dos funcionários que os líderes e colaboradores avaliavam a execução de cada etapa do projeto e traçavam as novas metas a serem alcançadas pela empresa, mapeando todas as etapas do processo de fabricação.

O interesse aqui em mostrar parte dessa pesquisa está em trazer a lume a perspectiva de que esse processo de racionalização da produção vincula-se ao objetivo do capital em estabelecer constrangimentos sobre o trabalho, tentando, dessarte, deixá-lo subordinado sob seus tentáculos. Assim, promove-se uma série

¹³ Círculo de Controle de Qualidade.

¹⁴ Alves (2010) aponta que essa ideia do “trabalho em equipe”, na verdade, faz parte de um processo de “captura” da subjetividade do trabalhador, pois busca transformar valores reconhecidamente humanos, como a solidariedade, em fonte de lucro para o empresário capitalista.

de mudanças na forma de organização da produção, a fim de estabelecer parâmetros de racionalidade produtiva e de controle de trabalho.

Na olaria, a primeira dessas alterações concerne à própria contratação dos trabalhadores que preenchem o quadro de funcionários. A partir da adoção das inovações organizacionais e da emergência da ideia de que o trabalho em equipe é o cerne do ganho de produtividade, a cerâmica passou a estabelecer uma *política de contratação* com base no critério do grau de escolaridade. Se o processo de trabalho tradicionalmente executado nas olarias não exigia domínio de tecnologias ou o uso de ferramentas tecnicamente avançadas, no momento em que se implementou a introdução de inovações, a empresa buscou uma mão de obra operacional de escolaridade e formação mais elevadas (MACIEL; VALLE, 2010).

Esse processo de contratação tem em vista uma espécie de *domesticação* do trabalho, uma vez que, na filosofia empresarial da cerâmica pesquisada, os trabalhadores que possuem *capital cultural* superior estão aptos a se envolverem com maior afincio nas tarefas determinadas pelo Círculo de Controle de Qualidade. Nesse contexto, portanto, a escolaridade assume um papel interessante na análise do setor oleiro, uma vez que é ela quem estrutura a base de contratação das empresas nessa *transição industrial* que emerge em Iranduba. A mão de obra qualificada torna-se um elemento-chave para se pensar na superação da crise de produção que as olarias vinham enfrentando desde a década de 1990, sendo que a construção de escolas de treinamento dentro da própria planta industrial configurar-se-á como uma estratégia decisiva na gestão da produção.

Além disso, a empresa busca uma mão de obra qualificada em face da tentativa de se atingir a estabilização de uma força de trabalho diante de um processo anterior de contratação com altos índices de absenteísmo. Posicionando-se estrategicamente diante desse fato, a empresa estabeleceu que, se o trabalhador não faltar nenhum dia da semana, ele receberá uma bonificação em dinheiro no final de semana. Assim, ela cria parâmetros para alcançar maiores índices de produção, buscando aquilo que Boltanski e Chiapello (2009) designaram como *flexibilidade funcional*, quer dizer, a ação contínua sobre o trabalhador, envolvendo a cultura do “comprometimento” com a empresa, sendo o absenteísmo considerado um mal a ser erradicado.

A segunda perspectiva de controle do trabalho é concernente à introdução dos Círculos de Controle de Qualidade na empresa. Fazer reuniões dentro do período de trabalho fez parte de uma estratégia para mostrar que as inovações organizacionais passaram a ter centralidade na empresa. Assim, a introdução dos CCQs buscou aprofundar a extração do trabalho, capturando a força de trabalho não somente

no plano técnico, mas na própria subjetividade do trabalhador. Pretende-se, dessa forma, “envolver” o operário com a política organizacional da empresa, seja oferecendo cursos sobre a importância da *qualidade*, seja introduzindo a bonificação como um modo de mostrar para o trabalhador que ele é “peça fundamental”.

Nessa perspectiva, o discurso da cerâmica passa a estar voltado para a ideia de que os ganhos da empresa giram em torno do trabalho feito em equipe, no qual todos precisam de todos, formando um *corpo produtivo* bem ajustado. Destarte, aflora-se a “pedra de toque” da ação empresarial moderna (OLIVEIRA, 2007), ou seja, a filosofia de que o que mobiliza a empresa na adoção dessas inovações é a *valorização do ser humano*, introduzindo, em face disso, o espírito de cooperação entre trabalhador e empresa.

Desse modo, a responsabilidade da fabricação de tijolos nessa nova forma de gestão é colocada sobre o “colaborador”. Fluxogramas (Figura 5) e croquis



Figura 3. Reunião do Círculo de Controle de Qualidade. Acervo do autor, 2010.



Figura 4. Os “colaboradores” recebendo treinamento da gerência da olaria. Acervo do autor, 2010.

(Figura 6) indicando como se deve proceder em cada máquina ou o que não fazer em determinado processo são espalhados pela fábrica, como uma tentativa de controle invisível sobre as etapas da produção. Pode-se dizer que, nessa organização da produção de tijolos em Iranduba, o papel de supervisionar a produção ou de inspecionar as etapas do processo de fabricação sai do plano tradicional para uma dimensão do trabalho flexível, em que o inspetor não existe, mas está “bem ali”, em cada canto do chão da fábrica, criando, assim, uma mentalidade favorável à concentração no trabalho e estabelecendo o não desperdício com distrações e fantasias.

A terceira configuração de controle do trabalho se refere ao papel que a busca por ISOs¹⁵ adquire nesse momento de transição produtiva. Trata-se de



Figura 5. Um dos fluxogramas espalhados no “chão” da fábrica. Acervo do autor, 2010.

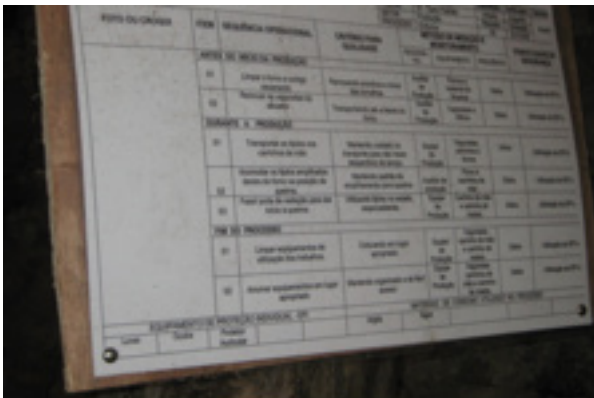


Figura 6. Croqui indicando como se deve proceder nas diversas etapas da produção. Acervo do autor, 2010.

¹⁵ *International Organization for Standardization*. Os ISOs 9000 e 14000 se referem a certificações dadas às empresas que buscam cumprir normas de gestão da qualidade e legislação ambiental, respectivamente.

uma exigência global que visa unificar e padronizar *comportamentos produtivos*. Quando uma empresa persegue a certificação dada pelo ISO, ela precisa cumprir algumas cláusulas estabelecidas em parâmetros internacionais de normas fabris (MACIEL; VALLE, 2010). Uma dessas cláusulas se refere ao processo em que as auditorias exigem que os trabalhadores demonstrem conhecimento sobre os procedimentos de diversas etapas da produção de determinado bem.

Dessarte, a cerâmica na qual a pesquisa foi realizada tem como meta obter a certificação ISO 9000 e 14000 até o ano de 2013, sendo crucial a fixação de padrões de produção que possam garantir a aprovação na avaliação realizada por parte dos auditores que fazem visitas periódicas à olaria.

Logo, cada procedimento necessário para a integração entre qualidade e produtividade precisa estar articulado no processo de produção, constituindo-se, assim, uma forma de criar mecanismo de controle do trabalho, fixando metas a serem alcançadas a cada mês, avaliando os resultados da produção nas reuniões quinzenais, em face de uma visão sistemática e racional sobre os ganhos e as perdas na produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados evidenciados no decorrer deste trabalho, pode-se dizer que, na relação entre empresa, trabalhadores e sindicato, a primeira tem logrado larga vantagem sobre estes últimos. Indo direto ao ponto: por um lado, há a racionalização da produção, com a introdução de Círculos de Controle de Qualidade, e metas produtivas de longo prazo, como a obtenção de ISO 9000 e 14000, mas, por outro lado, há a intensificação da precariedade das condições de trabalho, bem como da relação que se estabelece entre a empresa e os trabalhadores, em que a pauta discursiva da fábrica passa a ser, concretamente, os ditames do capital.

Por exemplo: nas reuniões dos Círculos de Controle de Qualidade realizadas quinzenalmente, não se discutiam temáticas que envolvessem diretamente o real interesse dos trabalhadores do setor oleiro, como jornada de trabalho, salários e condições de trabalho, os quais, como visto, são precários.

Nesses *meetings* eram tratados os problemas da empresa que dissessem respeito, tão somente, à busca pela qualidade e produtividade. O que ficou patente nas reuniões foram as apresentações de resultados produtivos positivos alcançados por diversas empresas, como a Toyota, ao adotarem determinadas inovações organizacionais e de processo, tornando ausente, assim, o questionamento dos trabalhadores oleiros sobre o papel que essas estratégias organizacionais tiveram

na desarticulação, por exemplo, dos sindicatos das fábricas do Polo Industrial de Manaus (VALLE, 2007).

Dentro do conflito capital-trabalho, o controle da produção assume, portanto, contornos pragmáticos, ou seja, a tentativa de organizar os trabalhadores em torno da empresa, não em torno de si mesmos. O número, por exemplo, de pessoas que podiam participar das reuniões do Círculo de Controle de Qualidade era definido pela gerência, ou seja, uma decisão vertical que visava tornar horizontais as resoluções tomadas pelo próprio setor administrativo, embora o discurso fosse: “não existe hierarquia na empresa”.

Ela, de fato, fica invisível quando se olha a primeira vez para a organização produtiva oleira, contudo, torna-se patente quando se analisam os contornos das estratégias empresariais adotadas, uma vez que as temáticas discutidas nas reuniões, a formulação de metas a serem alcançadas e os mecanismos de integração do trabalhador adotado pela olaria são direcionados para a busca de produtividade e qualidade, em detrimento das necessidades dos trabalhadores.

A questão que se coloca, nesse sentido, é encontrar meios de reverter tal situação. O sindicato, como apontam Antunes (2009) e também Cipolla (2005), seria o caminho mais direto para lutar pelos direitos da classe trabalhadora, mas, na olaria, tem se mostrado letárgico. Em face disso, crê-se que a ciência, e no caso aqui, a sociologia como elemento de *compreensão* do mundo, mas também como forma de *transformação* da realidade, podem ajudar a alterar os contornos desse cenário produtivo, ou seja, ampliando o leque de pesquisas direcionadas à temática do trabalho local, para que, dessa forma, seja revelada à sociedade a configuração do mundo do trabalho desse setor industrial, seus rostos, suas falas e suas reivindicações.

Em outras palavras, eis um comprometimento social do *fazer sociológico*, uma vez que nos dados da pesquisa há vozes de sujeitos que anseiam por melhores condições de vida, trabalham em precárias condições humanas e precisam, portanto, ser ouvidos pela sociedade. Sem isso, corre-se o risco de a sociologia se converter apenas em técnica e estética, em suma, em contemplação intelectual do mundo. Nesse ponto recorre-se a Bourdieu (2001, p. 92), o qual, refletindo sobre o papel da sociologia, incita todos à reflexão, mas também à transformação social:

A sociologia talvez não merecesse uma hora de esforço se tivesse por finalidade apenas descobrir os cordões que movem os indivíduos que ela observa, se esquecesse que lida com os homens, mesmo quando estes, à maneira das marionetes,

jogam um jogo cujas regras ignoram, em suma, se ela não se desse à tarefa de restituir a esses homens o sentido de suas ações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Suelen. *A empresa oleiro-cerâmica do município de Iranduba*. 86 p. 2004. Monografia (Ciências Econômicas) – Faculdade de Estudos Sociais da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2004.
- ACERAM (ASSOCIAÇÃO DOS CERAMISTAS DO ESTADO DO AMAZONAS). *Relatório da APL de Base Mineral*. Central de Resíduos, 2012.
- ALVES, Giovanni Antonio Pinto. Trabalho, capitalismo global e a “captura” da subjetividade: uma perspectiva crítica. In: SANT’ANA, Raquel Santos et al. (Org.) *O avesso do trabalho II: trabalho, precarização e saúde do trabalhador*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 464 p.
- ANICER (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA CERÂMICA). *Curso: “A implantação de controles para melhoria da qualidade de produto cerâmico”*. Rio de Janeiro, 2012.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2. ed. 10 reimpressão verificada e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos 2: por um movimento social europeu*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 115 p.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- CERÂMICA CA1. *Gestão de qualidade*. Documento Microsoft Word. Relatório, 2011.
- CHAVES, Saile Wastran Queiroz. *Estudo de mercado da produção de tijolos no município de Iranduba*. 54 p. 2001. Monografia (Ciências Econômicas) – Faculdade de Estudos Sociais da Universidade Federal do Amazonas. Manau, 2001.
- CIPOLLA, Francisco Paulo. Trabalho em equipe como forma de subsunção real. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 203-232, 2005.
- MACIEL, Cleiton Ferreira; VALLE, Maria Izabel de Medeiros. *As inovações tecnológicas no polo oleiro-cerâmico de Iranduba-AM: um estudo de caso*. Universidade Federal do Amazonas. Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica. Relatório Final. Manaus, 2010.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Apresentação de Jacob Gorender; coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- OLIVEIRA, Selma Suely Baçal de. *A “periferia” do capital: na cadeia produtiva de eletroeletrônicos*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

- SEBRAE (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS). *Manual para a indústria de cerâmica vermelha*. Redução dos desperdícios e maior eficiência no setor. Fascículo 1/Roberto Segundo Enrique Castro Tapia. 2. ed. atualizada e aumentada. Rio de Janeiro: SEBRAE/RJ, 2011.
- TRINDADE, Pedro. *Análise do desempenho da economia oleiro-cerâmica do município de Iranduba*. 105 p. 1999. Monografia (Ciências Econômicas) – Faculdade de Estudos Sociais da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 1999.
- VALLE, Izabel. *Globalização e reestruturação produtiva: um estudo sobre a produção offshore em Manaus*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Revisão técnica de Gabriel Cohn. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004.

Recebido para publicação em 08/06/12. Aceito para publicação em 16/11/12.

DESEMPREGO E EMPREENDEDORISMO:

da ambiguidade da relação conceitual à
eficácia das práticas de intervenção social

*UNEMPLOYMENT AND ENTREPRENEURSHIP: FROM THE AMBIGUITY OF
THE CONCEPTUAL RELATIONSHIP TO THE EFFICACY OF THE SOCIAL
INTERVENTION PRACTICES.*

Joana Gomes de Almeida^a, Eduardo J. R. Santos^b,
Cristina Pinto Albuquerque^c e Joaquim Armando Ferreira^d

Resumo Perante a atual dificuldade dos sistemas políticos e financeiros dos países europeus, em especial os do sul da Europa, em fazer face às maiores taxas de desemprego, desde que há registro na história, a via do empreendedorismo tem assumido crescente importância no quadro das políticas de incentivo ao emprego. Face à ausência de respostas no mercado assalariado, o empreendedorismo tem sido apresentado como uma das soluções mais populares na reconquista do direito ao trabalho: realidade complexa que merece uma discussão conceitual e um renovado questionamento das atuais práticas de intervenção social. Apesar de ser evidente a existência de uma relação entre desemprego e empreendedorismo, esta é fonte de grande ambiguidade entre os especialistas. Ao longo do artigo é discutido, e assumido, o caráter heurístico de um projeto tão pessoal quanto social, como a criação do próprio emprego, contextualizado na discussão crítica sobre a eficácia das práticas de intervenção social.

Palavras-chave desemprego; empreendedorismo; problematização conceitual; eficácia das intervenções.

-
- a Licenciada em Serviço Social, mestre em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo, doutoranda em Sociologia pelo Programa de Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo (Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra/Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, FEUC), investigadora do projeto “Impactos e ajustamentos psicossociais da transição para o desemprego involuntário de pessoas com idade igual ou superior a 40 anos”, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).
- b Coordenador científico do Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Vocacional e Social da Universidade de Coimbra, FCT (unidade 192), professor associado com agregação pela FPCEUC, *adjunct professor* pela University of New York, USA.
- c Professora auxiliar na FPCEUC.
- d Professor catedrático na FPCEUC e *adjunct professor* pela University of New York, USA.

Abstract *Facing the present difficulties of the politic and financial systems of the European countries, especially from South of Europe, to deal with the biggest known wages of unemployment in the history, the entrepreneurship option is rising in its importance within the politics of incentives to employment. Regarding the absence of answers in the market of paid work, entrepreneurship has been presented as one of the most popular solutions in reconquering work: complex reality, which deserves a conceptual discussion and a renewed questioning of the present social intervention practices. Beyond of being evident the existence of a relationship between unemployment and entrepreneurship, this is a fountain of great ambiguity among specialists. In this paper it is discussed, and assumed, the heuristic characteristics of a so personal, as social, project, like the creation of its own employment, contextualized in a critical discussion about the efficacy of the social intervention practices.*

Keywords *unemployment; entrepreneurship; conceptual discussion; intervention efficacy.*

INTRODUÇÃO

O trabalho assalariado, nas sociedades modernas, consubstancia um projeto de participação e de reconhecimento social, político e de cidadania, de tal forma relevante que acaba por se constituir como um dos eixos estruturantes das relações sociais e do sentido atribuído às existências individuais e coletivas. Assim, o emprego, como forma particular de trabalho associado a direitos, é um dos principais mecanismos de integração dos indivíduos na sociedade e um elemento que promove a formação e a consolidação da identidade pessoal e social (PERRET, 1997; DEJOURS, 1998; L'HUILLIER, 2002).

Hoje, face à crise financeira e política desse mecanismo de integração e de participação social – o trabalho assalariado –, a coesão social é posta em causa. A previsibilidade de integração em um posto de trabalho é substituída pela aleatoriedade e incerteza, pulverizando-se o fenômeno da exclusão social na sociedade em geral. Isso significa que o desemprego, antes associado apenas a determinadas franjas populacionais, é, atualmente, um fenômeno transversal e cada vez mais estrutural das sociedades ocidentais europeias.

Perante a atual dificuldade dos sistemas políticos e financeiros dos países europeus, em especial os do sul da Europa, em fazer face às maiores taxas de desemprego desde que há registro, a via do empreendedorismo tem assumido crescente importância no quadro das políticas de incentivo ao emprego. Com efeito,

face à ausência de respostas no mercado assalariado, a mensagem veiculada aos desempregados (e não só) parece apresentar a via do empreendedorismo como verdadeira panaceia na reconquista do direito ao trabalho: realidade complexa que merece ser discutida do ponto de vista dos conceitos e das práticas de intervenção social¹.

À medida que o movimento do empreendedorismo floresce, existem muitas questões que são centrais para essa área e que estão longe de obter consenso (OSBORNE; FALCONE; NAGENDRA, 2000). Questões como “o que é o empreendedorismo do ponto de vista social e financeiro?” e “o empreendedorismo pode ser ensinado?” têm sido alvo de estudos por vários autores.

A importância de que se reveste o empreendedorismo resulta, igualmente, segundo Portela et al. (2008), do reconhecimento por parte dos poderes políticos de que o autoemprego pode ser uma forma de ativar a mão de obra desempregada e, logo, de reduzir sua dependência dos sistemas de proteção social pública. Assim, não é de estranhar o mediatismo que tem cercado o conceito de empreendedorismo, criando, não poucas vezes, alguns mitos (e muitas confusões) em torno dos empreendedores e de seus feitos.

A ideologia liberal do *Self-Made Man* não é nova, mas, na atual conjuntura de crise econômico-financeira, parece ganhar novo fôlego. Em uma sociedade onde o indivíduo e sua liberdade são os valores mais elevados, os discursos meritocráticos prosperam. Contudo, sua legitimidade é uma “faca de dois gumes”: se, por um lado, liberta, por outro, responsabiliza. Isso significa que, se a liberdade é condição essencial para poder fazer escolhas, não se pode esquecer de que existem condições para se poder verdadeiramente fazer uma escolha. As implicações dos processos de desenraizamento do homem do esquema de oportunidades que a sociedade lhe oferece são muitas, mas a mais premente é a culpabilização individual de percursos de exclusão social. A dimensão ética dessa questão precede qualquer abordagem pragmática sobre as vias do empreendedorismo.

1 De fato, segundo o Ministério da Segurança Social e do Trabalho de Portugal (2003), a criação de novas empresas tem um grande peso na economia, em termos de criação de emprego e de modernização das empresas, e esse fato tem vindo a assumir crescente importância no seio das políticas públicas nacionais e comunitárias do crescimento econômico. Segundo Audretsch, et al. (2002, *apud* Resolução do Parlamento Europeu sobre o Livro Verde Espírito Empresarial na Europa, 2003, p. 7), “cada vez mais, são as empresas novas e pequenas, e não as grandes, as maiores criadoras de novos postos de trabalho”. Essa situação reflete uma mudança de paradigma que ocorreu nas últimas décadas do século XX, que, segundo Faria, Cuestas e Mourelle (2010), se deveu, entre outros fatores, à globalização e à inovação tecnológica, fazendo emergir uma economia empreendedora.

Nesse contexto, impõe-se a questão, que se constitui como o mote para o presente artigo: será a via do empreendedorismo uma verdadeira alternativa para os desempregados?

DESEMPREGO: COMPLEXIDADES E HEURÍSTICAS

Antes de falar do objeto principal deste artigo, isto é, a relação dialética entre desemprego e empreendedorismo, convirá refletir de modo breve sobre seu contexto de enquadramento: o trabalho, enquanto espaço de realização e desenvolvimento humano e social.

Assim, falar sobre trabalho é, segundo Jaccard (1974), falar simultaneamente de um privilégio e de um benefício. O trabalho corresponde a uma necessidade espontânea do ser humano, base de satisfação e realização, em que os indivíduos encontram sua expressão mais natural, desde que certas condições de ordem psicológica, moral e social estejam asseguradas². Para além de uma fonte de rendimento e de sentido para a vida, o trabalho estrutura a sociedade de um modo dialético. Como disse Schnapper (1998, p. 16), “as sociedades modernas constroem-se em torno da atividade profissional, da cidadania e da articulação entre as duas”.

Traçar uma perspectiva do desemprego é assim muito mais complexo de que abordar uma categoria qualquer estanque. Trata-se, antes, de abordar um conceito que se reflete, empiricamente, em uma complexa heterogeneidade. Segundo Duarte (1998), a vivência do desemprego varia segundo a natureza e a combinação de um grande número de variáveis, tais como idade, pertença social, competências escolares, profissionais e sociais, recursos econômicos e culturais, grau de solidariedade do grupo familiar, duração do desemprego, entre outras. Borgen e Amundson (1984) vêm corroborar essa perspectiva ao afirmar que são vários os fatores que influenciam a reação do indivíduo ao desemprego. Entre eles, a ligação ao emprego perdido, o estatuto social associado ao emprego desempenhado, o sistema de suporte social quando do desemprego (apoio dos amigos e família), características pessoais (lôcus de controle interno ou externo), situação financeira (se tem ou não poupanças) e as expectativas em relação ao futuro (por

2 Segundo Gonçalves e Coimbra (2007), mesmo face à crescente escassez e à precarização do emprego, este continua a assumir um papel central na vida das pessoas e continua a ser uma das mais importantes fontes de autonomia e cidadania. Segundo Rifkin (1996, *apud* Gonçalves; Coimbra, 2007, p. 411-412), “a ideia do cidadão ‘produtivo’ está tão enraizada nas sociedades que uma pessoa a quem seja recusado o acesso ao emprego corre o risco de perder toda a sua autoestima e seu sentido de cidadania”. Assim, estar desempregado é ser “destituído de valor” e de poder.

exemplo, se a pessoa tiver grandes expectativas relativamente ao emprego perdido, o desemprego será sentido de forma mais penosa)³.

O célebre trabalho de Schnapper (1981) é um ótimo exemplo dessa multiplicidade; em uma amostra de 100 desempregados, essa autora identifica três tipos de experiências vividas que correspondem a três formas de fazer face ao desemprego – desemprego total, desemprego invertido e o desemprego diferido. A autora destaca que, de forma geral, o desemprego é uma experiência traumatizante; contudo, refere que essas três formas de viver o desemprego são diferenciadas a partir de três dimensões. A primeira concerne na capacidade de adotar atividades de substituição do trabalho e no investimento em um estatuto alternativo. A segunda dimensão versa acerca da intensidade e da forma das sociabilidades, isto é, quanto mais o desempregado estiver envolvido em redes sociais independentes de seu trabalho, menores serão as consequências negativas da situação de não emprego. Finalmente, o enquadramento familiar constitui-se também como uma dimensão incontornável da análise da forma de viver o desemprego: a integração familiar funciona como um importante mecanismo de apoio à crise de estatuto associado ao desemprego, enquanto as dificuldades familiares tendem a exacerbá-la.

Segundo Araújo (2008), a forma como se vive a experiência do desemprego depende da combinação complexa entre fatores de vulnerabilidade e mediadores de compensação. Segundo esse autor, os fatores de vulnerabilidade resultam da interação entre agentes de vulnerabilidade extrínseca e intrínseca. Como fatores extrínsecos, Demazière (1995, *apud* Araújo, 2008) entende os espaços sociais onde a experiência de desemprego ocorre; e por fatores intrínsecos, as características sociais dos indivíduos e suas trajetórias profissionais. Por sua vez, os mediadores de compensação se reportam a fatores capazes de atenuar as consequências negativas da experiência de desemprego. Como tais, Araújo (2008) identifica o Estado Social (majoritariamente sob a forma de prestações pecuniárias) e, um pouco à semelhança de Schnapper (1981), as atividades de substituição e as redes sociais dos desempregados.

Não obstante, conforme esclarece Clavel (2005), o trabalhador está no centro de um conjunto de solidariedade que o faz existir: no plano relacional (relações de trabalho e possibilidade de construir uma família) e institucional (proteção social).

3 De fato, apesar de ser possível identificar características mais ou menos transversais associadas à vivência do desemprego, são vários os autores que reforçam a diversidade dessa experiência (LAZARSFELD; JAHODA; ZEISEL, 1982; DEMAZIÈRE; DUBAR, 1999; GALLIE; PAUGAM, 2000; ROSA, FERREIRA; GONÇALVES, 1999; LINHART et al., 2003; PAUGAM, 2003; CLAVEL, 2005; BRUTO DA COSTA, 2005; REMILLON, 2006; DOOLEY; PRAUSE, 2009).

Ele sente que pertence a um grupo, com um espaço (trajetos quotidianos e lugar de trabalho) e tempo (horários e licenças) definidos, que estruturam sua existência (CLAVEL, 2005). Inversamente, estar desempregado, para além de implicar a privação da fonte normal de rendimentos, significa perder um dos vínculos mais importantes de ligação à sociedade e à rede de relações interpessoais que o emprego proporciona (BRUTO DA COSTA, 2005).

Fouad e Bynner (2008) fazem a distinção entre dois tipos de transições no trabalho, nomeadamente a transição voluntária, orientada pela iniciativa pessoal, e a transição involuntária, moldada por constrangimentos pessoais e ambientais.

A propósito dessa distinção, Portela et al. (2008) vêm confirmar essa ambiguidade, chamando igualmente a atenção para a voluntariedade de muitas dispensas. Esses autores afirmam que essa distinção é, muitas vezes, aparente. Segundo eles, são muitos os casos de pessoas em uma posição mais vulnerável face ao mercado de trabalho (mulheres, minorias étnicas, indivíduos com baixas qualificações, etc.), em que a dispensa se deveu a fatores externos, levando a um certo “desencanto” com as experiências do trabalho assalariado e criando a expectativa de que o autoemprego se afigura como uma saída de situações de instabilidade e vulnerabilidade laboral. Perante o exposto, não será difícil encontrar muitos casos que, por definição, se enquadram em situações de desemprego voluntário, mas que, por estarem envoltos em fatores que escapam ao controle (e à vontade) do indivíduo, se tratam, na verdade, de dispensas involuntárias.

A heurística da abordagem de Portela et al. (2008) sobre o “desencanto” com o trabalho assalariado e a consequente expectativa de muitos desempregados relativamente ao autoemprego coloca exatamente a pergunta a que se propôs aqui responder no início deste artigo: será a via do empreendedorismo uma verdadeira alternativa para os desempregados, dos pontos de vista ético, social e económico? Nesse contexto, o próximo passo a tomar rumo à(s) possível(is) respostas é no sentido da definição de empreendedorismo e dos contornos e implicações que este assume no contexto do desemprego.

EMPREENDEDORISMO: UM CONCEITO POLISSÊMICO

Enquanto “moda” dos atuais discursos políticos como solução para o desemprego, o empreendedorismo se assume não apenas como resposta socioeconómica para as realidades individuais, mas, igualmente, como parte dos problemas nas discussões sobre o crescimento sustentável das economias. O polimorfismo conceitual e prático do conceito de empreendedorismo resulta, em boa parte, do fato

de o termo ter vindo a assumir, diacronicamente, diversos contornos derivados das contribuições de vários autores ao colocarem sua discussão em um patamar multidisciplinar.

Atualmente, o conceito de empreendedorismo é heterogêneo e tem sido utilizado e interpretado em diversos contextos (cf. SAY; SCHUMPETER; DRUCKER; STEVENSON, *apud* DEES, 2011). Conforme assinala Ferreira (2005), o conceito de empreendedorismo, embora tenha sido primeiramente conceituado no domínio da atividade econômica, disseminou-se para outras áreas do conhecimento, como a social, a política e a institucional. Não obstante, o conceito de empreendedorismo e de empreendedor conheceu seu terreno mais fértil no seio da economia.

O legado de Schumpeter e sua visão de *homo economicus* foram, sem dúvida, das contribuições mais sonantes e que ainda encontram eco nos anais da economia. Na obra *The theory of economic development*, Schumpeter (1968) veio introduzir um conceito que surge, atualmente, fortemente ligado à noção de empreendedorismo: o conceito de inovação – representando um salto conceitual no domínio do empreendedorismo. Ao definir o empreendedor como alguém que detecta oportunidades e introduz inovações, caracteriza esses indivíduos como uma “classe sociológica distinta”. Para Schumpeter, o processo de descoberta e inovação, denominado “processo de destruição criativa” do capitalismo, é essencial para a economia, dado que modifica o passado e gera novas oportunidades para a criação de riqueza no futuro (PORTELA et al., 2008, p. 26). Assim, como Carter (2004, p. 121) afirma, o empreendedor é um “agente de mudança”.

Apresentando o empreendedorismo como a capacidade de introduzir, com sucesso, novas combinações de recursos que já existem, Schumpeter apresenta o empreendedor como alguém motivado, resiliente perante as resistências (suas e do meio), orientado para o lucro, inovador e com capacidade de implementar essas inovações de forma a provocar grandes mudanças na economia – o processo de “destruição criativa” (SCHUMPETER, 1934, *apud* SWEDBERG, 2009, p. 83; MURPHY; LIAO; WELSCH, 2006).

Outro autor que explora a questão das oportunidades é Drucker (1993); contudo, para ele os empreendedores não têm de provocar mudanças, mas, antes, explorar as oportunidades que são criadas pelas mudanças (DEES, 2011). A esse propósito, Kirzner (1997) vem acrescentar uma questão pertinente, relativamente à informação. Para ele, o empreendedor é aquele que tira proveito da informação cuja distribuição é imperfeita. Para tal, o empreendedor precisa ser vigilante. Essa questão levanta questões pertinentes como: em uma economia que funciona “de dentro para fora”, como é que pessoas sem o vocabulário necessário para compre-

ender e utilizar toda a informação disponível conseguem ascender às mesmas ditas “oportunidades”? Essa será uma questão passível de se enquadrar na pergunta inicial deste artigo e, por isso, será objeto de reflexão subsequente.

Acresce o fato de o risco assumido ser também um ato de (re)conquista de um lugar na sociedade: o de membro ativo, (re)inserido na estrutura produtiva⁴ e, portanto, (re)pertencendo a uma hierarquia de posições socioprofissionais. Poder-se-ia argumentar que o fato de um desempregado estar a receber subsídio de desemprego já é, por si, uma situação de insegurança, uma vez que o apoio pecuniário recebido tem um limite temporal e, portanto, o indivíduo já se encontra em uma situação de grande incerteza. Contudo, a decisão de passar de ator passivo (receber o subsídio enquanto espera por outra colocação) para ativo (trabalhar por conta própria, mesmo não tendo o capital econômico necessário para fazê-lo) é, sem dúvida, sair de uma zona de conforto (ou pelo menos mais familiar), pelo quê não se deve negligenciar o sentido subjetivamente empreendedor que tal decisão implica.

Portela et al. (2008, p. 165) reforçam essa ideia ao reconhecerem “o mérito da tomada de decisão e de assunção de riscos, sobretudo quando reina a omissão, o laxismo e a inação [...] e o incentivo ao conservadorismo”. Contudo, conforme alerta Portela et al. (2008), a tradição de definir o empreendedorismo por meio de atributos pessoais está repleta de contradições. A título de exemplo, esses autores referem que há indivíduos que são caracterizados como empreendedores, no entanto, não fundaram necessariamente nenhuma empresa ou negócio.

Segundo Philipsen (1998, *apud* Portela et al., 2008), o caráter contingente das características associadas ao empreendedorismo é uma conclusão que reúne o consenso geral dos investigadores, ou seja, os atributos geralmente associados aos empreendedores constituem uma série de comportamentos e decisões passíveis de mudar ao longo do tempo, isto é, passíveis de aprendizagem. Essa tradição de definição de empreendedorismo, segundo Portela et al. (2008), representa uma das abordagens essenciais (e muito populares) ao conceito que privilegia o ator em detrimento do processo. Enquanto a abordagem pelo indivíduo frequentemente

4 Ora, quando se fala da criação do próprio negócio pela iniciativa de pessoas involuntariamente desempregadas, essa propensão se assume duplamente como um ato empreendedor: por um lado, por implicar (inerentemente) a assunção de riscos (cf. CANTILLON, 1755; MILL, 1848; KNIGHT, 1947; MISES, 1949; COLE, 1959; SCHUMPETER, 1968) (em decorrência da volatilidade dos mercados) e, por outro, por ser iniciado por pessoas em situação de vulnerabilidade social (desemprego involuntário) que, ao terem oportunidades defasadas no mercado de trabalho, se arrisquem, em um hipotético cenário de falência, a incorrer em uma situação ainda mais dramática do que a que experimentavam antes de iniciar o negócio (por exemplo, situações de endividamento) (cf. ANDERSSON; WADENSJO, 2007).

retrata o ator como um ser associal, a abordagem pela estrutura tenta definir o empreendedorismo no quadro das condições que permitem ou dificultam a alteração do *status quo*. Segundo Portela et al. (2008, p. 45), os elementos da dicotomia estrutura *versus* indivíduo devem ser complementares no esforço de conceituar o empreendedorismo: nem as “[...] restrições são totalmente insuperáveis [...], nem todos os atores possuem um poder ilimitado e independente das condicionantes reais e das suas próprias capacidades [...]”.

Outra linha que se enquadra no esforço de definir o empreendedorismo refere-se à distinção entre os tipos de empreendedorismo: por oportunidade e por necessidade. Como será abordado, essa discussão é muito pertinente no âmbito deste artigo.

Ferrão et al. (2005, *apud* Portela et al., 2008) referem que, no geral, a bibliografia defende que a escolha individual de constituir uma empresa decorre de dois tipos de motivação de natureza econômica. Por um lado, há os empreendedores schumpeterianos, movidos pela oportunidade: segundo esses autores, tais indivíduos são aqueles que, providos de maior capital pessoal (capacidades empreendedoras e de gestão e conhecimento aprofundado dos mercados), irão encontrar precocemente uma oportunidade e, ao perceberem que podem lucrar com ela, tornar-se-ão empresários. Por outro lado, há os empreendedores movidos pela necessidade, que, pela força de circunstâncias decorrentes da ausência de opções menos favoráveis à sua sobrevivência, ousam criar uma empresa (DELI, 2011). Nesse caso, essa decisão não decorre, primeiramente, da detecção perspicaz de uma oportunidade de negócio, antes, da necessidade de encontrar uma alternativa à escassa oferta de emprego no mercado de trabalho por conta de outrem⁵.

Assim, como se pode verificar, na definição de empreendedorismo, embora contextualizados por fatores psicossociais, continuam a ser valorizados critérios de natureza econômica. Contudo, como alerta Portela et al., essa distinção remete ao fato de o empreendedorismo já não se encontrar apenas associado a pessoas com recursos e acesso a oportunidades. Sejam “motivados pela oportunidade ou necessidade [...], estes indivíduos não estão a resolver apenas o seu problema [...],

5 É nessa perspectiva que o Global Entrepreneurship Monitor (2012) faz a distinção entre empreendedores de necessidade e de oportunidade. Definem-se como empreendedorismo de oportunidade (*opportunity entrepreneurial activity* – OEA) as situações protagonizadas por indivíduos que, envolvidos em atividades empreendedoras, (i) afirmam serem movidos pela oportunidade, em oposição ao fato de não terem outra opção de trabalho; e (ii) indicam que o condutor principal para se envolverem nessa oportunidade é serem independentes ou aumentarem seu rendimento, ao invés de apenas os manter. Por sua vez, incluem-se no empreendedorismo por necessidade (*necessity entrepreneurial activity* – NEA) aqueles indivíduos que se envolvem em atividades empreendedoras porque não têm outra opção de emprego no mercado de trabalho.

ao fazê-lo, contribuem para o desenvolvimento local e para o progresso econômico geral” (PORTELA et al., 2008, p. 23). Para além disso, como foi mencionado, a decisão dos empreendedores por necessidade de abrirem um negócio não decorre, primeiramente, da detecção de uma oportunidade de negócio lucrativo; contudo, isso não significa que, como afirma Portela et al. (2008), estes não assumam rapidamente um comportamento de maximização de lucro e de procura por oportunidades no mercado.

Nesse contexto, ao abordar o empreendedorismo não se deve cingir a uma perspectiva economicista, dado que ele significa a atitude materializada pelo desejo de iniciar, desenvolver e concretizar um projeto. Muito mais do que motivos de ordem econômica, de oportunidade ou necessidade, o empreendedorismo é sempre uma decisão, a qual recusa a inércia e a letargia. Como será visto em seguida, encontra-se com frequência na literatura econômica uma tácita desvalorização do empreendedorismo por necessidade, que deve ser alvo de uma análise mais compreensiva, a qual obrigará a ir além de resultados e motivações econômicas e levará a assumir que essa problemática deverá ser encarada dentro de um paradigma de responsabilidade partilhada.

DESEMPREGO E EMPREENDEDORISMO: UMA RELAÇÃO DIALÉTICA E DINÂMICA

A literatura produzida sobre a relação entre desemprego e empreendedorismo mostra-se controversa, conforme já se enunciou na secção anterior, revelando sua complexidade e variáveis constituintes.

Para Faria, Cuestas e Mourelle (2010), o empreendedorismo é um dos principais motores de crescimento das economias modernas; assim, seu impacto no desemprego é da máxima importância. Estudos empíricos têm mostrado, como já se verificou, que os pequenos negócios têm adquirido crescente importância nas últimas décadas. Segundo esses autores, o crescimento econômico está ligado a mudanças no desemprego, teoria demonstrada por meio da fórmula de crescimento da lei de Okun⁶. Pode-se, portanto, seguramente assumir que há uma relação entre empreendedorismo e desemprego. Contudo, os contornos de que essa relação se reveste são, muitas vezes, contraditórios.

A esse respeito a literatura empírica é ambígua. A título de exemplo, Oxenfeldt (1943), Evans e Leighton (1990) e Highfield e Smiley (1987) concluíram que o

6 Teoria que, em macroeconomia, propõe a existência de uma relação inversa entre desemprego e Produto Nacional. Descreve uma relação linear entre as variações percentuais do desemprego e os movimentos cíclicos do PIB efetivo relativamente ao PIB potencial.

desemprego está positivamente associado a uma maior propensão para começar um novo negócio; no entanto, Garofoli (1994) e Audretsch e Fritsch (1994, *apud* Audretsch et al., 2002), mostraram exatamente o oposto, enquanto Carree (2001, *apud* Audretsch et al., 2002), defendia não existir uma relação estatística suficientemente relevante entre esses fenômenos.

Há, portanto, de um lado, os autores que defendem que o desemprego estimula a atividade empreendedora. Esse fenômeno é conhecido como *refugee effect*, visão que remonta aos estudos de Oxenfeldt (1943), em que o autor defendia que os indivíduos escolhem entre o desemprego, o autoemprego e o emprego, tendo em conta os “custos” relativos dessas atividades. Nesse sentido, os indivíduos desempregados que enfrentam perspectivas de emprego de salário baixo escolhem o autoemprego como a melhor entre as várias alternativas. À luz dessa teoria, perante a ausência de opções no mercado de trabalho assalariado e perante a necessidade de obter uma fonte de rendimento, os indivíduos decidem encetar uma atividade empreendedora, pelo quê, nessa perspectiva, o desemprego atua como catalisador da atividade empreendedora (OLADELE; AKEKE; OLADUNJOYE, 2011). Essa teoria se insere, como define o Global Entrepreneurship Monitor (2012), no chamado “empreendedorismo por necessidade”.

Do outro lado estão os autores que defendem que altos níveis de empreendedorismo reduzem o desemprego. O fenômeno conhecido por *Schumpeter effect* defende que o aumento dos níveis de empreendedorismo (criação da própria empresa) leva a maiores níveis de emprego e de crescimento econômico. De acordo com tal perspectiva, por meio da criação de novas empresas e da subsequente contratação de pessoas, incorre-se em um processo de redução do desemprego e de aumento da empregabilidade. Por seu turno, às elevadas taxas de desemprego está associado um baixo nível de atividade empreendedora, ou seja, se a propensão para criar empresas é baixa, isso irá se refletir em altas taxas de desemprego. Nesse caso, o desemprego está negativamente relacionado com a criação de novas empresas (OLADELE; AKEKE; OLADUNJOYE, 2011).

Segundo Audretsch (1995, *apud* Oladele; Akeke; Oladunjoye, 2011), essa teoria implica assumir que aqueles que estão desempregados tendem a assim permanecer, porque possuem níveis mais baixos de capital humano (DELI, 2011) e de talentos empreendedores – requisitos necessários para iniciar e manter novas empresas. Uma baixa taxa de competências e de cultura empreendedora, em qualquer sociedade, pode ser uma consequência do baixo crescimento econômico, que também se reflete em maiores níveis de desemprego.

Um estudo feito na Nigéria por Oladele, Akeke e Oladunjoye (2011) acerca da promoção do emprego por meio do estímulo ao empreendedorismo revelou, igualmente, que a taxa de desemprego estava negativamente relacionada com o desenvolvimento do empreendedorismo (*Schumpeter effect*)⁷.

Face à ambiguidade que rodeia essa relação, Faria, Cuestas e Mourelle (2010) avançam com uma proposta: a relação entre desemprego e empreendedorismo é cíclica, dinâmica e não linear, o que não contraria, necessariamente, as visões expostas. O estudo desses autores envolveu observações anuais desde 1972 a 2004, em alguns países da OCDE, e concluiu que essa relação varia consoante os países. Existe uma causalidade bidirecional em países com mercados de trabalho flexíveis. Para além disso, perceberam que a criação de negócios reage rapidamente a mudanças na variação do desemprego, enquanto a resposta oposta demora mais tempo. Esses autores afirmam que fatores como características individuais dos empreendedores (educação, suporte familiar e atitudes face ao risco) (cf. AVIRAM, 2006), assim como fatores microeconômicos (taxas de impostos e o racionamento do crédito), e variáveis macroeconômicas (PIB e o ciclo econômico) têm um papel muito importante na explicação das diferenças encontradas na relação entre desemprego e empreendedorismo entre os países. Esse estudo vai de encontro com as conclusões de outros autores que defendem que essa relação varia igualmente de acordo com as características regionais (urbano ou rural) e os fatores culturais, como a religião e a discriminação entre gêneros (FARIA et al., 2010).

Segundo Lasch, Gundolf e Kraus (2007), na ligação entre o desemprego e o empreendedorismo existem de fato diferentes pontos de vista, frequentemente ligados a dois níveis distintos de análise. No nível individual, o desemprego é considerado, na maioria dos estudos, como um estímulo para os indivíduos se tornarem empreendedores. Em uma perspectiva local, os mercados de trabalho que indicam uma taxa de desemprego elevada são considerados frequentemente como um ambiente hostil, especialmente para empreendimentos *high-tech*⁸. Os autores concluíram que o desemprego é o fator que mais afeta a atividade empre-

7 De acordo com o estudo realizado por Audretsch, Carre e Thurik (2002, p. 10), em 23 países da OCDE, em um período de observação situado entre 1974 e 1998, as variações na taxa de desemprego tendem a estar associadas a variações homólogas (ainda que em escalas variáveis) na taxa de desemprego (e vice-versa), dependendo dos países em análise. Dito de outro modo, “*changes in unemployment clearly have a positive impact on subsequent entrepreneurship. At the same time, changes in entrepreneurship have a negative impact on subsequent unemployment*”.

8 O estudo efetuado por esses autores na França apresenta evidências empíricas acerca dos efeitos do ambiente socioeconômico local no empreendimento. Os resultados mostram claramente que o contexto geográfico é importante para o empreendedorismo. Para além disso, suporta fortemente o desemprego como o fator-chave para o empreendedorismo nos mercados de trabalho.

enedora, funcionando como um estímulo, confirmando a teoria da necessidade, que explica os altos níveis de empreendedorismo em determinadas regiões (cf. Ritsila; Tervo, 2002).

Esse estudo reforça a ideia de Alvarez e Barney (2000) e de Hitt e Reed (2000, apud Lasch et al., 2007), da importância do capital humano no empreendedorismo. A propósito dessa questão do baixo capital humano dos empreendedores por necessidade, a literatura sugere que os indivíduos com níveis mais baixos de competências se tornam empreendedores por necessidade, por serem forçados por fatores externos (nesse caso, o desemprego), enquanto os indivíduos com níveis de competência mais elevados se tornam empreendedores por oportunidade (cf. DELI, 2011). Ora, ao categorizar os indivíduos e os tipos de empreendedorismo sem fazer um esforço de reflexão acerca do que isso significa, corre-se o risco de veicular discursos individualistas, atualmente tão apregoados pela comunidade política neoliberal.

Ritsila e Tervo (2002), ao estudarem na Finlândia, durante o período de 1987 a 1995, o papel do desemprego nos níveis pessoal, local e nacional na criação de novas empresas, chegaram à conclusão de que existe uma relação positiva e não linear entre eles. Esses autores concluíram que as motivações que levam o desempregado a criar seu próprio emprego não devem se limitar a fatores de nível individual. As conclusões a que chegaram revelam a influência do desemprego como fator *push* e *pull* nos diferentes níveis de análise (cf. CALIENDO; KRITIKOS, 2010), nomeadamente três níveis: individual, local e nacional.

As motivações *push* referem-se a circunstâncias em que o indivíduo, perante perspectivas negativas face à sua inserção no mercado de trabalho (desemprego ou emprego precário), sente-se forçado a criar um negócio. Nesses casos, os indivíduos podem considerar a formação de um negócio como a melhor alternativa. Por sua vez, as motivações *pull* enquadram-se em situações em que os indivíduos são, primeiramente, atraídos pela perspectiva de criar um negócio (STOREY, 1991). Segundo Ritsila e Tervo (2002), essa hipótese sugere que a formação de novos negócios ocorre quando a procura é alta e quando os indivíduos têm acesso a crédito ou a poupanças pessoais. Nesse sentido, uma decisão positiva de iniciar um negócio é mais provável quando o desemprego é baixo e o indivíduo está empregado e tem acesso ao capital necessário para iniciar a empreitada.

Apesar de as motivações *push* estarem muito associadas ao empreendedorismo por necessidade, são vários os estudos que afirmam que o desemprego atua, simultaneamente, como fator *push* e *pull* (cf. HAMILTON, 1989; EVANS; LEIGHTON, 1990;

STOREY, 1991; RITSILA; TERVO, 2002; CALIENDO; KRITIKOS, 2010), revelando, mais uma vez, o caráter paradoxal dessa relação.

O estudo de Ritsila e Tervo (2002) demonstrou que, no nível individual, dominam os fatores *push*, revelando que o fato de o indivíduo estar em uma situação de desemprego tem um grande peso na decisão de criar seu negócio. A insegurança face aos rendimentos, decorrente da situação de desemprego, faz com que o caminho do empreendedorismo se apresente aos indivíduos como a melhor alternativa.

Contudo, no nível local, segundo Ritsila e Tervo (2002), a influência de fatores *pull* e *push* é evidente: se por um lado altos níveis de desemprego local incentivam o autoemprego (fator *push*), por outro, baixos níveis de desemprego local têm igualmente um efeito positivo na formação de novos negócios (fator *pull*). Portanto, no nível local, em um contexto de alto desemprego, o autoemprego se afigura como último reduto para os desempregados (cf. DELI, 2011), até porque nesses casos o Estado incentiva bastante a criação de negócios locais. Embora haja a pertença a um contexto comunitário com baixas taxas de desemprego, os indivíduos tendem a ser atraídos pela probabilidade de sucesso, o que explica a igual existência de uma propensão à criação de empresas (cf. WAGNER, 2003).

No nível nacional, altas taxas de desemprego não incentivam a criação de empresas, havendo, portanto, um domínio de fatores *pull*. Ou seja, em um período de alto desemprego nacional, a procura interna e externa por produtos e serviços locais é baixa, tornando as possibilidades de sobrevivência das novas empresas relativamente diminutas. E, em decorrência da baixa probabilidade de sobrevivência empresarial, o indivíduo enfrenta mais incertezas, desmotivando-se desse modo pela atividade empreendedora (RITSILA; TERVO, 2002)⁹.

Para além disso, Ritsila e Tervo (2002) verificaram que existe uma maior propensão do indivíduo para criar o próprio emprego na fase inicial do desemprego, figurando o desemprego de longa duração como menos propenso ao empreendedorismo. Contudo, Evans e Leighton (1990), em sua investigação, chegaram à conclusão oposta: a probabilidade de entrar no autoemprego aumenta à medida que a duração do desemprego se torna maior. Segundo Ritsila e Tervo (2002), esse fato se relaciona com fatores de ordem psicológica, social e do setor público

⁹ A conclusões semelhantes chegou Davidsson (1994, *apud* Projecto-piloto Empreende + Innova, 2006), ao afirmar que existe uma relação inversa entre altas taxas de desemprego e o aparecimento de novas empresas. Segundo esse autor, a informação de elevadas taxas de desemprego na sociedade dissemina a ideia de condições econômicas menos favoráveis para a criação de negócios, o que, consequentemente, tende a se traduzir em menores índices de empreendedorismo.

e com a forma como o desemprego afeta os indivíduos de maneiras diferentes, em distintas fases.

EMPREENDEDORISMO COMO DECISÃO/RESPOSTA AO DESEMPREGO

Se o empreendedorismo for encarado como decisão, o que se sabe sobre as motivações e os contextos do empreendedor?

Como houve oportunidade de verificar, os argumentos no âmbito das motivações econômicas dos empreendedores para criarem o próprio emprego distinguem o que se conhece por empreendedorismo de necessidade do empreendedorismo de oportunidade. Contudo, essa é uma decisão que se reveste de motivações de caráter diverso, que se manifestam em diferentes níveis.

Segundo Hytti (2010), é importante contextualizar a decisão de enveredar pelo empreendedorismo na história profissional e na configuração que o desemprego assume em diferentes fases da história de vida do indivíduo. Essa autora verificou que, quando os vários aspetos da insegurança do trabalho anterior são considerados, a hipótese tradicional de que o indivíduo desempregado é “empurrado” para o autoemprego por falta de outras ou melhores alternativas cai por terra. Segundo Hytti (2010), a decisão do empreendedorismo pelos desempregados não ocorre no vácuo, é, antes, um processo que emerge integrado em um contexto histórico e social.

Para além disso, essa autora afirma que a divisão que é feita por muitos autores entre empreendedorismo inseguro e trabalho por conta de outrem seguro é questionável. Segundo essa autora, o elemento de risco está presente em ambas as alternativas, que requer um estudo mais aprofundado acerca dos elementos de segurança e insegurança em torno do empreendedorismo e do trabalho assalariado. Para ela, esses elementos devem ser enquadrados na atual estrutura do mercado de trabalho.

Considerando o quadro de crescente imprevisibilidade que se tem desenhado não só no mercado de trabalho, mas em todas as sociedades ocidentais, a intervenção na área do desemprego exige um conhecimento sólido, simultaneamente teórico e prático, no sentido da elaboração de estratégias de ação que conduzam a uma participação efetiva dos desempregados na defesa de seus interesses junto às instituições.

A experiência de desemprego, em toda a sua multidimensionalidade, exige que qualquer intervenção nessa problemática se fundamente em uma ação integral e

integrada em que as necessidades, as dificuldades e as expectativas dos indivíduos desempregados devem ser alvo de uma ação interdisciplinar.

O desemprego afeta indivíduos e famílias com características e recursos muito diferenciados e, como tal, não pode ser conceituado de forma única, nem implicar o mesmo tipo de resposta para todas as situações. Isso significa que, na medida em que os recursos são diferentes, também as vivências da condição de desemprego são distintas (HESPANHA et al., 2007) e variam em função de um amplo conjunto de fatores com múltiplas ligações entre si (DUARTE, 1998).

Com efeito, o conhecimento acerca dessas variáveis moderadoras permite uma maior compreensão do impacto do desemprego no indivíduo (DEFRANK; IVANCEVICH, 1986) e possibilita a identificação dos grupos de pessoas desempregadas que necessitam de ajuda especial (PAUL; MOSER, 2009). Daqui pode-se inferir que o empreendedorismo possa surgir como resposta motivada dos desempregados, em função das múltiplas combinações entre fatores individuais e contextos sociais.

DE DESEMPREGADO A EMPREENDEDOR

Experimentar uma situação de desemprego, quando involuntária, pode ser fonte de grande estresse e trazer consequências psicossociais potencialmente graves. Se for considerada a privação de emprego como uma experiência essencialmente negativa, a investigação demonstra que o desemprego produz vários efeitos adversos a diversos níveis. De fato, são vários os autores que demonstram a elevada conexão, em termos de durabilidade e ligação emocional ao trabalho, e as consequências de sua perda (GREENHALG; ROSENBLATT, 1984; FRYER; PAYNE, 1986), a qual se manifesta não apenas no nível material, mas também em termos de desvalorização pessoal e social (FRYER; PAYNE, 1986; LEANA; FELDMAN, 1992).

Por outra perspectiva, se for atendida essa experiência como uma transição psicossocial capaz de envolver, igualmente, aspectos negativos e positivos, verifica-se que as mudanças são, na realidade, situações complexas que exigem uma leitura capaz de articular a dimensão objetiva e subjetiva (VINCE; BROUSSINE, 1996), o que abre diferentes perspectivas de intervenção social.

Segundo Carter (2004), o empreendedorismo pode ser incentivado. Se for oferecida formação adequada em empreendedorismo, os desempregados podem adquirir as competências necessárias para se aventurarem em um negócio próprio. Segundo esse autor, esses programas devem desenvolver áreas como as finanças, a contabilidade, o *marketing* e a gestão. Dessa forma, os formandos podem aprender

a avaliar a viabilidade de uma ideia, desenvolver um plano de negócios, reunir apoio (financeiro e operacional) e criar seus negócios.

Outro estudo acerca do apoio dado aos desempregados por meio de um programa (*Self Employment Assistance*) para se tornarem empreendedores, que corrobora o estudo anterior, foi o de Bharadwaj, Falcone e Osborne (2004). Esses autores afirmam que os desempregados, mesmo quando não reúnem um grande número de traços pessoais empreendedores (*Entrepreneurial Quotient*¹⁰), podem ver seus comportamentos empreendedores “desenvolvidos”, pela assistência e pelo apoio sistemático (cf. OSBORNE; FALCONE; NAGENDRA, 2000), verificando uma taxa de sucesso na ordem dos 75% (relativos às metas atingidas durante o programa e ao critério *up and running*¹¹ dos empreendimentos). Desse modo, os autores concluíram que as características ditas empreendedoras dos candidatos não se revelaram tão importantes como se poderia pensar. Segundo esses autores, o sucesso dos indivíduos é decorrente de sua participação no programa e da aprendizagem e assistência que recebem nele, o que demonstra as amplas potencialidades dessa abordagem.

Há estratégias, de resto bem documentadas, em um estudo realizado pela Leadership Business Consulting (2012), no âmbito da estratégia da Comissão Europeia para a Promoção do Empreendedorismo na Europa. Também há recomendações que apontam para o fomento de uma cultura empreendedora por meio da atuação no nível educacional.

EMPREENDEDORISMO FACE AO DESEMPREGO: PERSPECTIVAS DE INTERVENÇÃO

Os altos níveis de desemprego levaram os poderes políticos a procurar soluções, e, segundo Hytti (2010), uma das mais promovidas tem sido o empreendedorismo. Contudo, ao mesmo tempo, a depreciação dos desempregados empreendedores como uma categoria social “empurrada” por motivos menos positivos (STOREY, 1991) continua a encontrar eco em vários autores (HYTTI, 2010).

A estigmatização (implícita) do empreendedor por necessidade como alguém com baixas competências (DELI, 2011), que falha mais em seus empreendimentos (cf. VODOPIVEC, 1998; PFEIFFER; REIZE, 2000; BURNS, 2001; ABDESSELAM; BONNET; LE PAPE, 2004) e que é menos dinâmico (cf. STOREY, 1991), é evidente na literatura. O famoso estudo de Evans e Leighton (1990) é revelador: apesar de os desempregados

10 Escala com itens que incidem em aspetos como a tolerância ao risco, a gestão do tempo, a criatividade, o planeamento, entre outros.

11 “Empreendimento instalado e a funcionar”: verificado um mês após o término do programa.

(quando comparados com indivíduos que não estavam desempregados) terem cerca de duas vezes mais probabilidades de criarem seu emprego (4,5% *versus* 24%), também têm cerca de 1,5 vez mais de probabilidade de abandonar o negócio durante o primeiro ano (51,5% *versus* 37%) (cf. ANDERSSON; WADENSJO, 2007).

No entanto, Evans e Leighton (1990) chegaram a outra conclusão interessante: apesar de os empreendedores anteriormente desempregados falharem mais e ganharem menos no primeiro ano de emprego por conta própria do que os que estavam empregados por conta de outrem antes de se autoempregarem, muitos continuam a preferir o emprego por conta própria, ao invés de tentarem de novo encontrar emprego por conta de outrem. Segundo esses autores, esses dados sugerem que esses indivíduos se mantêm no autoemprego porque acham que ficariam em uma situação pior se desistissem. Essa questão, ao contrário do que sugere Evans e Leighton (1990), pode prender-se a questões mais profundas que a simples racionalidade econômica, e esse é tema estruturante nessa problemática.

Relativamente à taxa de insucesso dos empreendimentos por parte dos desempregados, não se trata de negar dados empíricos, mas, antes, de tentar perceber por que isso acontece. Nesse domínio, o estudo de Caliendo e Kritikos (2010) pode ajudar a iluminar esses dados. De fato, esses autores refutam essa teoria ao afirmarem que cerca de 70% dos desempregados (mesmo com baixas qualificações e sem capital), dois anos e meio (em média) após abrirem seu negócio, continuam com sucesso seus empreendimentos¹². O fato de os empreendimentos criados por desempregados estarem mais associados ao fracasso foi também desmistificado por Niefert (2010). Essa autora verificou que os empreendimentos criados por desempregados têm, em média, tendência para ter menos empregados e estão em áreas onde é necessário menos capital, caracterizados por alto nível de concorrência. Segundo essa autora, a menor propensão dos fundadores anteriormente desempregados para investir e para contratar funcionários pode ser atribuída ao seu acesso restrito à capital e a informações sobre oportunidades. Desse modo, a autora conclui que subsidiar os empreendimentos criados por desempregados

12 O estudo levado a cabo por esses autores focou 3.100 negócios fundados em 2003 por desempregados na Alemanha, subsidiados por dois programas governamentais (*Bridging allowance* – BA – e *Start-up-subsidy* – SUS). Esses autores verificaram que, por meio desses programas, ao oferecer um apoio a longo prazo (não apenas durante a fase inicial), os desempregados se sentem mais seguros, tornando mais fácil a decisão de iniciar um empreendimento. Esse fator se revelou essencial, fato comprovado pela grande adesão das mulheres a esses programas (que, segundo esses autores, são mais avessas ao risco). Esse estudo revela a importância do apoio governamental aos desempregados e como este deve basear-se em um apoio sistemático integral e integrado. Assim, ficou claro que o sucesso dos desempregados como empreendedores depende mais do desenho do programa de apoio (cf. VODOPIVEC, 1998) do que das chamadas características do empreendedor.

com empréstimos em vez de doações e ajudar os desempregados a melhorar suas competências no reconhecimento de oportunidades são passos essenciais para ajudá-los a alcançar o sucesso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desemprego é, atualmente, um fenômeno estrutural e destruturante do ponto de vista social, e aparecem cada vez em maior número os que conhecem períodos mais ou menos longos dessa situação. Tal conjuntura não se pode coadunar com discursos hegemônicos culpabilizantes (nem desculpabilizantes) acerca dos desempregados. Trata-se de indivíduos que, só pelo número que representam¹³, deveriam ter uma voz mais ativa nas decisões públicas no domínio das políticas de apoio ao emprego e ao empreendedorismo e que merecem que essa experiência seja, efetivamente, contextualizada em um quadro multidisciplinar de intervenção social: desde a constitucionalidade do direito ao trabalho até as estratégias de promoção do crescimento econômico conducentes à plena realização da cidadania.

A aceitação do desemprego como fenômeno transversal em nossa sociedade implica a consciência da necessidade de um apoio sistemático e holístico, no sentido de oferecer as condições (e verdadeiras opções) necessárias para que o indivíduo possa ter acesso e sucesso em suas alternativas. Com efeito, no estudo de caso português, ao olhar para as estatísticas, verifica-se que, em outubro de 2011, do total de inscritos nos Centros de Emprego, menos de 1% dos desempregados (0,37%) aderiu a Programas de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego (IEFP, 2011). É, pois, necessário rever conceitos e modelos de intervenção social no empreendedorismo como uma resposta ao desemprego. Explorar ideias nessa matéria é essencial, no sentido de desconstruir ambiguidades e edificar sistemas multidimensionais eficazes e eficientes de criatividade profissional.

Encarar o empreendedorismo como solução para o desemprego, decorrente unicamente da persistência, tenacidade e resiliência individual de alguns, é negar a natureza biopsicossocial do ser humano e veicular discursos desqualificantes que perpetuam a desigualdade. O empreendedorismo não pode residir somente na habilidade pessoal de conquistar um emprego. Ao adotar perspectivas uniaxiais, isto é, se não forem considerados os contextos econômico, político e social em que cada indivíduo está inserido, a jusante poder-se-ão encontrar discursos

¹³ A caminho de um milhão de indivíduos desempregados em Portugal (o que representa uma taxa de desemprego de 15,3% em março de 2012, segundo o EUROSTAT), o que representa uma fatia significativa da sociedade.

organicistas e teorias de responsabilização/culpabilização dos indivíduos por seus projetos fracassados, os quais, por si, já implicam a assunção de riscos. Está-se, portanto, perante uma dupla penalização dos indivíduos. Desse modo, por um lado, o conceito de empreendedorismo não deve servir apenas a perspectivas economicistas (macro); por outro, deve servir a perspectivas psicologistas (micro), mas privilegiar uma abordagem holística e idiossincrática, de forma a criar análises que fiquem o mais próximo possível da realidade.

Assim, para analisar a relação entre empreendedorismo e desemprego, mais que traçar um perfil, importa enquadrar essa transição no contexto estrutural em que ela é vivida e nas necessidades que daí decorrem. Como visto anteriormente, o fato de o indivíduo ter partido de uma situação de desemprego não significa que não reúna em si as tão populares características empreendedoras do *homo economicus*. Acresce que a experiência de desemprego é diversificada e é cada vez mais a regra que a exceção. A relação entre desemprego e empreendedorismo reveste-se, pois, de contornos de variada ordem, desde fatores micro e macroeconômicos, regionais, culturais, entre outros. Assim, importa assumir o caráter heurístico dessa relação e compreender a decisão de enveredar pelo empreendedorismo como um processo integrado em um contexto, simultaneamente, histórico, social e pessoal. Só assim os programas de incentivo ao empreendedorismo serão capazes de responder aos desafios, às expectativas, às necessidades e aos anseios dos empreendedores, venham eles de uma situação de desemprego ou não.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABDESSELAM, Rafik; BONNET, Jean; LE PAPE, Nicolas. An explanation of the life span of new firms. *Small Business Economics*, v. 23, n. 3, p. 237-254, 2004.
- ANDERSSON, Pernilla; WADENSJO, Eskil. Do the unemployed become successful entrepreneurs? *International Journal of Manpower*, v. 28, n. 7, p. 604-626, 2007.
- ARAÚJO, Pedro. *A tirania do presente: do trabalho para a vida às incertezas do desemprego*. Coimbra: Quarteto, 2008.
- AUDRETSCH, David; CARREE, Martin A.; THURIK, A. Roy. *Does entrepreneurship reduce unemployment?* Tinbergen Institute Discussion Paper, 2002. Disponível em: <www.spea.indiana.edu/ids/.../ISSN%2002-1.doc>. Acesso em: 20 jan. 2012.
- AVIRAM, Arie. A study of factors that influence unemployed persons. *Journal of Employment Counseling*, v. 43, n. 4, p. 154-167, 2006.

- BHARADWAJ, Prashanth N.; FALCONE, Thomas W.; OSBORNE, Stephen, W. Creating entrepreneurs from the ranks of the unemployed. *Journal of Small Business Strategy*, v.15, n. 1, p. 1-16, 2004.
- BORGEN, William; AMUNDSON, Norman. *The experience of unemployment: implications for counseling the unemployed*. Canadá: Nelson Canada, 1984.
- BRUTO DA COSTA, Alfredo. *Exclusões sociais*. Lisboa: Gradiva, 2005.
- BURNS, Paul. *Entrepreneurship and small business*. 2. ed. New York: Palgrave, 2001.
- CALIENDO, Marco; KRITIKOS, Alexander S. Start-ups by the unemployed: characteristics, survival and direct employment effects. *Small Business Economics*, v. 35, n. 1, p. 71-92, 2010.
- CANTILLON, Richard. *Essai sur la nature du commerce en général*. Paris : Institut national d'études démographiques, 1755.
- CARTER, Les W. Entrepreneurship: an alternative to unemployment. *Journal of Applied Management and Entrepreneurship*, v. 9, n. 2, p. 119-132, 2004.
- CLAVEL, Gilbert. *A sociedade da exclusão: compreendê-la para dela sair*. Tradução de Renata Dias de Carvalho. Porto: Porto Editora, 2005.
- COLE, Arthur. H. *Business enterprise in its social setting*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1959.
- DEES, J. Gregory. *The meaning of social entrepreneurship*. Centre for Advancement of Social Entrepreneurship, 2011. Disponível em: <http://www.caseatduke.org/documents/dees_sedef.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2011.
- DEFRAK, Richard; IVANCEVICH, John. Job loss: an individual level review and model. *Journal of Vocational Behavior*, v. 28, n. 1, p. 1-20, 1986.
- DEJOURS, Christophe. *Plaisir et souffrance dans le travail*. Paris: Édition de l'AOCIP, 1998.
- DELL, Fatma. Opportunity and Necessity entrepreneurship: local unemployment and small firm effect. *Journal of Management Policy and Practice*, v. 12, n. 4, p. 38-57, 2011.
- DEMAZIÈRE, Didier; DUBAR, Claude. Analyser les entretiens biographiques. L'exemple des récits d'insertion. *Revue Française de Sociologie*, v. 40, n. 40-2, p. 433-436, 1999.
- DOOLEY, David; PRAUSE, Joann. The social costs of unemployment. In: DOOLEY, David; PRAUSE, Joann. *The social costs of underemployment: inadequate employment as disguised unemployment*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- DRUCKER, Peter F. *Innovation and entrepreneurship*. New York: Harper Business, 1993.
- DUARTE, Ana Maria. Vivências de desemprego e transformações dos modos de vida dos operários mineiros. *Sociologia*, série I, v. 8, p. 247-317, 1998.
- EUROSTAT. *Unemployment rate 2012*. Disponível em: <<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&language=en&pcode=teilm020&tableSelection=1&plugin=1>>. Acesso em: 26 jun. 2012.

- EVANS, David. S.; LEIGHTON, Linda S. Small business formation by unemployed and employed workers. *Small Business Economics*, v. 2, n. 4, p. 319-330, 1990.
- FARIA, João Ricardo; CUESTAS, Juan Carlos; MOURELLE, Estefanía. Entrepreneurship and unemployment: a nonlinear bidirectional causality? *Economic Modelling*, v. 27, n. 5, p. 1282-1291, 2010.
- FERREIRA, Sílvia. O que tem de especial o empreendedor social? O perfil de emprego do empresário social em Portugal. *Oficinas do CES*, n. 223, p. 1-43, 2005.
- FOUAD, Nadya; BYNNER, John. Work transitions. *American Psychologist*, v. 63, n. 4, p. 241-251, 2008.
- FRYER, David; PAYNE, Roy. Being unemployed. A review on the psychological experience of unemployment. In: CARY, L. Cooper; IVAN, T. Robertson (Ed.). *International review of industrial and organizational psychology*. London: John Wiley & Sons, 1986.
- GALLIE, Duncan; PAUGAM, Serge. The experience of unemployment in Europe: the debate". In: GALLIE, Duncan; PAUGAM, Serge (Ed.). *Welfare regimes and the experience of unemployment in Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. *DATA, 2012*. Disponível em: <<http://www.gemconsortium.org/key-indicators>>. Acesso em: 12 dez. 2012.
- GONÇALVES, Carlos Manuel; COIMBRA, Joaquim Luís. Significados e centralidade do trabalho nas sociedades ocidentais contemporâneas: uma abordagem psicológica e histórico-social. *Psychologica*, n. 44, p. 401-426, 2007.
- GREENHALG, Leonard; ROSENBLATT, Zehava. Job insecurity. Toward conceptual clarity. *Academy of Management Review*, v. 9, n. 3, p. 438-448, 1984.
- HAMILTON, Robert. Unemployment and business formation rates: reconciling time series and cross-section evidence. *Environment and Planning*, v. 21, n. 2, p. 249-255, 1989.
- HESPAHNA, Pedro et al. (Coord.) *É o (des)emprego fonte de pobreza? O impacto do desemprego e do mau emprego na pobreza e exclusão social do distrito de Coimbra*. Porto: REAPN, 2007.
- HIGHFIELD, Richard; SMILEY, Robert. New business starts and economic activity: an empirical investigation. *International Journal of Industrial Organization*, v. 5, n. 1, p. 51-66, 1987.
- HYTTI, Ulla. Contextualizing entrepreneurship in the boundaryless career. *Gender in Management: An International Journal*, v. 25, n. 1, p. 64-81, 2010.
- INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, IEFP. *Centros de Emprego – Estatísticas Mensais, 2011*. Lisboa: Gabinete de Comunicação. Disponível em: <<http://www.iefp.pt/estatisticas/MercadoEmprego/CentrosEmpregoEstatisticasMensais/Documents/2011/Centros%20Emprego%20Dezembro%202011.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2011.

- JACCARD, Pierre. *História social do trabalho: das origens até aos nossos dias*. v. I e II. Tradução de Rui Moura. Lisboa: Livros Horizonte, 1974.
- KIRZNER, Israel M. Entrepreneurial discovery and the competitive market process: an Austrian approach. *Journal of Economic Literature*, v. 35, p. 60-65, 1997.
- KNIGHT, Frank. H. *Riesgo, incertidumbre y beneficio*. Tradução de Ramon Vereá. Madrid: M. Aguilar Editor, 1947.
- L'HUILLIER, Dominique. *Placardisés, des exclus dans l'entreprise*. Paris: Éditions du Seuil, 2002.
- LASCH, Frank; GUNDOLF, Katherine; KRAUS, Sascha. The impact of unemployment on entrepreneurship: empirical evidence from France. *International Journal of Business Research*, v. 7, n. 2, p. 1-8, 2007.
- LAZARSFELD, Paul; JAHODA, Marie; ZEISEL, Hans. *Les chômeurs de Merienthal*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1982.
- LEADERSHIP BUSINESS CONSULTING. *Políticas públicas de empreendedorismo no sul da Europa, 2012*. Disponível em: <<http://www.leadershipagenda.com/index.php?id=49&nm=1&lang=2>>. Acesso em: 05 jan. 2012.
- LEANA, Carrie; FELDMAN, Daniel. *Coping with job loss*. How individuals, organizations and communities respond to job loss. New York: Macmillan/ Lexington Books, 1992.
- LINHART, Danièle; RIST, Barbara; DURAND, Estelle. *Perte d'emploi, perte de Soi*. Paris: Éditions Érès, 2003.
- MILL, John Stuart. *Principles of political economy with some of their applications to social philosophy*. London: J. W. Parker, 1848.
- MINISTÉRIO DA SEGURANÇA SOCIAL E DO TRABALHO. Indicadores de empreendedorismo e inovação. *Colecção Cogitum*, Lisboa, Centro de Informação e Documentação (CID/DEEP), n. 10, 2003.
- MISES, Ludwig Von. *Human action: a treatise on economics*. San Francisco, CA: Laissez Faire, 1949.
- MURPHY, Patrick. J.; LIAO, Jianwen; WELSCH, Harold P. A conceptual history of entrepreneurship thought. *Journal of Management History*, v. 12, n. 1, p. 12-35, 2006.
- NIEFERT, Michaela. Characteristics and determinants of start-ups from unemployment: evidence from german micro data. *Journal of Small Business and Entrepreneurship*, v. 23, n. 3, p. 409-429, 2010.
- OLADELE, P. O.; AKEKE, N. I.; OLADUNJOYE, O. Entrepreneurship development: a panacea for unemployment reduction in Nigeria. *Journal of Emerging Trends in Economics and Management Sciences (JETEMS)*, v. 2, n. 4, p. 251-256, 2011.

- OSBORNE, Stephen W.; FALCONE, Thomas W.; NAGENDRA, Prashanth B. From unemployed to entrepreneur : a case study in intervention. *Journal of Developmental Entrepreneurship*, v. 5, n. 2, p. 115-136, 2000.
- OXENFENDT, Alfred Richard. *New firms and free enterprise*. Washington, DC: American Council on Public Affairs, 1943.
- PARLAMENTO EUROPEU. *Resolução sobre o Livro Verde Espírito Empresarial na Europa*. Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias, 2003. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/site/pt/com/2003/com2003_0027pt01.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2012.
- PAUGAM, Serge. *A desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza*. Tradução de Renata Dias de Carvalho. Porto: Porto Editora, 2003.
- PAUL, Karsten; MOSER, Klaus. Unemployment impairs mental health: meta-analyses. *Journal of Vocational Behavior*, v. 74, n. 3, p. 264-282, 2009.
- PERRET, Bernard. L'avenir du travail: des tendances contradictoires. In: PIERRE, Boisard et al. (Org.). *Le travail: quelle avenir?* Paris: Gallimard, 1997.
- PFEIFFER, Friedhelm; REIZE, Frank. Business start-ups by the unemployed – an econometric analysis based on firm data. *Labour Economics*, v. 7, n. 5, p. 629-663, 2000.
- PORTELA, José et al. (Coord.) *Microempreendedorismo em Portugal: experiências e perspectivas*. Lisboa: INSCOOP, 2008.
- PROJECTO-PILOTO EMPRENDE + INNOVA. *Factores que reforçam o espírito empreendedor, 2006*. Disponível em: <http://www.emprendeinnova.org/es/rte/docs/2_Facteurs_Renforçant_lesprit_Entrepreneur_INSCOOP.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2012.
- REMILLON, Delphine. L'épreuve du chômage vue par les chômeurs âgés. *Centre d'Études de L'Emploi*, Document de Travail, n. 61, 2006.
- RITSILA, Jari; TERVO, Hannu. Effects of unemployment on new firm formation: micro-level panel data evidence from Finland. *Small Business Economics*, v. 19, n. 1, p. 31-40, 2002.
- ROSA, Maria Teresa; FERREIRA, Paula; GONÇALVES, Maria Fortunata (Coord.) O desemprego e alternativas de emprego numa zona crítica: o caso da Azambuja. *Revista Organizações e Trabalho*, n. 21, p. 9-30, 1999.
- SCHNAPPER, Dominique. *L'épreuve du chômage*. Paris: Gallimard, 1981.
- _____. *Contra o fim do trabalho*. Tradução de Pedro Lopes d'Azevedo. Lisboa: Terramar, 1998.
- SCHUMPETER, Joseph Alois. *The theory of economic development: an inquiry into profits, capital, credit, interest, and the business cycle*. Cambridge: Harvard University Press, 1968.

- STOREY, David J. The birth of new firms – does unemployment matter? A Review of the Evidence. *Small Business Economics*, v. 3, p. 167-178, 1991.
- SWEDBERG, Richard. Schumpeter's full model of entrepreneurship: economic, non-economic and social entrepreneurship. In: RAFAEL, Ziegler (Ed.) *An introduction to social entrepreneurship: voices, preconditions, contexts*. UK: Edward Elgar Publishing Limited, 2009.
- VINCE, Russ; BROUSSINE, Michael. Paradox, defense and attachment. Accessing and working with emotions and relations underlying organizational change. *Organization Studies*, v. 17, n. 1, p. 1-21, 1996.
- VODOPIVEC, Milan. Turning the unemployed into entrepreneurs: an evaluation of self-employment program in a transitional economy. *Journal of Developmental Entrepreneurship*, v. 3, n. 1, p. 71-96, 1998.
- WAGNER, Joachim. The impact of personal characteristics and regional milieu on the transition from unemployment to self-employment: empirical evidence from Germany. *Journal of Economics and Statistics*, v. 223, n. 2, p. 204-222, 2003.

SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS:

diálogos possíveis

*CHILDHOOD SOCIOLOGY AND INTERNATIONAL
RELATIONS: POSSIBLE DIALOGUES*

Ana Cláudia Delfini C. de Oliveira^a, Laís Caroline Kuss^b e Jardel Sestrem^c

Resumo A infância é um fenômeno social dentro de um ordenamento social, cultural e jurídico, demarcado por categorias como socialização, gênero, classe, etnia/raça e geração. Falar em participação ou em direitos da criança, que também ocorrem dentro de um ordenamento social específico, é dar conta de um processo socialmente construído. Este artigo busca compreender como ocorre a participação social das crianças em um cenário internacional permeado pela globalização, no qual, muitas vezes, as condições de gênero, classe, geração e raça definem modos de participação infantil bastante diversificados. Seu objetivo é analisar como o tema da participação social infantil está presente nos relatórios internacionais organizados pelo UNICEF nos anos de 2003 e 2009 e da observação de referências sobre a participação infantil no meio internacional, a fim de estabelecer um diálogo entre as Relações Internacionais (RI) e a Sociologia da Infância (SI).

Palavras-chave participação infantil; meio internacional; sociologia.

Abstract *Childhood is a social phenomenon within a social order, marked by cultural and legal categories such as socialization, gender, class, ethnicity/race and generation. Talking about participation or children's rights, which also occur within a particular social order, is to realize a socially constructed process. This article seeks to understand how the social participation of children in an international scenery permeated by globalization, in which, often, the conditions of gender, class, generation and race define modes of child participation quite diverse. Its goal is*

a Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Santa Catarina e professora dos cursos de Direito e Relações Internacionais da UNIVALI.

b Graduanda do 7º período do curso de Relações Internacionais da UNIVALI.

c Graduando do 5º período do curso de Relações Internacionais da UNIVALI.

to analyze how the issue of child social participation is presented in international reports organized by UNICEF in 2003 and 2009, and references on the observation of children's participation in international sceneries, in order to establish a dialogue between the International Relations (IR) and the Childhood Sociology.

Keywords *child participation; international scenery; sociology.*

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, tem-se falado cada vez mais em uma proeminência das questões internacionais no cotidiano da sociedade. Apesar de fatos e decisões de alguns países, bem como sua cultura e seus problemas, influenciarem outros lugares do mundo desde o início da expansão do comércio, a partir da segunda metade do século XX, vê-se um grande aumento das Relações Internacionais e dos debates no plano internacional¹. Somados a isso, a globalização do comércio e o aumento do fluxo de informações, pessoas e produtos ao redor do mundo contribuíram para a expansão da disciplina de Relações Internacionais (RI).

Nas Ciências Sociais em geral, têm-se aprofundado, também nas últimas décadas, nos estudos de gênero e infância. Nesse sentido, um ponto importante sobre os estudos na área da infância é o aparecimento de uma nova abordagem, a Sociologia da Infância (SI), que enxerga a infância como uma construção social, na medida em que acontece dentro de um ordenamento social, cultural e jurídico demarcado por categorias como socialização, gênero, classe, cultura e geração. Ao mesmo tempo, essa abordagem vê na criança um protagonista, e não um mero objeto do que acontece em sociedade.

Considerando isso, aliado ao surgimento de estudos, Organizações Internacionais Intergovernamentais (OI's) e ONG's internacionais que lidam com o tema infância, além da percepção de uma maior participação das crianças nas questões e no meio internacional, vê-se a necessidade de correlacionar as RI e a SI para

1 No Sistema Internacional, em que acontecem as relações internacionais, podem ser identificados diversos atores internacionais que definem o perfil e as transformações desse ambiente e são influenciados por ele. Até o século XX, os Estados se mantêm praticamente sozinhos como atores das relações internacionais, quando começam a surgir as Organizações Internacionais Intergovernamentais (como a ONU) e as Forças Transnacionais (como as ONG's internacionais, as Companhias Transnacionais e a opinião pública internacional). O surgimento desses novos atores gera debates acerca do grau de influência que eles têm no cenário internacional e sobre o aumento da interdependência entre os diversos fatos internacionais (Os atores internacionais. In: PECEQUILLO, Cristina Soreanu. *Introdução às Relações Internacionais*: temas, atores e visões. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004).

uma abordagem que busque na criança um protagonista do cenário internacional, que sofre as consequências e atua nos fatos internacionais.

O cenário para o desenvolvimento da SI pode ser explicado por diversos fatores associados à questão da infância, no final do século XX, como a crise social da infância (exclusão, pobreza, migração, guerra e violências que afetavam, e ainda afetam, o *status* social da infância e das crianças no mundo contemporâneo), além de outros, como a exposição midiática das crianças; os perfis de criança consumidora; as políticas demográficas; a institucionalização dos direitos das crianças e sua crescente participação na esfera pública; as mudanças políticas e econômicas no papel do Estado, que resultaram nas transformações dos padrões familiares do final do século XX, etc.

Diante dessas questões, a SI, por meio do conceito de “culturas infantis”², tem contribuído para a construção teórica e metodológica da infância no mundo contemporâneo, sobretudo em seu “berço” europeu, com estudos pioneiros na França, Inglaterra e Portugal.

Já as RI, enquanto disciplina, debatem, desde a década de 1970, a eminência de novos atores no cenário internacional, que vão além do Estado, e de novos temas que não sejam os tradicionais, como a paz e a guerra. Os chamados novos atores englobam as OI’s, os movimentos internacionais, a mídia, as corporações multinacionais, os grupos terroristas, entre outros, e geram divergências nas mais diversas abordagens da disciplina quanto à relevância de seu papel no cenário internacional.

Para Sato (2005, p. 2), a emergência nas RI de temas como meio ambiente, gênero, conflitos étnico-religiosos, etc. suprime, pós Guerra-Fria, a divisão entre *high politics* (questões relativas à segurança e à sobrevivência dos Estados) e *low politics* (questões sociais e econômicas), que passaram a ser mais integradas com os novos temas. A emergência de novos temas, sobretudo no que se refere a temas mais próximos das *low politics*, trazem o espaço para que seja válido no âmbito das RI um estudo que mire a participação das crianças, sobretudo através de OI’s e ONG’s internacionais, da mídia e de movimentos sociais, no cenário internacional.

Assim, este artigo busca compreender como ocorre a participação social das crianças em um cenário internacional permeado pela globalização, no qual, muitas vezes, as condições de gênero, classe, cultura/etnias e geração definem modos de participação infantil bastante diversificados.

2 Conceito utilizado para caracterizar “um conjunto estável de actividades ou rotinas, artefactos, valores e idéias que as crianças produzem e partilham em interacção com seus pares” (SARMENTO, 2004, p. 373).

O objetivo deste artigo é analisar como o tema da participação social infantil tem sido tratado nos relatórios internacionais organizados pelo UNICEF³, em especial nos anos de 2003 e 2009, bem como por meio de informações sobre a participação infantil no meio internacional e fatos internacionais que se refiram às crianças.

A metodologia embasa-se na pesquisa bibliográfica nas áreas de SI e RI e no levantamento de relatórios internacionais pesquisados nos sites do UNICEF. Na primeira parte deste artigo, apresenta-se uma revisão teórica da SI; na segunda, discute-se um panorama das RI sobre a participação infantil; e, por fim, faz-se uma análise dos relatórios do UNICEF.

SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA: NOVOS OLHARES SOBRE A INFÂNCIA

O processo complexo de produção de saberes e representações sobre a(s) infância(s) e as crianças deve-se, em grande parte, aos estudos sociológicos sobre a infância desenvolvidos, nas duas últimas décadas do século XX, em alguns países como EUA, Portugal, França e Inglaterra (SARMENTO; PINTO, 1997; GAITÁN, 2006; POSTMAN, 1999). A partir de então, o olhar sociológico sobre as infâncias mudou radicalmente com a institucionalização do campo da Sociologia da Infância (SI).

O desenvolvimento teórico-empírico da SI está ligado ao movimento do “retorno do ator”⁴ nas Ciências Sociais, desenvolvido nas décadas de 1960-1970, graças à influência do interacionismo simbólico, da etnometodologia e da Escola de Frankfurt. O sociólogo francês Alan Prout (2004) aponta que o surgimento das primeiras pesquisas em SI ocorreu com o desenvolvimento da Sociologia Interacionista norte-americana, cuja noção de retorno do ator foi decisiva para marcar o reencontro da criança e da infância no discurso e no campo sociológico. Todavia, foi nas décadas de 1980/1990 – décadas de grande avanço também nas legislações internacionais acerca dos direitos da criança e do adolescente como sujeitos de direitos – que houve maior desenvolvimento da SI, graças aos estudos do estruturalismo e do construtivismo social.

O revisionismo proposto por esses estudos repousava prioritariamente sobre dois conceitos essenciais da sociologia: socialização e geração. Como assinala Prout

3 O UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) foi escolhido porque é o órgão do sistema ONU que lida com o tema da infância, e seus relatórios internacionais são fontes importantes para as análises da situação mundial da infância.

4 Para a compreensão do movimento do “retorno do ator” e das mudanças paradigmáticas efetuadas nas décadas de 1960 e 1970 acerca do caráter ativo do indivíduo, consultar as obras: de Alan Touraine. *O retorno do ator*. Paris: Fayard, 1984; *Um novo paradigma*: para compreender o mundo de hoje. Petrópolis: Vozes, 2006.

(2004), as primeiras pesquisas da sociologia interacionista norte-americana ainda privilegiavam o tema da socialização infantil, tomando as crianças como objetos passivos de sua socialização e não como atores sociais propriamente ditos. Para se ter uma ideia do alcance desse revisionismo, destacar-se-á aqui a principal crítica da SI em relação ao tema da socialização infantil.

Conhecer a trajetória histórica dos comportamentos e das formas de ser e de pensar sobre a(s) criança(s) possibilita desconstruir a ideia de uma natureza ou essência infantil idealizada e universal, tão difundidas pela pedagogia e filosofia do século XIX, ciências com as quais a sociologia da educação, e principalmente Emile Durkheim, tinham um grande comprometimento. Ora, essas ciências elaboram um discurso monopolizador sobre a infância, desde, pelo menos, o século XVIII, como propunha o discurso iluminista e seu projeto racionalista que dominava o debate pedagógico acerca das teorias da competência e os discursos sobre a socialização, o cuidado e a educação das crianças.

A própria sociologia tinha uma compreensão equivocada do processo de socialização infantil e não considerava que as crianças pudessem ter uma participação social relevante ou significativa para a sociedade, ou seja, as crianças não tinham nada a dizer ou com o que colaborar com sua sociedade. A tradição sociológica, que remonta aos estudos de Durkheim (2002, p. 21)⁵, entendia que a socialização das crianças ocorria de modo passivo e por imitação do estilo de vida dos adultos, ou seja, ela era entendida apenas como um processo de integração entre as gerações, caracterizado, de um lado, pela ação dos adultos e das instituições sociais sobre as crianças e, de outro, pela apropriação desse processo pela ação passiva das crianças.

A SI vem justamente problematizar essa visão adultocêntrica da socialização, na tentativa de superar a ideia de passividade infantil. Em decorrência, questiona a institucionalização como condição-chave para que a criança se socialize, principalmente em relação ao papel hierárquico e autoritário das instituições como a família e a escola. Sem a pretensão de ser exaustivo nessa discussão, aponta-se que a SI lançou novas abordagens sobre a socialização infantil. Isso não significa que a SI tenha abandonado a teoria da socialização, ao contrário, ela foi reinterpretada à luz das discussões que recuperam a capacidade de agência e controle da criança durante sua socialização e como isso pode influenciar na própria sociedade.

5 Na obra *Educação e sociedade*, que reúne os principais ensaios de Durkheim sobre o tema, este fala dos humores das crianças em sua discussão sobre o entroncamento da educação e da moral, que resulta nos três elementos principais da educação moral das crianças e/ou, das novas gerações – o espírito de disciplina, o espírito de abnegação e o espírito de autonomia (DURKHEIM, 2002, p. 21)

O interesse da SI está, antes de mais nada, no estudo da própria sociedade por intermédio do entendimento da infância como categoria geracional, ou seja, a infância é uma categoria explicativa da sociedade justamente porque ela se insere na trama das relações entre as gerações. Em outro trabalho, Sarmiento (2005, p. 18) reafirma que o sentido da SI reside na compreensão da sociedade a partir do fenômeno social da infância, isto é, ao observar a infância como categoria geracional, a SI colabora na superação da própria sociologia como ciência “adultocêntrica”, desatenta ao universo infantil e às crianças como sujeitos ativos, cujos pontos de vista eram ignorados ou secundarizados nas pesquisas. Antes consideradas como simples apêndice da sociedade dos adultos, a SI trouxe a preocupação de pensar as crianças como interlocutoras centrais nas pesquisas sociológicas, e a infância, como uma construção social do tipo geracional, cujos contextos e problemas levam à compreensão de diferentes infâncias vividas por diferentes crianças.

Assim, a sociologia descobriu novas maneiras de pensar as infâncias e as crianças, graças aos debates ocorridos em vários congressos europeus que ajudaram na criação da rede de estudos “Criança e Sociedade”, além de várias obras e revistas científicas, entre elas a de Chris Jenks, *The Sociology of Childhood: essential readings*, publicada sem muito alarde em 1982 e reeditada com sucesso em 1992. Nessa reedição o autor comenta o sucesso de sua obra ao dizer que alguma coisa mudou em relação “à nossa percepção colectiva da infância durante aquela década” (JENKS *apud* CHRISTENSEN; ALLISON, 2005, p. 58).

E mudou mesmo. Desde 1990, diversos cientistas sociais têm se ocupado com o tema da infância, a partir de novos paradigmas, reinventando olhares e metodologias próprias, que convém investigar, a fim de avaliar os alcances e limites dessas novas leituras sobre a infância para que se possa compreender o papel da(s) criança(s) e da(s) infância(s) na sociedade atual.

O que praticamente todos(as) os(as) autores(as) da SI, em suas mais diversas correntes, querem transmitir é que seu objetivo é conhecer o mundo infantil por intermédio do que as crianças têm para mostrar e ensinar e que, para isso, é preciso ouvi-las e tratá-las como atores sociais capazes de construir seu próprio mundo, de acordo com o modo como estruturam e são estruturadas pelas condições de classe social, raça/etnia, gênero e geração à qual pertencem. Desse modo, é unívoco afirmar que a SI procura libertar a ideia de infância das perspectivas biologizantes que tendem a interpretar as crianças como indivíduos pré-sociais que se desenvolvem independentemente do contexto onde vivem.

E é exatamente nesse ponto que se cruzam os interesses teóricos e empíricos da SI e das RI, uma vez que é possível construir o diálogo dessas áreas a partir do

mesmo objetivo aqui discutido. Diante disso, Régine Sirota (2001, p. 11) colabora para esse debate com a realização de um balanço das principais contribuições da SI a partir de sua síntese:

1. A criança é uma construção social. A infância é compreendida como uma construção social.
2. As crianças devem ser consideradas como atores em sentido pleno e não simplesmente como seres em devir.
3. As crianças são ao mesmo tempo produtos e atores dos processos sociais. Trata-se de inverter a proposição clássica, não de discutir sobre o que produzem a escola, a família ou o Estado, mas de indagar sobre o que a criança cria na intersecção de suas instâncias de socialização. [...]
4. A infância é uma variável da análise sociológica que se deve considerar em sentido pleno articulando-a às variáveis clássicas como a classe social, o gênero, ou o pertencimento étnico.

É por tudo isso que, para pensar a infância hoje, torna-se necessário um olhar cada vez mais interdisciplinar e é neste sentido que um diálogo com os estudos das RI torna-se tão útil. Se esse campo ainda não dialoga com a infância e as crianças como a sociologia tem feito, no sentido de construir categorias ou teorias de análise, ao menos é possível perceber como os relatórios, os documentos de organizações internacionais e as análises de fatos internacionais têm tratado o tema. Em outras palavras, quer-se investigar como eles têm chamado a atenção para a participação das crianças nos cenários onde estão localizadas, como têm interpretado a participação social infantil, se predomina uma cultura “adultocêntrica” que ainda trata as crianças e o universo infantil apenas como o mundo dos “não adultos” e, ainda, se é possível perceber a incorporação nos relatórios internacionais das discussões teóricas mais recentes sobre o papel da infância e da participação infantil.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UM PANORAMA DO OLHAR DA DISCIPLINA SOBRE AS CRIANÇAS

A disciplina de Relações Internacionais (RI) ainda é considerada muito jovem. Data do início do século XX e tem seu marco com a publicação do livro de E. H. Carr, *Vinte anos de crise: 1919-1939. Uma introdução ao estudo das relações internacionais*, no período entre a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais. Até o final do século XX, as RI consideravam como os chamados “atores internacionais” aqueles que influenciam e sofrem influência dos “fatos internacionais”, somente os Estados. Com a crescente participação das Organizações Internacionais Inter-

governamentais (OI's), das Organizações Não Governamentais Internacionais (ONG's), dos Movimentos Sociais internacionais e das Corporações Multinacionais no “Cenário Internacional”, diversos autores das RI passaram a considerar também estes como atores internacionais, e, portanto, suas relações passaram a ser abarcadas pelos estudos das RI (PECEQUILO, 2004).

Apesar disso, a discussão acerca dos atores das RI ainda não foi encerrada, e hoje, a partir da crescente interação entre os indivíduos de diversos Estados e sua participação como “opinião pública internacional”, questiona-se a participação do indivíduo como ator internacional, que sofre e influencia os fatos do cenário internacional.

Os principais temas das RI também passam por um intenso debate, já que, a princípio, a disciplina investigava apenas relações que envolviam o chamado *hard power* e as *high politics* (questões de segurança nacional, poder militar, etc.) e hoje investiga também questões ligadas ao que se chama de *soft power* e *low politics* (questões de cultura, ideologia, diplomacia, de gênero, meio ambiente, etc). É nesse debate que se insere a discussão sobre o papel das crianças nas relações internacionais, ou seja, como elas participam dos fatos internacionais onde estão presentes.

Nas RI, os temas de *high politics* ou de *hard power* sempre estiveram à frente dos principais assuntos, e isso fez com que, quase sempre, as RI relegassem a um segundo plano temas que concernem, por exemplo, aos direitos humanos, ao meio ambiente, às mulheres e àqueles relacionados à infância. Apesar disso, as crianças sofrem e influenciam, de certa forma, aquilo que acontece no cenário internacional e são alvo também das ações dos atores que nele atuam, como no caso das guerras ou dos estudos no nível internacional (com ONG's, OI's ou movimentos sociais que procuram dar ênfase às crianças). É pelo fato de a criança (apesar dos avanços ocorridos no Direito Internacional a favor de seus direitos e da maior visibilidade alcançada) ser deixada de lado pelas RI que os tópicos a seguir – acerca do contexto histórico e dos fatos internacionais – procuram dar maior ênfase ao questionamento: onde podem ser encontradas as crianças nas Relações Internacionais?

CONTEXTO HISTÓRICO-JURÍDICO INTERNACIONAL

Para estreitar a relação entre a SI e as RI, cumpre observar um pouco do contexto histórico internacional acerca da infância, nos últimos decênios do século XX. Os primeiros congressos dedicados ao tema da infância aconteceram na Antuérpia, Bélgica, em 1894; em Bruxelas, em 1895; e em Liège e Paris, no ano de 1905.

Em Paris, nesse mesmo ano, também ocorreu o Primeiro Congresso Internacional de Gotas de Leite; o segundo foi em Bruxelas, em 1907, quando então foi criada a União Internacional de Proteção à Infância da Primeira Idade; e o terceiro foi realizado em Berlim, em 1911. Em 1913, foi a vez do Primeiro Congresso de Proteção à Infância, na Bélgica. Os congressos americanos foram organizados a partir de 1916, por ocasião do centenário da independência dos países da América do Sul. O primeiro congresso ocorreu em 1916, em Buenos Aires; o segundo foi em 1919, em Montevideu; o terceiro no Brasil em 1922; o quarto em Santiago do Chile, em 1924, quando foi aprovado o estatuto de criação do Instituto Internacional Americano de Assistência e Proteção à Infância (IIN), cuja data oficial de criação foi em 1926, com a adesão dos países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Cuba, Equador, Estados Unidos, Peru, Uruguai e Venezuela. O INN, atualmente, é o Instituto Interamericano da Criança e do Adolescente, pertencente à OEA – Organização dos Estados Americanos. A data do quinto congresso não foi possível de ser localizada na literatura pesquisada. Por fim, o sexto congresso foi realizado no Peru, em 1930. Todos esses congressos tiveram um forte apelo pan-americana, como é o caso da definição da data de 12 de outubro como o Dia da Criança, deliberada no Terceiro Congresso Americano da Criança, em referência às festas da criança pobre realizadas por Moncorvo Filho. A proposta, encaminhada por Almir Madeira, do Instituto de Proteção e Assistência à Infância de Niterói, sugeria uma referência dessa data à comemoração da descoberta da América, em nome da fraternidade americana entre os Estados no “Novo Continente” (KUHLMANN JR., 2001, p. 156).

Como resultado desses congressos, foram criadas diversas instituições, a exemplo da *Union for the Protection of Infant Life*, em 1900; a *Association Internationale pour la Protection de l’Enfance*, em 1921, na Bélgica; a *British National Association of the Prevention of Infant Mortality*, de 1913; a *Save the Children International Union*, em 1919/1920, na Inglaterra; a *International Union for Child Welfare* ou *Union Internationale de Protection de l’Enfance*, em 1910, na Suíça. (NUNES; CARVALHO, 2008, p. 4).

A discussão sobre a proteção especial das crianças teve início no começo do século XX, em várias cidades, como Paris, Bruxelas e Washington, nas quais surgiram as organizações para o bem-estar da criança, como a *Children’s Bureau*, nos EUA (1912), a Associação Internacional para a Proteção da Infância (1913), o Comitê para a Proteção da Infância da Sociedade das Nações (1919); e a União Internacional para a Proteção da Criança, que, em 1923, editou a Declaração de Genebra, promulgada pela Assembleia da Sociedade das Nações, em 1924, que, entre outras coisas, afirmou o princípio da proteção especial à infância. Essa declaração,

encabeçada pela ONG *Save the Children* (1919), é considerada o primeiro documento norteador das declarações seguintes: a Declaração Universal dos Direitos das Crianças (1959), tendo como base os direitos à liberdade, ao estudo, a brincar e ao convívio social, preconizados em seus dez princípios, e a Convenção dos Direitos da Criança de 1989 (FONSECA, 2004, p. 106).

Essa Convenção teve como meta principal a regulamentação, em seus 54 artigos, dos direitos de proteção, provisão e participação das crianças, bem como incentivar os países membros a implementar o desenvolvimento pleno e harmônico das crianças como seres em desenvolvimento e na condição de “sujeitos de direitos”. Ela caracteriza bem as questões que envolvem a condição social da infância, ao final da década de 1980, como, por exemplo, a discriminação (art. 2), nacionalidade e identidade (art. 7 e 8), a situação das crianças refugiadas e o direito de reencontrar a família (art. 22 e 10), direito à intimidade (art. 16), proteção contra exploração e tortura (art. 36 e 37) e o direito à liberdade de opinião e participação social, preconizado nos artigos 12, 13 e 15 da Convenção.

No andamento da pesquisa, foi possível observar que, historicamente, o tema da proteção social da criança evoluiu para o tema do direito da participação social da criança em seus mais diversos contextos. Isso não significa dizer que o tema da proteção perdeu sua ênfase, mas que ele se alia ao tema da participação, uma vez que há a ideia de que uma infância protegida pode ser mais participativa e protagonista do que uma infância vulnerável. É o que inferem os documentos que serão discutidos. Por exemplo, sobre o direito de participação social da criança no cenário europeu, Natália Fernandes Soares (2002) mostra como os documentos internacionais elaborados na Convenção Europeia para o Exercício dos Direitos da Criança (1996) dispõem sobre o tema da participação infantil na Recomendação 1.286 da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, que define uma Estratégia Europeia para as crianças nos seguintes termos:

Sendo as crianças cidadãos da sociedade de hoje e de amanhã, o respeito pelos seus direitos e uma maior igualdade entre crianças e adultos deverão ser salvaguardados, de forma a preservar o pacto entre gerações e a contribuir para a democracia. Para tal, propõe uma intervenção, no âmbito do Comité de Ministros, no sentido de “[...] fazer com que as perspectivas das crianças sejam tidas em conta na tomada de decisões que as afectam, e facilitar a sua participação activamente, responsabilmente e de uma forma apropriada às suas capacidades, na escola e outras instituições, em procedimentos judiciais e nos governos nacionais (alínea ii)”, e ainda “[...] ensinar as crianças a agirem como cidadãos

responsáveis, encorajá-las a terem interesse nos assuntos públicos e a reconsiderar a idade de voto” (alínea iii, Recomendação 1.286).

O documento expressa claramente a incorporação dos paradigmas da SI tanto no que se refere à percepção dos pontos de vista e decisões das crianças sobre aquilo que as afeta quanto no incentivo à participação responsável e adequada das crianças não apenas nas escolas, mas em espaços não usuais, onde essa participação ainda não é totalmente vivenciada, como nas audiências e nos procedimentos judiciais e nos governos locais e/ou nacionais. O tema da proteção é tratado subjetivamente na frase que expressa o princípio universal de que “as crianças são cidadãos de hoje e de amanhã”, pressupondo, com isso, que todas as crianças estão adequadamente protegidas e em dia com sua cidadania.

Outra autora que se destaca nesse tema é Raquel Rei (2006), em sua pesquisa sobre a participação social das crianças no cenário internacional. Ela mostra os avanços na compreensão jurídica da participação infantil presente nos tratados internacionais, como a Convenção dos Direitos da Criança, por ela reiterados da seguinte forma:

O direito a ser ouvido e a que as suas opiniões sejam tidas em conta – em função da sua idade e da sua maturidade com o maior ou menor peso – é um dos direitos mais inovadores incluídos na Convenção dos Direitos da Criança. O próprio Comitê dos Direitos da Criança, encarregado de zelar pelo cumprimento e pela interpretação do estabelecido na Convenção, ressaltou nas mais variadas ocasiões que o direito à participação é um dos quatro pilares da Convenção.

No entanto, o binômio proteção-participação aparece em um questionamento da autora, ao indagar sobre até que ponto as crianças são tratadas, em suas sociedades e pelos próprios organismos internacionais, como sujeitos de direitos e “como um todo integral, não fragmentado”, avaliando se de fato rompeu-se “com as políticas que actuam como compartimentos estanques e que não têm em conta as necessidades da infância já que todas se inter-relacionam” (REI, 2006, p. 5). Segundo Rei (2006, p. 5), o direito à participação social da infância supõe:

O reconhecimento de que este sector da população goza de uma certa capacidade genérica para participar. No entanto, esta capacidade genérica, para fazer-se realmente efectiva, deve desenvolver-se. Deste modo, é necessário não só admitir o direito a participar, mas também a formar os indivíduos para que possam

exercê-lo eficazmente. [...] No entanto, não basta o simples facto de reconhecer e incorporar esses direitos nas legislações dos países membros da Convenção, mas fazer uma política proactiva no que respeita a esses direitos. *Isto é, cada Estado deve levar a cabo diversas actividades para que os chamados “direitos da autonomia” passem da retórica à realidade* (grifo nosso).

Portanto, para a participação real e efetiva, implica-se que haja pelo menos três grandes condições que foram destacadas nesses documentos: 1) Reconhecimento do direito a participar, que envolve, necessariamente, uma consciência de cidadania; 2) Disposição das capacidades necessárias para exercê-lo, ou seja, competências, conhecimento, capacidade crítica, destrezas, habilidades, atitudes e valores que ajudam a formar as competências participativas; e 3) meios ou espaços idôneos para participação, como a família, a escola, e outras instituições educativas, constituindo esses os âmbitos mais imediatos e próximos para a participação infantil.

FATOS INTERNACIONAIS CARACTERIZADOS PELA PARTICIPAÇÃO INFANTIL

A criança nunca foi o centro da agenda das RI. Apesar de os fatos internacionais muitas vezes terem crianças envolvidas, pela participação ativa ou passiva, há grande dificuldade de encontrar estudos no sentido de desvendar qual a forma de participação das crianças nos fatos internacionais. No entanto, a revisão de literatura efetuada para este artigo aponta para três cenários de participação infantil:

- 1) As crianças e os conflitos talvez sejam o tema mais presente entre as RI e a infância. Diante de conflitos, as crianças são afetadas e, por vezes, participam ativamente deles, como no caso das crianças-soldado⁶, que geralmente são obrigadas a participar deles e, quando não acabam mortas, ficam traumatizadas. Uma das maneiras de participação das crianças nas guerras⁷ acontece quando elas se tornam órfãs, pois seus pais são vítimas

6 Exemplo atual da participação de crianças-soldado pode ser visto no conflito separatista entre Sudão e Sudão do Sul: GREEN, Andrew. *Como devolver a infância às crianças-soldado*. Disponível em: <<http://envolverde.com.br/noticias/como-devolver-a-infancia-as-criancas-soldado/>>. Acesso em: 01/05/2012 e também nos protestos de 2011 contra o governo do Iemen: KAMALDIEN, Yazeed. *Crianças aprisionadas no coração do levante*. Disponível em: <<http://envolverde.com.br/ips/inter-press-service-reportagens/criancas-aprisionadas-no-coracao-do-levante-2/>>. Acesso em: 01/05/2012.

7 O termo “guerra” aqui é tido como o conflito internacional, quando as “guerras civis” são tratadas como conflitos civis.

ou vão à guerra. Outras vezes, essas crianças se tornam também refugiadas, em países desconhecidos⁸. Sofrer as consequências dos conflitos é a forma mais comum de participação, das quais se pode identificar uma forma passiva em que as crianças não participam ativamente das decisões que envolvem os conflitos. Nos conflitos que envolvem Israel e Palestina, tem-se ainda o caso de crianças que são “processadas nas cortes militares israelenses depois de presas, interrogadas e detidas”, segundo relatório do DCI-Palestina (*Defense for Children International*), ao mostrar que, por ano, cerca de 700 crianças da Cisjordânia são processadas nas cortes militares israelenses⁹.

- 2) A adoção internacional é outro fato internacional que conta com a participação passiva de crianças, além do sequestro internacional de crianças e do tráfico infantil internacional¹⁰, nos quais as crianças, geralmente de países subdesenvolvidos, são enviadas a países desenvolvidos, trocadas como mercadorias, muitas vezes para trabalhar quase de forma escrava. Também os divórcios em famílias compostas por pais e mães de nacionalidades diferentes trazem consequências diretas na vida de crianças, as quais frequentemente sofrem uma disputa entre as famílias por sua guarda, diante da Justiça internacional¹¹.
- 3) Também é possível perceber a emergência de um crescente veículo de informações e participação das crianças no cenário internacional com as organizações internacionais que se especializam em causas a favor das crianças. Nesse sentido, destacam-se os trabalhos da *Save the Children*, que foi apontada por um *ranking* publicado pelo *Global Journal* como a 18ª entre as 100 melhores ONG's do mundo. Outro destaque é o UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), além de ONG's ainda pouco

8 Mais informações sobre crianças refugiadas e a adoção internacional podem ser encontradas no artigo: “A excepcionalidade da adoção internacional”, de Rebeca Marchesoni Salles Oliveira, apresentado como trabalho de conclusão de curso da autora, na Universidade do Vale do Itajaí, no segundo semestre de 2011.

9 HARTMANN, Arturo. *Oriente Médio: infância entre grades*. Disponível em: <<http://ponto.outraspalavras.net/2011/10/25/infancia-entre-grades-criancas-palestinas-sao-alvo-de-tortura-detencoes-ilegais-em-israel/>>. Acesso em: 26/10/2011.

10 Algumas outras informações sobre o tráfico internacional de menores em: Deutsche Welle. *Tráfico de crianças é problema global*. Disponível em: <<http://www.dw.de/dw/article/0,,1036172,00.html>>. Acesso em: 23/03/2012.

11 Caso de grande repercussão nesse sentido foi o do menino Sean Goldman. Ver: *Caso Sean Goldman*: garoto fala pela 1ª vez à TV nos EUA. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/caso-sean-goldman-garoto-fala-pela-1a-vez-a-tv-americana>>. Acesso em: 01/05/2012. A Convenção da Haia sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças traz os aspectos e as normas internacionais que regulam essa questão e pode ser encontrada em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3413.htm>. Acesso em: 23/03/2012.

comentadas popularmente, como a *Defence for Children International*, a *Friends International* e a *Free the Children*. A *Defence for Children* possui membros associados em 30 países e mais de 30 anos de luta pela defesa dos direitos da criança¹². Já a *Friends International* foi criada em 1994 e se dedica a projetos voltados à assistência de crianças e jovens de rua, órfãos, migrantes, dependentes químicos e profissionais do sexo, hoje no sudoeste asiático e em Honduras, México e Egito¹³. Talvez a organização que mais chame a atenção seja a *Free the Children*, pois é composta por crianças que acreditam ter o poder de afetar positivamente o mundo, não se limitando a uma participação passiva, mas atuando por meio de uma participação ativa e consciente. Essa organização foi fundada em 1995 por um garoto de 12 anos e hoje é um movimento que conta com mais de 1 milhão de crianças, de 45 países, no combate à pobreza e à exploração.¹⁴

Ainda no âmbito das organizações internacionais, pode-se enxergar uma maior abertura diante da participação das crianças em conferências, como a RIO 92¹⁵, o III Congresso Mundial sobre os Direitos das Crianças e Adolescentes, ocorrido em Barcelona, no ano de 2007, no qual a participação efetiva das crianças está implícita na elaboração do documento “Declaração de Barcelona”. Havia, em Barcelona, um Fórum de adultos e um de crianças, que seguiam as temáticas: pobreza, saúde, educação, trabalho, violência e exploração. Diante desses trabalhos, apresentaram-se a produção de um retrato da situação infantil e a Declaração de Barcelona. Participaram do Congresso 300 crianças (REI, 2006, p. 8). Outro exemplo recente é a “Agenda da Infância 2012-2015”, um documento apresentado pela ONG *Save the Children* ao governo da Espanha, que seria eleito pouco tempo depois do lançamento da proposta, e também aos partidos políticos, deputados e outras instituições governamentais da Espanha. Esse documento tem como objetivo renovar o compromisso do governo espanhol com os direitos das crianças,

12 THE DCI MOVEMENT. Disponível em: <<http://www.defenceforchildren.org/about-us.html>>. Acesso em: 30/04/2012.

13 THE GLOBAL JOURNAL. *Friends international*. Disponível em: <<http://theglobaljournal.net/article/view/557/>>. Acesso em: 30/04/2012.

14 THE GLOBAL JOURNAL. *Free the children*. Disponível em: <<http://theglobaljournal.net/article/view/564/>>. Acesso em: 30/04/2012.

15 Na Rio 92, Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, promovida em 1992, a menina Severn Suzuki, de 12 anos, da Organização das Crianças em Defesa do Meio Ambiente, falou aos representantes dos Estados, em um discurso que impressionou o mundo. NOBREGA, Camila. *Severn Suzuki, a menina que calou o mundo na Rio 92*. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio20/severn-suzuki-menina-que-calou-mundo-na-rio-92-4638046>>. Acesso em: 01/05/2012.

considerando-as seres humanos do presente, com direito a ter voz e participar das decisões que as afetam¹⁶.

Também são as organizações e os estudos internacionais sobre a infância que costumam dar maior atenção aos condicionamentos de raça, gênero, geração, etc., como se pode ver nos relatórios e declarações internacionais publicados nesses âmbitos. Resumidamente, pode-se perceber que o protagonismo infantil é muito enfatizado nos documentos e fatos internacionais aqui analisados que discutem o tema da participação social infantil a partir dos contextos locais onde as crianças estão inseridas, em especial das situações de violação de seus direitos, porém os fatos internacionais não dão visibilidade para as discussões teóricas, que serão observadas nos relatórios do UNICEF, que se dedicou a esse tema nos anos de 2003 e 2009.

RELATÓRIOS UNICEF E A PARTICIPAÇÃO INFANTIL

O UNICEF publica periodicamente informes e relatórios que circulam mundialmente (onde essa organização está presente) sobre a situação das crianças no mundo ou em determinadas regiões. Essas informações fornecem dados no plano mundial e um panorama de como as crianças são vistas por organizações centrais para o debate contemporâneo acerca da infância. Os relatórios UNICEF são edições anuais que abordam os mais diversos temas envolvendo a situação mundial da infância, de modo que, a partir do levantamento aqui realizado, decidiu-se por um recorte temporal dos anos 2003 e 2009, visto que a participação social infantil é tratada em especial nesses dois anos¹⁷.

16 Como exemplo, cita-se a recente decisão do governo espanhol, em seu compromisso pela infância consciente, ao aprovar o Protocolo Facultativo de *la Convención sobre los Derechos del Niño de Naciones Unidas*, no dia 24 de fevereiro de 2012, pelo qual “*cualquier niño o niña podrá presentar una queja frente a cualquier violación de sus derechos y obtener respaldo legal. La firma, que tendrá lugar en el 28 de febrero en la sede del Consejo de Derechos Humanos de la ONU en Ginebra es ‘un primer gesto simbólico muy importante y con él España reafirma su compromiso con los derechos de la infancia. Ahora este gesto tiene que completarse con la ratificación en el Parlamento y además, España debe animar a otros Estados a que firmen y ratifiquen también’*, explica Yolanda Román, responsable de Incidencia Política de *Save the Children*”. *Save the children. Agenda de infancia 2012-2015*. Disponível em: <http://www.savethechildren.es/docs/Ficheros/465/Agenda_de_Infancia_2012-2015.pdf>. Acesso em: 05/06/2012.

17 A título de informação, em 2004, o relatório do UNICEF focalizou a educação de meninas (que merece um estudo à parte, pois é necessário ao internacionalista avaliar como as relações de gênero e infância estão sendo construídas pelo UNICEF); em 2005, discutiu a questão de crianças ameaçadas pelas adversidades; já o relatório de 2006 trouxe as crianças excluídas e invisíveis; em 2007 o relatório abrangeu a questão das mulheres e crianças e levantou um discurso sobre as questões de gênero; e em 2008 tratou especificamente da sobrevivência infantil, sem abordar aspectos relacionados ao tema em tela.

A questão principal desta análise foi: é possível falar em uma participação social das crianças no cenário de forte globalização, onde parece predominar uma cultura juvenil e “adultocêntrica”? Para respondê-la, foram analisados os relatórios em dois momentos: em primeiro lugar, a partir da discussão teórica da SI, em especial a discussão dos conceitos de socialização e participação e na revisão dos paradigmas da SI, considerando as crianças como atores sociais e a infância como construção social. Em segundo lugar, foram analisados os cenários internacionais tratados nos relatórios e o posicionamento do UNICEF em relação ao tema da participação social infantil em um cenário onde muito se fala em “infância global” e pouco se fala em infâncias marcadas por questões culturais (sobretudo as de gênero), econômicas, políticas e sociais muito distintas.

SITUAÇÃO MUNDIAL DA INFÂNCIA: PARTICIPAÇÃO INFANTIL (2003)

O relatório abre com o seguinte título: “Crianças devem ser ouvidas” e descreve a seguinte situação, que ressalta a importância da participação social das crianças (UNICEF, 2003, p. 1):

Os adultos não percebem. Quando é que uma criança é considerada suficientemente capacitada para contribuir e participar ativamente? Se você não lhes der a oportunidade de participar, elas não desenvolverão as habilidades. Dê-nos uma chance cedo e veja como vamos voar. Khairul Azri, 17 anos de idade, delegada malaia na Sessão Especial das Nações Unidas sobre a Criança. Quando a chinesa Mingyu Liao, de 10 anos de idade, fez sua apresentação no Encontro Mundial de Cúpula sobre Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo, na África do Sul, em setembro de 2002, fazia parte do grupo de três representantes da Conferência Internacional das Crianças do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas, que três meses antes havia reunido mais de 400 crianças de mais de 80 países. “Todos nós tínhamos muita coisa a dizer”, relatou a menina, “mas a principal, que preocupava todos os delegados, é que a maioria dos líderes não ouve”. [...] Era impossível negar o que diziam os jovens ativistas. Com sua visão do futuro e sua paixão, motivaram delegados como outros já haviam feito na Sessão Especial das Nações Unidas sobre a Criança, em maio de 2002. “Pensem nas crianças,” eles pediram. “Que tipo de mundo vocês querem para elas?” *No final, as crianças conseguiram algo que não havia sido possível alcançar pelos processos de negociação usuais dos adultos com relação à declaração final do Encontro de Cúpula. Líderes mundiais reconheceram que tinham responsabilidades não*

só com relação uns aos outros, mas com relação às crianças – uma vez que elas pediram que libertassem o mundo da pobreza, da degradação ambiental e de padrões de desenvolvimento insustentável (grifo nosso).

O parágrafo expressa bem o teor do relatório, ao incentivar a participação social e política das crianças. Todavia, qual o conceito de participação presente no relatório? Para a UNICEF (2003, p. 4), participação é:

Um fenômeno multifacetado que inclui uma ampla variedade de atividades que diferem na forma e no estilo conforme a idade da criança: buscando informações, manifestando desejo de aprender, mesmo com muito pouca idade, estruturando opiniões, expressando idéias; participando de atividades e processos; sendo informada e consultada em tomadas de decisões; colocando em ação idéias, processos, propostas e projetos; analisando situações e fazendo escolhas; respeitando as outras pessoas e sendo tratada com dignidade.

Esse conceito, que traz em seu bojo um resumo dos artigos da Convenção, orienta as ações descritas no relatório, o qual mostra como a participação social infantil geralmente se restringe ao espaço familiar e escolar, mas que, com o auxílio de organizações como UNICEF, ampliam-se dos espaços privados para espaços públicos, alcançando influência global. O relatório é exaustivo em exemplos mostrando que o UNICEF tem promovido e implantado escolas genuinamente amigas das crianças, com métodos que maximizam a participação da criança e que estimulam a aprendizagem ativa, em vez da apreensão passiva dos fatos. Cita as “*escuelas nuevas*” na América Latina, que utilizam uma nova metodologia de impacto direto na participação e no comportamento democrático de seus alunos dentro da comunidade.

As organizações que ouvem as crianças também são relatadas e incluem as crianças como parte da delegação que, junto ao governo, trabalha na construção de políticas para as crianças. Também são apresentadas crianças atuantes na ONU, como ocorrido em 2002 na Assembleia Geral, quando as crianças participaram diretamente na Sessão Especial sobre a criança.

Nesse relatório, é possível falar em uma participação social e política das crianças no cenário de forte globalização, apesar da cultura juvenil e “adultocêntrica” que marca o mundo atual. O próprio relatório chama os adultos à responsabilidade de “buscar as perspectivas e as opiniões de crianças e de levá-las a sério; e na responsabilidade dos adultos de ajudar crianças e adolescentes

a desenvolver suas competências para que tenham uma participação autêntica e significativa no mundo” (UNICEF, 2003, p. 2). Fica explícito o entendimento do relatório acerca da necessidade de se revisar o olhar internacional sobre as crianças, de levá-las a sério de forma teórica e empírica, como propõe a SI.

Em relação aos paradigmas da SI, o relatório reconhece a infância como uma construção social dentro de um ordenamento social, cultural e jurídico específico, no qual as condições de gênero¹⁸, classe, geração e raça sempre estão presentes, porém ainda sobressai a perspectiva do adulto induzindo a criança no caminho por ele traçado previamente, como observa-se a seguir:

Precisamos aprender como efetivamente *induzir* crianças e jovens a manifestar suas opiniões, e precisamos aprender a reconhecer suas múltiplas vozes, as diversas maneiras pelas quais crianças e jovens se expressam, e como interpretar suas mensagens – verbais e não verbais. E mais importante, *devemos garantir* que existam oportunidades, tempo e locais seguros para que as opiniões de crianças e jovens sejam ouvidas e consideradas devidamente (UNICEF, 2003, p. 2, grifo nosso).

Se há mudanças significativas na situação de vulnerabilidade em que se encontram as crianças, por condições de classe, gênero e/ou raça, deve-se mais à ação direta do UNICEF em “induzir e garantir” os espaços e as falas das crianças do que propriamente por uma organização espontânea das próprias crianças envolvidas

18 Sobre as relações de gênero, o relatório aponta para as vantagens econômicas e sociais da educação das meninas: “Organizações de desenvolvimento de todos as proporções há muito concordaram sobre as vantagens em termos de relação custo-benefício dos investimentos na educação de meninas, e sobre a necessidade urgente de promover essa educação, especialmente nos países africanos ao sul do Saara e na Ásia Meridional, onde mais de 50 milhões de meninas em idade escolar estão fora da escola. Entretanto, quando foi lançado em Uganda, em agosto de 2001, o Movimento de Educação de Meninas (MEM) mostrou ser diferente dos esforços anteriores, uma vez que as próprias crianças e os adolescentes africanos – meninos e meninas – assumiram a liderança, contando com a experiência e o conselho dos adultos quando necessário, e envolvendo-se no movimento com sua própria dedicação e seu otimismo. A própria participação das crianças foi educativa: as jovens quenianas e ugandenses que participaram do MEM desde seu início, inclusive algumas portadoras de deficiências, foram treinadas em métodos de facilitação criativos. Isso permitiu que realizassem oficinas semelhantes na África do Sul e em Zâmbia para difundir as informações na comunicação apresentada no Parlamento de Crianças e Jovens em Kampala. ‘Essa conferência foi um divisor de águas para muitas jovens que no início não podiam dizer nada’, disse Caroline, uma estudante ugandense voluntária. ‘Nós desenvolvemos assertividade e confiança, e começamos a pensar positivamente sobre nossas capacidades.’ [...] E mais, quando o domínio masculino tradicional se abre e permite que meninas e jovens mulheres participem, rompem-se os estereótipos de meninas e mulheres como figuras ornamentais ou pessoas mais fracas do que os meninos – tanto física quanto emocionalmente” (UNICEF, 2003, p. 30).

ou pelo interesse dos governos e entidades locais. Diante disso, o relatório não reconhece uma cultura infantil própria das crianças, como discute a SI.

Em termos de cenários internacionais, foram incluídas nesse relatório as crianças de diversos contextos sociais, porém é dada uma ênfase maior nas crianças de países subdesenvolvidos, como, por exemplo, adolescentes na África que atuam como educadores combatendo o HIV/AIDS; no Paquistão, meninas entre 11 e 17 anos, especialmente aquelas de famílias de baixa renda, que participam de oficinas de capacitação sobre consciência social, saúde, higiene, nutrição, etc. O relatório aborda ainda a parcela das crianças que são exploradas nas ruas dos centros urbanos. Em todos esses relatos, o tema da participação oscila entre iniciativas que enfatizam mais a proteção e o assistencialismo ofertado às crianças por meio de oficinas informativas e outras que de fato materializam a participação das crianças em projetos sociais, nos quais elas são as principais protagonistas. Embora o relatório aponte a participação das crianças em seus contextos locais, predomina uma visão “adultocêntrica” e assistencialista, apesar de apresentar uma preocupação com a voz das crianças, sobretudo aquelas em situação de vulnerabilidade social.

Assim, a participação infantil é tematizada reiteradas vezes como uma obrigação dos adultos em fazer aflorar e considerar as opiniões das crianças e dos jovens, induzindo-os a manifestar suas opiniões. Essa participação ocorre em variados níveis, desde a interação das crianças com as organizações que promovem a inclusão social, juntamente com os órgãos competentes, seja no âmbito local, seja nacional, seja internacional, abrindo espaços para que as crianças possam dialogar e opinar, até a participação em pequena escala, nas famílias e/ou nas escolas.

De modo geral, tem-se a impressão de que o relatório se preocupa mais em divulgar as ações benéficas do UNICEF do que propriamente trazer uma reflexão sobre o protagonismo e a participação ativa das crianças nas mudanças sociais e políticas que lhes afetam. Essa reflexão aparece de modo mais consistente no próximo relatório, talvez pelo próprio amadurecimento teórico dos debates internacionais, sociológicos e jurídicos sobre o tema, a partir de 2009.

UNICEF: SITUAÇÃO MUNDIAL DA INFÂNCIA: CELEBRANDO OS 20 ANOS DA CONVENÇÃO, EDIÇÃO ESPECIAL (2009)

Esse relatório trata especialmente dos 20 anos da Convenção sobre os Direitos da Criança, em um mundo cada vez mais populoso, urbanizado e ambientalmente ameaçado. A Convenção assume o desafio de somar a participação social, institucional e individual à responsabilidade governamental pelos direitos da criança,

em um cenário onde mudanças climáticas e econômicas ameaçam os progressos em relação aos direitos das crianças.

Como se trata de uma edição especial resumindo todos os aspectos da Convenção, não há especificidade sobre nenhum caso de participação, tendo sido tratado de forma geral, abrangendo a participação como um direito garantido pela Convenção, devendo todos os Estados-membros apoiarem a participação de todas as crianças e todos os adolescentes, sem distinção de natureza nenhuma. O relatório resume os aspectos da Convenção e abrange a participação como um direito garantido por ela, porém é preciso ajustar as condições de acordo com sua idade e maturidade. Um exemplo trazido é o de uma estudante de 13 anos, do Vietnã, que, juntamente com seus amigos, faz parte de um grupo de capacitação nas áreas de direitos das crianças, saúde e HIV oferecidos pela escola. Outro exemplo de participação trazido no relatório foi registrado na cidade brasileira de Barra Mansa, que, de 1997 a 2000, manteve um conselho orçamentário participativo que incluía 36 crianças, de diferentes idades, sem especificar a etnia e o sexo. Destaca-se também a Sessão Especial sobre a Criança na Assembleia Geral da ONU, em 2002, que estimulou ativamente a participação de mais de 400 crianças de 150 países. O relatório UNICEF (2009, p. 34) também destaca:

O Estudo sobre Violência contra a Criança, produzido em 2002 pelo Secretário-Geral da ONU, foi o primeiro estudo das Nações Unidas a consultar as crianças, refletindo e incorporando suas opiniões e recomendações. Crianças e adolescentes participaram de consultas nos níveis nacionais, regionais e internacionais, ao lado de formuladores de políticas. Para divulgar as constatações do estudo, foram criadas versões em linguagem acessível às crianças, adequadas para diferentes grupos etários. Crianças e adolescentes também tiveram participação significativa no III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, realizado no Rio de Janeiro (Brasil) em novembro de 2008.

O conceito de participação no relatório envolve o “aumento do poder e a capacidade das crianças para que se envolvam em decisões e ações que as afetam”, em que se examinam diversas questões relativas ao direito de informação, de manifestação, de liberdade de expressão, etc. (UNICEF, 2009, p. 15). O relatório mostra que, na maioria das vezes, as decisões públicas que afetam as crianças não consideram sua opinião nem as envolvem nos processos, cenário esse que as iniciativas do UNICEF tentam reverter nos países onde atua.

A participação social da criança é discutida em um contexto em que as políticas não são somente centradas na assistência, tratando as crianças como recebedores passivos de cuidados e serviços, mas sim como atores públicos. Como exemplo de participação da criança como ator público, o relatório fala sobre o projeto Cidades Amigas da Criança (UNICEF, 2009, p. 31):

[...] uma iniciativa internacional que promove a participação da criança nos governos locais. Uma “cidade amiga da criança” é definida como qualquer sistema local de governança – urbano ou rural, amplo ou restrito – comprometido com a realização dos direitos da criança nos termos da Convenção. A Iniciativa Internacional Cidades Amigas da Criança (CFCI) foi lançada em 1996 para promover a resolução aprovada na segunda Conferência das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (Habitat II), que transforma as cidades em locais habitáveis por todos. A conferência declarou que o bem-estar da criança é o principal indicador de um habitat saudável, de uma sociedade democrática e de boa governança.

Conforme visto com Raquel Rei, os espaços de participação social infantil devem cumprir determinadas condições para que eles sejam efetivos, mas, no relatório de 2009 (UNICEF, 2009, p. 34), não há certo otimismo:

Em geral, as crianças não são vistas como atores sociais e políticos. [...] na maioria das vezes, as crianças não têm um lugar formal à mesa de tomada de decisões, e suas opiniões normalmente são representadas por meio de mecanismos controlados por adultos. [...] Em conferências, os adultos podem ouvir as crianças, mas, no momento de tomar decisões importantes, elas frequentemente são excluídas. Parlamentos de jovens acabam sendo pouco mais do que clubes de debate, nos quais as crianças aprendem sobre governança e política. Além disso, algumas tentativas de envolvimento de jovens são simbólicas – servem mais para dar uma ideia de que a organização de adultos os envolve do que para benefício das próprias crianças (grifo nosso).

Após seis anos em relação ao último relatório, percebe-se o esforço em preencher as lacunas teóricas e práticas acerca da participação infantil que supere a cultura “adultocêntrica” nas organizações internacionais, como aqui demonstrado. Embora os relatórios não revelem um cenário otimista, é possível perceber movimentos políticos e sociais mais promissores e também que tende a crescer

“o número de crianças e adolescentes que vêm desenvolvendo sua capacidade de participar e colaborar por meio de organizações de jovens e de redes de defesa de seus direitos” (UNICEF, 2009, p. 34).

Em relação às condições de gênero, classe, geração e raça, os relatórios contemplaram como as diferenças constituem a criação das diversas infâncias e como elas interpretam o mundo e são por ele interpretadas. A UNICEF sempre teve a política voltada para os direitos humanos na infância e no cumprimento das Metas do Milênio, portanto, as discussões de gênero, classe, geração e raça transparecem como preocupação presente¹⁹.

De modo geral, é possível responder afirmativamente à questão proposta para essa pesquisa, pois tanto os documentos como os relatórios apontaram para a necessidade de não apenas incentivar e organizar, mas implementar as culturas infantis participativas, percebendo nelas não apenas uma cultura de não adultos, ou de não jovens, mas uma cultura própria que tenha suas próprias demandas, reivindicações, além de poder de fala.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O revisionismo da SI sobre a teoria da socialização tem auxiliado na problematização de três aspectos principais dessa teoria, das quais as RI podem se apropriar: 1) a visão passiva da criança, cuja socialização é regida por instituições e pelos adultos; 2) os estudos centrados exclusivamente na criança enquanto aluno/a ou na criança-problema (infrator); e 3) a hegemonia do discurso “adultocêntrico” nas pesquisas com crianças. Analisou-se que a SI colabora na superação da própria sociologia como ciência “adultocêntrica”, desatenta ao universo infantil e às crianças como sujeitos ativos, cujos pontos de vista eram ignorados ou secundarizados nas pesquisas. Essa é a principal lição que os estudos em RI devem aprender com a SI – superar a visão “adultocêntrica” nas pesquisas em RI implica estar

19 Ao contrário do relatório de 2003, em 2009 aparece o conceito de gênero no seguinte trecho: “Em 2007, as meninas eram maioria entre os 101 milhões de crianças em idade escolar que não frequentavam a escola primária. Nesse nível de educação, as diferenças de gênero mais acentuadas estão na África Central e Ocidental, no Oriente Médio e Norte da África e na Ásia Meridional. Meninas de famílias pobres e que vivem em áreas rurais correm sério risco de ficar sem educação primária e secundária. Diferenças de gênero no acesso a cuidados de saúde também são visíveis em alguns países da Ásia Meridional e da África ao sul do Saara. Além de ser uma violação de normas e leis, o casamento infantil, que na maioria dos casos envolve meninas, aumenta o risco de privá-las da educação e de torná-las mães ainda na adolescência, com os consequentes riscos de saúde para a mãe e para a criança. Na África Oriental e Meridional, mulheres jovens continuam desproporcionalmente vulneráveis à infecção por HIV: a probabilidade de meninas adolescentes viverem com HIV é de duas a 4,5 vezes maior do que a dos meninos” (UNICEF, 2009, p. 15).

atento ao universo infantil, seja aquele retratado pelos documentos, relatórios e fatos internacionais aqui apresentados, seja tudo o que se refira à infância no cenário internacional. Trata-se da infância urbana ou rural, pobre ou rica, letrada ou analfabeta.

Essa problematização sugere uma compreensão mais ampla da criança como ator social, como aquela que participa, a seu modo, de sua própria socialização, que não se restringe ao único papel de estudante ou de criança-problema e, ainda, como aquela que pode ser tratada como interlocutor principal, e não apenas mero respondente ou informante. Pela análise empreendida, ficou claro que ainda é preciso trilhar um longo caminho para reconhecer a criança para além desses papéis.

A questão norteadora foi respondida nesta análise mostrando que é possível falar em uma participação social e política das crianças no cenário de forte globalização, apesar de ainda predominar uma cultura juvenil e “adultocêntrica”, inclusive na própria redação dos ensaios que compõem os relatórios. Nenhum deles foi escrito por uma criança; apenas elas são ouvidas na forma de depoimentos. A redação ainda é privilégio dos adultos.

Atualmente, há um debate público em relação às crianças e a seu *status* na sociedade e como membros dela. Um dos pilares da ONU sobre os direitos das crianças é justamente relacionado ao direito de participação. Dar ouvidos à criança e suas opiniões tem sido um desafio por parte dos órgãos competentes, assim, no ano de 2003, a UNICEF lançou um relatório sobre a situação mundial da infância que teve como foco a participação infantil e demonstrou a importância de considerar as opiniões das crianças e dos jovens com seriedade, bem como a responsabilidade dos adultos em ajudá-las a desenvolver suas competências para que tenham uma participação autêntica e significativa no mundo. Todavia, o relatório de 2009 mostrou que ainda é necessário avançar na compreensão política e social do que implica essa participação, das questões orçamentárias, culturais e políticas que envolvem esse nível de cidadania. Torna-se imprescindível que os conhecimentos produzidos pelas ciências humanas e sociais sejam tomados de forma dialética, que vejam a criança não só a partir do referencial do adulto, mas também a partir dela mesma, ou seja, de sua experiência de infância, seja ela relatada de memória (rememoração) ou no tempo presente, do imediatamente vivido, mediante uma análise de sua participação.

Cumprе ressaltar que o objetivo aqui não foi defender uma “tirania da voz infantil” ou sequer ignorar que essa voz também pode ser manipuladora e inventiva, mas defender o reconhecimento social e jurídico da capacidade de participação das

crianças, em uma cultura social e jurídica que forme indivíduos que possam decidir, por eles mesmos, essa participação (afinal, participa quem quer). Ora, como gerar esse reconhecimento se muitas vezes *sequer vemos* as crianças? Onde elas estão? Nas ruas, nas escolas, nas audiências? Como estão construindo suas infâncias e lutando contra toda a forma de opressão? Que espaços de participação elas possuem para exercer seus “direitos da autonomia”? Também defende-se a superação de uma visão tradicional e “adultocêntrica” que, ao idealizar uma infância, perde de vista sua pluralidade e a própria noção de uma infância ainda em construção, de uma infância do devir, e não de uma infância perdida no passado.

Diferentes infâncias, diferentes crianças, diferentes teorias contribuem não só para o amadurecimento teórico e empírico da sociologia e das Relações Internacionais no trato com a infância, mas, sobretudo, no fortalecimento dos espaços institucionais e não institucionais de participação infantil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHRISTENSEN, Pia; ALLISON, James (Org.). *Investigação com crianças: perspectivas e práticas*. Porto: Paula Frassinetti, 2005.
- DURKHEIM, Emile. As formas elementares da vida religiosa. In: ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2002.
- FONSECA, Claudia. Os direitos da criança – dialogando com o ECA. In: FONSECA, Claudia; TERTO JR., Veriano; ALVES, Caleb Faria (Org.). *Antropologia, diversidade e direitos humanos*. RGS: Ed. UFRG, 2004.
- GAITÁN, L. *Sociologia de la infancia*. Madrid: Síntesis, 2006.
- KUHLMANN JR., Moisés. *As grandes festas didáticas: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922)*. Bragança Paulista: Ed. da Universidade de São Francisco, 2001.
- NUNES, Angela; CARVALHO, Maria Rosário. Questões metodológicas e epistemológicas suscitadas pela Antropologia da Infância. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 32. *Apresentação...* 22 a 26 de outubro de 2008, Caxambu/MG.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Os atores internacionais*. Introdução às Relações Internacionais: temas, atores e visões. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- PROUT, Allan. Reconsiderar a nova Sociologia da Infância. In: ENCONTRO ANUAL DA SECÇÃO DE SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA, DA ASSOCIAÇÃO ALEMÃ DE SOCIOLOGIA, 8. *Apresentação...* Minho, 2002. In: CICLO DE CONFERÊNCIAS EM SI DA UNIV. DO MINHO/IEC. Minho, 2004.
- QVORTRUP, Jens. Macro-análise da infância. In: CHRISTENSEN, Pia; ALLISON, James (Org.). *Investigação com crianças: perspectivas e práticas*. Porto: Paula Frassinetti, 2005.

- REI, Raquel C. Teixeira. *Participação social da infância*. Barcelona: Ed. UAB, 2006.
- SATO, Eiiti. *As relações internacionais, a sociologia e os debates correntes sobre conflito, cooperação e mudanças na ordem internacional*. 2005. Disponível em: <http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/Textos_Elet/Alas/Eiiti%20Sato.pdf>. Acesso em: 26/02/2012.
- SARMENTO, M. J.; PINTO, Manuel. *As crianças: contextos e identidades*. Braga:/IEC-Univ. Minho, Pt, 1997.
- _____. As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. In: SARMENTO, M. J.; CERISARA, A. B. (Org.). *Crianças e miúdos: perspectivas sócio-pedagógicas da infância e educação*. Porto: Asa, 2004. p. 9-34.
- _____. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. *Educação e Sociedade*. Dossiê: Sociologia da Infância – pesquisa com crianças. CEDES, v. 26, n. 91, maio/ago. 2005.
- SIROTA, Régine. Emergência de uma Sociologia da Infância: evolução do objeto e do olhar. *Cadernos de Pesquisa*, n. 112, mar. 2001.
- SOARES, Natália F. Os direitos das crianças nas encruzilhadas da protecção e da participação (2002). In: INFOCED. *Boletim do Centro de Estudos, Documentação e Informação sobre a Criança do Instituto de Apoio à Criança*. Lisboa: IAC, maio 2010.

SITES

- AGÊNCIA ENVOLVERDE. *Crianças aprisionadas no coração do levante*. Disponível em: <<http://envolverde.com.br/ips/inter-press-service-reportagens/criancas-aprisionadas-no-coracao-do-levante-2/>>. Acesso em: 01/05/2012.
- BRASIL. Decreto n. 3.413, de 14 de abril de 2000. *Convenção da Haia sobre os aspectos civis do seqüestro internacional de crianças*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3413.htm>. Acesso em: 23/03/2012.
- DEUTSCHE WELLE. *Tráfico de crianças é problema global*. Disponível em: <<http://www.dw.de/dw/article/0,,1036172,00.html>>. Acesso em: 23/03/2012.
- GREEN, Andrew. *Como devolver a infância às crianças-soldado*. Disponível em: <<http://envolverde.com.br/noticias/como-devolver-a-infancia-as-criancas-soldado/>>. Acesso em: 01/05/2012.
- HARTMANN, Arturo. *Oriente Médio: infância entre grades*. Disponível em: <<http://ponto.outraspalavras.net/2011/10/25/infancia-entre-grades-criancas-palestinas-sao-alvo-de-tortura-detencoes-ilegais-em-israel/>>. Acesso em: 26/10/2011.
- NOBREGA, Camila. *Severn Suzuki, a menina que calou o mundo na Rio 92*. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio20/severn-suzuki-menina-que-calou-mundo-na-rio-92-4638046>>. Acesso em: 01/05/2012.

- SAVE the children. *Agenda de infância 2012-2015*. Disponível em: <http://www.savethechildren.es/docs/Ficheros/465/Agenda_de_Infancia_2012-2015.pdf>. Acesso em: 05/06/2012.
- SATO, Eiti. A agenda internacional depois da Guerra Fria: novos temas e novas percepções. *Rev. Bras. Polít. Int.*, v. 43, n. 1, p. 138-169, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v43n1/v43n1a07.pdf>>. Acesso em: 26/02/2012.
- THE DCI MOVEMENT. Disponível em: <<http://www.defenceforchildren.org/about-us.html>>. Acesso em: 30/04/2012.
- THE GLOBAL JOURNAL. *Free the children*. Disponível em: <<http://theglobaljournal.net/article/view/564/>>. Acesso em: 30/04/2012.
- THE GLOBAL JOURNAL. *Friends international*. Disponível em: <<http://theglobaljournal.net/article/view/557/>>. Acesso em: 30/04/2012.
- UNICEF. *Relatórios*. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_9478.htm>. Acesso em: 02/2011.
- . *Situação mundial da infância 2003*: participação infantil. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10341.htm>. Acesso em: 02/11/2011.
- . *Situação mundial da infância 2008*: caderno Brasil. Disponível em: <<http://www.unicef.org/brazil/pt/cadernobrasil2008.pdf>>. Acesso em: 02/11/2012.
- . *Situação mundial da infância 2009* (edição especial): celebrando 20 anos da Convenção sobre os Direitos da Criança. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/sowc_20anosCDC.pdf>. Acesso em: 02/06/2011.
- VEJA. *Caso Sean Goldman*: garoto fala pela 1ª vez à TV nos EUA. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/caso-sean-goldman-garoto-fala-pela-1a-vez-a-tv-americana>>. Acesso em: 01/05/2012.

Recebido para publicação em 14/08/12. Aceito para publicação em 15/04/13.

OS CLÁSSICOS DA “LITERATURA” SOCIOLÓGICA INFANTIL:

as crianças e a infância de acordo com Marx,
Weber, Durkheim e Mauss

*THE CLASSICS OF CHILDREN’S “LITERATURE” SOCIOLOGICAL: THE
CHILDREN AND THE CHILDHOOD ACCORDING TO MARX,
WEBER, DURKHEIM AND MAUSS*

Lucas de Lima e Cunha^a

Resumo O objetivo deste texto é mostrar que, apesar de ser um tema secundário e recente, é possível desenvolver uma Sociologia da Infância de acordo com aquilo que foi discutido pelos principais fundadores dessa ciência sobre as crianças. Para isso serão analisadas as considerações de Karl Marx, Max Weber, Émile Durkheim e Marcel Mauss sobre as crianças e as relações delas com as sociedades e com o pensamento sociológico tradicional. Pretende-se com isso afirmar que as crianças também são, assim como os adultos, sujeitos relevantes para as análises sociológicas. Ademais, acrescenta-se que é de fundamental importância compreender a constituição das sociedades por meio da infância e de suas personagens, as crianças.

Palavras-chave clássicos da sociologia; sociologia da infância; crianças.

Abstract *The purpose of this paper is to show that, despite being a secondary and recent topic, it is possible to develop a Sociology of Childhood in accordance with what was discussed by the main founders of this science about the children. In this regard, it will be reviewed considerations of Karl Marx, Max Weber, Émile Durkheim and Marcel Mauss about children and their relations with the societies and with the traditional sociological thought. It is intended to state that children are subject relevant to the sociological analysis, as well as adults. Furthermore, it is fundamentally important to understand the constitution of the societies through childhood and its characters, the children.*

Keywords *classics of sociology; sociology of childhood; children.*

a Bacharel em Ciências Sociais (UFRGS/2008), mestre em Sociologia (PPGS/ UFRGS/2011) e doutorando em Sociologia (PPGS/UFRGS/2013).

INTRODUÇÃO

Historicamente, as crianças ocuparam um lugar secundário no pensamento sociológico. Esses indivíduos, quando muito, foram considerados atores coadjuvantes, para não dizer apenas figurantes, nas análises das tramas sociais. Em outros termos, as análises sociológicas têm por costume privilegiar o universo empírico dos adultos para descrever as sociedades. São seus discursos que são transcritos, suas relações que são observadas, seus conhecimentos que são requisitados e suas opiniões que são indagadas. É como se as sociedades fossem compostas apenas por indivíduos adultos ou, ainda, é como se apenas os relatos desses indivíduos fossem sociologicamente relevantes para a compreensão das sociedades. Nesse sentido, a Sociologia foi a ciência que mais levou ao pé da letra a etimologia da palavra *infante* – o “não falante” (ARIÈS, 1988).

Embora recente¹, a temática da infância e das crianças já havia sido discutida por alguns dos principais fundadores da Sociologia. Karl Marx (1818-1883), Max Weber (1864-1920), Émile Durkheim (1858-1917) e Marcel Mauss (1872-1950), cada um ao seu modo, deixaram importantes contribuições para que se compreenda não apenas o lugar atribuído às crianças nas sociedades, mas, sobretudo, o lugar que elas ocupam na tradição do pensamento sociológico e o porquê do reconhecimento tardio da infância na Sociologia.

O objetivo deste texto é mostrar que é possível desenvolver uma Sociologia da Infância de acordo com aquilo que foi discutido pelos principais fundadores dessa ciência sobre as crianças. Para isso serão analisadas as considerações de Marx, Weber, Durkheim e Mauss sobre as crianças e as relações delas com as sociedades e com o pensamento sociológico tradicional, o qual, conforme será visto, apesar de não estar voltado para o desenvolvimento de uma Sociologia da Infância, visto que a finalidade da maioria dos autores aqui referenciados não era essa, fornece subsídios teóricos para construir uma.

Atualmente, a produção sociológica sobre a infância se diferencia muito em relação ao que foi discutido pelos clássicos da Sociologia, assim como o lugar ocupado pelas crianças nas sociedades contemporâneas. Pressupostos teóricos, metodológicos e epistemológicos foram, e ainda estão sendo, solidificados pelos pesquisadores que estudam as crianças e a infância (CORSARO, 2002; QUINTEIRO, 2002; FERREIRA, 2002; PLAISANCE, 2004; DELGADO; MÜLLER, 2005; ALMEIDA, 2009;

1 Os primeiros encontros internacionais de sociólogos para discutir a temática da infância datam do início da década de 1990 (MONTANDON, 2001; SIROTA, 2001).

PROUT, 2010; ABRAMOWICZ; MORUZZI, 2010; QVORTRUP, 2010). Para não nos distanciarmos do objetivo proposto para este ensaio, nos limitaremos apenas, e na medida do possível, aos discursos dos clássicos da Sociologia a respeito das crianças e da infância.

I

Para Karl Marx (1980), a família figura como a primeira forma de propriedade na humanidade, sendo a esposa e os filhos os primeiros “escravos” do homem. Em *O capital*, o autor volta a essas personagens ao abordar a questão do trabalho. Para Marx, um dos efeitos gerados pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista teria sido a exploração da força de trabalho de mulheres e crianças da classe operária (MARX, 1973).

Com o advento das máquinas e das grandes indústrias, o capital promoveu a divisão manufatureira do trabalho. Tal divisão, por sua vez, adaptou a força de trabalho em diferentes graus de maturidade, força e desenvolvimento dos operários, que, dessa forma, passaram a ser classificados como “qualificados” e “não qualificados”. Isso porque o emprego das máquinas, ao “depreciar o trabalho do homem” descartando o “uso da força física muscular”, fez “aumentar o número de assalariados”, submetendo, assim, todos os membros da família dos operários, as mulheres e as crianças ao trabalho (MARX, 1973).

Segundo a fórmula de Marx, pode-se observar um efeito cascata que começa com a divisão das manufaturas e com o advento das máquinas, percorre até o aumento do operariado – substituído progressivamente por crianças e mulheres –, considera a diminuição do trabalho doméstico e chega à elevação das despesas domésticas. Esse movimento fez com que o operário, que até o momento vendia apenas sua própria força de trabalho, passasse a vender sua esposa e seus filhos, tornando-se, assim, um “mercador de escravos”, e o empresário capitalista, um escravagista. Entre as principais consequências dessa revolução estão: a decomposição da vida familiar, as altas taxas de mortalidade entre os filhos pequenos da classe operária e o “empobrecimento intelectual dos homens” (MARX, 1973).

Crianças e mulheres, além de serem mais “dóceis e maleáveis”, também custavam menos ao empresário capitalista. Por volta de 1860, enquanto um operário adulto custava entre 18 e 45 *xelins* por semana, três meninos de 13 anos de idade custavam entre seis e oito *xelins*. Tal vantagem era tão lucrativa que o empresário capitalista preferia usar o trabalho de mulheres e crianças ao invés das máquinas, pois acarretaria um aumento no preço da produção. Para se ter uma

ideia do que isso representava, entre 1850 e 1862, “apesar do aumento considerável do número de máquinas de teares, o número total dos operários diminuiu e o das crianças exploradas aumentou”, passando de 9.956 para 13.178 crianças menores de 14 anos trabalhando nas fábricas de tecelagem inglesas (MARX, 1973)².

Ainda que se trate de uma explanação concisa, Marx revelou uma série de características e as consequências do trabalho infantil durante o período da Revolução Industrial. Chegou, inclusive, a “dar voz” a duas crianças, Willian Wood, de nove anos, e J. Murray, de 12 anos, ao citar seus depoimentos sobre suas extensas jornadas de trabalho:

Todo dia, trabalho até às 9 horas da noite. É o que tenho feito, por exemplo, nas sete ou oito últimas semanas [...]. Chego às 6 horas, às vezes mesmo às 4 horas da manhã. Trabalhei a noite passada até às 8 horas da manhã. Não me deitei. Comigo, oito ou nove garotos passaram a última noite trabalhando (MARX, 1973, p.100).

Outra característica apontada pelo autor referia-se à divisão sexual do trabalho infantil, em que era mais comum encontrar meninos abaixo dos 13 anos e meninas com menos de 18 anos trabalhando. As longas jornadas de trabalho (de 10 a 15 horas por dia) em locais insalubres e a intensificação do trabalho geravam a degeneração da população operária da Inglaterra da metade do século XIX, degeneração essa não apenas física como intelectual e moral, visto que a instrução escolar dessas crianças era substituída pelo trabalho fabril e, antes mesmo de chegarem à maturidade, elas se transformavam em “simples máquinas produtoras de mais-valia”. Vale dizer que, diante dessa situação, o Parlamento Inglês decretou, em 1857, que toda fábrica, para obter a condição legal do uso produtivo da força do trabalho infantil, era obrigada a prover a escolaridade das crianças menores de 14 anos durante 30 dias ou 150 horas, no decorrer de seis meses ao ano (MARX, 1973).

Mesmo reconhecendo as mazelas geradas pelo trabalho infantil, Marx não era contra esse tipo de trabalho. Ele era contra a exploração do trabalho infantil pelo capital, isto é, o trabalho infantil em si não figurava para ele como um problema a ser combatido, muito pelo contrário. Em uma carta datada de 1865 e endereçada à Associação Internacional dos Trabalhadores, uma das questões levantadas por Marx se referia ao “trabalho juvenil e infantil de ambos os sexos”. Nela o autor dizia:

2 Conforme o censo do governo inglês, em 1861, 37% dos meninos e 21% das meninas, entre 10 e 14 anos de idade, já trabalhavam (KASSOUF, 2007).

Considerando a tendência da indústria moderna para levar as crianças e jovens de ambos os sexos a cooperarem no grande trabalho da produção social como tendência progressiva, sã e legítima, embora sob o capital tenha sido distorcida numa abominação. Num estado racional da sociedade *qualquer criança que seja*, desde a idade de 9 anos, deve tornar-se trabalhador produtivo da mesma maneira que um adulto saudável não deveria ser eximido da lei geral da natureza: trabalhar para comer não só com o cérebro mas também com as mãos (MARX, 1983, p. 82, grifo original).

A partir dessa questão, Marx recomendava que as crianças da classe operária fossem agrupadas em três faixas etárias de acordo o número de horas diárias que elas deveriam trabalhar: a primeira faixa englobando crianças de 9 a 12 anos, cujo trabalho deveria ser legalmente restringido apenas a duas horas diárias; a segunda entre 13 a 15 anos, com quatro horas de trabalho diário; e a terceira englobando os jovens de 16 a 17 anos, cuja jornada de trabalho deveria possuir 6 horas diárias, com o intervalo de uma hora para “refeição ou descontração” (MARX, 1983).

Nessa mesma carta surge outra dimensão essencial para se pensar a questão da infância: a educação. Para Marx (1983), seria desejável que a instrução escolar elementar ocorresse antes dos 9 anos de idade e que “nenhum pai e nenhum patrão” deveria ser autorizado a usar o trabalho infantil quando não combinado com a educação mental, física e politécnica das crianças. A primeira visando desenvolver um pensamento crítico e reflexivo; a segunda, um vigor físico, quase militar, adequado ao intenso trabalho fabril; e a terceira visando capacitar as crianças aos diversos aspectos teóricos e práticos do processo produtivo (ZANARDINI; ZANARDINI, 2011). Ademais, o autor proclama a necessidade de uma escola obrigatória, pública, gratuita e universal (NOGUEIRA, 1990; MANACORDA, 1991) capaz de ensinar aos filhos do proletariado meios de transformar a realidade histórico-social (MARX, 1985). Quanto aos filhos das classes privilegiadas, Marx se limita a dizer que “partilhando os privilégios dessas classes, a criança está condenada a sofrer dos preconceitos” próprios dessas classes (MARX, 1983).

Tal visão sobre o trabalho infantil pode figurar como algo absurdo nos dias de hoje, porém, na época, Marx acreditava que “o direito das crianças e dos jovens tem que ser feito valer”, uma vez que esses indivíduos “não são capazes de agir por si próprios, devendo a sociedade agir em nome deles”, direito esse que, ainda de acordo com o autor, deveria proibir o emprego noturno e os ofícios nocivos à saúde das crianças e dos jovens (MARX, 1983). É necessário dizer que todas essas sugestões foram aprovadas pela Associação Internacional dos Trabalhadores da época.

Dez anos depois, em 1875, Marx volta a abordar essa mesma questão. Dessa vez, suas palavras foram dirigidas aos partidos operários da Alemanha:

Uma proibição geral do trabalho das crianças é incompatível com a existência da grande indústria e é, portanto, um desejo pio vazio. A aplicação dessa [proibição] – se possível – seria reacionária, uma vez que, com uma regulamentação rigorosa do tempo de trabalho segundo os diversos níveis de idade e outras medidas de precaução para a proteção das crianças, a ligação precoce do trabalho produtivo com a instrução é um dos mais poderosos meios de transformação da sociedade hodierna (MARX, 1985, p. 29).

Embora trate apenas de um tipo particular de criança, aquela pertencente à classe operária, Marx, ao apresentar a situação da infância durante a Revolução Industrial na Inglaterra do século XIX, demonstrou que é possível abordar os fenômenos sociais a partir da infância e que os relatos das crianças podem desvelar outras dimensões acerca desses fenômenos. No entanto, é válido salientar que em momento algum Marx tinha como objetivo tratar a questão da infância como uma “problemática autônoma” em sua teoria (LOMBARDI, 2010). Em outras palavras, para Marx não é a forma como as sociedades se relacionam com as crianças que lhe interessava analisar, mas, sim, a forma como a sociedade capitalista explorava a força de trabalho do proletariado, mesmo que este fosse apenas uma criança ainda.

II

Para Max Weber, tal como para Marx, a criança está sob o jugo do tipo mais puro de dominação tradicional: a dominação patriarcal, “do pai de família, do chefe da parentela ou do soberano” (WEBER, 1992). Ademais, o autor acreditava que o comportamento das crianças pequenas, assim como “o êxtase, a experiência mística e também certos tipos de conexões psicopatas” não seria acessível à explicação compreensiva, uma vez que ele se afastava do tipo ideal da “ação racional com relação a fins” (WEBER, 1992). Dito de outra maneira, o comportamento da criança (do feiticeiro e do louco) é incompreensivo, pois não há nele um sentido explícito e objetivo de orientação em relação às “regras” e ao comportamento dos outros. Logo, seria impossível, de acordo com Weber, compreender na ação infantil um significado que possibilitasse uma análise sociológica dessa ação.

[...] é muito imprecisa a transição do tipo ideal do relacionamento provido de sentido do comportamento próprio ao de um terceiro, incluindo o caso em que este terceiro seja quase nada mais do que um objeto – como, por exemplo, uma criança pequena (WEBER, 1992, p. 324).

Embora seja complicado pensar no desenvolvimento de uma Sociologia da Infância por meio das ideias propostas por Weber acerca das crianças, pode-se compreender a partir dessas mesmas ideias o lugar – ou melhor, o não lugar – ocupado pelas crianças no pensamento sociológico tradicional, o qual reflete, acima de tudo, as relações estabelecidas com as crianças na sociedade: de autoridade, dominação, submissão e, principalmente, de subestimação. Portanto, se, por um lado, a teoria weberiana não permite vislumbrar o desenvolvimento de uma Sociologia da Infância, por outro, ela permite compreender certas formas de relacionamentos estabelecidas entre adultos e crianças nas sociedades, bem como a maneira como foram consideradas as crianças no pensamento sociológico tradicional.

III

Pode-se dizer que foi pelas mãos de Émile Durkheim que as crianças chegaram à Sociologia. Decorrente do interesse do autor pelo papel da educação na constituição da sociedade moderna, a criança surge como um dos focos de sua análise sobre o tema. Ainda que seu objeto de estudo não seja a criança em si ou a infância propriamente dita, o fato de Durkheim reconhecer a importância da educação durante a infância e suas implicações na trajetória de vida dos indivíduos figura como um ponto fundamental para o desenvolvimento de uma Sociologia da Infância.

Na obra de Durkheim, o conceito de “educação” é empregado como sinônimo de “socialização”. Em outras palavras, suas considerações acerca do tema ultrapassam o universo escolar e, embora destaque a importância deste último na constituição da sociedade moderna, quando o autor fala em educação, ele está, antes de tudo, referindo-se à “socialização metódica da jovem geração” em qualquer sociedade (DURKHEIM, 2007).

Por se tratar de um processo de transmissão de conhecimentos socialmente produzidos, a socialização se desenrola a partir do momento em que há uma interação contínua entre indivíduos que tenham algo a ensinar e indivíduos que

tenham algo a aprender. O fato de as sociedades serem compostas necessariamente por adultos e crianças preenche esse requisito de maneira inevitável e universal.

Não há povo onde não exista um certo número de ideias, sentimentos e de práticas que a educação inculca a todas as crianças indistintamente, seja qual for a categoria social a que pertençam (DURKHEIM, 2007, p. 51).

Do ponto de vista da Sociologia da Infância, poder-se-ia generalizar essa afirmação para qualquer tipo de relação interindividual, independentemente da idade das pessoas nela envolvidas³. Porém é na educação provida pelos adultos às crianças que se pode visualizar melhor a intensidade do processo de socialização na coesão e continuidade das sociedades. A interação entre as novas e as velhas gerações é o motor desse processo, e a continuidade intergeracional é o que garante sua dinamicidade. Nesse sentido, a socialização pode ser entendida como:

A ação exercida pelas gerações adultas sobre aquelas que ainda não estão maduras para vida social. Tem por objecto suscitar e desenvolver na criança um certo número de estados físicos, intelectuais e morais que lhe exigem a sociedade política no seu conjunto e o meio ao qual se destina particularmente (DURKHEIM, 2007, p. 53).

E, caso haja incoerências, falhas ou desvios na interação educativa entre indivíduos adultos e indivíduos crianças de uma mesma sociedade, esses últimos, “uma vez adultos, não estarão em condições de viverem no meio dos seus contemporâneos, com os quais não se encontram em harmonia” (DURKHEIM, 2007).

Sabe-se que uma sociedade não é uma reunião casual de indivíduos estranhos uns aos outros em um mesmo espaço e tempo. Tendo em vista que uma comunidade surge a partir do momento em que indivíduos reunidos compartilham algo em comum e considerando que esse “algo em comum” requer um longo tempo de amadurecimento, transmissão, ensinamento e aprendizagem de conhecimentos socialmente produzidos para apenas então se tornar comum, pode-se afirmar que a permanência, o desenvolvimento e a continuidade de qualquer sociedade também dependem do processo de socialização iniciado ainda na infância:

3 Pensa-se, aqui, na socialização entre a criança e seus pares e entre as crianças e os adultos. Ver mais adiante.

A sociedade só pode subsistir se existir entre seus membros uma homogeneidade suficiente; a educação perpetua e reforça esta homogeneidade fixando com antecedência na alma da criança as similitudes essenciais que a vida coletiva exige (DURKHEIM, 2007, p. 52).

Por reconhecer o “gosto pela existência regular” e por saber o quão perigoso é o estado de anomia para a coesão social, Durkheim (2008) credita à educação moral das crianças a função de mantenedora da continuidade da ordem social entre as gerações. Segundo o autor, esse gosto pela regularidade deve ser necessariamente estimulado desde a infância, uma vez que:

[...] o que caracteriza a atividade infantil é precisamente o contrário disso, ou seja, é uma absoluta irregularidade. A criança transita de uma impressão a outra, de um sentimento a outro, com absoluta rapidez. Seu humor é completamente instável; a cólera surge e vai-se embora instantaneamente; as lágrimas sucedem às risadas, a simpatia sucede à ira, ou vice-versa, sem que haja qualquer causa objetiva para isso ou, quando muito, as variações se dão em virtude da mais amena circunstância. A brincadeira que a ocupa num dado momento não a retém por muito tempo; ela logo a abandona para brincar de alguma outra coisa (DURKHEIM, 2008, p. 134).

Decorrente dessa citação, pode-se afirmar que para Durkheim a criança representaria uma personificação da anomia? Seria a criança, para o autor, uma ameaça à ordem social? Conforme Fernandes (1997), parece que sim. Conforme a autora, o fato de a criança figurar na teoria durkheimiana como um ser assexuado, associal e com “perigosas disposições primitivas”, tais como curiosidade, imaginação, fantasia, espontaneidade, imprevisibilidade, questionamentos e “humores endoidecidos”, representaria ela uma ameaça iminente ao tradicionalismo, à credulidade e à receptividade às ordens e às exigências sociais (FERNANDES, 1997). Portanto, essa “natureza infantil” precisaria ser domada, substituída e suprimida. E, para que isso ocorresse, seria necessário “socializar” as crianças no sentido de torná-las “sociais”, isto é, não mais “naturais”. Reis (2009) corrobora essa hipótese ao afirmar que para Durkheim a criança é anômica por natureza, uma vez que:

[...] o ser humano no início de sua vida ainda não pode compreender as normas e as regras da sociedade, constitui-se num sujeito anômico por essência visto

que se encontra num estado bruto de plena entrega às suas volições, às paixões desenfreadas, aos desejos absolutos e inadiáveis (REIS, 2009, p. 4).

Logo, conforme a interpretação das autoras supracitadas em relação à teoria durkheimiana, sim, a infância seria um “mal a ser combatido” (REIS, 2009). Todavia, conforme afirmou-se anteriormente, o interesse de Durkheim não recai nem sobre a criança, nem sobre a infância, mas sobre a forma como elas são educadas e na importância que essa educação tem para a coesão social. Por conseguinte, está no processo educacional das crianças, provido pelos adultos, uma das fontes de anomia social, e não propriamente nas crianças.

A socialização metódica das jovens gerações, de acordo com o modelo durkheimiano, ocorre de forma vertical e descendente, uma vez que a criança “está naturalmente num estado de passividade completamente comparável àquele em que o hipnotizado se encontra artificialmente colocado” (DURKHEIM, 2007). Pode-se observar de maneira muito clara o caráter coercitivo dos fatos sociais por meio desse modelo educacional em que normas, valores, sentimentos, ideias e práticas são impostos às crianças pelos provedores desses elementos sociais, os adultos (PLAISANCE, 2004). No caso das crianças, o caráter coercitivo dos fatos sociais possui um peso dobrado, visto que, além de indivíduos à mercê das imposições sociais, elas também estão à mercê das imposições dos adultos. Acredita-se que essa dupla coerção torna mais claro o porquê daquele lugar secundário ocupado pelas crianças na tradição do pensamento sociológico, pois elas são tidas como seres anômicos, “pré-sociais”, que não resistem e não interferem nos processos sociais; suas ações são incompreensíveis, pois são carentes de significados, são incapazes de agir por conta própria e, quando muito, servem de mão de obra barata a ser explorada. Logo, não haveria necessidade de questioná-las acerca dos processos, fenômenos, sentidos e práticas sociais.

III

Foi Marcel Mauss, o mais jovem dos clássicos até aqui citados, quem esboçou os primeiros passos para uma Sociologia da Infância. Trata-se de um manuscrito inacabado escrito em 1937 para um congresso sobre a infância e intitulado: “Três observações sobre a sociologia da infância” (MAUSS, 2010) ⁴. Nele, o autor destaca

4 Esse texto permaneceu inédito até 1996, quanto descoberto e publicado por Fournier, juntamente com outros escritos inéditos de Mauss. A primeira tradução para o português só foi publicada em 2010 pela revista da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.

três questões para o desenvolvimento de uma sociologia voltada exclusivamente para o estudo das crianças e da infância.

A primeira questão se refere à necessidade de elaborar um “estudo mais especificamente sociológico dos meios infantis, enquanto meios, propriamente” (MAUSS, 2010). Para Mauss, a infância é o meio social por excelência das crianças e, sabendo que existem diversos meios sociais, conforme a sociedade ou partes da sociedade estudada, o autor deduz que existem diferentes tipos de crianças, bem como diferentes formas de infância. Mauss também destacava a necessidade da “tabulação estatística desses fenômenos”, que diferenciam as crianças umas das outras, “para o estudo do meio infantil e também para o estudo do meio social em geral, que formarão, um dia, essas crianças” (MAUSS, 2010).

O segundo ponto elencado por Mauss se refere aos “problemas das gerações” de adultos e crianças e, particularmente, de crianças e seus pares:

Essa relação entre as gerações de crianças relativamente mais velhas com as relativamente mais novas é uma questão fundamental, mas igualmente fundamental é também saber como se agrupam as idades. Assim como não é menos essencial saber como se diferenciam os sexos (MAUSS, 2010, p. 243).

Por meio da diferenciação entre as gerações, o autor observa dois modelos de educação, um mais “livre”, correspondente à “educação das crianças pelas próprias crianças”, e outro referente àquela mais formal, provida pelos adultos às crianças (MAUSS, 2010). Com isso, Mauss torna horizontal o processo de socialização das crianças, considerado até então apenas de forma vertical. Aqui, pode-se ir um pouco mais adiante e dizer que esse processo também pode ser encarado de maneira ascendente, isto é, em que os adultos também possam ser socializados pelas crianças.

No terceiro ponto, ao trazer para a discussão a noção das “técnicas corporais”, Mauss demonstra como os estudos sociológicos das invenções, os ensinamentos e as propagações sociais dos movimentos do corpo humano podem contribuir na educação, em particular na educação física, das crianças (MAUSS, 2010). Nesse sentido, poder-se-ia pensar e desenvolver, além de uma Sociologia da Infância, uma Sociologia voltada exclusivamente para o ensino das crianças nas escolas.

Nesse pequeno manuscrito, Mauss (2010) revelou um dos pontos fundamentais que permite o pleno desenvolvimento de uma Sociologia da Infância, que é o fato de não existir *criança*, mas sim *crianças*: pequenas e grandes, meninos e meninas, ricas e pobres, obedientes e desobedientes e compreendidas e incompreendidas.

IV

Ainda nos clássicos da Sociologia, finalizar-se-á com um outro sociólogo “clássico” que demonstrou a importância de se considerar as crianças na constituição das sociedades: Norbert Elias (1897-1990)⁵.

Debruçado sobre a díade indivíduo/sociedade, na interdependência dos indivíduos na constituição das sociedades e na função essencial dessas últimas na formação dos aspectos individuais de cada ser humano, Elias percebe que “a totalidade da relação entre indivíduo e sociedade” nunca poderá ser compreendida:

[...] enquanto a “sociedade” for imaginada, como tantas vezes acontece, essencialmente como uma sociedade de indivíduos que nunca foram crianças e que nunca morrem. Só se pode chegar a uma compreensão clara da relação entre indivíduo e sociedade quando nela se inclui o perpétuo crescimento dos indivíduos dentro da sociedade, quando se inclui o processo de individualização na teoria da sociedade. A historicidade de cada indivíduo, o fenómeno do crescimento até a idade adulta, é a chave para a compreensão do que é “sociedade”. A sociabilidade inerente aos seres humanos só se evidencia quando se tem presente o que significam as relações com outras pessoas para a criança pequena (ELIAS, 1994, p. 30).

Logo, as próprias crianças, os tratamentos dos adultos dispensados em relação a elas, a socialização inerente às interações entre adultos e crianças e o lugar ocupado por elas no interior das sociedades são de suma importância para compreender o que significa infância, o que e quem são as crianças e como se constituem as sociedades, questões essas que são de fundamental relevância para o desenvolvimento de uma Sociologia da Infância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dos clássicos da Sociologia aqui apresentados, aqueles que ainda se mostram atuais são Durkheim e Marx. O primeiro autor, conforme visto, é ainda discutido em decorrência de suas considerações pedagógicas acerca da educação moral das crianças, bem como por sua importância seminal para o desenvolvimento de uma Sociologia da Infância (REIS, 2009; PLAISANCE, 2004). Contudo, partes dessas

5 Mesmo contemporâneo aos sociólogos aqui apresentados, o reconhecimento tardio de Elias no pensamento sociológico impediu de considerá-lo como um “clássico”, no sentido de pioneirismo que esse termo contém.

abordagens, acerca da teoria durkheimiana sobre a infância e as crianças, são pensadas a partir da Sociologia da Educação (LUCENA, 2010; FERNANDES, 1997; DIAS, 1990). O mesmo ocorre com o segundo autor (COSTA, 2012; ZANARDINI; ZANARDINI, 2011). Aqui, também, é por meio das dimensões escolar, educativa e pedagógica, presentes na obra de Marx, que as crianças são trazidas para as reflexões sociológicas (MANACORDA, 1991; NOGUEIRA, 1990).

A questão contemporânea da exploração do trabalho infantil também ajuda a manter as ideias de Marx sobre a infância e as crianças ainda atuais, mesmo sabendo que esse autor tenha se equivocado em seus prognósticos, ao sugerir que “o uso massivo e extensivo da mão-de-obra infantil” na indústria era um fato definitivo e irreversível (NOGUEIRA, 1990). Atualmente, o que se pode observar em escala global é uma diversificação e “precarização” do trabalho infantil fora das fábricas (KASSOUF, 2007). Trabalho escravo ou semiescravo de crianças e adolescentes, tráfico de menores, prostituição e pornografia infantis, envolvimento com o tráfico de drogas e grupos guerrilheiros, trabalhos rural e doméstico (LOMBARDI, 2010) são alguns exemplos de como aquele fenômeno analisado por Marx, na segunda metade do século XIX, mantém-se vivo até hoje.

Nota-se que tanto Durkheim como Marx (bem como as apropriações deles feitas por outros autores) não fizeram uma Sociologia da Infância, isto é, eles não analisaram as crianças através daquele meio social que lhes é próprio, a infância. Em ambas as teorias, conforme visto, as crianças surgem ora sob a égide da educação, ora sob a égide do mundo do trabalho, fato esse que faz perguntar: caso, por algum motivo histórico, por exemplo, essas duas dimensões sociais não envolvessem as crianças, seriam elas (des)consideradas por esses dois autores, tal como Weber as (des)considerou? Difícil especular algo a esse respeito. O certo é que ambos levantaram questões que ainda hoje são pertinentes para se pensar o lugar das crianças e da infância nas sociedades.

Neste breve ensaio, porque breves foram as considerações de alguns dos principais expoentes da Sociologia, viu-se que, embora ocupasse um lugar secundário na tradição sociológica, a temática da infância e as crianças estava presente na “infância” do pensamento sociológico. Com exceção de Weber, que mesmo assim não deixou de considerar as crianças ao desconsiderá-las em sua teoria, Marx, Durkheim, Mauss e Elias demonstraram que não apenas é possível, como também imprescindível, falar sobre a infância (e falar com as crianças) para compreender as sociedades.

De todas as ciências humanas, a Sociologia foi aquela que mais tardiamente se interessou pela temática da infância. Justamente a ciência mais precavida em relação aos juízos de valores foi a que mais desvalorizou a importância das crianças na constituição das sociedades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOWICZ, Anete; MORUZZI, Andrea. *O plural da infância: aportes da sociologia*. São Paulo: EdUFSCar, 2010.
- ALMEIDA, Ana Nunes. *Para uma Sociologia da Infância: jogos de olhares, pistas para a investigação*. Lisboa: ICS, 2009.
- ARIÈS, Philippe. *A criança e a vida familiar no antigo regime*. Lisboa: Relógio D'Água, 1988.
- COSTA, Augusto Soares. Educação a partir das Barbas de Marx. *Rev. Práxis Filosófica*, Colômbia, Nueva Serie, n. 34, p. 61 -75, jan./jun. 2012.
- CORSARO, Willian. A reprodução interpretativa no brincar ao “faz-de-conta” das crianças. *Rev. Educação, Sociedade e Culturas*, Portugal, n. 17, p.113-134, 2002.
- DELGADO, Ana Cristina Coll; MÜLLER, Fernanda. Sociologia da Infância: pesquisa com crianças. *Rev. Educação e Sociedade*, São Paulo, v. 26, n. 96, p.351-360, mai./ago. 2005.
- DIAS, Fernando Correia. Durkheim e a Sociologia da Educação no Brasil. *Rev. Em Aberto*, Brasília, ano 9 , n. 46, p.33-48, abr./ jun. 1990.
- DURKHEIM, Émile. *Educação e Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2007.
- _____. *A educação moral*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- FERNANDES, Heloisa Rodrigues. Infância e modernidade: doença do olhar. In: GHIRALDELLI JR., P. (Org.). *Infância, escola e modernidade*. Curitiba: Editora da UFPR, 1997. p.61-82.
- FERREIRA, Manuela. Editorial. “Crescer e aparecer” ou... para uma Sociologia da Infância. *Rev. Educação, Sociedade e Culturas*, Portugal, n. 17, p.03-12, 2002.
- KASSOUF, Ana Lucia. O que conhecemos sobre o trabalho infantil. *Rev. Nova Economia*, v. 17, n. 2, p. 323-350, mai./ago. 2007.
- LOMBARDI, José Claudinei. Trabalho e Educação Infantil em Marx e Engels. *Rev. HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 39, p. 136-152, set. 2010.
- LUCENA, Carlos. O pensamento educacional de Émile Durkheim. *Rev. HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 40, p. 295-305, dez. 2010.
- MANACORDA, Mario Alighiero. *Marx e a pedagogia moderna*. São Paulo: Cortez, 1991.
- MARX, Karl. *O capital*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- _____. *A ideologia alemã: crítica da filosofia alemã mais recente na pessoa dos seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão na dos seus diferentes profetas*. Lisboa: Presença, 1980.

- _____. Instruções para os delegados do Conselho Geral Provisório. As diferentes questões. In: MARX; ENGELS. *Obras escolhidas*. Lisboa: Edições Avante!, 1983. Tomo II. p. 79-88.
- _____. Crítica do Programa de Gotha. In: MARX; ENGELS. *Obras escolhidas*. Lisboa: Edições Avante!, 1985. Tomo III. p. 05-30.
- MAUSS, Marcel. Três observações sobre a sociologia da infância. *Revista Pro-Posições*, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 237-244, set./dez. 2010.
- MONTANDON, Cléopâtre. Sociologia da infância: balanço dos trabalhos em língua inglesa. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 112, p. 33-60, mar. 2001.
- NOGUEIRA, Maria Alice. *Educação, saber, produção em Marx e Engels*. São Paulo: Cortez, 1990.
- PLAISANCE, Eric. Para uma Sociologia da pequena infância. *Revista Educação e Sociedade*, São Paulo, v. 25, n. 86, p. 221-241, abr. 2004.
- PROUT, Alan. Reconsiderar nova Sociologia da Infância. *Cadernos de Pesquisa*, Maranhão, v. 40, n. 141, p.729-750, set./dez. 2010.
- QUINTEIRO, Jucirema. Sobre a emergência de uma sociologia da infância: contribuições para o debate. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 20, n. esp., p. 137-162, jul./dez. 2002.
- QVORTRUP, Jens. A infância enquanto categoria estrutural. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 631-64, maio/ago. 2010.
- REIS, Magali. Notas sobre a Sociologia da Infância. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA. GT, 14. Sociologia da Infância e Juventude. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro, RJ, 2009. p. 1-11. Disponível em <http://xa.yimg.com/kq/groups/24805135/415158289/name/2_7_2009_10_52_11.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2013.
- SIROTA, Régine. Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 112, p. 07-31, mar. 2001.
- WEBER, Max. *Metodologia das Ciências Sociais*. v. 2. São Paulo: Cortez; Editora da UNICAMP, 1992.
- ZANARDINI, Isaura Souza; ZANARDINI, João Batista. Educação em Marx e Engels: algumas reflexões. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO, 5. Marxismo, educação e emancipação humana. *Anais eletrônicos...* Florianópolis, SC, 2011. p. 1-16. Disponível em: <http://www.5ebem.ufsc.br/trabalhos/eixo_02/eo2b_to09.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2013.

POSSIBILIDADES INTERPRETATIVAS DO CAMPO RELIGIOSO BRASILEIRO:

três perspectivas complementares

INTERPRETATIVE POSSIBILITIES OF BRAZILIAN RELIGIOUS FIELD: THREE COMPLEMENTARY PERSPECTIVES

Elio Roberto P. S. Filho^a

Resumo A interpretação do campo religioso brasileiro tem sido feita por meio de diversos enfoques interpretativos. Cada um visualiza de forma complementar o fenômeno da religiosidade na sociedade contemporânea, a partir de determinada perspectiva. O presente artigo propõe uma reflexão sob três perspectivas, admitindo-se como pressuposto a complementaridade entre elas, em detrimento do caráter irredutível de cada uma. Destaca-se, assim, um panorama dessas perspectivas analíticas, mostrando suas pertinências para o estudo das religiões no Brasil.

Palavras-chave campo religioso brasileiro; modernidade; identidade.

Abstract *The interpretation of the Brazilian religious field has been made through various interpretative approaches. Each one displays a complementary manner the phenomenon of religion in contemporary society from a particular perspective. This article proposes a reflection on three perspectives, as a precondition for assuming complementarity between them over the irreducible character of each. It is noteworthy, therefore, an overview of these analytical perspectives showing their relevance to the study of religions in Brazil.*

Keywords *Brazilian religious field; modernity; identity.*

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por finalidade analisar o campo religioso brasileiro a partir de três categorias de perspectivas. Dessa forma, reflete-se sobre a existência de um

a Doutorando em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), área de Ciências Sociais da Religião.

“fundo” religioso comum determinante, sobre a evidência de uma modernidade ao revés e sobre novas expressões identitárias. A intenção é mostrar, de forma sintética, o dinamismo interpretativo das religiões no Brasil e suas consequências para algumas teorias analíticas, como a da secularização e a do individualismo religioso.

O contexto religioso brasileiro é deveras complexo para ser encaixado em uma única perspectiva de compreensão. Assim, este artigo propõe um diálogo com essas três perspectivas, destacando, ao mesmo tempo, três chaves interpretativas que possam melhor elucidar as mudanças nesse campo, a saber, pelo conceito de pós-modernidade, de culturas híbridas e de reordenamento da sociedade civil em detrimento da teoria da secularização.

As limitações dessa discussão se fazem sentir pela impossibilidade de tratar de todo o campo religioso. Destarte, nem todas as religiões serão analisadas, ficando este artigo balizado no exemplo dos pentecostais, dos neopentecostais, da renovação carismática católica e das religiões afro-brasileiras. Ademais, esse balizamento não encerra todas as características e os eventos dessas manifestações religiosas, mas as retoma principalmente pelo impacto que tiveram nas Ciências Sociais e pela existência de grande material disponível sobre seus movimentos na sociedade contemporânea.

De forma a delimitar esse material, estabelece-se doravante um recorte analítico sobre o campo religioso brasileiro, produzido após a década de 1980, o que permite destacar com mais afinco algumas abordagens e algumas linhas mestras que não encerram todo o objeto, mas têm se mostrado centrais nas discussões sobre os fenômenos religiosos no Brasil.

MATRIZ RELIGIOSA E HOLISMO

Euclides da Cunha, ao tentar compreender quem era o sertanejo, essa síntese das três raças no Brasil, não pôde deixar de destacar a resultante religiosa que nele se encontrava. A religião indígena, a africana e a católica, todas se misturavam para formar o imaginário simbólico de um tipo humano verdadeiramente brasileiro. Seu biologismo via nesse sujeito rural, em um primeiro momento, um bárbaro, porém forte; apesar da parcimônia física, um corpo adaptado ao meio, uma síntese quase perfeita do amálgama brasileiro.

Nas palavras do autor:

A sua religião é como ele (o sertanejo) – mestiça.

Resumo dos caracteres físicos e fisiológicos das raças de que surge, sumaria-lhes identicamente as qualidades morais. E um índice da vida de três povos. E as suas crenças singulares traduzem essa aproximação violenta de tendências distintas. É desnecessário descrevê-las. As lendas arrepiadoras do *caapora* travesso e maldoso, atravessando célere, montando em caititu arisco, as chapadas desertas, nas noites misteriosas de luars claros; os sacis diabólicos, de barrete vermelho à cabeça, assaltando o viandante retardatário, nas noites aziagas das sextas-feiras, de parcerias com os lobisomens e mulas-sem-cabeça notívagos; todos os mal-assombramentos, todas as tentações do maldito ou do diabo – este trágico emissário de rancores celestes em comissão na Terra; as rezas dirigidas a S. Campeiro, canonizado *in partibus*, ao qual se acendem velas pelos campos, para que favoreça a descoberta de objetos perdidos; as benzeduras cabalísticas para curar os animais, para “amassar” e “vender” sezões; todas as visualidades, todas aparições fantásticas, todas as profecias esdrúxulas de messias insanos; e as romarias piedosas; e as missões; e as penitências... todas as manifestações complexas de religiosidade indefinida são explicáveis (CUNHA, 2005, p. 73-74).

A figura de Antônio Conselheiro é o exemplo típico da religiosidade popular desse evento histórico. De posse apenas de suas palavras, conseguiu conduzir um expressivo contingente populacional até os confins do sertão nordestino, na promessa de uma esperança a um povo desprovido de auxílio e de reconhecimento. O papel simbólico de conselheiro, visto pelos “civilizados” como antirrepublicano, mostrou que ele acionava uma religiosidade latente, trazendo à superfície aquilo que estaria nos corações, ou melhor, na raiz da sociedade brasileira.

Faz-se necessária, nesse ponto, uma ressalva a essa perspectiva euclidiana. Em sua percepção, há uma fusão no tempo e no espaço entre raça, cultura e natureza que faz emergir um tipo brasileiro *sui generis*: o sertanejo do Nordeste do Brasil. Sua visão está marcada pelo biologismo que permeava as ciências sociais da época, visão essa superada pelo culturalismo subsequente, que permitia ao autor afirmar que o sertanejo que analisou era o tipo social melhor adaptado ao meio ambiente circundante. Suas qualidades morais e, portanto, religiosas, são resultantes da mistura das raças da qual é fruto. Há, pois, uma relação direta entre mestiçagem racial e sincretismo religioso em Euclides, sendo esta a resultante moral daquela.

A preocupação em explicar a singularidade da formação do Brasil exigia considerá-lo uma nação *sui generis*, onde essas duas características se deram de forma específica, em oposição ao exemplo europeu. Daí a necessidade de se explicar

o que significava ser um país de mistura e como era permissível se estabelecer uma identidade mais próxima possível de uma unidade.

A perspectiva euclidiana se soma a um conjunto de análises de diversos autores brasileiros do início do século XX que buscavam explicar o que era o Brasil, questão de inspiração ontológica que teve diversas influências de correntes teóricas do exterior. Influenciado, por exemplo, pelo culturalismo estadunidense está Gilberto Freyre, que deixou ricas análises sobre o amálgama racial e religioso brasileiro pelo viés cultural. Mas quais serão os limites e as possibilidades desse fundo comum religioso? Em que sentido se pode falar da existência de uma religiosidade que perpassa o tempo, desde a formação do Brasil até os dias atuais?

Para equalizar as possíveis respostas a essas perguntas, é necessário concentrar-se no argumento inicial sob a ótica do sincretismo religioso, destacando primeiramente Pierre Sanchis (1998), um autor que insere dois dilemas no campo religioso brasileiro: o dilema da diversidade e o da homogeneidade. Em um tempo em que não é mais possível tratar a religião católica como gestora da vida social e religiosa no Brasil, a pluralidade de crenças se faz sentir sob o signo da oferta múltipla de bens simbólicos. A Instituição Igreja não representa mais o centro regulador religioso, mas aparece como uma instituição ao lado das outras, quando o indivíduo escolhe seu pertencimento e não mais é obrigado a pertencer.

O movimento de diversificação religiosa é acompanhado pela escolha individual do crível. A cultura moderna que remodela a posição do indivíduo diante do leque de opções religiosas insere a possibilidade de escolha como premissa do convívio social.

Pode-se considerar nesse contexto duas figuras sociológicas, a saber, a do peregrino e a do convertido de Hervieu-Leger (1999). O tipo peregrino é aquele que, a partir de suas experiências pessoais, estabelece seu movimento religioso. Ele atravessa a história de todas as grandes religiões, mas encontra seu auge na modernidade. O convertido, em contraposição, representa a figura da formação das identidades religiosas nesse contexto. Esses dois tipos servem como exemplo ideal do pertencimento religioso nas épocas atuais, em que a tradição passa a não mais determinar o sentido do todo social, e as subjetividades no mundo contemporâneo passam a exercer o centro da atividade religiosa por meio de uma religião do coração, aquela que se adapta melhor ao indivíduo.

Ao lado do panorama da diversidade, Sanchis (1998) encontra uma relativa homogeneidade religiosa, “certo clima espiritualista” que permeia a sociedade brasileira. No mais profundo de nossa sociabilidade, um conjunto de significados religiosos de caráter pré-lógico é compartilhado pelos brasileiros como parte da

linguagem comum de todos. Isso não significa, de acordo com Sanchis (1998), a ausência de conflito religioso – o sincretismo não significa tolerância. Essa espiritualidade comum se conjuga na própria cultura vivida e transmitida. Sua razão de ser é dada *a priori* no convívio social.

A relação entre diversidade e homogeneidade no campo religioso brasileiro deve ser vista sob duas perspectivas. A primeira nos permite ver no enfraquecimento das instituições a abertura à diferenciação religiosa, ao novo e à criação. A segunda nos remete à questão da existência de um fundo comum religioso que permanece no mais profundo da sociedade brasileira.

Dessa constatação, Sanchis (1998) designa como holismo esse fato emblemático da religiosidade nacional. O sincretismo religioso que se deu no Brasil superou, *mutatis mutandis*, blocos fechados de crenças, tendo como síntese uma forma *sui generis* do crível. Como consequência disso, Sanchis (1998, p. 40) chama atenção à existência de um *habitus* sincrético, de um pertencimento poroso aos conteúdos religiosos.

Segundo Bourdieu (2001), o *habitus* é uma possibilidade, ou seja, implica uma tendência. As condições objetivas, quando incorporadas subjetivamente, inserem uma forma probabilística da ação. O corpo, a *hexis*, encerra a condição objetiva da sociedade no indivíduo. Significa uma reelaboração da dialética do processo social e da relação entre indivíduo e sociedade.

Um outro autor que explana sobre a ideia de uma relativa homogeneidade no campo das religiões no Brasil, Bittencourt Filho (2003), denomina como matriz religiosa brasileira esse substrato religioso comum que permeia a sociedade nacional. Fruto de uma construção histórica e dinâmica, essa matriz exerce um fator condicionante em todas as religiões que venham a se estabelecer nesse território e nas anteriormente estabelecidas. Com efeito, segundo o autor, o êxito e o fracasso dessas religiões estão ligados ao nível dialógico dessas crenças com esse substrato religioso. Ou seja, tanto pela contestação como pela incorporação dessa matriz, a dinâmica das velhas e novas religiões é dependente dessa relação – inevitável – e por ela tende a balizar seu conteúdo.

Ainda contextualizando sobre a existência de um fundo religioso brasileiro, Droogers (1987) chama de “religiosidade mínima” aquela que transcende as instituições, encontrando-se no cotidiano da vida social, na esfera pública e no meio secular. Em síntese, ela está na cultura. Nesse ponto de vista, há uma religiosidade geral integrada na sociedade que está nos discursos e na comunicabilidade dos sujeitos. Como faz parte da cultura, ela está dentro de uma teia de significados, nos termos de Geertz (1989), e, portanto, está diante de um contexto de sentido.

Separar, nesse caso, religião e cultura se torna algo difícil, pois a ideia de religiosidade mínima permite estabelecer uma nova relação entre esses dois conceitos. Pensá-los de forma substantiva como dois blocos distintos e autônomos pode significar separar o que é inseparável – no caso brasileiro. Sanchis apresenta essa preocupação, pois, segundo ele:

A religião teria, então, a ver com a cultura? Dir-se-ia: tudo a ver. E tudo o que se acabou de dizer da cultura, inclusive a mudança contemporânea na sua situação real e na sua apreensão teórica, poderia analógica – ou metonimicamente – aplicar-se à religião. A religião também pretende fornecer ao ser social uma visão do mundo – uma representação particular, com suas categorias próprias, que torna o mundo intelectual e emocionalmente apreensível (Deus, deuses, orixás, anjos, santos, criação, congregação, igreja, autoridade, verdade...). Tudo isso compõe um mundo particular e o organiza e tudo isso, para o fiel, faz do mundo genérico o seu mundo. Como o faz a cultura. Mas, além disso, a religião maneja categorias que atingem a subjetividade do fiel neste mundo, impulsionam sua ação, orientam e qualificam o seu comportamento externo e suas atitudes profundas (dependência, oração, louvor, sacramento, magia, pecado ou simplesmente erro, o sentido, afinal, do comportamento): um motivo para viver e um modelo para a vida (SANCHIS, 2008, p. 76-77).

Diante dessa complicada separação entre cultura e religião no Brasil, observa-se que a religião, mesmo se constituindo como cultura, guarda uma distinção essencial entre ela e uma outra ordem de fatores:

Sagrado ou Deus, em todo caso um sistema, que confere sentido ao mundo e à existência humana e que visa um absoluto. É nesse sentido que a religião se constitui como uma cultura, que é mais que cultura. Elevada ao quadrado (SANCHIS, 2008, p. 78).

A matriz religiosa brasileira pode ser entendida, portanto, como uma remodelação dessa relação sob o signo do sincretismo e do *habitus* sincrético. A dificuldade de se pensar cultura e religião em separado demonstra a singularidade de uma sociedade fundada na conjugação de uma pluralidade religiosa. A tríade racial da formação brasileira, o índio, o negro e o branco, e no campo da religião, a difusa religiosidade indígena, as religiões afro e o catolicismo romano, determinaram a

origem da formação desse substrato. Dessa forma, sincretismo e miscigenação são dois alicerces da formação cultural nacional.

Contudo, é preciso ainda mencionar que, como afirma Carvalho (1992), há certa incomensurabilidade entre as religiões. Há fronteiras no imaginário religioso que não tendem a ser tão flexíveis ou somente o são de forma superficial. Se sincretismo não significa tolerância; nessa ótica, não significa também uma total fusão. Esse clima espiritualista que representa a relativa homogeneidade do campo religioso nacional se seguiu por uma remodelação entre três momentos, a saber, a pré-modernidade, a modernidade e a pós-modernidade.

Sanchis (1998), nesse contexto, demonstra que no Brasil a relação temporal entre esses momentos se desfaz ao se relacionarem na contemporaneidade. Pensá-los presos a épocas específicas reduz o valor analítico da aplicação de seus conteúdos. Se, na atualidade, essas formas tendem a se intercruzar, com o moderno retomando ao tradicional para expressá-lo modernamente e o pós-moderno dialogando com o déficit da modernidade e com os pilares da tradição, faz-se mister vê-los como estilos de vida mais do que marcadores de época (SILVEIRA; CROCHET, 2006). O diagnóstico da porosidade das fronteiras é contraposto por novas afirmações identitárias, daí o dilema entre religião institucional e religião individual, tradição e modernidade, que confluem no panorama atual da diversidade.

Cada vez mais a religiosidade mínima, a matriz religiosa e o holismo que perpassam a sociedade brasileira se deparam com as novas rupturas e continuidades no campo religioso. Sob o prisma da pós-modernidade, todo o ponto fixo que permitia a segurança individual tende a ser colocado em evidência. Segundo Bauman (1998), nesse momento há mais liberdade e menos segurança, enquanto antes havia um pouco de segurança à custa de um pouco de liberdade. Nesse sentido, qual pode ser ainda o papel desse fundo religioso que está na cultura e como ele repercute nesse clima de instabilidade típico da época em que vivemos? Antes de refletir sobre essa pergunta, é preciso contextualizar que tipo de modernidade à brasileira houve no campo das religiões, identificando alguns de seus traços específicos.

UMA MODERNIDADE AO REVÉS?

A tese sobre o movimento inevitável de secularização no ocidente tem sido questionada pelos trabalhos recentes sobre o campo religioso brasileiro, como será visto neste ponto. Viu-se que a persistência da religião não se reduziu apenas à esfera privada, mas também ao espaço público. Os pentecostais, a renovação

carismática católica, os movimentos de identidade das religiões afro-brasileiras, os movimentos *new age* e as religiosidades orientais provocaram um novo despertar religioso sob as bases da modernidade, porque se trata da pós-modernidade. Diante do signo da liberdade de escolha e da diversidade religiosa, o centro da religião se tornou a própria subjetividade. Se, por um lado, as instituições religiosas não mais conseguem a gestão do todo da vida social, elas não saem de cena, porém encontram sua consolidação por meio de outras circunstâncias. Não impõem mais uma verdade objetiva, mas disponibilizam um estilo de vida.

De acordo com Berger (1985), a secularização conduz a uma situação de pluralismo. Quando não é mais possível o monopólio religioso de uma sociedade, o sentido dado às consciências coletivas e individuais se fragmenta pelo enfraquecimento do sentido religioso dado ao ser-conjunto. E essa situação pluralista, segundo o autor, resume uma situação de mercado. Ou seja:

A característica-chave de todas as situações pluralistas, quaisquer que sejam os detalhes de seu pano de fundo histórico, é que os ex-monopólios religiosos não podem mais contar com a submissão de suas populações. A submissão é voluntária e, assim, por definição, não é segura. Resulta daí que a tradição religiosa, que antigamente podia ser imposta pela autoridade, agora tem que ser colocada no mercado. Ela tem que ser “vendida” para uma clientela que não está mais obrigada a “comprar”. Situação pluralista é, acima de tudo, uma situação de mercado (BERGER, 1985, p. 149).

Essa mercantilização traz consigo uma forma de experimentação do religioso por meio do consumo. O indivíduo, ao tomar as rédeas de sua escolha em termos de crença, vê-se diante de opções concorrentes, sendo o voluntarismo participativo uma escolha subjetiva. A forma de se experimentar o religioso se torna fruto da interioridade do sujeito. Dessa forma, Caminho da Luz, Caminho das Missões Jesuítas, Caminho da Fé, Caminho Passos de Anchieta, entre outras rotas religiosas no Brasil e no exterior, como exemplifica Carneiro (2004), são espaços onde o fiel, o peregrino, substancia uma religião do *self*, onde turismo e sentimento religioso se inter cruzam dentro da lógica do consumo.

Diante desse contexto, a tese da secularização que vem acompanhada da consolidação do pluralismo, do mercado e do individualismo religioso aparece como uma forte tendência da modernidade. Foi sob essas novas bases que as crenças tiveram que buscar novas sustentações, daí a racionalização das estruturas religiosas e sua consequente burocratização (BERGER, 1985).

O papel nivelador da burocracia descrito por Weber (1971), sua impessoalidade e formalização são, em síntese, as características racionais de um sistema moderno de organização. Segundo Berger (1985), isso significa para as religiões uma forma de ecumenismo que é exigido na situação pluralista, em que as competições entre as religiões se racionalizam diante de um mercado de oferta simbólico. Essa é uma necessidade apontada por ele de se racionalizar uma competição diante de um mercado de oferta simbólico. Se antes era possível a eliminação do concorrente pela força, agora é pela competição aberta, dependendo, portanto, das diferentes estratégias dos grupos.

Diante desse panorama clássico dado à situação das religiões na era moderna, o caso brasileiro se mostra instigante e idiossincrático em relação a esse modelo teórico e normativo da secularização. “A religião também está aí, a mesma e outra”, diz Sanchis (2008, p. 89), ao se referir ao emblemático caso brasileiro. As pesquisas recentes mostram a continuidade religiosa que o Brasil vive e também suas descontinuidades¹. O crescimento pentecostal é o exemplo maior de mudanças no campo religioso brasileiro. A isso se soma o pluralismo católico que sempre existiu e passou a se afirmar mais recentemente pela renovação carismática, pela teologia da libertação e pelo reconhecimento das tradições populares².

Outro ponto a se destacar na tese da secularização é a privatização religiosa. Ao perder seu papel de agenciadora do coletivo, a religião foi renegada à esfera do particular. A religião sai do Estado e passa a não ter mais a influência legítima de gestora do corpo coletivo. E seria o caso francês o exemplo mais fiel desse evento marcante.

A lei de 1905³, que estabeleceu de vez a cisão entre o Estado e a religião, moldou o Estado laico e definiu, via de regra, os parâmetros para o exercício do religioso naquela sociedade. No Brasil, diferentemente da França, foi a religião católica que serviu como baliza no reconhecimento legal das outras religiões.

Giumbelli (2008) e Montero (2006) mostram como o espiritismo e o candomblé conseguiram se consolidar como religião a partir do reconhecimento legal. O problema dessas duas crenças era que a primeira era acusada de fazer curandeirismo, ou seja, seria uma questão de saúde pública, e a segunda era

1 Pierucci (2006a) ressalta que, mesmo diante da diversidade religiosa existente no Brasil, o país continua predominantemente cristão. O crescimento quantitativo pentecostal é, na verdade, acompanhado por certa igualdade qualitativa em relação ao catolicismo.

2 Steil (2001) mostra o exemplo de duas figuras populares, padre Cícero e Madre Paulina, que tiveram o reconhecimento oficial por parte da igreja católica. Isso significa, nesse caso, uma tentativa do catolicismo oficial de manter e angariar fiéis em uma situação pluralista.

3 Chamada de “Loi du 9 décembre 1905 concernant la séparation des Églises et de l’État”.

acusada de feitiçaria – o que, na época, início do século XX, era visto com um grande exotismo e juízo de valor negativo. Ambas sofriam implicação do imaginário católico, que as determinava como ilegais e profanas, usando, para tanto, de um mecanismo jurídico para impedir suas práticas. A saída encontrada pelo espiritismo foi mostrar que o que fazia se enquadrava na categoria religião ditada pela lei, usando para isso o conceito de caridade advindo do catolicismo. Já as religiões afro-brasileiras se legitimaram como religião mostrando que representavam a cultura nacional original. Dessa forma, usaram códigos disponíveis para se expressar e conseguir reconhecimento público.

A privatização religiosa no Brasil não foi suficiente para reprimir a expressão pública da fé. As tentativas de fazer do catolicismo a religião oficial de um país no contexto do pluralismo resultou em disputas por parte de outras religiões por representação no espaço público. Fato marcante desse momento foi o manifesto protestante de 1932, que representou a preocupação em plena era Vargas de uma sociedade livre, um Estado laico em suas instituições, que não favorecesse uma religião específica – ou seja, a religião católica.

As novas religiões que passam a compor o campo religioso brasileiro no final do século XIX e início do século XX, a saber, o protestantismo e o espiritismo⁴, buscam posicionar-se no espaço público por meio de centros educacionais e instituições filantrópicas, sucessivamente. Mas será a partir da década de 1950 que o espaço religioso será remodelado pelo crescimento vertiginoso dos pentecostais e por sua expressão na mídia e na política.

É relevante lembrar que a entrada pentecostal no Brasil se refletiu em uma negação da cultura tradicional. Ser pentecostal era não ser católico (NOVAES, 1985), e a identidade se dava pela negação, sendo, portanto, relacional. O indivíduo convertido era aquele que refletia sobre a cultura herdada para rejeitá-la, por meio de um novo discurso. O pentecostalismo foi a religião que se expressou pela oposição em relação à cultura nacional, tendo presença tanto nas grandes metrópoles quanto nas zonas rurais.

É importante ainda mencionar o grande crescimento quantitativo dessa manifestação religiosa. Os dados do censo de 2000 mostram que os que se consideraram pentecostais foram 17 milhões, representando 10,43% do universo de evangélicos. Nota-se que o aumento do número de evangélicos foi concomitante à diminuição, em termos percentuais, dos que se declaravam católicos. Estes, que em 1991 eram

4 Ainda há as tradições esotéricas que entram no campo religioso nessa época, mas com um impacto menor do que teve o protestantismo e o espiritismo.

83,8% da população, passaram a ser, em 2000, 73,8%, e os evangélicos passaram de 9,05% para 15,45% da população.

Mais do que uma visibilidade em números, os pentecostais conseguiram uma consolidação no Brasil, que, a um primeiro olhar superficial, poderia ser visto como uma volta à religião ou como um revigoração do fator religioso na sociedade brasileira. Mas é preciso, antes dessa constatação, olhar as entrelinhas desse fenômeno e observar a forma como se inseriram no cotidiano do espaço social.

A primeira característica do fenômeno pentecostal é a segmentação denominacional. Diversas vertentes desse ramo do protestantismo se fazem sentir no meio social e exprimem uma tendência à divisão. Inspiram uma forma de instabilidade cismática que permite a criação constante de novas igrejas, onde o indivíduo tem a possibilidade de criar, por vontade própria, um novo templo e recharacterizá-lo à vontade do grupo envolvente.

No nível interno da crença, o pentecostalismo se caracteriza pela primazia dos dons do Espírito Santo (MAFRA, 2001). Aí se encontram a glossolalia, o profetismo e a cura. Mais do que isso, ele trouxe uma nova forma de expressar a palavra por meio da informalidade e da simplicidade, que se contrapunham ao rigor formal de muitas igrejas históricas. Atingindo principalmente as camadas populares, essa manifestação religiosa logo foi interpretada como de caráter mágico, principalmente com o surgimento dos chamados neopentecostais, com o aparecimento da Igreja Universal do Reino de Deus e de seus rituais de prosperidade e exorcismo.

Nesse ínterim, a relação entre modernidade e racionalidade remete a posturas clássicas diante do assunto. Na interpretação de Weber, por exemplo, uma das formas de se compreender a racionalidade de uma sociedade é observar seu afastamento da magia (WEBER, 1974, p. 263). Quando o caráter causal de um evento é remontado a causas invisíveis, ou supra-humanas, e quando há pensamento por analogia e por contágio – duas dimensões do pensamento mágico –, a realidade objetiva não apresenta uma inteligibilidade em si. Dessa forma, seria uma contraposição ao pensamento racional, símbolo do movimento intelectual ocidental, que desembocou na secularização tanto da vida quanto da sociedade.

Outra característica relevante que é importante ressaltar é o reengajamento prático-institucional que tem acontecido em algumas religiões no Brasil. Mariz e Machado (1998) pontuam esse fato dando como exemplo os fiéis de igrejas pentecostais e da renovação carismática católica. Pode-se observar uma nova forma de compromisso institucional que instala novas possibilidades de afirmação identitária. Desse modo, as autoras refutam a hipótese de Prandi de que isso resulta

de uma mudança de consumo de bens mágicos. Na verdade, segundo elas, essa é uma constatação preliminar. É preciso observar com mais profundidade a inserção do fiel no contexto da religião, pois a motivação inicial por parte dos “clientes religiosos” pode evidenciar a procura – consumista – pragmática de alguma solução para algum problema. Segundo as autoras, é preciso atentar-se às pressões para que o indivíduo permaneça no grupo pela conversão. Será por meio desse processo, nem sempre perfeito, que o consumo de bens simbólicos abrirá espaço para a participação efetiva. Daí que o indivíduo pode permanecer na instituição e estabelecer sua prática religiosa dentro da estrutura coletiva, compartilhando, assim, ideais éticos.

Outro fato marcante que tem ocorrido nas religiões pentecostais e neopentecostais é a “mitigação do caráter transcendental da opção autônoma”, responsável e modernamente constitutiva da pessoa e da consciência, pela importância reconhecida e coletivamente ritualizada do fator demoníaco: “Não é você; é o demônio que está em você” (SANCHIS, 1998). A bandeira do indivíduo moderno que toma para si o centro de suas atitudes agora se vê em sua despersonalização em face dos acontecimentos. A demonização da pessoa significa que os atos – pensados pela modernidade como centralizados no sujeito – advêm de uma “entidade maligna”. Convém perceber que apenas pelo exorcismo o indivíduo pode retornar como dono de si, mas estando sempre propenso a uma nova possessão e mais uma vez a uma não intencionalidade do *self*.

Pontuando de forma mais precisa, o crescimento dos pentecostais, a nova expressão pública das religiões, a retomada da magia em grandes rituais religiosos, o reengajamento institucional e a desindividualização fazem indagar que tipo de modernidade aconteceu no Brasil. As mudanças recentes do campo religioso brasileiro demonstram que o projeto da modernidade construído na Europa, formado por dois pilares, nas palavras de Santos (1997)⁵, a saber, o da regulação e da emancipação, é deficitário quando relacionado com o panorama contemporâneo.

Seria plausível pensar em uma modernidade ao revés quando se observa a configuração religiosa no Brasil contemporâneo? Dentro de qual chave interpretativa pode-se tentar compreender as religiões no Brasil? Uma proposta seria pela ideia de pós-modernidade, em que o fim das grandes narrativas e a nova relação

⁵ Segundo Santos (1997), o projeto cultural da modernidade se pautava no pilar da regulamentação, em que o Estado (Hobbes), o mercado (Locke) e a comunidade (Rousseau) estariam ligados ao pilar da emancipação, ou seja, da racionalidade estético-expressiva (arte), da racionalidade moral-prática da ética e do direito e da racionalidade cognitivo-instrumental da ciência. Segundo ele, a grande armadilha da modernidade foi transformar as energias emancipatórias em reguladoras.

do indivíduo com a pluralidade demonstram a contradição da modernidade. A valorização da emoção, as identidades múltiplas, a atualização das tradições e os eventos da vida cotidiana influem na percepção do limite do projeto moderno.

Outro eixo interpretativo tem origem na ideia de culturas híbridas de Canclini (SILVEIRA; CROCHET, 2006). Esse é um termo melhor adaptado ao contexto latino-americano por considerar a singularidade da formação social e cultural desse território. Nos países latinos, as dicotomias subalterno/hegemônico, tradicional/moderno, entre outras, precisam ser repensadas pelas características específicas do continente. Destarte, é preciso ver na hibridação um processo de mistura que relaciona mercado, arte, etnias e tradições dentro de um novo contexto.

Outra proposta de interpretação que considera a especificidade do caso brasileiro é apresentada por Montero (2006), que, em substituição à teoria da secularização, retoma a noção de sociedade civil advinda de Habermas para pensar a alocação da magia na sociedade contemporânea. Segunda a autora, o desaparecimento da magia não se seguiu conforme a propunha o movimento de secularização, em que a sociedade racional proclamaria sua autonomia em face da irracionalidade. Mas, ao analisar o caso do Brasil, onde o Estado se pautava na religião católica como parâmetro ideal de religião, provou que a magia, em vez de ser ejetada da sociedade, foi reafirmada em novos espaços. Esse processo foi influenciado pelo próprio Estado, que lhe deu um novo *status*, mesmo que não intencionalmente. Um exemplo dado foi o que ocorreu com o candomblé, como supramente descrito, quando acusado de ser feitiçaria.

Montero deixa claro que, se for compreendido esse evento pela formação da sociedade civil brasileira, não se estará sendo reducionista, como o que acontece com a teoria da secularização. Assim, será possível observar o novo papel que a magia assume na sociedade, em vez de forçar seu desaparecimento teórico.

Essas três chaves interpretativas do campo religioso brasileiro podem dar uma compreensão mais atenta da especificidade e do contexto das religiões no Brasil. Elas serão exemplificadas no ponto seguinte. Por ora, ressalta-se que as transformações que ocorreram na modernidade, e ao contrário do que foi proposto em moldes teóricos pela vanguarda iluminista e por outros autores subsequentes, solapou as perspectivas de um mundo secularizado e racionalizado, onde o indivíduo representasse a centralidade atuante. Mais uma vez retomando Sanchis, as religiões estão aí, atualizando a tradição e modernizando-se ao mesmo tempo. O caso brasileiro é exemplar nesse sentido, em que a dinâmica das religiões não cessa de trazer novos problemas analíticos.

HARMONIA, CONFLITO E AFIRMAÇÃO IDENTITÁRIA

A constatação de que há uma diversidade religiosa no Brasil contemporâneo precisa ser seguida de uma melhor apreciação da dinâmica da permanência das diversas religiões. Para que seja possível observar como esse leque de opções simbólicas se torna acessível aos indivíduos, é preciso entender como as religiões se estabelecem no campo religioso e como as identidades são construídas.

Para uma limitação heurística, pode-se tomar o exemplo de quatro manifestações religiosas: o pentecostalismo, o neopentecostalismo, a renovação carismática católica e as religiões afro-brasileiras. Esse recorte foi feito tendo por base o impacto que essas religiões tiveram para a produção atual das ciências sociais e também pela dificuldade de se buscar uma síntese mais ampla do campo religioso brasileiro sem cair no reducionismo extremo, visto a numerosa diversidade e complexidade das crenças.

As três ondas do pentecostalismo no Brasil apresentadas por Freston (1993) mostram a sequência denominacional que se instalou até o surgimento dos neopentecostais. A Igreja Universal do Reino de Deus é o ápice de um fenômeno que se iniciou no princípio do século XX, com a entrada desse tipo de protestantismo no Brasil. No campo simbólico, os pentecostais eram munidos de um discurso de santificação e separação das “coisas do mundo” (NOVAES, 1985). De acordo com Mafra:

Na visão holística crente, nem corpo, nem alma, nem espírito – essas três categorias constituintes dos seres humanos – têm propriedades infinitas. Entretanto, o aprendizado e a convivência da limitação é trabalho complexo e envolve uma busca (individual e congregacional) denominada “santificação”. Nessa busca, o espírito, por ser capaz de apreender o infinito, tem uma função central na medida em que promove o conforto diante da limitação. Em decorrência, nesse paradigma dificilmente haverá renovação do corpo e da relação humana (cura) sem conversão religiosa (MAFRA, 2001, p. 68-69).

Aqui, pode-se observar o papel central que a comunidade religiosa substanciada na instituição tem como articuladora da santificação e da conversão. Destaca-se que o processo da conversão é um momento em que há um aprendizado, pois o neófito precisa aprender como crer (ALVES, 2005).

Como foi anteriormente mencionado, os pentecostais negavam em seu proselitismo a cultura herdada, que englobava a religião católica, sendo então uma crença

por *oposição*. Mais do que negar o catolicismo como tradição, negavam qualquer outra forma de religiosidade popular, e principalmente o espiritismo (MACHADO; MARIZ, 1994) e as religiões afro-brasileiras (SOARES, 1993). Mas é com os neopentecostais que o conflito religioso toma uma expressão mais acentuada, vista como uma guerra santa, em que as entidades do mal estão em batalha constante com o povo santo. Entra em cena o papel do exorcismo público e a performance da manifestação pública da figura maligna que é preciso expulsar. Mas, para tanto, é preciso reconhecer a figura do mal em princípio, para depois reprimi-la através dos rituais sagrados:

Suprimidas e negadas, mas reconhecidas, mencionadas, incorporadas. Este ponto é decisivo: o pentecostalismo exige a pureza doutrinária e rejeita práticas e crenças que as camadas populares cultivam sobretudo na Umbanda, na Quimbanda, no Candomblé. Entretanto, invocam as presenças de Exu, e Pomba Gira nos rituais de exorcismo que promovem. Os praticantes de religiões afro-brasileiras em processo de conversão para o pentecostalismo, em algumas de suas versões, são instigados a receber o santo ainda uma vez, no templo que os acolherá a partir da conversão. A crença que se abandona é interpretada pelo pastor oficiante. Em outras palavras, a existência das entidades espirituais que povoam os credos afro-brasileiros é reconhecida (SOARES, 1993, p. 205).

Se os pentecostais e neopentecostais reconhecem a presença do “inimigo” e assim confirmam a existência do “outro”, o conflito age como uma afirmação e como uma negação ao mesmo tempo. O “eu”, nesse caso, precisa ser fortalecido pelo Espírito Santo para que o inimigo não se apodere do “santuário de Deus” (SILVA, 2005). A batalha espiritual se torna então um combate simbólico entre as dimensões maniqueístas do bem e do mal, em que o sujeito se torna o receptáculo de uma guerra, que é individual, e a qual faz tornar pública no papel do adorcismo e do exorcismo.

Mas esse conflito espiritual é seguido de cruzamentos cosmogônicos que permitem ver a outra dimensão dessa relação. A simbologia utilizada pelos neopentecostais incorpora entidades das religiões afro-brasileiras, expressando-as em um novo contexto. É preciso considerar, como afirma Silva (2005), que a batalha dos neopentecostais contra os terreiros tende a demonstrar, em um primeiro momento, um afastamento entre essas instituições, mas, ao aprofundar na trama simbólica em jogo, é possível ver algumas aproximações substantivas entre as duas crenças.

É criada quase uma religiosidade ao inverso, pois quando as entidades são desterritorializadas, o Exu vira diabo e o transe ocorre pela possessão do Espírito Santo.

Se for retomada nesse ínterim a noção de culturas híbridas de Canclini (2006) como chave interpretativa para interpretar o fenômeno pentecostal e neopentecostal, perceber-se-á que essa mistura – hibridação – com as manifestações católica e afro-brasileira confluiu em uma síntese religiosa bem adaptada ao solo nacional. A proposta de Canclini é que se observem esses eventos além de seus paradoxos imediatos, visualizando, antes, possibilidades de formação *sui generis*. Essa chave interpretativa busca ser mais condizente com a realidade dos países latinos que experimentaram uma modernização tardia e diferente dos moldes europeus.

Por outro lado, apesar da oposição que as religiões afro-brasileiras têm sofrido pelos pentecostais e neopentecostais, elas não sucumbiram no campo religioso brasileiro e buscaram novas formas de afirmação identitária. Há uma tentativa de restauração de sua pureza que abandona a ideia de religião étnica em detrimento de uma religião de caráter universal. Nas palavras de Pierucci (2006b, p. 23):

A umbanda, como sabemos, desde o princípio se auto-representou como dirigida a todos os brasileiros: negra, índia e branca, *the Unbanda is for all of us*. Assim foi desde o berço, melhor, desde a concepção, pois ela não foi concebida nem como uma religião negra nem muito menos como uma religião só de negros. Já o candomblé, este sim concebido como “uma religião de preservação do patrimônio cultural específico do negro”, com o passar do tempo, foi, por sua vez, “constituindo-se em religião para todos”. E foi assim que na segunda metade do século XX ele se espalhou pelas grandes cidades brasileiras, muitas das quais no Sudeste, onde antes dos anos 1960 ele não passava de uma referência cultural regional para quem voltasse os olhos curiosos em direção à Bahia.

Essa universalidade das religiões afro-brasileiras é seguida de uma abertura identitária para o pertencimento múltiplo. Como um fato moderno, essa universalização amplia o horizonte de recrutamento de seguidores. Isso significa que ser negro ou descendente de escravos não é mais condição *sine qua non* para pertencer a essa religião. Até porque, como mostra Pierucci (2006b), as religiões pentecostais têm absorvido um contingente significativo da população negra que participava dos cultos afro-brasileiros, demonstrando que o trânsito religioso implica também deslocamento racial.

À universalização religiosa, segue Pierucci (2006b), junta-se o individualismo. Uma religião para todos prescreve que os indivíduos estejam dissociados e que, a partir da livre escolha, possam decidir por sua participação religiosa. No caso das religiões afro-brasileiras, isso significa que a identidade africana e étnica não mais determina a presença nos cultos: ela se circunscreve como puramente religiosa.

Nesse caso, a chave interpretativa do conceito de pós-modernidade permite observar esse fenômeno como fruto de um contexto de mudanças identitárias e transposição das grandes narrativas, ou seja, a identidade africana que ligava muitos dos membros do candomblé passa a ser questionada na umbanda, que permite uma abertura participativa independente da herança étnica. Essa atualização da tradição é um evento típico da chamada era pós-moderna.

Outro caso de transformação identitária ocorre no catolicismo por meio da renovação carismática. Mais do que uma nova forma de experimentação da religião católica, ela tem fortes interfaces com o pentecostalismo. Em síntese, as principais semelhanças, de acordo com Machado e Mariz (1994), são uma maior participação e autonomia dos leigos, uma articulação do encantamento/sobrenatural com a ética e uma religiosidade emocional. A escolha individual faz parte da afirmação identitária, representando uma escolha racional. O culto show, as bandas de músicas e a glossolalia são algumas características que compõem as duas manifestações religiosas.

Como a pluralidade do universo católico é um fato histórico, sua segmentação não ocorreu como no protestantismo. Como uma religião virtualmente englobadora e sincrética, conseguiu colocar dentro a diversidade, sem, contudo, perder seu centro. A figura do papa é permissiva em boa parte do catolicismo, visto que as outras formas de cristianismo – católicos – foram reconhecidas e circunscritas pela instituição oficial. Isso se deu como estratégia para a religião se manter expressiva e não perder fiéis.

Mas entre os fiéis da renovação carismática católica, o trânsito religioso em igrejas pentecostais é um fato marcante que os distingue dos pentecostais em relação a essa reciprocidade. Mariz e Machado (1998), em outro artigo, mostram que a liderança católica tem elaborado estratégias para estabelecer fronteiras e combater o movimento de idas e vindas de seus integrantes. São elas o marianismo, a valorização dos sacramentos e o estímulo com relação ao Santo Papa.

Pode-se, por sua vez, explicar esse fenômeno pela chave interpretativa colocada por Montero, que insere recursos analíticos alternativos aos da teoria da secularização. Segundo essa lógica, a procura pela experiência mágico-religiosa por parte dos fiéis e seu reengajamento institucional mostram uma intensificação

da vivência religiosa ao invés de seu afastamento. Um exemplo disso foi a perda da força da teologia da libertação, marcada por sua racionalidade política, em detrimento do aumento expressivo da renovação carismática católica, marcada pela experiência emocional. Essa vitalidade religiosa pode ser percebida como fruto de um reordenamento do campo religioso brasileiro e da sociedade civil brasileira, como propõe Montero, e não necessariamente como um processo de secularização mal resolvido.

As três chaves interpretativas expostas neste artigo não encerram em si todas as possibilidades analíticas do campo religioso brasileiro. Na verdade são complementares entre si e têm a virtude de serem permissíveis de aplicação em diversos fenômenos observáveis. Os exemplos aos quais foram aplicados podem ser vistos também por outras óticas interpretativas. No entanto, ressalta-se que a pluralidade interpretativa funciona muito mais como recurso heurístico do que imprecisão teórica, permitindo análises e perspectivas dinâmicas do objeto.

Com efeito, o campo de forças simbólico se concretiza na emergência dessas estratégias e consolida cada vez mais a situação de pluralismo que permeia a sociedade brasileira por meio de uma concorrência entre as religiões por intermédio de afirmações identitárias, conflitos e harmonia. O panorama do campo religioso brasileiro é deveras complexo para encerrar-se nessas notas preliminares. “As religiões estão aí”, parafraseando mais uma vez Sanchis.

Em síntese, as três categorias de perspectivas de elucidação do campo religioso brasileiro foram colocadas sucessivamente. De fato, elas se inter cruzam e propõem um amplo leque analítico da complexidade de suas características. Observou-se que a constatação de um fundo religioso homogêneo implica olhar a diversidade dentro também da lógica da permanência. Ao estar na cultura, a religião faz parte da teia de significação que lhe confere sentido. Esse holismo que a caracteriza exerce uma dialética com a performance da diversidade dentro do eixo harmonia/conflito. Destaca-se o exemplo dos pentecostais e neopentecostais e suas relações com as religiões afro-brasileiras. Mas como instrumento analítico, a ideia de uma religiosidade mínima ou matriz religiosa pode ter um déficit explicativo ao dirigir a um passado distante a explicação dos eventos religiosos contemporâneos. As novas religiões que passaram a compor o espaço religioso brasileiro e as recentes formas de manifestação identitária fazem com que haja um diálogo com esse passado de outra forma, seja pelos movimentos de dessincretização, seja pelas novas formas de experimentação do religioso.

Uma “modernidade ao revés” que parece ter caracterizado o campo religioso brasileiro exigiu chaves interpretativas mais sólidas. Assim, a potencialidade analí-

tica do conceito de pós-modernidade, a noção de culturas híbridas e a utilização do arranjo sociedade civil/Estado em face do modelo da secularização destacam-se pela utilidade elucidativa de explicação desse campo.

Os conflitos entre as religiões traduzem continuidades e rupturas da diversidade religiosa. Essa característica dual das religiões no Brasil perpassa mais uma vez o jogo dialético entre *habitus* e performance e não deixa de ser instigador em demonstrar as novas atitudes de pertencimento em uma sociedade plural. Ademais, é pelo conflito e pela oposição que muitas identidades são modeladas. Caberia, pois, observar os desafios disso para o diálogo inter-religioso ou tentar compreender melhor o que significa a negação da diferença por reconhecimento dentro de uma sociedade democrática fundada, teoricamente, na tolerância e na igualdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Três abordagens sobre o campo religioso brasileiro foram destacadas pela importância analítica. A primeira, a saber, versa sobre a existência de um “fundo” simbólico-religioso comum que perpassa nossa sociedade e foram denominadas pelos autores como holismo, matriz religiosa e religiosidade mínima. Segundo essa perspectiva, existe uma religiosidade cravada culturalmente na sociedade brasileira e imputada como *habitus*, ou seja, como possibilidade. O questionamento que surge sequencialmente a essa discussão versa sobre a permanência desse fundo religioso em uma época considerada moderna. Logo, perguntou-se que tipo de modernidade tem experimentado o Brasil no campo das religiões, permitindo-se concluir que, diferentemente do modelo europeu, o Brasil vivenciou fenômenos que não foram de encontro com a teoria da secularização. A esse diagnóstico deu-se o nome de uma modernidade ao revés, evidenciada pelo revigoramento das religiões, pelo reordenamento religioso por meio da sociedade civil e a sucessiva alocação da magia na sociedade.

Em seguida, foram destacadas três chaves interpretativas que poderiam ser usadas para abordar o campo religioso brasileiro, considerando os problemas da modernidade. A ideia de culturas híbridas, de pós-modernidade e de reordenamento da sociedade civil em detrimento da teoria da secularização pode ser útil para compreender a dinâmica das manifestações religiosas no Brasil.

Concluindo a última abordagem sobre o campo religioso brasileiro, aquela que versa sobre a análise das identidades religiosas e suas resultantes conflituosas – e também suas alianças harmoniosas –, buscou-se aplicar as três chaves interpretativas propostas de forma a instrumentalizá-las em sua função explicativa. Ademais,

deu-se ênfase ao caráter complementar das três perspectivas em voga e também das três chaves interpretativas destacadas, expondo, destarte, que a pluralidade de olhares sobre o campo religioso brasileiro pode enriquecer o conhecimento sobre a realidade social das religiões no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Rubem. *Religião e repressão*. São Paulo: Loyola, 2005.
- BAUMAN, Zygmunt. *O mal estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BERGER, Peter. *O dossel sagrado*. São Paulo: Paulus, 1985.
- BITTENCOURT FILHO, José. *Matriz religiosa brasileira*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas – estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 2006.
- CARNEIRO, Sandra M. C. de Sá. Novas peregrinações brasileiras e suas interfaces com o turismo. *Ciências Sociais e Religion/Ciências Sociais e Religião*, ano 6, n. 6, p. 71-100, out. 2004.
- CARVALHO, José Jorge. Características do fenômeno religioso na sociedade contemporânea. In: BINGEMER, Maria Clara C. (Org.). *O impacto da modernidade sobre a religião*. São Paulo: Loyola, 1992. p. 133-160.
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Belo Horizonte: CEDIC, 2005.
- DROOGERS, André. *A religiosidade mínima brasileira*. Religião e Sociedade. Rio de Janeiro: Iser, 1987.
- FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: da constituinte ao impeachment*. 303 p. 1993. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UNICAMP, São Paulo, 1993.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GIUMBELLI, Emerson. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 80-101, 2008.
- HERVIEU-LEGER, Danièle. *La religion en mouvement: le pèlerin et le converti*. Paris: Flammarion, 1999.
- MAFRA, Clara. *Os evangélicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.
- MACHADO, Maria das Dores Campos; MARIZ, Cecília. Sincretismo e trânsito religioso: comparando carismáticos e pentecostais. *Comunicações do Iser*, n. 45, ano 13, p. 24-34, 1994.
- MARIZ, Cecília; MACHADO, Maria das Dores Campos. *Mudanças recentes no campo religioso brasileiro*. Rio de Janeiro: UERJ/UFRJ, 1998. Texto avulso.

- MONTERO, Paula. Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil. *Cebrap*, v. 74, p. 47-65, 2006.
- NOVAES, Regina Reyes. *Os escolhidos de Deus – Pentecostais, trabalhadores e cidadania*. Rio de Janeiro: Iser, 1985.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. Cadê nossa diversidade religiosa? Comentários ao texto de Marcelo Camurça. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Org.). *As religiões no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2006a.
- _____. Ciências sociais e religião – a religião como ruptura. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Org.). *As religiões no Brasil, continuidades e rupturas*. Petrópolis: Vozes, 2006b.
- SANCHIS, Pierre. As religiões dos brasileiros. *Horizontes*, v. 1, n. 2, 1998.
- _____. Cultura brasileira e religião – passado e atualidade. *Cadernos Ceru*, São Paulo, USP, Série 2, v. 19, n. 2, p. 71-92, dez. 2008.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1997.
- SILVA, Vagner Gonçalves. Concepções religiosas afro-brasileiras e neopentecostais: uma análise simbólica. *Revista USP*, n. 67, p. 150-174, set./nov. 2005.
- SILVEIRA, Emerson Sena da; CROCHET, Eduardo. Modernidade(s) e religião: rupturas, permanências e combinações. *Sociedade e Cultura*, v. 6, p. 27-38, 2006.
- SOARES, Luiz Eduardo. *Os dois corpos do presidente e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.
- STEIL, Carlos Alberto. Catolicismo e cultura. In: VALLA, Victor Vincent (Org.). *Religião e cultura popular*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- WEBER, Max. *Économie et société*. Paris: Plon, 1971. t. 1.
- _____. Ensaios de sociologia. In: _____. *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1974. p. 239-270.

COMUNIDADE SAMBA DA VELA:

“Que a divina luz ilumine todas as criações”

COMMUNITY SAMBA VELA:

“MAY THE DIVINE LIGHT ENLIGHTEN ALL CREATIONS”

Marcelo da Silveira Campos^a

Resumo Neste artigo, é apresentado um breve material sobre a Comunidade Samba da Vela, localizada na zona sul da cidade de São Paulo. Por meio de entrevistas disponíveis em *websites*, além de inserções etnográficas realizadas na Comunidade Samba da Vela, analisa-se a transformação de uma relação comunitária em uma relação associativa, ou seja, articula-se a teoria weberiana – em especial, o conceito de relação comunitária e de relação associativa – com as descrições e os significados subjetivamente visados das ações sociais dos indivíduos integrantes da Comunidade Samba da Vela. A partir desse duplo movimento, toma-se como referência o ponto de vista dos quatro fundadores da comunidade, seus etos e suas visões de mundo sobre o que é samba, comunidade e culto ao samba.

Palavras-chave samba; comunidade; Max Weber.

Abstract *In this article, a brief material about the Community Samba da Vela – located in the south of São Paulo – is presented. Through interviews available on websites, and an ethnography held in the community, this essay intends to analyze the changes of the community relationship into an associative one. In other words, the Weberian theory – in particular the concepts of community relationship and associative relationship – is articulated to both the descriptions and the subjective meanings of social actions of Samba da Vela’s members. As reference, it is taken the point of view of four Samba da Vela founders, their ethos, and worldview as samba makers.*

Keywords *samba; community; Max Weber.*

a Doutorando em sociologia do PPGS/USP e bolsista FAPESP. Este artigo é uma versão, com poucas modificações, do texto final apresentado à disciplina Leituras de Max Weber: Teoria Clássica I, ministrada pelo professor Flávio Pierucci, no primeiro semestre de 2011, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Agradecimento especial aos comentários feitos pelo professor, com dedicatória deste texto em sua memória.

Acendeu a vela

Composição: Paçüera/Edvaldo Galdino

Acendeu a vela, o samba já vai começar
ela é quem chama, que é viva a chama
pro povo cantar
A fé que não cansa
Mantém a esperança do nosso viver
O samba da vela está esperando você

Venha pra cá pra cantar
Venha pra cá pra se ver
Uma só voz embalar
Pra nunca mais esquecer,
Venha fazer a história
Venha com a gente aprender
O samba da vela está esperando você
A luz do samba reluz
Condiz à inspiração seduz,
a todos induz a união de irmãos
Queremos um canto forte
Pra ver o samba vencer
O samba da vela está esperando você.

A Comunidade Samba da Vela foi fundada em uma segunda-feira, no dia 17 de julho de 2000, no bairro Santo Amaro, localizado na zona sul da capital paulista, por quatro fundadores, participantes e líderes atuais da Comunidade: Paçüera (presidente da Comunidade Samba da Vela); os irmãos e integrantes do consagrado conjunto de samba Quinteto em Branco e Preto¹, Magnu Sousá e

¹ Os irmãos Maurílio de Oliveira e Magnu Sousá fundaram, em 1997, em conjunto com os irmãos Everson, Vitor e Yvison, o conjunto Quinteto em Branco e Preto. De acordo com a descrição dos sambistas em seu *website* (<http://quintetoembrancoepreto.com/perfil/>), o quinteto pode ser considerado “o melhor grupo de samba do Brasil”. Diz a descrição: “Considerado pela crítica como o melhor grupo de samba do Brasil, o Quinteto em Branco e Preto surgiu em 1997 e já dividiu o palco com diversos artistas da música brasileira, como: Paulo Miklos (Titãs), Beth Carvalho (madrinha do conjunto), Maria Rita, Zeca Pagodinho, Martinho da Vila, Paulinho da Viola, Caetano Veloso, Maria Bethânia, Gilberto Gil, Daniela Mercury, Ivete Sangalo, Margareth Menezes, Elton Medeiros, Nelson Sargento, Jair do Cavaquinho, Hermínio Bello de Carvalho,

Maurílio de Oliveira (compositor, produtor, fundador e diretor artístico e musical da Comunidade do Samba da Vela); e Chapinha².

As reuniões, ou melhor, o culto ao samba, conforme denominam os fundadores da comunidade, acontecem todas às segundas-feiras, às 20h45, na sede da comunidade – Casa de Cultura Santo Amaro –, localizada no largo Treze de Maio, na zona sul da capital paulista. O espaço é cedido pela prefeitura do município da capital para a realização do projeto, que tem como objetivo proclamado³ revelar sambas de compositores desconhecidos da grande mídia. Segundo a descrição feita pela comunidade, o Samba da Vela propiciaria:

[...] os preceitos para a formação de uma comunidade numa verdadeira comunhão em favor do exercício pleno da cidadania; bem essencial para que o povo de uma nação alcance seus objetivos coletivos e, conseqüentemente, os objetivos individuais. Toda festa popular que vem do povo deve servir e ser apropriada pelo próprio povo ⁴.

No texto a seguir, apresenta-se um breve material coletado por meio de entrevistas disponíveis em *websites*⁵, além de inserções etnográficas realizadas na Comunidade Samba da Vela. Assim, este trabalho visa àquilo que Geertz denominou como uma “descrição densa”. De acordo com Geertz (2008, p. 17), para tal

Dudu Nobre, Olodum, Zélia Duncan, Paula Lima, Mônica Salmaso, Noite Ilustrada, Demônios da Garoa, Paulo Cezar Pinheiro, Wilson Moreira, Jamelão, Arlindo Cruz, Germano Mathias, Jair Rodrigues, Leci Brandão, Jorge Aragão, João Nogueira, entre outros. A convite do conceituado produtor musical Fernando Faro, o quinteto participou por treze (13) vezes do programa Ensaio da TV Cultura/SP (mais importante programa de música popular brasileira, acompanhando: Walter Alfaiate, Carlinhos Vergueiro, Nei Lopes, Wilson das Neves, Moacyr Luz, Dona Ivone Lara, Xangô da Mangueira, Noca da Portela, Wilson Moreira, Luiz Carlos da Vila, Almir Guineto, Beth Carvalho e um programa solo”. Ainda, sobre a origem social dos participantes, segundo Cerboncini Fernandes (2010), os dois irmãos negros são oriundos do bairro Santo Amaro, filhos de um casal de músicos. O pai teria acompanhado na percussão Baden Powell, e a mãe teria sido uma cantora. Os outros três integrantes do quinteto seriam oriundos de uma família de classe média baixa do bairro São Matheus, na zona leste da capital paulistana. Cabe notar que existe outro projeto de samba nessa direção da qual os integrantes fazem parte, chamado Berço do Samba de São Matheus, que teve um CD gravado pelo Sesc em 2007, com a participação dos integrantes do quinteto na produção do CD.

2 Paçüera (José Alfredo Gonçalves de Miranda – presidente da Comunidade Samba da Vela) e Chapinha (José Marilton da Cruz) se conheciam desde 1982, da ala de compositores da escola de samba Vai-Vai.

3 <<http://comunidadesambadavela.com/>>.

4 Essas citações foram extraídas do Caderno 1 – 2010, distribuído na Comunidade Samba da Vela, na pesquisa de campo realizada na comunidade. A página final de todo o caderno é destinada às mensagens de ordem propagandística, informativa e militante, que, de modo geral, procuram reafirmar os valores compartilhados e propagados pela comunidade. De outra forma, é um espaço para difundir o etos e a visão de mundo da comunidade.

5 <<http://noticias.r7.com/videos/entrevista-record-recebe-o-grupo-samba-davela/idmedia/4e166e593d14cf480cc4e964.html> e demais entrevistas disponíveis em www.youtube.com>.

fim, torna-se necessária a difícil tarefa da articulação conceitual, de modo que não se obstrua uma abordagem interpretativa dos fenômenos sociais aqui descritos.

Por meio da articulação conceitual com a teoria weberiana – em especial, com o conceito de relação comunitária e de relação associativa –, pretende-se não uma representação impecável e “verdadeira” do real, mas sim fazer articulações entre descrições e os significados subjetivamente visados das ações sociais dos indivíduos da Comunidade Samba da Vela.

A partir desse duplo movimento, toma-se como referência o ponto de vista dos quatro fundadores da Comunidade Samba da Vela, em seus etos e suas visões de mundo⁶ sobre o que é o samba e a Comunidade Samba da Vela, por meio do conhecimento produzido e subjetivamente visado destes. Ainda, descreve-se o “culto ao samba” com base nas falas individuais e na pesquisa de campo realizada na Comunidade.

I

Para a articulação conceitual, cabe aqui retomar brevemente questões da sociologia weberiana que podem ser úteis para a apresentação do material em seguida.

Para Weber, a ação social é mais do que o comportamento. Ela se refere ao sentido subjetivamente visado do agente. Em outros termos, é o sentido empírico da ação compartilhado em uma situação objetiva, que vem a ser a relação intersubjetiva com o outro, que adquire um contexto de sentido específico. Grosso modo, a sociologia tem como objetivo estabelecer uma ação compreensiva que adquire, em um contexto de sentido, uma compreensão⁷. Daí a ideia difundida de que a sociologia weberiana é compreensiva, pois, de fato, a compreensão é o mútuo entendimento de que o indivíduo, ao agir, atua na busca da compreensão no entendimento, ou seja, no sentido *atual* da ação. Em suma: “[...] uma ciência

6 O etos de um povo, de uma comunidade, pode ser definido como o tom, o caráter, o estilo moral-estético representando um tipo de vida. Por visão de mundo faz-se referência, aqui, ao processo de elaborar as coisas “como elas são” na realidade, em seu conceito de si mesmo e de sociedade, na qual se apresenta como imagem de um verdadeiro “estado de coisas”, em que determinado tipo de vida é sua expressão autêntica (GEERTZ, 2008, p. 93-94). No caso aqui abordado, o primeiro movimento se refere às roupas, à fala, ao chapéu, à “humildade” como etos do sambista. No segundo momento, a visão de mundo se refere à representação de um tipo de vida formada por esse *etos* que conserva a provisão de significados “ideais” por meio dos quais o indivíduo interpreta sua experiência, sua conduta e o “estar no mundo”.

7 “Dentro das coordenadas metodológicas que se opunham à assimilação das ciências sociais aos quadros teóricos das ciências naturais, Weber concebe o objeto da sociologia como, fundamentalmente, ‘a captação da relação de sentido’ da ação humana. Em outras palavras, conhecer um fenômeno social seria extrair o conteúdo simbólico da ação ou ações que o configuram” (TRAGTENBERG, 1997, p. 7).

que pretende compreender interpretativamente a ação social e assim explicá-la casualmente em seu curso e em seus efeitos” (WEBER, 2000, v.1, p. 3).

Compreensão, portanto, significa para Weber (2000, p. 6) a apreensão interpretativa do sentido ou do contexto de sentido, que pode ser: i) no caso individual, o efetivamente visado; ii) uma consideração sociológica de massa, em que o sentido é visado em média ou aproximadamente; iii) o sentido ou contexto de sentido, quando é construído cientificamente um “tipo-ideal” de um fenômeno regular. Para a sociologia, portanto, o objeto a ser analisado é o contexto de sentido das ações. Entretanto, Weber adverte que não se pode ambicionar que tenhamos, por meio dessa proposta metodológica, a “compreensão verdadeira” da ação social humana, já que a sociologia trabalha com analogias humanas. Para Weber (2000 p. 11), o homem, desde suas fases primitivas até a atualidade, exerce influência (ora mais, ora menos decisiva) por meio do componente mecânico e instintivo, constante em relação ao sujeito que compreende e cria por meio da elaboração consciente e racional.

Dois tipos de ação social que serão abordados no texto – a ação social de modo afetivo e tradicional – emergem como portadores de “estímulos sociológicos de desenvolvimento”, os quais se aproximam, para Weber (2000, p. 11):

[...] daqueles processos apenas biologicamente explicáveis, não suscetíveis de interpretação ou apenas fragmentariamente interpretáveis, quanto aos motivos. Mas tudo isso não dispensa a Sociologia Compreensiva da tarefa, com plena consciência de seus estreitos limites, de fazer o que só ela pode fazer.

A ação social se orienta pelo comportamento do outro, seja no passado, no presente, seja no futuro. Esses “outros” são aqui representados tanto pelos indivíduos conhecidos e frequentadores da Comunidade Samba da Vela (compositores e frequentadores assíduos) como por uma multiplicidade de visitantes fluidos (estrangeiros, universitários de classe média, sambistas de outras regiões da capital e do Estado de São Paulo, curiosos, admiradores do samba, além de sambistas e músicos consagrados que visitam a comunidade ocasionalmente⁸).

Como se sabe, Weber distingue a ação social em quatro tipos puros: i) de modo racional referente a fins; ii) de modo racional referente a valores; iii) de modo afetivo, especialmente emocional; e iv) de modo tradicional. Embora Weber

8 Inúmeros sambistas consagrados nacionalmente já visitaram a Comunidade Samba da Vela: Seu Jorge, Beth Carvalho, Diogo Nogueira, Dominginhos do Estácio, Fundo de Quintal, Oswaldinho da Cuíca, Monarco da Portela, Mauro Diniz, entre outros.

estabeleça essa distinção “pura” para fins estritamente analíticos e metodológicos, como se sabe, raramente a ação social é orientada somente por um ou mais desses tipos, conforme adverte o autor. A conceituação típico-ideal, no entanto, ajuda a pensar de quais desses tipos puros a ação social pode, em maior ou menor grau, aproximar-se.

Parte-se aqui da premissa de que as ações sociais dos líderes e compositores pertencentes à Comunidade Samba da Vela mesclam os quatro tipos de ação social weberianos: *racional referente a fins* – que pode ser referida, por exemplo, no sucesso almejado na consagração de um compositor que entra no Caderno de Sambas e (quem sabe) no CD da comunidade; *racional referente a valores* – a crença no valor absoluto ético, estético e moral do que é “ser” um sambista com referência à humildade, à simplicidade e à fraternidade; *de modo afetivo, especialmente emocional* – o sentimento de pertencer à comunidade, o êxtase e a alegria propiciados pelos sambas cantados e compostos; *de modo tradicional* – o costume⁹ do encontro às segundas-feiras, há onze anos, bem como a referência ao passado “glorioso” e “tradicional” do samba (das antigas escolas e dos terreiros) e dos sambistas e malandros “da antiga”.

A escolha analítica é pensar a interligação entre esses quatros tipos de ação social. De um lado, a ação social afetiva e tradicional, indubitavelmente, leva à reflexão e à articulação com o conceito de comunidade (ou *comunitarização*) em Max Weber, uma vez que a ação social em uma comunidade é definida pelo *sentido subjetivo dos participantes de pertencer ao mesmo grupo – o sentimento de pertencimento*. Imbricada com essa primeira perspectiva, é possível pensar, por outro lado, os processos de relações associativas (ou de *societarização*) que ocorrem na Comunidade Samba da Vela, já que, para Weber, uma relação associativa decorre de um acordo racional por uma declaração recíproca, embora esse modelo societal não vise à permanência ou à continuidade (permanente). O modelo de relação associativa pela “troca no mercado” é o mais “típico-ideal” contraposto às formas de comunidade.

Nesse sentido, a perda na comunidade de fatores externos e internos tem relação com o processo de impessoalização. Isso porque uma relação comunitária

9 Por costume, faz-se referência à definição de Weber (2004, p. 18) em contraposição ao direito e à convenção, ou seja, uma norma que não é garantida exteriormente e à qual o agente de fato se atém, tanto de modo irrefletido, como por comodidade (ou por outras motivações) cuja provável observação ele pode esperar das outras pessoas pertencentes ao mesmo círculo. “O costume, neste sentido, não é uma coisa que está ‘em vigor’: não se exige de ninguém que a ele se atenha”. Cabe notar a importante ressalva de Weber, na frase seguinte: “Naturalmente, a transição entre ele e a convenção válida ou o direito é absolutamente fluida” (WEBER, 2004, p. 18).

ocorre quando a ação social – individualmente, na média ou no “tipo puro” – assenta-se no sentimento subjetivo dos participantes de *pertencer* (de modo afetivo ou tradicional) ao mesmo grupo. Apoia-se em todo o tipo de sentimentos afetivos, tradicionais e emocionais, em que o tipo-ideal mais puro seria a unidade familiar, como exemplo de uma *comunidade doméstica*¹⁰ portadora de autoridade e piedade.

Já a relação associativa, conforme citado de forma breve anteriormente, ocorre quando e na medida em que a atitude na ação social repousa em um *ajustamento* ou em uma *união de interesses* racionalmente motivados e programados com referência a valores e/ou fins. O acordo racional “fundante” repousa em uma declaração recíproca que deposita a ação social correspondente, quando é uma ação racional orientada pelos valores na crença e no compromisso próprio, e, quando referente a fins, é orientada pela expectativa de lealdade da outra parte (WEBER, 2000, p. 25). Além da troca no mercado, Weber dá como exemplo uma dada união livremente pactuada e puramente orientada para dados fins (em seus meios e propósitos) que estejam exclusivamente direcionados a interesses objetivos (econômicos ou outros) dos participantes, ou, ainda, pode-se pensar em uma união de correligionários racionalmente motivada com vista a determinados valores a serviço de determinada “causa”.

Pensar a Comunidade Samba da Vela na atualidade implicará, do ponto de vista conceitual weberiano, encará-la como uma relação social; parte comunitária e parte associativa. Em termos mais específicos, após os onze anos de surgimento da comunidade (que nasceu em 2000), pergunta-se: é possível pensá-la em uma perspectiva desenvolvimental?

Uma perspectiva possível é pensar a inter-relação de um processo originariamente de *comunitarização* que emerge majoritariamente com valores emocionais e afetivos e que propõe o resgate da “tradição” do samba. Tal fim primitivo e originário progressivamente cria relações associativas e, portanto, meios que geram uma *societarização* racional com determinados fins (gravação de CDs, financiamento da Petrobrás, shows no SESC), que ultrapassam em muito o acontecimento¹¹ primitivamente intencionado: cantar sambas autorais de acordo com o

10 “O princípio do comunismo doméstico, de acordo com o qual não se ‘ajustam as contas’ (enquanto há reservas de bens suficientes), sobrevive ainda hoje como peculiaridade essencial da comunidade doméstica de nossa ‘família’, ainda que, na maioria das vezes, como rudimento que se limita ao consumo doméstico” (WEBER, 2004, v. 1, p. 246).

11 Nietzsche estabelece a diferença fundamental entre origem e invenção (acontecimento), pois a invenção, da qual Foucault (2002; 2006) posteriormente se apropria radicalmente, possui a ruptura e um pequeno começo inconfessável. Tem-se, assim, em Nietzsche, uma relação entre perspectiva e valor, a saber, a *indissociabilidade das noções de valor e de perspectiva*: somente pelo *estimar* há valor; toda estimativa é perspectivística e toda perspectiva estima valores. Da-

formato “tradicional”. Esse intercâmbio entre a relação comunitária e associativa pode ocorrer para Weber do seguinte modo:

Toda relação associativa, que ultrapassa a simples ação momentânea executada por uma união que se propõe determinado fim, isto é, que seja de mais longa duração, estabelecendo relações sociais entre determinadas pessoas e não se limitando, desde o princípio, a certas tarefas objetivas – como, por exemplo, a relação associativa numa unidade do exército, numa classe da escola, num escritório, numa oficina – mostra, porém em grau muito diverso, essa tendência. Ao contrário, uma relação social que, por seu sentido normal, é comunitária pode ser orientada inteira ou parcialmente de modo racional referido a fins, por parte de alguns ou de todos participantes (WEBER, 2000, p. 25-26, grifo nosso).

A citação, portanto, faz o elo conceitual com o objeto aqui proposto, uma vez que remete ao imbricamento dessas duas esferas valorativas (de visões de mundo), em que é possível pensar a passagem de uma relação comunitária em seu “tipo-puro”, permeada por modificações associativas (mercado fonográfico, prêmio Cultura Viva da Petrobrás e candidatura a cargos políticos) que vão dando um tom de societarização. Entretanto, os indivíduos permanecem, no agir semanal, embasados em relações sociais de caráter predominantemente comunitário, seja no plano discursivo do pertencimento, seja no plano das formas estruturais das ações sociais.

Carece ainda, antes de adentrar no material sobre a comunidade, expor uma breve contextualização histórico-social da conjuntura do ressurgimento do “campo” do samba “tradicional” ou “de raiz” no início dos anos 2000.

No Rio de Janeiro e em São Paulo, a virada do século XXI remete à revitalização da Lapa, com a abertura de inúmeras casas noturnas em espaços tradicionais da “malandragem antiga”, sob uma roupagem “moderna”. Cerboncini Fernandes (2010, p. 337), analisando mais detidamente esse contexto do ressurgimento dos novos sambistas “autênticos”, cita a mescla e “benção” da “Velha Guarda”¹² junto aos novos “ortodoxos”, no fim dos anos 1990 e início dos anos 2000. Em São Paulo, por exemplo, o autor exemplifica, além do objeto de estudo Quinteto em Branco e

qui decorre a potencialidade do acontecimento e da invenção contraposta à pesquisa de origem. Consultar Foucault (2006).

12 Monarco e Tia Surica, da Velha Guarda da Portela, Wilson Moreira, Cristina Buarque, Walter Alfaiate, Beth Carvalho, Dona Ivone Lara, entre muitos sambistas, “apadrinharam” os novatos.

Preto – Samba da Vela – Berço do Samba de São Mateus¹³, o projeto Nosso Samba em Osasco, o Cupinzeiro¹⁴ em Barão Geraldo, Campinas, entre outras rodas de samba que se multiplicam de casas na Vila Madalena a pontos periféricos na cidade.

No Rio de Janeiro, Teresa Cristina e o Grupo Semente, Pedro Miranda, Alfredo del-Penho (que juntos integram o Samba de Fato) ou, mais recentemente, o DNA do Samba¹⁵, entre outros, fazem parte desse contexto de ressurgimento do samba “autêntico”.

Segundo Cerboncini Fernandes (2010), os novos “autênticos” possuem como marcas o emprego de formas musicais cristalizadas nas composições, nas vestimentas e nos trejeitos; a recusa parcial em se portar como artistas; a instrumentação posta em prática em gravações; a reverência incondicional ao passado de glória dos sambistas; certa ojeriza pelos símbolos de sucesso mundano; o cultivo da simplicidade; o engajamento militante da defesa da “cultura popular” brasileira, embora em graus variados, tudo presente nas trajetórias individuais dos pertencentes ou pretendentes a “sambistas autênticos”:

Os “antigos” e os “novos” da tradição passavam, assim, a dividir o espaço, fosse em grandes espetáculos ou em pequenos bares e rodas de samba “descompromissadas”, eventos em que certa nostalgia do ambiente “gauche” da década de 1960 dava o tom. A mescla de gerações artísticas temporalmente distintas e ideologicamente parelhas ia mesmo além das apresentações conjuntas: baluartes do subgênero endossavam a entrada dos novatos nesse domínio [...] (CERBONCINI FERNANDES, 2010, p. 337).

13 Berço do Samba de São Mateus é um reduto de samba formado por compositores e músicos de São Mateus e adjacências. Essa roda de samba iniciada há mais ou menos 20 anos tem o propósito de trazer ao grande público suas composições e seus intérpretes. O trabalho se transformou em CD pelo SELO SESC em 2007. A roda é formada, entre outros integrantes, por três irmãos (Vitor, Everson e Yvison) integrantes do Quinteto em Branco e Preto.

14 Formado majoritariamente por universitários de classe média da UNICAMP, o Núcleo de Samba Cupinzeiro foi criado em 2001, com o objetivo de pesquisar, compor e realizar atividades em torno do samba. O “núcleo” agrega diversas frentes de trabalho: espetáculos, seminários, oficinas, rodas, textos publicados, gravações e documentários. Produziu vários eventos ligados ao samba na cidade de Campinas, como Ciclo do Samba, Oficina de Samba Paulista (“Projeto Bairros”, financiado pela FAPESP). Em 2006 foi ganhador do Programa de Ação Cultural da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo. Em 2008 foi contemplado com o Programa de Intercâmbio e Difusão Cultural do Ministério da Cultura para realizar o lançamento de seu CD em New Orleans, nos EUA, no Encontro de Cultura Brasileira, na *Tulane University*.

15 “O grupo DNA do Samba, que é formado por filhos e netos de bambas do samba, nasce com a proposta de promover um resgate histórico desse ritmo, de forma espontânea e genuína, já que essa história lhes é muito familiar, por terem crescido no embalo de pandeiros e tamborins, testemunhando o nascimento de composições que estruturaram as características do ritmo” Disponível em: <<http://www.myspace.com/dnadosamba>>.

A seguir, apresenta-se o material coletado sobre a Comunidade Samba da Vela à luz das questões tocadas. O material empírico exposto é resultado de entrevistas disponíveis em *websites*, bem como dos Cadernos de Samba distribuídos na comunidade. Além dessa fonte, utiliza-se a observação participante realizada em visitas à comunidade.

II

A VELA

A vela é acesa às 20h45, horário em que a roda de samba começa. Aproximadamente dez sambistas¹⁶ se reúnem em volta de uma mesa redonda. Nela estica-se uma toalha branca, sob a qual se acende a vela. O público em silêncio absoluto está disposto ao redor da mesa, sentado em cadeiras que às 20h30 já estão quase sempre repletas. É distribuído o caderno de samba vigente e começa o samba.

É a vela acesa que estabelece a duração do samba na comunidade. É sempre um dos fundadores que acende a vela. Antes de a chama acender, um dos fundadores cita sempre a seguinte frase: “Que a divina luz ilumine todas as criações”. Quando ela apaga, por volta das 23 horas, o samba termina.

A vela foi criada inicialmente como forma de encerramento do samba em determinado horário, já que ele ocorre nas segundas-feiras. A ideia, que partiu do fundador e líder do Samba da Vela, Paqüera, foi logo convencionalmente aceita pelos quatro fundadores. Cogitou-se um galo, uma ampulheta, até Magnu, Maurílio e Chapinha chegarem à conclusão de que a vela sugerida por Paqüera era, de fato, a melhor forma de estabelecer o tempo do culto ao samba.

De acordo com os fundadores da comunidade, a imediata associação com um ritual religioso¹⁷ não fez parte da intencionalidade inicial de estabelecer uma vela como marco temporal do samba. Porém essa questão se transforma com a própria escolha da vela, pois observa Paqüera: “Todo ritual de fé tem uma chama. A luz que esta chama produz é inspiradora”. Na mesma direção, Magnu Sousá afirma que uma vela acesa nunca é destituída de intencionalidade, pois:

¹⁶ O número de sambistas na roda pode variar.

¹⁷ Na Comunidade Samba da Vela também é proibido o consumo de bebidas alcoólicas. Segundo os fundadores, tal proibição advém do fato de que o samba é realizado em um espaço pertencente à prefeitura, o que inviabiliza a comercialização de bebidas. É digno de nota que tal proibição atrai para a Comunidade sambistas evangélicos “desgostosos” com os sambas existentes na capital paulista.

A vela quando se acende não se acende sem intenção, sempre se acende com algum objetivo, e este objetivo é muito além de um relógio. Aqui a velinha faz o papel do tempo necessário para a duração do evento e quando acaba o evento o povo vai embora. Mas não é só isso, a vela tem muitos outros significados. As pessoas vêm para cá, cantam, e aquela energia toda vai na vela. Se a pessoa tem energia ruim aquilo também vai na vela.

As velas possuem três cores no Samba da Vela: rosa, azul e branca. Cada vela com sua cor específica marca determinado estágio para os compositores e para quem vai à comunidade ouvir, conhecer e cantar os sambas. Chapinha contou que a vela rosa representa a introdução de novos sambas (e até de novos compositores) na comunidade: é a época de disputa e apresentação, pois somente na vela rosa é que os sambistas podem apresentar seus sambas inéditos perante a comunidade.

Após esse estágio ocorre a seleção de sambas em época de vela azul. Na vela azul o sambista que cantou na vela rosa (tanto os “consagrados” como os “novatos”) escolhe alguns sambas (no geral, os de maior sucesso e que atraem mais a simpatia do público, da roda de samba ou dos sambistas “estabelecidos”) para defendê-los perante a comunidade. Em suma, é a época de escolha dos sambas que entrarão no caderno seguinte e na vela branca. Em época de vela azul, antes da apresentação das novas composições, são distribuídas as letras para o público se “entrosar” com o samba. Também nesse momento o sambista apresenta-se à comunidade e conta rapidamente algum tipo de ocasião ou relato que concretizou a nova composição. Junto com os novos sambas, são lembrados os sambas do caderno ainda vigente até a vela branca.

Por fim, no dia 4 de julho de 2011, a vela acendida foi a branca, representando a consagração do sambista perante a comunidade e os “bambas” antigos¹⁸. Ela representa o término de uma etapa que teve início com o samba apresentado na vela rosa, defendido na vela azul e que entrou para o novo caderno do ano. A consagração e o reconhecimento advêm dos cumprimentos e elogios dos demais compositores (mesmo os que não entraram no caderno) aos consagrados. A consagração significa para os sambistas que a comunidade cantará o samba por determinado tempo,

18 O caderno de 2011 contém 16 sambas. Destes, o primeiro (“Acendeu a vela”) e o último (“A comunidade chora”) são fixos, pois são ambos de exaltação à comunidade, compostos pelos líderes do Samba da Vela. O último foi regravado e tornou-se muito conhecido na voz de Beth Carvalho. Os demais sambas (14) são mesclados entre sambas de novos sambistas (quatro sambas), e o restante é feito por compositores “estabelecidos” na comunidade.

identificando-o com sua composição e o ingresso para o grupo de compositores da Comunidade Samba da Vela.

Como disse Chapinha: “É quando vê sambista ficar bravo e de cara feia porque não entrou no caderno”. Segundo o também fundador Maurílio:

As cores das velas foram determinadas devido ao número muito grande de compositores. Então tínhamos que fazer alguma coisa para dar uma etapa. Vela rosa a gente põe para apresentar os sambas novos. Vela azul já são os sambas que estão sendo reapresentados. E a vela branca é quando a gente escolhe alguns sambas cantarolados na vela azul para entrar no caderninho.

Chapinha também contou que o número de cadernos anualmente não é fixo, ou seja, não existe um número específico de cadernos durante um ano, pois a impressão e distribuição de um ou de mais de um caderno durante o ano depende da “inspiração” dos sambistas, que varia de acordo com determinadas épocas na comunidade.

OS SAMBAS

Os sambas compostos no Samba da Vela são identificados por seus compositores como sambas de formato “tradicional”. Por esse formato musical no gênero, eles se identificam como mais próximos de dois subgêneros “autênticos” do samba tradicional: o samba de terreiro e o partido alto¹⁹. Segundo Paquêra:

Depois que a gente estruturou a vela, nós tentamos colocar uma linhagem de samba de terreiro, samba de formação imediata, um samba primário, o primeiro samba montado. Mas o objetivo mesmo é mostrar o compositor na sua essência,

19 O primeiro (também conhecido como samba de quadra) emerge nos anos 1930, nas primeiras escolas de samba do Rio e, grosso modo, pode ser resumido como um subgênero que canta as experiências da vida, o amor, as lutas, as festas, a natureza e, sobretudo, feito para a exaltação de sua escola de samba ou de outra. Era comum compositores de uma escola fazerem samba em homenagem à outra, como o famoso “Sei lá Mangueira”, de Paulinho da Viola e Hermínio Bello de Carvalho. O terreiro era a representação dos sambas porque estes eram produzidos durante todo o ano nos espaços de terra batida, que se tornariam as futuras quadras das escolas. O segundo subgênero já está mais próximo do repente nordestino, pois é marcado pela improvisação e pelo contratempo do pandeiro. Tanto o partido alto como o samba de terreiro com frequência apresentam uma primeira parte forte e cantada em coro e uma segunda parte de estrutura melódica mais estável, porém livre para improvisos. Possivelmente o que mais caracteriza, e com maior eficácia, o partido alto é a presença dessa segunda parte improvisada, isto é, “tirada” ou “versada” na hora, no momento da *performance*. Para mais, consultar *Dossiê das matrizes do samba no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Centro Cultural Cartola; Iphan/MinC; SEPPIR, 2007.

o novo, mostrar ali aquela pessoa simples, que nunca teve contato com a grande mídia trazendo, e saber que ela é capaz de criar uma nova música e colocar isso diretamente para o povo.

Sobre o processo de escolha dos sambas, Maurílio diz: “A primeira coisa que a gente avalia aqui é a personalidade do compositor. É importante cada compositor chegar mostrando a sua linhagem”.

Outra polêmica sempre presente é a monopolização e legitimidade do samba em São Paulo, contraposto ao samba do Rio de Janeiro. Segundo Paçiera, o fundador da Comunidade: “Tem uma diferença muito grande do batuque carioca, pois aqui é um samba ruralista”. Nesse sentido, é interessante mostrar o texto de Magnu Sousa, presente na última página do Caderno de Sambas de 2011:

Nas últimas décadas pudemos notar que houve uma estagnação do samba em São Paulo, uma verdadeira lacuna entre a velha guarda e a nova geração, e tudo isso devido à famosa frase de Vinicius de Moraes: “São Paulo é o túmulo do samba”, que fez com que a imagem do sambista paulistano se desvalorizasse no mercado fonográfico nacional. Desde então, nunca tivemos a oportunidade de ver os sambistas da Pauliceia fazerem parte do *casting* do sucesso nacional. A baixa estima acabou se apropriando de todo um processo voltado à produção sambístico-cultural da cidade, o que poderia ter sido uma das maiores contribuições de todo o país.

Segundo os fundadores e líderes do Samba da Vela, colocar o compositor para “cantar na roda suas músicas próprias” foi, portanto, “colocar a essência de novo a todo o tempo”, segundo Maurílio. Essência essa que teria sido perdida nas escolas de samba, já há muito tempo, pela introdução da figura tão valorizada do carnavalesco, em detrimento dos compositores das escolas, como afirmam os sambistas.

GUARDIÕES DA VELA

Cantora e compositora da Comunidade Samba da Vela, Vó Suzana é considerada uma “guardiã da vela”. Evangélica²⁰ (como toda a sua família), foi em uma

20 Um sambista evangélico foi observado na comunidade cantando alguns sambas evangélicos. Embora entoados com respeito e por boa parte da comunidade (possivelmente também evangélica), os sambas que entoavam “Glória a Deus” causaram certo espanto em alguns “bambas antigos”, bem como em parte das pessoas ligadas a religiões afro presentes também na comunidade. A

segunda-feira visitar a comunidade. Encantou-se e, na outra semana, voltou com um samba chamado “Pra vela não se apagar”, gravado no primeiro CD do Samba da Vela.

Os guardiões da Vela não seriam propriamente uma velha guarda, como explica Paqüera, pois:

[...] uma velha guarda tem de ter mais de 50 anos de atividade, mas como foram chegando compositores à comunidade Samba da Vela com idade acima de 60 anos e eles guardam características do passado como o respeito pelo samba, a linha tradicional daqueles sambas antigos do começo do século XX, [permaneceram como guardiões].

Foi dado o título de “guardiões da vela” não só pela Comunidade da Vela, explica Paqüera, “[...] mas da memória musical do Brasil”. Os “guardiões” exercem a função de servir de “grandes exemplos” para os jovens, para a tradição e para o samba, uma vez que exercem o papel simbólico de exemplos a serem seguidos. Diz Paqüera: “São um grande exemplo para os jovens de fidelidade a esta roda de samba, fidelidade às normas e fidelidade à criação”.

A HORA DO CALDO É A HORA DE A VELA SE APAGAR

A vela se apagou. Em seguida ao encerramento do samba, por volta das onze horas, chega o momento do caldo preparado sempre pelo chefe da comunidade, Oliveira. Presente desde o início da comunidade, Oliveira é o responsável pelo encerramento do “culto ao samba” servindo algum tipo de caldo preparado por ele.

Aqui, o papel da comida também não é meramente ocasional. Para Magno Sousa, samba é tradição, e tradição no samba é comida, pois: “...é difícil a gente imaginar uma roda de samba sem comida, tem que ter a comida, aquele negócio do baticum, você está aqui tocando um samba, e o feijão cozido na panela, caldo de mocotó, de peixe. Samba sem comida é igual futebol sem Pelé”. Na mesma direção enfatiza Maurílio: “É bom frisar que tem de ser sempre uma comida de panela, senão não é samba”.

tensão foi assim resumida pelo líder Chapinha: “O Samba da Vela não é evangélico, gente, mas devemos abrir espaço para todos os sambistas”.

III

Comida, vela, tradição, culto, choro, coro, couro e comunidade. Weber analisa as diferentes formas de relações comunitárias e associativas e ressalta os limites fluidos entre essas formas de relações sociais. No caso aqui descrito, pensa-se que tal conexão é feita na ação de caráter emocional, pois a associação da categoria dominação na *comunidade* pode ser pensada inicialmente em uma relação comunitária de caráter emocional (WEBER, 2000, p. 159).

O carisma, no sentido weberiano, é uma qualidade pessoal considerada extracotidiana (na origem, magicamente condicionada) e em virtude da qual atribuem-se a determinado agente poderes ou qualidades sobrenaturais, ou, no caso aqui, extracotidiana por ter a característica distintiva de exemplar, ou seja, de liderança. No Samba da Vela, os quatro líderes e fundadores possuem (ou acreditam possuir) este carisma: carisma com a comunidade por pertencer à comunidade de vizinhança de Santo Amaro; carisma em relação aos demais sambistas; e carisma oriundo da “simplicidade” e da “humildade”.

O meio como isso é avaliado corretamente, como ressalta Weber, não é o mais relevante. O que interessa é que os adeptos avalizam essas lideranças, pois, se essa liderança não trouxesse qualquer bem-estar à comunidade e aos dominados, poderia se desvanecer. Nesse ponto, os dois líderes do Quinteto em Branco e Preto exercem papel central. Os sambistas, já consagrados no gênero musical, trouxeram uma repercussão nacional para a iniciativa comunitária, dando uma visibilidade dentro da indústria fonográfica e do gênero para a Comunidade Samba da Vela: gravações dos CDs; gravação de sambas da comunidade por sambistas da velha guarda como Beth Carvalho e Nei Lopes e com eles. No entanto, eles também pegavam carona com Chapinha e Paçüera, sambistas mais velhos e pertencentes à ala de compositores da escola de samba Vai-Vai, em São Paulo.

Tal imbricamento fez com que os quatro líderes não possuíssem autoridades institucionais fixas na comunidade, mas simbólicas, de acordo com o etos e a visão de mundo, pois toda a dominação carismática se fundamenta na sentença “Está escrito – mas em verdade vos digo” (WEBER, 2000, p.160). O carisma dos dois jovens sambistas emergentes em São Paulo se vinculava à tradição do samba (sendo apadrinhados por Beth Carvalho), inter-relacionada com os sambistas mais antigos da comunidade (Paçüera e Chapinha) vinculada aos precedentes do passado e da tradição.

Tal processo, inicialmente estabelecido por uma comunidade de vizinhança, dada a proximidade espacial dos líderes (os quatro fundadores pertencem origina-

riamente ao bairro Santo Amaro), conjuga-se com a situação efêmera de interesses comuns (a vontade de cantar sambas próprios). Tal acontecimento inicial vai adentrando nas estruturas estatais e burocráticas, visando determinados fins, mas sempre preservando afetos, valores e a tradição.

Chapinha, por exemplo, declarou-se candidato a vereador na capital para 2012, em uma das visitas à comunidade. Outro exemplo de societarização foi o prêmio Cultura Viva, fornecido pela Petrobrás e recebido pela Comunidade em 2010, dando o selo ao Samba da Vela de iniciativa cultural de destaque desenvolvida no país, o que permitirá o lançamento do segundo CD em 2011, junto ao Programa Petrobrás Cultural.

O Caderno de 2011, por exemplo, encerra com a seguinte frase “O projeto Comunidade Samba da Vela – revelando novos compositores, conta com o patrocínio exclusivo da Petrobrás”. Além do patrocínio da empresa, apoiam atualmente a Comunidade Samba da Vela: Associação Cultural Comunidade Santo Amaro, Ação Educativa, Sambística Produções²¹, Casa de Cultura de Santo Amaro, Contemporânea Instrumentos Musicais, Centro Cultural da Espanha e Embaixada da Espanha, entre outros apoiadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade de vizinhos pode se mostrar para Weber em formas muito diversas. Por conseguinte, as ações comunitárias também apresentam intensidades diversas e podem “[...] em certas circunstâncias, especialmente nas condições das cidades modernas, diminuir até quase o ponto zero” (WEBER, 2000, p. 247). A imagem urbana²² apresenta o hábito, o cotidiano (des)compromissado e, por isso, fortemente enraizado na cumplicidade das crenças e dos valores constituídos na ação individual e registrados coletivamente. Portanto, apropriações possíveis dos espaços informados pelo uso, pela vizinhança, pelo costume relacionam e atualizam o presente e o passado na capital paulista.

Não obstante, as relações estabelecidas pelos agentes na Comunidade Samba da Vela se colocam entre a cruz e a encruzilhada: as complexas significações dos atores da comunidade atribuem o sentido do culto do samba por meio de uma simples “reunião de sambistas” às segundas. O apego à tradição vai se

21 Produtora cultural, selo e estúdio de gravação pertencentes aos integrantes do Quinteto em Branco e Preto.

22 Lucrécia D’Alessio Ferrara. *Os significados urbanos*. Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2000.

racionalizando, ao mesmo passo em que os líderes da comunidade vão atingindo determinados fins presentes na concessão de um espaço oficial para o culto; na gravação de CD's; no lançamento de uma gravadora ou nos shows de *Stand Up Samba*. É nesse sentido que se torna possível pensar a Comunidade Samba da Vela sob uma perspectiva *desenvolvimental*: uma relação inicialmente comunitária – estabelecida de modo afetivo (embora racionalmente declarada) – sob a bandeira de empunhar determinados valores, o que vai se tornando uma relação associativa com determinados fins, mas que estabelece o sentido empírico da ação muitas vezes apegada à bandeira da tradição.

Tais ações estão de acordo com as estimativas perspectivísticas dos participantes e líderes da comunidade, a partir dos *etos* e das *visões de mundo* compartilhadas pelos agentes. A tradição da vela combina com os fins estabelecidos pelos líderes da comunidade, e, por conseguinte, os *etos* dos sambistas derivam da coexistência das ações sociais apegadas ao afeto, à tradição, aos valores e, claro, aos fins atingidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CERBONCINI FERNANDES, D. *A inteligência da música popular: a “autenticidade” no samba e no choro*. 414 p. 2010. Tese (Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia) – FFLCH-USP, 2010.
- DOSSIÊ das matrizes do samba no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Centro Cultural Cartola; Iphan/MinC; SEPPIR.
- FERRARA, L. A. *Os significados urbanos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; FAPESP, 2000.
- FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2002.
- _____. Nietzsche, a genealogia e a história. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2006.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. 13. reimpressão.
- TRAGTENBERG, Maurício. Apresentação. In: _____. *Max Weber: textos selecionados*. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- WEBER, M. *Economia e sociedade*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Editora UNB, 2000. 424 p. v. 1.
- _____. *Economia e sociedade*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Editora UNB, 2004. 38 p. v. 1.

Recebido para publicação em 29/06/12. Aceito para publicação em 06/05/13.

ANTROPOLOGIA SOCIOLÓGICA

Luiz Carlos Jackson^a

Um verdadeiro achado o texto “Consumo Simbólico” que o leitor tem em mãos. E por vários motivos. Sua publicação original na revista então editada pelos estudantes na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) é um deles e apenas esse detalhe já justificaria sua nova publicação na *Plural*, que o retira das prateleiras esquecidas e o faz circular novamente. Iniciativa fundamental para chamar atenção ao seu autor, o alemão Emílio Willems, que teve enorme importância nas duas primeiras décadas de existência institucional das ciências sociais em São Paulo. Salvo engano, Willems foi o único professor simultâneo dos dois cursos superiores que inauguraram o ensino sistemático de ciências sociais no Brasil, ministrados na Escola Livre de Sociologia e Política (1933) e na FFCL (1934). Ele foi precursor, ainda, nas duas linhas de pesquisa - imigração e comunidade - que abriu com livros fundamentais como *Assimilação e populações marginais no Brasil: estudo sociológico dos imigrantes germânicos* (1940), *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes* (1946), *Cunha: tradição e transição em uma cultura rural do Brasil* (1947) e *Buzios island: a caiçara community in southern Brazil* (com Gioconda Mussolini, 1952). Editou a primeira revista acadêmica das ciências sociais brasileiras, *Sociologia*, na qual a primeira geração de cientistas sociais paulistas pode publicar seus primeiros trabalhos. Infelizmente, sua transmigração aos Estados Unidos em 1949 implicaria o obscurecimento dessa atuação tão fundamental e criativa, como, aliás, “Consumo Simbólico” comprova. Transitando entre antropologia e sociologia com desenvoltura incomum, o texto analisa de forma enxuta e aguda o problema do consumo numa chave então inusitada que teria desdobramentos posteriores essenciais às duas disciplinas, como se pudesse antever tais movimentos.

a Livre-docente e professor associado do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo.

CONSUMO SIMBÓLICO*

Emilio Willems^a

[67]

À primeira vista, o consumo parece ser um fenômeno exclusivamente econômico, relacionado com a satisfação de necessidades, em grande parte biológicas. Um exame mais acurado, no entanto, revela o condicionamento cultural do consumo: a quantidade e qualidade dos bens consumidos, a maneira de consumi-los, mas, sobretudo, as associações que se ligam a determinadas formas de consumo apontam dependências culturais.

A quantidade de alimentos ingeridos pelo homem e os intervalos entre as diversas refeições variam grandemente de cultura para cultura. Há primitivos entre os quais o provimento dos meios de subsistência é de tal modo precário que não há, por assim dizer, horário para as refeições. Comem quando encontram algo de comestível, o que sucede, não raro, a grandes intervalos. Por isso não admira que comam o quanto encontram. São frequentes as queixas de exploradores brancos obrigados a permanecerem dois, três ou mais dias no local onde se matou um animal de grande porte: os carregadores indígenas não descansam enquanto não devoram, integralmente, a caça. A quantidade de carne ingerida faz com que fiquem imóveis, de barriga enorme, incapazes de locomoção, passando dias a dormir e a digerir o alimento, que, em grande parte, consiste em banha derretida do animal.

A quantidade dos alimentos varia entre culturas diversas, e essas variações são tão conhecidas que seria inútil insistir nelas. Basta dizer que, contrariamente ao que se pensa, muitas vezes, não existe “repulsa natural” (inata) com relação a determinados alimentos ou, falando em termos mais precisos, a sensação de náusea que experimentamos ao ouvir referências a certos alimentos exóticos provém de certas associações que nos foram transmitidas¹.

* Willems, Emilio. Consumo simbólico. *Revista de Filosofia, Ciências e Letras*, n. 9, p. 67-70, set. 1945. Trata-se da transcrição de um ensaio publicado por Willems quando era professor da Cadeira de Antropologia, nas Seções de Geografia, História e Ciências Sociais.

a Emilio Willems, imigrante alemão radicado no Brasil e, posteriormente, nos Estados Unidos, nasceu no subúrbio de Colônia, em 1905. Diplomou-se em Economia pela Universidade de Berlin e, recém-chegado ao Brasil, ministrou aulas no ensino secundário nos estados do Paraná e Santa Catarina. Chegou à Universidade de São Paulo apoiado por Fernando de Azevedo e ali lecionou aulas de Sociologia, disciplina em que obteve seu título de livre-docência no ano de 1937. No entanto, é na história de consolidação da cadeira de Antropologia da USP que se iniciou oficialmente. De modo mais sistemático, em 1941, seu nome aparece com maior e merecido destaque. O autor faleceu na cidade norte-americana de Nashville, em 1997.

1 Baldus, Herbert. Sinopse da cultura guayaki. *Sociologia*, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 147-153, 1943.

Herbert Baldus relata que os Guayaki do Chaco paraguaio criam, no tronco do pindó, duas espécies de coleópteros cujas larvas são cobiçadas devido à sua riqueza em gorduras. Entre nós, içá torrada é petisco para muito guri do interior, mas arrepia crianças de cidade. A farinha de [68] mandioca, alimento primordial na América do Sul, repugna o paladar europeu, para o qual tem “gosto de serragem”. Carne de cavalo – um alimento importante das classes pobres na maioria dos países europeus – não é aceita, por exemplo, pelo brasileiro.

Os *gourmets* da Europa importaram da China ninhos comestíveis de certa qualidade de andorinhas. Na Europa, come-se também uma qualidade de caracol que aqui causaria nojo. Todavia, alguns brasileiros habituaram-se a achar excelente o gosto das cochinhas da rã, petisco pouco conhecido no norte da Europa.

As observações que estamos fazendo não se referem apenas aos padrões de alimentação, mas ao consumo em geral. Suas variações mais importantes se prendem ao próprio desenvolvimento cultural. Invenção e difusão de elementos culturais criam novas necessidades, e estas tendem a se incorporar ao acervo de padrões que caracterizam o consumo, no espaço e no tempo. É sabido que as diferenças observadas se referem não só a sociedades diferentes, mas também às diversas camadas da mesma sociedade. Todavia, o que se consome, em cada uma delas, não é determinado apenas pelos recursos econômicos, mas também pelas expectativas de comportamento da sociedade. Há limites superiores e inferiores dentro dos quais o indivíduo gasta de acordo com seus recursos e as expectativas do grupo em que vive. Este espera encontrar, em todas as formas de conduta individual, a ratificação das regras sociais de comportamento.

Esse fato nos leva a suspeitar de que o consumo se relacione não somente com a satisfação de necessidades, mas com a *manutenção ou aquisição de um status social*. Em outras palavras: o consumo, ao lado da importância intrínseca que possui, *simboliza o status* do indivíduo ou do grupo, dentro da sociedade mais ampla.

Vejamos um exemplo muito significativo de consumo simbólico: o *potlatch*. Nessa cerimônia, observada entre índios do litoral da Colúmbia Britânica (terceira maior província do Canadá), certos indivíduos particularmente prestigiados “desperdiçam” enormes quantidades de propriedade móvel, destruindo-a ou dando-a de presente aos hóspedes. Cada um desses atos é um desafio: os hóspedes são rivais do doador ou destruidor. Obrigados pela expectativa da tribo que assiste à cerimônia, os convidados têm que retribuir os presentes acrescidos de um juro de cem por cento ou, na outra hipótese, o valor dos bens retribuídos tem que ser superior ao que foi destruído pelo anfitrião. Quem não corresponde à expectativa do

público perde o prestígio e, com ele, o *status* social que ocupava na tribo. Semanas antes, os chefes ou pessoas de alta posição social começam a armazenar grandes quantidades de mercadorias destinadas ao consumo simbólico do *potlatch*.

Esses índios norte-americanos possuem também uma espécie de moeda, em forma de chapas de cobre, que representam valores extraordinariamente [69] elevados. A fim de consolidar seu *status*, os chefes de vez em quando destroem, publicamente, uma dessas chapas.

O observador branco sente dificuldade em perceber nas cerimônias do *potlatch* outra coisa que não um desperdício insensato de valores econômicos. Todavia, nas culturas ocidentais, há formas de consumo simbólico que fazem lembrar o *potlatch*. Períodos de subitânea prosperidade econômica oferecem a certos grupos ensejo para elevar o *status* social por meio de um consumo que ultrapassa não somente os limites tradicionais da classe social à qual pertencem, mas os próprios limites do que geralmente é considerado sensato ou racional. Quem não se lembra dos fazendeiros de café, os quais, estimulados pela alta extraordinária do produto, acenderam, publicamente, seus charutos com cédulas de cem, duzentos ou quinhentos mil réis? Anos depois, os coronéis do cacau repetem essa façanha nos cabarés de Ilhéus².

Uma variação do *potlatch* primitivo nós podemos ver no consumo simbólico de vestidos entre senhoras da chamada “alta sociedade”. O prestígio pessoal ou da família exige que a mesma *toilette* somente se use uma única vez.

Em sociedades novas em que a riqueza não chegou a formar “tradição”, o consumo simbólico é uma arma importante na luta competitiva pelo *status*. Casas-rões, automóveis, fornecedores e viagens dispendiosos, uma criadagem numerosa e amigos “caros” servem não somente para satisfazer o desejo de conforto, de sociabilidade e de recreação, mas principalmente para subir a cotação social, rivalizando com famílias mais “antigas”, mais “finas” e “orgulhosas”. É uma das características das culturas capitalistas que seus artefatos sejam acessíveis, sem distinção de classe, a qualquer um que disponha de riqueza suficiente para adquirir e custeá-los. Mais difícil, no entanto, afigura-se o acesso aos padrões estéticos que presidem a seleção e utilização dos artefatos. Sua apropriação depende mais de educação do que de riqueza; da educação do gosto do emprego de capital e da frequência em escolas consideradas excelentes.

Rivalizando com o “novo rico”, o homem de tradição e de bom gosto consome de forma disciplinada e discreta. Fugindo às “áreas de consumo” que estão sendo

2 AMADO, Jorge. *São Jorge dos Ilhéus*. 1. ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1944.

invadidas pelos que tencionam conquistar um *status* mais alto, o consumidor tradicional defende-se não somente com a sanção do ridículo a que expõe o “novo” rico, mas, sobretudo, pelo refinamento e pela sobriedade no consumo. A arquitetura da casa, a mobília, a marca do automóvel, até a cor da indumentária simbolizam o desejo da distância e da segregação social. É nessa situação que se recorre à [70] genealogia e à constituição de círculos tão fechados quanto as “Daughters of the civil war”, os descendentes dos “Pilgrim Fathers” e “paulistas de quatrocentos anos”.

A acessibilidade ilimitada dos bens de consumo, estreitamente ligada à própria economia capitalista, provocou algumas reações curiosas. Anos atrás, a fábrica inglesa de automóveis Rolls-Royce vendia seus carros não somente a preços extraordinariamente elevados, mas escolhia, além disso, os compradores que lhe convinham, ou melhor, que convinham aos demais fregueses da companhia. Estes formavam um círculo relativamente fechado, constituído, sobretudo, por membros da aristocracia britânica. Atitudes semelhantes eram tomadas, não raro, por hoteleiros, alfaiates e casas de moda. Em todos esses casos, a freguesia impunha sua vontade ao comércio, ameaçando de sofrer o boicote da “fina sociedade”, se abandonasse o exclusivismo de suas relações mercantis. Trata-se de exemplos de um “monopólio de consumo” exercido por um grupo fechado que lançou mão desse recurso a fim de obstruir a competição livre pelo *status* social, travada, em grande parte, por meio do “consumo simbólico”. Possuir um carro Rolls-Royce, usar ternos confeccionados por determinados alfaiates ou hospedar-se em certos hotéis significava a defesa de uma barreira social destinada à conservação do *status* tradicional, ameaçada por uma nova classe social em pleno movimento ascensional.

PRECONCEITO DE RAÇA COMO SENTIDO DE POSIÇÃO DE GRUPO¹

Herbert Blumer
Universidade da Califórnia, Berkeley

Tradução de Benno Victor Warken Alves^a e Paulo de Tarso Medeiros Valério^a

Neste artigo, proponho uma abordagem do estudo do preconceito de raça diferente daquela que domina o pensamento acadêmico contemporâneo sobre o tema. Minha tese é de que o preconceito de raça existe, basicamente, em um sentido de posição de grupo, mais propriamente que em um conjunto de sentimentos que membros de um grupo racial possuem em relação aos membros de outro grupo racial. Essa maneira diferente de ver o preconceito de raça desloca o estudo e a análise de uma preocupação com os sentimentos que habitam os indivíduos para uma preocupação com a relação entre os grupos raciais. Também afasta o interesse acadêmico das sucessões de experiências individuais e focaliza no processo coletivo pelo qual um grupo racial define e redefine outro grupo racial. Acredito que tais deslocamentos proporcionarão uma compreensão mais realista e acurada do preconceito de raça.

Há poucas dúvidas de que a relativamente vasta literatura sobre o preconceito de raça é dominada pela ideia de que ele existe fundamentalmente como um conjunto de sentimentos que habitam o indivíduo. Esse preconceito geralmente é retratado como se consistisse em sentimentos tais como antipatia, hostilidade, ódio, intolerância e agressividade. Em decorrência, a tarefa da pesquisa científica se torna dupla. De um lado, há a necessidade de identificar os sentimentos que compõem o preconceito de raça – para ver como eles se encaixam entre si e como se apoiam em outros elementos psicológicos, como as crenças míticas. De outro, é necessário mostrar como surgiu o complexo de sentimentos. Assim, alguns acadêmicos remetem os sentimentos complexos, sobretudo, a disposições inatas; outros os remetem à constituição da personalidade, tal como a personalidade autoritária; e outros, ainda, concebem os sentimentos do preconceito como sendo

¹ Do original: Blumer, Herbert. Race prejudice as a sense of group position. *The Pacific Sociological Review*, v. 1, n. 1, p. 4-7, Spring 1958.

^a Alunos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo.

formados por intermédio da experiência social. Por mais variadas que possam ser as posições conflitantes sobre a composição do preconceito racial e a maneira como ele pode vir a existir, elas se assemelham por localizar o preconceito no domínio do sentimento individual. Isso é claramente verdadeiro sobre o trabalho de psicólogos, psiquiatras e psicólogos sociais e tende a ser predominantemente o caso no trabalho dos sociólogos.

Infelizmente, essa maneira usual de ver o preconceito de raça ignora e obscurece o fato de que o preconceito de raça é fundamentalmente uma questão de relação entre grupos raciais. Uma pequena reflexão deve tornar isso claro. O preconceito de raça pressupõe, necessariamente, que os indivíduos preconceituosos se considerem pertencentes a certo grupo racial. Isso significa, também, que eles atribuem a outros grupos raciais aqueles indivíduos contra os quais eles são preconceituosos. Então, logicamente e realmente, um esquema de identificação racial é necessário como enquadramento para o preconceito racial. Além do mais, essa identificação envolve a formação de uma imagem ou concepção do próprio grupo racial e de outro grupo racial, inevitavelmente, em termos da relação entre tais grupos. Não conseguir ver que o preconceito racial é uma questão (a) da identificação racial de si mesmo e dos outros e (b) da maneira como os grupos identificados são concebidos em relação um ao outro é negligenciar o que é logicamente e realmente básico. Deve-se ter claro que as pessoas, necessariamente, acabam identificando a si mesmas como pertencentes a um grupo racial; essa identificação não é espontânea ou inevitável, mas resulta da experiência. Além disso, deve-se entender que o tipo de figura que um grupo racial forma de si mesmo e o tipo de figura que ele vem a formar dos outros são igualmente produtos da experiência. Logo, tais figuras são variáveis, exatamente como também são variáveis as linhas de experiência que as produzem.

A soma de sentimentos que os acadêmicos, hoje, tendem a considerar a substância do preconceito de raça é, na verdade, uma resultante da maneira como determinados grupos raciais concebem a si mesmos e os outros. Uma compreensão básica do preconceito de raça deve ser buscada no processo pelo qual os grupos raciais formam imagens de si mesmos e dos outros. Esse processo, como espero mostrar, é fundamentalmente um *processo coletivo*. Ele opera, sobretudo, por intermédio dos meios de comunicação, quando indivíduos aceitos como porta-vozes de um grupo racial caracterizam publicamente outro grupo racial. Caracterizar outro grupo racial é, por oposição, definir o próprio grupo. Isso equivale a colocar os dois grupos em relação um ao outro ou definir suas posições *vis-à-vis* o outro. É o *sentido de posição social* emergente desse processo coletivo de caracterização

que fornece a base do preconceito de raça. A discussão a seguir considerará aspectos importantes dessa questão.

Gostaria de começar discutindo vários dos sentimentos importantes que entram no preconceito de raça. Essa discussão revelará quão fundamentalmente os sentimentos raciais apontam para um arranjo posicional dos grupos raciais e dependem dele. Nessa discussão, limitar-me-ei a tais sentimentos no caso de um grupo racial dominante.

Há quatro tipos básicos de sentimento que parecem estar sempre presentes no preconceito de raça do grupo dominante. São eles: (1) um sentimento de superioridade, (2) um sentimento de que a raça subordinada é intrinsecamente diferente e estranha, (3) um sentimento de direito de propriedade sobre certas áreas de privilégio e vantagem e (4) medo e suspeita de que a raça subordinada abrigue e alimente pretensões sobre as prerrogativas da raça dominante. Bastarão algumas palavras sobre cada um desses quatro sentimentos.

No preconceito de raça, o grupo racial dominante se sente seguro de que é naturalmente superior ou melhor. Isso aparece, comumente, como vilipêndio das qualidades do grupo racial subordinado. Características condenatórias ou de rebaiamento, tais como preguiça, desonestidade, ganância, incompetência, estupidez, falsidade e imoralidade, são-lhe usualmente imputadas. O segundo sentimento, de que a raça subordinada é um grupo estranho e fundamentalmente diferente, está também sempre presente. “Eles não são como nós” é uma forma comum de como isso pode ser expresso. É esse sentimento que reflete, justifica e promove a exclusão social do grupo racial subordinado. A combinação desses dois sentimentos de superioridade e de distinção pode, facilmente, fazer emergir sentimentos de aversão e até mesmo de antipatia. Mas por si mesmos eles não formam o preconceito. Devemos introduzir o terceiro e o quarto tipos de sentimentos.

O terceiro sentimento, o sentido de direito de propriedade, é de importância crucial. É o sentimento que possui o grupo dominante de que a ele se reservam direitos exclusivos ou por antiguidade, em vários setores importantes da vida. O escopo dessas reivindicações de exclusividade ou antiguidade pode ser amplo, cobrindo a prioridade sobre a posse de propriedades, como terras e locais escolhidos; o direito a certos empregos, ocupações ou profissões; a reivindicação de certos setores econômicos ou tipos de negócios; a reivindicação de certas posições de controle e tomada de decisões, como no governo e no Judiciário; o direito de associação exclusiva em determinadas instituições, como escolas, igrejas e clubes recreativos; a reivindicação de certas posições de prestígio social e da exibição dos símbolos e apetrechos dessas posições; e a reivindicação de certos rincões de

intimidade e privacidade. A sensação de possuir esses direitos é excepcionalmente forte no preconceito de raça. Outra vez, no entanto, esse sentimento, mesmo combinado com o sentimento de superioridade e o de distinção, não explica o preconceito de raça. Esses três sentimentos estão presentes, frequentemente, em sociedades que não mostram preconceito, assim como em certas formas de feudalismo, em relações de castas, em sociedades de chefes e seguidores e sob muitas relações estabelecidas entre conquistadores e conquistados. Onde as pretensões estão solidificadas em uma estrutura que é aceita ou respeitada por todos, parece não haver preconceito de grupo.

O último sentimento essencial para o preconceito de raça é o medo ou receio de que o grupo racial subordinado esteja ameaçando ou venha a ameaçar a posição do grupo dominante. Assim, atos que são interpretados como um ataque à superioridade natural do grupo dominante ou como intrusão em sua esfera de exclusividade grupal ou, ainda, como invasão de seu domínio de propriedade prioritária – e não apenas atos reais assim interpretados, mas também a suspeita sobre tais atos – são cruciais para o despertar e para a forma concreta do preconceito de raça. Esses atos significam “sair do seu lugar”.

Deve estar claro que esses quatro sentimentos básicos do preconceito de raça se referem, sem sombra de dúvida, ao arranjo posicional dos grupos raciais. O sentimento de superioridade coloca as pessoas subordinadas *abaixo*; o sentimento de estranheza as coloca *além*; o sentimento de direito de propriedade as exclui das prerrogativas de posição; e o medo de invasão é uma repercussão emocional da ameaça à posição de grupo. Como esses elementos sugerem, a relação posicional dos dois grupos raciais é crucial no preconceito de raça. O grupo dominante não está preocupado com o grupo dominado enquanto tal, mas está profundamente preocupado com sua posição *vis-à-vis* o grupo subordinado. Isso é verbalizado na expressão-chave e universal de que não há problemas com determinada raça desde que ela esteja “no seu lugar”. O sentido de posição de grupo é o fulcro da relação do grupo dominante com o subordinado. Ele fornece ao grupo dominante o enquadramento de sua percepção, sua medida de julgamento, seus padrões de sensibilidade e suas inclinações emocionais.

É importante reconhecer que esse sentido de posição de grupo transcende os sentimentos dos membros individuais do grupo dominante, oferecendo-lhes uma orientação comum, que, do contrário, não poderia ser encontrada em diferentes sentimentos e visões. É de se imaginar que haja diferenças consideráveis entre as maneiras como os membros individuais do grupo dominante pensam e se sentem em relação ao grupo subordinado. Alguns podem se sentir amargurados e hostis,

com fortes antipatias, com um sentido exaltado de superioridade e muito ódio; outros podem se sentir dispostos à caridade e à proteção, com um sentido de piedade e tons de benevolência; outros podem ser condescendentes e desdenhar com polidez; e outros podem, ainda, dispor-se à gentileza e estimar, sem sinal de truculência. Esses são apenas alguns dos muitos padrões diferentes de sentimentos que podem ser encontrados entre os membros do grupo racial dominante. O que lhes dá uma dimensão comum é um sentido da posição social do grupo. Sejam seus membros compassivos ou indiferentes, cultos ou iletrados, liberais ou reacionários, poderosos ou impotentes, arrogantes ou humildes, ricos ou pobres, honrados ou desonrados, todos são levados, por compartilharem o sentido de posição de grupo, a posicionamentos individuais similares.

O sentido de posição de grupo é um tipo geral de orientação. É um sentimento geral irreduzível a sentimentos específicos como ódio, hostilidade ou antipatia. É também um entendimento geral que não se compõe de qualquer conjunto de crenças específicas. Sociopsicologicamente, não pode ser igualado a um sentido de *status* social da forma como esse é ordinariamente concebido, porque o sentido de posição de grupo se refere não apenas ao posicionamento vertical, mas a várias outras linhas de posição independentes da dimensão vertical. Sociologicamente, não é mero reflexo das relações objetivas entre os grupos raciais. Ele representa mais “o que deveria ser” do que “o que é”. É um sentido de a que lugar os dois grupos raciais *pertencem*.

À sua própria maneira, o sentido de posição de grupo é norma e imperativo – e um imperativo muito forte, de fato. Ele guia, incita, intimida e constrange. É preciso ter em mente que esse sentido de posição de grupo indica e envolve um tipo fundamental de afiliação grupal para os membros do grupo racial dominante. Na medida em que se reconhecem ou se sentem como pertencentes ao grupo, eles cairão automaticamente sob a influência do sentido de posição de grupo que lhe corresponde. Assim, mesmo que determinados membros individuais possam ter visões e sentimentos pessoais diferentes do sentido de posição de grupo, eles terão que lidar com a evocação do sentido de posição de grupo de seu grupo racial. Se o sentido de posição é forte, agir contrariamente a ele é arriscar sentir-se autoalienado e encarar a possibilidade de ostracismo. Defendo, portanto, que o *locus* do preconceito de raça não está no domínio do sentimento individual, mas na definição das posições respectivas dos grupos raciais.

A fonte do preconceito de raça reside na sensação de ameaça a esse sentido de posição de grupo. É necessário reconhecer que a ameaça pode vir de várias formas diferentes. Pode ter a forma de uma afronta aos sentimentos de superio-

ridade grupal; de incômodas pretensões de familiaridade ou transgressão dos limites da exclusividade grupal; de intrusão em incontáveis setores cobertos por um sentimento de direito de propriedade; pode ser um desafio ao poder e ao privilégio; e pode assumir a forma de competição econômica. O preconceito de raça é uma reação defensiva a tais ameaças ao sentido de posição de grupo. Consiste em sentimentos conturbados, comumente marcados por hostilidade, que emergem por essa via. Em si, o preconceito de raça é um dispositivo de proteção. Ele funciona, ainda que de maneira impensada, para preservar a integridade e a posição do grupo dominante.

É de importância crucial reconhecer que o sentido de posição de grupo não é mera soma dos sentimentos de posição, tal como poderiam ser desenvolvidos por indivíduos separados ao se compararem com determinados indivíduos da raça subordinada. O sentido de posição de grupo se refere às posições relativas de grupo para grupo, e não àquelas de indivíduo para indivíduo. Logo, *vis-à-vis* o grupo racial subordinado, o indivíduo sem instrução e de baixo *status* do grupo racial dominante tem um sentido de posição de grupo comum àquele da elite de seu grupo. Por compartilhar esse sentido de posição, tal indivíduo, não obstante seu baixo *status*, sente que os membros do grupo subordinado, por mais distintos e capazes que sejam, são de alguma maneira inferiores, estranhos, e que as restrições impostas às suas pretensões são apropriadas. Ele forma sua concepção como um representante do grupo dominante; ele trata membros individuais do grupo subordinado como representantes daquele grupo.

Uma análise de como se forma o sentido de posição de grupo deveria começar com o reconhecimento claro de que ele é um produto histórico. Ele se estabelece, originalmente, pelas condições iniciais de contato. Prestígio, poder, números, domínio de aptidões, autoconcepções originais, metas, intenções e oportunidades são alguns dos fatores que podem configurar o sentido original de posição de grupo. A experiência subsequente na relação dos dois grupos raciais, especialmente no domínio das pretensões, oportunidades e vantagens, pode modelar o sentido de posição de grupo em diversas formas. Ademais, o sentido de posição de grupo pode intensificar-se ou enfraquecer-se, tornar-se refinado ou borrar-se. Pode entrincheirar-se profundamente e resistir com tenacidade à mudança por longos períodos ou pode nunca se enraizar. Pode sofrer rápido crescimento e expansão vigorosa ou desgastar-se em lenta erosão. Pode ser rijo ou maleável, incisivo ou lasso, contínuo ou intermitente. Em suma, visto comparativamente, o sentido de posição de grupo é muito variável.

Por mais variável que seja em suas vicissitudes, o sentido de posição de grupo é claramente formado por um processo corrente no qual o grupo racial dominante é levado a definir e redefinir o grupo racial subordinado e as relações entre eles. Há dois aspectos importantes desse processo de definição que quero considerar separadamente.

Primeiro, o processo de definição ocorre, obviamente, mediante interações e comunicações complexas entre os membros do grupo dominante. Líderes, pessoas de prestígio, autoridades, ativistas, indivíduos dominantes e simples “leigos” apresentam, uns aos outros, caracterizações do grupo subordinado e expressam seus sentimentos e ideias sobre as relações com eles. Por meio de conversas, narrativas, histórias, fofocas, anedotas, mensagens, pronunciamentos, comentários, orações, sermões, pregações e afins, apresentam-se definições e expressam-se sentimentos. Nessa interação geralmente vasta e complexa, visões distintas competem umas com as outras, influenciam-se, modificam-se, incitam-se e se fundem em novas formas. Correspondentemente, os sentimentos, ao serem expressos, encontram-se, estimulam-se, alimentam-se um do outro, intensificam-se e emergem em novos padrões. Formas de ver e sentir ganham existência, alçando posições dominantes e servindo como pontos de referência para a organização do pensamento e do sentimento. Se a interação se torna crescentemente circular e se reforça, livre de séria oposição interna, essas correntes crescem, fundem-se e se fortalecem. É por meio de um processo como esse que se forma uma imagem coletiva do grupo subordinado e se estabelece um sentido de posição de grupo. A evidência de tal processo é flagrante quando se revisa a história de qualquer arranjo racial marcado por preconceito.

Um processo assim complexo de interação mútua, com suas diferentes linhas e seus graus de formação, alicerça os muitos esquemas que podem abrigar a causa do preconceito de raça em suas feições individuais – seja nas formas de disposição inata, disposição constituída, estrutura de personalidade ou experiência pessoal direta com membros da outra raça. A imagem e os sentimentos coletivos do preconceito de raça são forjados por um complicado processo social no qual o indivíduo é ele mesmo modelado e organizado. O esquema, tão popular hoje em dia, que deriva o preconceito de raça de uma dita personalidade autoritária, mostra uma lamentável incompreensão dos aspectos básicos do processo coletivo que suscita um sentido de posição de grupo.

O segundo aspecto importante do processo de definição de grupo é que ele lida, necessariamente, com uma *imagem abstrata* do grupo racial subordinado, o qual é definido como se ele fosse uma entidade ou um todo. Essa entidade ou

todo – como a raça negra, os japoneses ou os judeus – é, necessariamente, uma abstração, nunca se relacionando com qualquer sensação empírica. Enquanto os encontros reais são com indivíduos, a figura que se forma do grupo racial é necessariamente de uma entidade vasta que se espalha para muito além deles e transcende a experiência com eles. As implicações do fato de que a imagem coletiva é imagem de um grupo abstrato têm significação crucial. Eu gostaria de destacar quatro dessas implicações.

Primeiro, a construção da imagem do grupo abstrato ocorre no âmbito do remoto, e não do próximo. Não é a experiência com indivíduos concretos nas associações diárias que dá corpo às definições do grupo extenso, abstrato. Essa experiência imediata é geralmente regulada e ordenada. Mas, até mesmo quando ela sofre rupturas, as novas definições que se formam se limitam aos indivíduos envolvidos. A imagem coletiva do grupo abstrato cresce não pela generalização de experiências vividas em contatos próximos, de primeira mão, mas por meio de caracterizações transcendentais que são feitas do grupo como uma entidade. Por isso, deve-se buscar a corrente central de definição^{2*} naquelas áreas em que o grupo dominante como tal caracteriza o grupo subordinado como tal. Isso ocorre na “arena pública”, onde os porta-vozes aparecem como representantes e agentes do grupo dominante. A arena pública estendida é constituída por coisas como assembleias legislativas, reuniões públicas, convenções, a imprensa e a palavra escrita. O que acontece nessa arena pública atrai a atenção de muitos membros do grupo dominante e é sentido como a voz e a ação do grupo como tal.

Segundo, as definições forjadas na arena pública centram, obviamente, em assuntos que são sentidos como da maior importância. Assim, somos levados a reconhecer o papel crucial do “grande evento” no desenvolvimento de uma concepção do grupo subordinado. O acontecimento que parece importantíssimo, que toca sentimentos profundos, que parece levantar questões fundamentais sobre as relações e que desperta fortes sentimentos de identificação com seu grupo racial é o tipo de evento que é central na formação da imagem racial. Aqui, novamente, assinalamos a pouca importância relativa da enorme quantidade de experiências advindas do contato diário com indivíduos do grupo subordinado. São os eventos aparentemente carregados de grande significação coletiva os pontos focais da discussão pública. A definição desses eventos é a grande responsável pelo desenvolvimento de uma imagem racial e do sentido de posição de grupo. Quando a discussão pública toma a forma de uma denúncia do grupo racial subordinado,

2 * No original: *central stream of definition*.

proclamando-o inconveniente e ameaçador, a discussão se torna particularmente potente para modelar o sentido de posição social.

Terceiro, exercem maior influência na discussão pública indivíduos e grupos que têm os ouvidos do público e que são percebidos como detentores de reputação, prestígio, autoridade e poder. Elites intelectuais e sociais, figuras públicas de proeminência e líderes de organizações poderosas, provavelmente, serão figuras-chave na formação do sentido de posição de grupo e na caracterização do grupo subordinado. É apropriado destacar isso tendo em vista a não rara tendência entre estudantes de considerar que o preconceito de raça cresce a partir da multiplicidade de experiências e atitudes da massa da população.

Quarto, precisamos, também, perceber a oportunidade apreciável oferecida a fortes grupos de interesse para direcionar as linhas de discussão e estabelecer as interpretações que emergem dessa discussão. Seus interesses particulares podem ditar o tipo de posição que eles desejam que o grupo dominante desfrute. Pode ser uma posição que lhes permita reter certas vantagens ou, então, ganhar vantagens ainda maiores. Por isso, eles podem, vigorosamente, buscar forjar eventos para atrair a atenção pública e pautar assuntos de forma a predeterminar interpretações favoráveis aos seus interesses. A atuação de grupos fortemente organizados perseguindo seus interesses particulares é geralmente central na formação de imagens coletivas de grupos abstratos. Registros históricos de situações de relações raciais de grande importância, como no nosso Sul, na África do Sul ou na Europa, no caso dos judeus, ou na costa oeste, no caso dos japoneses, mostram a formidável atuação de grupos de interesse na definição do grupo racial subordinado.

Concluo este condensadíssimo artigo com mais duas observações que podem esclarecer um pouco mais a relação do sentido de posição de grupo com o preconceito de raça.

O preconceito de raça se entrincheira e torna-se tenaz na medida em que a ordem social prevalecente está enraizada no sentido de posição de grupo. Isso foi verdadeiro no caso do Sul histórico em nosso país. Em uma tal ordem social, o preconceito de raça tende a se tornar crônico e impermeável à mudança. Em outros lugares, a ordem social pode ser afetada apenas em uma medida limitada pelo sentido de posição de grupo do grupo racial dominante. Penso que isso foi geralmente verdadeiro no caso do antissemitismo na Europa e neste país. Sob essas condições, o sentido de posição de grupo tende a ser mais fraco e mais vulnerável. Por sua vez, o preconceito de raça tem uma trajetória muito mais variável e intermitente, tornando-se, geralmente, pronunciado apenas como consequência de graves eventos desorganizadores que permitem a formação de um bode expiatório.

Isso me leva à última observação, que em certa medida é um resumo indireto. O sentido de posição de grupo se dissolve, e o preconceito de raça diminui quando o processo de definição em curso não se mantém alinhado com as principais mudanças na ordem social. Quando os eventos concernentes às relações entre os grupos não são tratados como “grandes eventos” e, por isso, não colocam assuntos cruciais na arena de discussão pública; ou quando os líderes ou porta-vozes da elite não definem esses grandes eventos de forma veemente ou conflitiva; ou quando eles a definem na direção da harmonia racial; ou ainda quando há alguns fortes grupos de interesse buscando construir uma imagem fortemente contrária às vantagens especiais, sob tais condições, o sentido de posição de grupo recua, e o preconceito de raça diminui.

A implicação clara da minha discussão é que o âmbito em que o preconceito de raça deve ser estudado de forma apropriada e fértil é o processo coletivo por meio do qual se forma um sentido de posição de grupo. Ao contrário, procurar entendê-lo ou lidar com ele na arena do sentimento individual e da experiência individual me parece claramente equivocado.

“EM MOÇAMBIQUE SÓ HÁ PARTIDOS DE DIREITA”:

uma entrevista com Michel Cahen

Realizada por Victor Miguel Castillo de Macedo e Joaquim Maloa*

Michel Cahen é pesquisador do *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS) no *Centre “Les Afriques dans le Monde”* (“As Áfricas no mundo”), do Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Bordeaux, na França. Esteve à frente da organização da revista *Lusotopie*, de 1992 a 2009, uma das principais publicações acadêmicas a abordar temas relativos aos desdobramentos da experiência colonial lusitana na África e no Brasil.

Além de ser um dos grandes nomes contemporâneos da história social e política da África Colonial Portuguesa, é autor de alguns clássicos da produção historiográfica sobre colonização e vida pós-colonial nos países da África Portuguesa, tais como: *Mozambique, la révolution implosée. Études sur 12 ans d’indépendance (1975-1987)*, lançado em 1987 (Paris, L’Harmattan), e *Os outros: um historiador em Moçambique, 1994*, publicado em francês em 2002 (Paris, Fondation Calouste Gulbenkian) e em português em 2003 (Basileia, P. Schlettwein Publishing). Também publicou um livro sobre a única minoria linguística de Portugal, a comunidade mirandesda: *Le Portugal bilingue. Histoire et droits politiques d’une minorité linguistique: la communauté mirandaise*, em 2009 (Rennes, Presses Universitaires de Rennes). Recentemente, em 2012, o pesquisador lançou o livro organizado juntamente com Éric Morier-Genoud¹, *Imperial migrations: colonial communities and Diaspora in the Portuguese world*. (Basingstoke, Palgrave MacMillan).

No primeiro semestre deste ano, o professor Cahen ministrou o curso “História social e política da África Portuguesa (1885-1975)”, para o Programa de

* Victor Miguel Castillo de Macedo é cientista social pela Universidade Federal do Paraná e mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social pela mesma Universidade. Joaquim Maloa é cientista social moçambicano e doutorando em Geografia pela Universidade de São Paulo. A revisão técnica desta entrevista foi realizada por Benno Warken Alves e Lucas Amaral de Oliveira, ambos mestrands do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGS/USP).

1 Éric Morier-Genoud, *lecturer* em História Africana na *Queen’s University Belfast*, do Reino Unido.

Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGS/USP), em que abordou questões e embates teórico-históriográficos que suas perspectivas trazem. Os estudantes/entrevistadores conformam parte do conjunto de interessados na obra desse pensador, que ultrapassa as preocupações e os métodos da disciplina histórica e alcança também sociólogos, antropólogos e demais interessados nas dinâmicas passadas e contemporâneas do continente africano.

Revista Plural *Primeiramente, como surgiu o interesse em estudar história da África, mais especificamente dos territórios africanos sob o domínio português?*

Michel Cahen Há sempre coisas na família. Meu pai era historiador também, mas um historiador do islã medieval. Isso trazia já na família um interesse pelo sul. No entanto, eu não segui os passos do meu pai, que era um grande sábio. Tenho hoje 59 anos e, quando estudava na Sorbonne, em Paris, estava no pós-Maio de 68. Então, para mim, para criar uma ligação mais forte com a militância política, era mais fácil estudar história contemporânea do que trabalhar com a Idade Média, muito embora eu gostasse desse período bem interessante. Assim, havia aquele interesse pelo sul, e todos os verões eu ia para a África viajando de carona. Por exemplo, fui de Paris para Dakar de carona. Na época, era bastante fácil, pois não havia problemas de segurança como hoje. Fui para o norte da África, Mali; enfim, todos os verões eu estava na África.

Em 1974, houve a Revolução Portuguesa, que teve uma ressonância fortíssima em todas as camadas de esquerda e de intelectuais da França. Então, surgiu a ideia – porque a revolução portuguesa tinha sido seguida pela descolonização – de fazer uma viagem para Moçambique. Mas por que Moçambique, e não Angola ou Cabo Verde? Isso foi meramente um acaso. Um camarada havia conhecido um moçambicano e uma moçambicana em Portugal. Ir para Moçambique de carona era um pouco complicado, então apanhei um avião em Londres, fui para Nairóbi, no Quênia, e depois Tanzânia, Zâmbia, Maláui e entrei em Moçambique, em uma pequena estrada no mato. Meus amigos não conseguiram entrar porque ficaram em Dar-es-Salaam, na Tanzânia, tentando obter o visto; e eu, que não tentei nada, entrei. Nem falava português ainda, mas já de início foi interessante para mim.

Naquela época – e ainda hoje –, fazia parte de correntes ligadas ao marxismo. Mas o marxismo não do tipo soviético, quer dizer, não do tipo stalinista; eu era de um marxismo contrário ao unipartidarismo. Aliás, sempre disse aos estudantes que se pode ler a totalidade da obra de Marx sem encontrar nenhuma palavra a favor do partido único, porque essa é uma noção que vem muito mais tarde, com Stalin. Assim, entrei em Moçambique em um período em que os discursos eram do

tipo “marxista-leninista”, em julho de 1975, ou seja, uma semana depois da independência do país; e havia muitas reuniões, comícios – ou, como se diz lá, *banjas*. Mas já se via que a FRELIMO² impedia todas as outras correntes, considerando-as tribelistas, reacionárias e coloniais. Só havia uma voz que se podia ouvir: a da FRELIMO, o que para mim já era um problema.

Antes de continuar, eu me esqueci de dizer que a pessoa com quem entrei no país foi um caminhoneiro português. Ficamos três dias na estrada, no mato. Ele era um antigo soldado dos comandos, tropas especiais portuguesas, que havia ficado no país. Ao lado dele, havia um *boy* – lá se diz *boy* para o doméstico. O branco podia ter o *boy* ao lado dele no caminhão; porém, logo que entrei, o *boy* foi para trás, na chapa. Comecei a pensar nisso. Também reparei que, nos três dias em que comemos juntos, nunca o *boy* comia conosco – nem mesmo comia de manhã e ao meio-dia. Perguntei ao meu anfitrião: “Mas o Pedro, ele não come?”. Ele olhou, sinceramente admirado – e isso é que é interessante –, respondendo: “Pedro? Mas Pedro só come à noite!”. Foi aí que comecei a pensar naquele tipo de colonialismo, ou o que chamo de “racismo de proximidade”. Ou seja, quando ele é o único branco, o negro pode se sentar ao lado dele, mas logo que aparece um equiparado, um branco, um equivalente, o *boy* vai para trás. E o *boy*, embora estivesse sentado ao lado dele, era de outra raça, e não só por causa da pele: aquele homem só comia à noite, como se não tivesse as mesmas necessidades que o branco.

Também me interessei pelo lado histórico. Tinha feito minha dissertação de licenciatura sobre a ideologia colonial francesa no pós-Primeira Guerra. Não era um trabalho de campo, era só um estudo de bibliografia. Mas eu tinha reparado naquela ideologia colonial de “pequenos brancos”, isto é, não de grandes empresários, mas militares, padres, funcionários públicos, professores e pequenos comerciantes. E aquela colonização de pequenos brancos produz uma ideologia diferente daquela dos grandes empreendedores.

Quando entrei no país, eu não sabia nada de Moçambique, nada de colonização portuguesa, mas eu pensei: “Estou em terreno conhecido, porque se trata de mais uma colonização de pequenos brancos”. O interesse histórico para o tipo de colonização e o interesse, como jovem marxista, para ver a aplicação – que, para mim, era um tanto quanto estranha – do socialismo em Moçambique foram o início de

2 Frente de Libertação de Moçambique, força política fundada em junho de 1962, que, antes, tinha como objetivo central lutar pela independência de Moçambique do domínio português. Tomou o poder em 1975 como partido único. Com o fim da guerra civil (1977-1992), realizaram-se as primeiras eleições multipartidárias em 1994, e a FRELIMO foi considerada vencedora. O partido voltou a ganhar as eleições seguintes, em 1999, 2004 e 2009, continuando a assegurar, ainda hoje, depois de mais de cinquenta anos de sua fundação, o governo.

tudo. Depois, constatei que havia pouca gente na França estudando a colonização portuguesa na África. Havia só um investigador, René Pélissier, grande especialista da conquista militar colonial. Foi assim, e não foi fácil, porque, durante dez anos, eu fui professor do secundário. Entrei no CNRS apenas com 35 anos.

Revista Plural *Já que mencionou a esquerda, em seu livro Os outros: um historiador em Moçambique, de 1994, o senhor se posiciona como da geração da esquerda pós-Maio de 68. Por que esse posicionamento?*

Michel Cahen Porque realmente se trata de uma geração política. Nasci em 1953, um pouco após a libertação da França da Segunda Guerra. O partido comunista já diminuía, mas ainda estava forte: tinha 20% da votação. Meus pais eram comunistas, então nasci de esquerda. Não é minha culpa, foi assim! No entanto, não tive exatamente as mesmas ideias que meus pais. Cada um tem suas próprias ideias. Mas acho que compartilhamos os grandes valores – república, igualdade, laicidade, a crença em um Estado que garanta o progresso social, o objetivo da socialização dos meios de produção, etc.

Depois, quando estudante secundário, distribuía panfletos todos os dias na porta do Liceu. Era um ambiente de muita militância. Ainda que na USP se possa ver isso, lá era muito mais. Não sei bem se Maio de 68 foi uma revolução, mas foi um movimento revolucionário internacional; não só estudantil, também operário. Houve um Maio de 68 na França, Itália, Polônia – que ainda era uma ditadura stalinista –, houve em Dakar. Em Portugal não houve um 68 propriamente dito, mas um 69: o grande movimento contra a guerra colonial e a greve estudantil em Coimbra. Era todo um ambiente, uma cultura. Havia muitas correntes marxistas de todas as espécies, anarquistas, correntes de direita e, obviamente, fascistas. Havia uma grande ebulição política. Aos poucos isso cessou. Mas, realmente, quando a gente caía lá dentro, não podia escapar, era muito interessante. Para mim, culturalmente foi um período riquíssimo. Aliás, foi o período em que ascenderam os Foucault, os Bourdieu... Eu era muito jovem, mas era de fato uma riquíssima geração política. Eu me formei nela.

Revista Plural *Além da investigação documental, quais outros instrumentos metodológicos o pesquisador pode utilizar para compreender contextos específicos? De quais metodologias que não são especificamente históricas, ou da ciência histórica, o senhor já lançou mão em suas pesquisas, sobretudo no caso do período pós-colonial?*

Michel Cahen Sempre tenho um pouco de mal-estar em falar de metodologia,

porque suponho que tenho uma metodologia, mas me parece tão clássico e óbvio expô-la. A regra número um, obviamente, é saber identificar as categorias de cada fonte. Por exemplo, nas fontes arquivísticas, arquivos missionários não são a mesma coisa que arquivos da PIDE³. Mesmo o arquivo da PIDE não é a mesma coisa que o arquivo da Administração Colonial. Digo isso porque cada instituição tinha seus próprios interesses. Então, uma “fonte” pode ser a marca de uma luta interna. Há a chamada *littérature grise* – literatura cinzenta –, isto é, o que está escrito, mas não publicado, relatórios e teses, por exemplo, e há as fontes orais.

Uma regra de ouro para fazer entrevista é que, para a entrevista ser rica, é preciso saber o máximo possível de coisas sobre o assunto, sobre a pessoa. Daí uma relação permanente entre fontes escritas e orais. Nem sempre é possível, mas esse é o imperativo, porque, caso contrário, passar-se-á ao largo de muitas coisas que os entrevistados dirão. Por exemplo, pouco depois do fim do partido único, em 1994, quando estava na foz do rio Save, em Moçambique, fazendo entrevistas, entrevistei uma pessoa que disse: “Eu sou população. Eu sou população”. Você não pode perceber o significado disso se não tiver conhecimento da cultura política da FRELIMO. Porque esta não reconhecia a relevância das sociedades africanas, nunca falava em sociedade Ndau ou em sociedade Chope ou em “povos” (com “s”) de Moçambique; não reconhecia como relevante a organização tradicional das sociedades africanas; para eles, só havia indivíduos separados, pois o povo devia ser “organizado”, e os que não eram “organizados” (isto é, membros do partido ou de uma das organizações de massa) eram somente “elementos da população”. Então, aquela pessoa reinterpretava o vocabulário político das estruturas, quando dizia: “Eu sou população”. Se não conhecesse bem a cultura política da FRELIMO, eu poderia dizer: “O quê?”. E a pessoa teria repetido: “Sim, eu sou população!”. Isso, em outras palavras, quer dizer: “Eu sou um elemento da população e, por isso, não tenho cartão do partido”. Trata-se de um minúsculo exemplo. Mas, para fazer um bom trabalho de entrevista, de memória oral, deve-se conhecer o máximo possível de coisas.

Outra dificuldade na coleta de entrevistas, que eu tive com antigos militares coloniais, mas que é uma dificuldade que pode existir para outros entrevistados, é a seguinte: uma pessoa que viveu um acontecimento histórico viu, sabe e tem a impressão de que ele é a história, porém, na verdade, ele não é *a história*, mas só uma *fonte para a história*. Eu, branco, francês, vinha de fora; e ele esteve lá. E sou eu que, bem ou mal, com o depoimento dele, confrontando com o que encontrei

3 Polícia Internacional e de Defesa do Estado, órgão da ditadura salazarista portuguesa.

nos arquivos, talvez confrontando com outros depoimentos orais, vou escrever a história.

Há uma outra dificuldade, idêntica para a antropologia e para a sociologia, que não se pode resolver: é preciso ter sempre consciência de que, se uma pessoa aceita ser entrevistada, é que ela tem certo interesse. Pode ser um interesse de prestígio na situação local, pode ser comercial, porque ela pode pensar que depois da entrevista você irá pagá-la – eu nunca pago, mas posso dar um pacote de açúcar ou um pacote de sabão, afinal, se a pessoa gastou três horas para falar comigo, durante esse tempo não trabalhou na terra, por exemplo. Há o interesse, e o simples fato de você falar com aquela pessoa modifica a situação de que ela está falando, porque, talvez, se ela falasse de um mesmo acontecimento a um aldeão não soaria exatamente a mesma coisa.

Um colega da sociologia ou da antropologia poderia dizer exatamente a mesma coisa. Só que, para mim, a história, obviamente, é a rainha das ciências sociais, porque nós historiadores vamos fazer isso, mas também vamos focar nos arquivos e, se for possível, com uma longa duração. Por exemplo, a meu ver, não se pode compreender nada da guerra civil moçambicana sem recuar ao século XIX. Mas vamos falar disso depois.

Revista Plural *Suas investigações em torno da “África Portuguesa” se iniciaram com Moçambique. Quais são as principais diferenças – em traços gerais – entre a experiência colonial moçambicana, angolana, cabo-verdiana, santomense e guineense?*

Michel Cahen Bom, é uma pergunta gigante e particularmente difícil, mas muito importante, mesmo se for estudada somente a colonização no século XX. Isto é, o século XX colonial vai do Congresso de Berlim, em 1884-85, até 1975 – um século de 90 anos. Mas, para perceber as diferenças entre as colonizações nos cinco países, é preciso ver suas formações sociais. Há várias maneiras de se classificar, mas a diferença maior seria entre os três países da África continental (onde você tem uma sociedade africana que foi invadida, humilhada, explorada, parcialmente aculturada, mas que, afinal, preservou-se como sociedade africana) e os dois arquipélagos crioulos, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde (onde não havia nenhuma sociedade africana, mas sociedades integralmente produzidas pelo colonizador, ainda que hoje sejam formadas por uma esmagadora maioria de pessoas negras ou mestiças escuras).

A formação social em Cabo Verde e São Tomé não é uma formação com linhagens, etnicidade, clãs, tabus alimentares, classes de idade, etc. Essa é a primeira

diferença e que tem consequências políticas fortes. Por exemplo, penso que Cabo Verde, com certeza, e São Tomé também são Estados-Nações, porque a modernização, a destruição das etnicidades africanas e a modernização autoritaríssima foram feitas pela escravatura. Obviamente, pode haver algumas diferenças entre a Ilha de Santo Antão e a ilha de Santiago, mas não são bem etnicidades. Toda a gente é crioula, do mais rico e mais claro ao mais pobre e mais negro. A “crioulidade” é um fato nacional. Em contrapartida, na África continental, o que é o território da Guiné? O que é o território de Angola? O que é o território de Moçambique? Ora, são pedaços que foram divididos e recortados pelos colonizadores; não só pelos portugueses, porque aquelas formas territoriais são resultados de negociações interimperialistas, isto é, feitas por gente completamente ignorante acerca do terreno.

Dos vinte e cinco maiores grupos étnicos de Moçambique, vinte e três continuam além da fronteira, mostrando que aquele território não tem nenhuma relevância a não ser colonial, o que obviamente põe um problema gigante quando se deseja criar em poucos anos um novo Estado-Nação. Isso produz a política de impor a “nova nação” à realidade das nações pré-coloniais. Então, essa já é uma diferença maior entre os arquipélagos crioulos e as colônias continentais.

Depois há muitas outras diferenças, mesmo entre Angola e Moçambique, que são dois países da África continental, ou dois países da África bantu, mas mesmo assim com muitas diferenças. Angola, por exemplo, sofreu muito mais que Moçambique com a escravatura. Ainda hoje a população de Angola é muito menor que a de Moçambique, quando o território angolano é maior que o moçambicano. Outra diferença é que, em Angola, Luanda sempre foi a capital, o que fez com que a pequena elite crioula, que sofreu o branqueamento colonial durante o século XX, conseguisse manter algumas posições. E a elite crioula, os “novos assimilados”, como dizia a socióloga francesa Christine Messiant, era mais numerosa em Angola que em Moçambique. Em Moçambique, a passagem da primeira idade colonial escravocrata e mercantil ao capitalismo colonial teve consequências geopolíticas importantes, diferentemente de Angola. Isso porque, quando o Banco de Portugal decidiu que era mais rentável fazer de Moçambique uma economia de serviços para o Hinterland colonial britânico, mudando a capital da Ilha de Moçambique (que exprimia o velho Moçambique colonial, que era do Índico, da zona swahili, a ilha do Ibule, Mousuril, Angoche, Quelimane, Tete) para Lourenço Marques (hoje Maputo), esse velho Moçambique foi completamente marginalizado.

Essas são diferenças coloniais, mas com consequências atuais – por exemplo, para a guerra civil. Em Angola, a guerra civil começa antes da independência.

Havia três principais movimentos anticoloniais, o MPLA⁴, a UNITA⁵ e a FNLA⁶, que não tinham a mesma história. O MPLA era, e estou simplificando bastante aqui, o produto das antigas elites de Luanda, com base étnica majoritariamente – não exclusivamente – *mbundu*. O FNLA era uma expressão do antigo reino do Congo. A UNITA, que surge mais tarde, correspondia aos herdeiros dos pequenos reinos do centro-sul de Angola que vendiam milho aos portugueses. Assim, o MPLA é formado por pessoas lusófonas de nascimento, majoritariamente católicos e, quando protestantes, majoritariamente evangelistas; a FNLA também é composta majoritariamente por católicos, mas, quando protestantes, a maioria é batista; e os da UNITA, quando são protestantes, são majoritariamente congregacionalistas. Linguisticamente, etnicamente, culturalmente, socialmente – os que vivem na cidade, os que vivem no campo, os que são socializados em Kinshasa, a capital do Congo Belga – e religiosamente, são grupos completamente diferentes. Angola não existe como nação, mas, como a capital sempre ficou em Luanda, desde o século XVI, o sonho de cada um é tomar o poder em Luanda. Nunca houve tentativas, a não ser o caso de Cabinda, de partilhar Angola em três.

Em Moçambique, só houve um movimento, o que não significa que houve um processo de unificação. Isso porque a FRELIMO surge não da fusão de três organizações regionais, como diz a história oficial, mas, pelo que expliquei da marginalização completa do velho Moçambique colonial, as outras expressões, a não ser aquela do sul, não tiveram as forças culturais e políticas para se organizar e mesmo para se unificar. Não há, assim, uma unidade em Moçambique; há uma unicidade logo no início.

Depois, na guerra civil em Angola, há uma guerra entre a UNITA e o MPLA, dois movimentos de libertação. A UNITA realmente quer vencer o MPLA; e ela foi tão apoiada pela África do Sul – com aviação e tanques – que quase se transformou em um exército profissional. Quando ocorreram as eleições, em 1991, a UNITA não conseguiu se recivilizar, no sentido de retornar ao civil, e perdeu as eleições.

No caso de Moçambique, a RENAMO⁷ também é apoiada pela África do Sul, mas com menor intensidade. O que a África do Sul dá à RENAMO? Só as passagens de aviões de pequeno porte para dirigentes e o material de rádio. Não dá tanque, nem armas pesadas, o que vai obrigar a RENAMO a tecer, de certa maneira, ligação

4 Movimento Popular de Libertação de Angola, que governa o país desde sua independência, em 1975.

5 União Nacional para a Independência Total de Angola, partido angolano fundado em 1966.

6 Frente Nacional de Libertação de Angola, cuja origem remonta a 1957.

7 Resistência Nacional Moçambicana.

com a população. A UNITA, por outro lado, precisa da população só para recrutar soldados; ela tinha os diamantes. O MPLA tinha o petróleo; e a RENAMO não tinha nada, por isso tinha que tecer ligações com o povo. Então, no caso de Moçambique, a trajetória da RENAMO vai do militar – no início, não é um grupo de libertação, mas um grupo militar propriamente dito – ao político. Em suma, mesmo na guerra civil, os grupos rebeldes têm trajetórias diferentes: do político ao militar, no caso da UNITA, e do militar ao político, no caso da RENAMO, o que explica como a RENAMO conseguiu sua virada em 1994, enquanto a UNITA faliu completamente (pelo menos politicamente falando).

Revista Plural *Conforme a estrutura do curso que o senhor ministrou na USP sobre a História da África Portuguesa, o domínio português no território africano pode ser dividido em períodos específicos e/ou diferenciados. Quais são as continuidades e as mudanças na política colonial portuguesa até 1975?*

Michel Cahen A grande periodização é, para mim, a passagem do fim da primeira idade colonial para o capitalismo colonial. A primeira idade colonial é o colonialismo mercantil e escravocrata, que já era integrado ao sistema-mundo capitalista, mas era o sistema-mundo capitalista do capitalismo mercante, isto é, não era relativo ao modo de produção capitalista. É sempre muito difícil dizer que uma dada época histórica parou em uma data precisa. Na realidade, há períodos de transição. Mas, digamos, entre 1878 – a proibição oficial final da escravatura em domínio português africano – e 1895, isto é, o momento maior da conquista efetiva do território, pode-se dizer que é o final da primeira idade colonial. E, então, entra-se na segunda idade colonial, que é realmente o capitalismo colonial, o que não quer dizer que é sempre o modo de produção capitalista que é implantado na África. O trabalho forçado não é uma forma de exploração do modo de produção capitalista, mas sua extensão massiva por toda a África, e em particular a portuguesa, explica-se pela fase imperialista do capitalismo europeu, isto é, a dominação mundial do modo de produção capitalista. O trabalho forçado, embora não diretamente integrante do modo de produção capitalista, explica-se só porque fez parte do capitalismo colonial, bem integrado no sistema-mundo capitalista.

Aquela segunda grande época se pode subdividir em vários períodos. Pode-se dizer que há um primeiro período, de 1878, ou do Congresso de Berlim (1884-85), à Revolução de 5 de outubro de 1910, embora isso já seja discutível, porque é uma “calendarização” óbvia para a metrópole, mas, nas colônias, a passagem da monarquia liberal para a República não é em si uma data importante. A data mais importante para abrir o novo período será o fim da Primeira Guerra Mundial, que

deixa Portugal em um estado de ruína financeira completa, mas, nas colônias, a República vai tentar entrar em uma política de desenvolvimento colonial, com o regime dos Altos Comissários, e isso vai até a ditadura, estabelecida em 1926. Depois do período da ditadura, 1926-1930, entra-se no do Estado Novo, que vai durar até o fim (1974). No entanto, o Estado Novo, na África, pode ser também subdividido em pelo menos três subperíodos. Primeiramente, de 1930 até 1942, período durante o qual, por causa do “gelo” provocado pela política monetarista do regime de Salazar, não se vai mudar absolutamente nada – são somente poupanças e poupanças e equilíbrio orçamentário. Mas, após isso, em seguida, a partir da Segunda Guerra Mundial até o final dos anos 1950, é o que chamo de subperíodo de arcaísmo colonial, isto é, no momento em que os outros impérios vão evoluir, o salazarismo vai entrar em uma política de crescimento econômico sem mudança estrutural, só acrescentando a intensidade da exploração colonial. É flagrante a questão do trabalho forçado, que desaparece nos outros impérios coloniais, entre 1945 e 1947, e que, ao contrário, nesse momento vai se expandir consideravelmente em Angola e em Moçambique e até na Guiné.

Finalmente, temos a grande virada que ocorre não só em 1961, mas já alguns anos atrás – o que sempre se diz é que é por causa das lutas de libertação que os fascistas vão tentar reformas, o que é verdade, mas não é a totalidade das causas. A economia colonial fundamentada no trabalho forçado já estava em crise no final dos anos 1950 e já não interessava aos setores mais modernos da burguesia portuguesa. Logo em 1958 há tentativas de modernização. É o momento em que Adriano Moreira, que ainda não é ministro do Ultramar, transforma a Escola Colonial no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos. Com isso, há novos rumos na pesquisa. Quando Jorge Dias, o antropólogo, vai para a África conhecer a situação real, há tudo isso. Jorge Dias não faz nada mais do que o próprio Henrique Galvão tinha feito nos anos 1940; só que, nos anos 1940, Galvão escreveu seus relatórios críticos e foi marginalizado. Naquela altura, dos fins dos anos 1950, já não se podia marginalizar. Quando Jorge Dias vai para os Makondes, no norte de Moçambique, ele vê realmente que a situação está explosiva, e ele não pode ser marginalizado por ter escrito um relatório sobre isso: o poder tem que olhar para ele.

Então, a virada não é em 1961, e sim de 1958 a 1962, isto é, entre o momento em que a crise da economia colonial já é patente (no final dos anos 1950) – o que provoca algumas tentativas de reflexão mais liberal – e 1962, que é o fim do Código do Trabalho Indígena (depois do fim do indigenato, em 1961). É o último subperíodo que se abre, até 1975, o que é bem interessante e fica insuficientemente

estudado, tanto em Moçambique como em Angola, apesar da publicação recente do livro de Claudia Castelo.⁸

Em Angola, há um impulso de fortíssimo crescimento econômico, de um fortíssimo crescimento da população branca, o que traz também suas contradições. A industrialização se faz em primeiro lugar para as necessidades da população branca, mas traz também certa tendência à autonomia das colônias para com Portugal – isso vai ser muito nítido a partir dos anos 1970, isto é, no final – no final do final –, Angola e Moçambique se afastam economicamente da metrópole, isso porque compram mais e mais produtos manufaturados e equipamento moderno, não em Portugal, mas em outros países, porque Portugal é incapaz de dar os produtos industriais que vão servir para a modernização de Angola e Moçambique. Essas colônias são proclamadas “estados”, à imagem do “Estado da Índia” (Goa), o que não lhes dava uma independência política, mas ilustrava uma evolução para mais autonomia colonial. No plano econômico, até o algodão pôde então ser vendido pelas companhias algodoeiras não só a Portugal, mas a quem quisesse no mundo, segundo as regras do mercado, o que significa que o antigo pacto colonial e o antigo condicionamento industrial já estavam em crise completa – é o que chamei de “neocolonização dentro da colonização”.

Angola e Moçambique, muito mais do que as outras colônias, estavam já concretamente afastando-se da metrópole, já estavam transformando-se em países da África – neocolonial, obviamente. Mas, mesmo assim, ainda estávamos dentro da colonização até 1974/1975.

Revista Plural *A seu ver, como se dá a relação entre Brasil, Portugal e PALOPS (países africanos de língua oficial portuguesa) na atualidade? Existe de fato uma comunidade lusófona? De que forma lusitanidade e lusofonia se diferenciam?*

Michel Cahen Em geral, você pode ver que a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) foi formada só em 1996, e a descolonização foi em 1975. Então, foram necessários 21 anos após a descolonização para haver uma organização que fosse mais que a antiga comunidade luso-brasileira que existia já no tempo de Salazar. Não foi nada fácil, porque, durante muito tempo, durante o período radical, os cinco PALOPS preferiam ter sua própria organização só de países africanos, que não era só o fato de falar português, mas também era uma geração política, aqueles quadros que tinham sido formados em Rabat, em Ar-

8 CASTELO, Claudia et al. *Os outros da colonização: ensaios sobre o colonialismo tardio em Moçambique*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012.

gel, do tempo da CONCP (Coordenação das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas); foi mesmo um efeito de geração política. E também porque já havia guerra civil em Angola, e o regime do MPLA acusava Portugal de não o apoiar suficientemente; nomeadamente quando Mário Soares, o líder socialista, era presidente da República e era acusado de manter ligação com a UNITA, o que era verdade.

Mário Soares tentou manter uma política equilibrada entre MPLA e UNITA, o que era inaceitável para o MPLA, pois Angola sempre recusou entrar no projeto da CPLP enquanto Mário Soares ainda era presidente.

Isso é uma divergência política, mas às vezes as divergências políticas não explicam tudo. Por exemplo, o MPLA tomou o poder em 11 de novembro de 1975. Na altura, aqui no Brasil, estávamos em plena ditadura militar. Há um partido marxista-leninista que toma o poder lá em Luanda, o Brasil está na ditadura militar de extrema direita e, mesmo assim, é o primeiro país do mundo a reconhecer o regime do MPLA. Obviamente, aqui a ideia não era de que havia uma proximidade política entre os militares de lá e os militares daqui; talvez houvesse, mas a ideia era de que a história entre Angola e Brasil é uma história muito longa. Culturalmente, o Brasil já era bem próximo de Angola (mais exatamente próximo da elite crioula que dominava o MPLA), e, claro, havia a questão do petróleo. Aliás, foi por essa razão que o segundo país que reconheceu o regime do MPLA foi a França, de Giscard d'Estaing, também de direita. Quer dizer, a língua portuguesa, em si, não foi suficiente para criar uma organização. Deve-se reparar que, por exemplo, quando a CPLP é criada em 1996, São Tomé, Cabo Verde e Guiné-Bissau já eram membros da francofonia, e Moçambique já era membro da Commonwealth. Isto é, as antigas colônias portuguesas da África aderiram, em primeiro lugar, a organizações internacionais de outras “fonias”, antes da CPLP. Depois entraram na CPLP, mas a adesão a ela é diferente para cada país. Para Portugal, era mesmo um imperativo nacional: “Nós somos um pequeno país”; e “Nós precisamos ser grandes”. Então, com a organização da CPLP, vamos poder projetar a pequena nação portuguesa em um espaço maior. No Brasil, só uma pequena camada da população se interessou; por exemplo, as pessoas em volta de José Aparecido de Oliveira, muitos herdeiros de Gilberto Freyre, para quem refortalecer as relações entre Portugal e Brasil era uma necessidade.

Eu penso, porém, que a grande maioria da intelectualidade e dos meios econômicos do Brasil não ligava muito para a criação da CPLP. Aliás, quando houve a criação da organização, nos jornais portugueses, todos os dias, na primeira página, havia um título sobre a CPLP. No Brasil, na página 16, na página 20, uma pequena

notícia, mas nada importante, o que não impediu o presidente da República brasileiro de humilhar um bocadinho Portugal, pois, quando se começou a discutir o orçamento da CPLP, Portugal diz: “Nós vamos dar ‘x’”; e o presidente brasileiro diz: “Nós vamos dar só dez vezes mais”. Não sei realmente se fez isso, mas é o que foi dito. E, para os países africanos de língua oficial portuguesa, a adesão foi mais instrumental: ser membro de mais uma organização internacional que podia dar um bocadinho de dinheiro, que podia dar certa força de expressão.

Então, para Portugal, a criação da CPLP é, digamos, identitária. Para os países africanos de língua portuguesa, é uma mera ferramenta na política internacional. Para Timor Leste, quando recuperou a independência em 1999, pode ser mais importante, porque, realmente, Timor está cercado pela Indonésia, de um lado, e pela Austrália, de outro lado. No caso, ser membro de uma organização que não tem nada a ver com a região dá a Timor Leste uma pequena ferramenta para afirmar sua independência, de qualquer maneira frágil. E, hoje em dia, as relações não são sempre boas entre os oito membros. As relações são boas entre Portugal e Brasil; são boas para os PALOPS e o Brasil, pois o Brasil nunca põe condicionantes políticos – se houver problemas de direitos humanos na África, o Brasil fica caladinho. Mas as relações são péssimas, hoje em dia, entre Angola e Portugal. Sempre foram péssimas, pois o regime do MPLA sempre desprezou completamente as relações com Portugal, porque, para Portugal, Angola é muito importante, mas, para Angola, Portugal não é importante. E, como a justiça portuguesa é independente – uma coisa completamente incompreensível em Angola, onde o juiz obedece ao poder –, como há várias queixas por corrupção contra altos dirigentes angolanos em Portugal, para o MPLA isso significa que o poder político de Portugal faz uma guerra judicial contra eles, pois nem pode imaginar uma justiça independente.

Hoje em dia, dizem que Portugal está impedindo a entrada de capitais e investimentos angolanos em seu território, o que é de rir, quando se sabe que a filha do presidente, Isabel dos Santos, adquiriu muitíssimas participações em grandes empresas de Portugal. E é de se rir, mas as relações foram sempre bastante difíceis.

Com relação a Guiné-Bissau, hoje as relações são muito difíceis, pois a situação da Guiné é muito complicada com o golpe de Estado e o tráfico de drogas. Contudo, realmente o pior do pior são as relações entre Angola e Portugal. Com Moçambique, as relações são de nível bastante baixo, mas são boas.

Revista Plural *Volto mais especificamente ao país do qual o senhor tem maior conhecimento. Tendo em conta todo o processo de avanços legislativos em Moçambique, o que pensa da democracia moçambicana hoje?*

Michel Cahen Eu parto do princípio de que as sociedades africanas precisam de tanta democracia quanto as sociedades europeias ou as americanas. As sociedades africanas são muito heterogêneas e não tiveram a mesma história que as sociedades europeias. Isso é um fato. Mas, sendo muito heterogêneas, nunca poderão ser exprimidas por um único partido político. Então, para mim, é muito racista dizer que na África era melhor um partido único para se “construir a nação”. Para essa construção, quer dizer, para que uma comunidade de cidadãos se sinta bem e garanta seu progresso econômico, social e cultural, é preciso que haja uma democracia pluralista. Não há democracia se não for pluralista. Democracia quer dizer o poder para o povo, e o povo é pluralista e heterogêneo. Tal é o princípio de que eu parto.

O que deu fim à guerra civil em Moçambique foram os acordos de Roma, de 1992; só que eles não foram celebrados para democratizar, mas para pacificar. Em Moçambique, houve uma abertura, não democratização, porque a fusão entre partido (FRELIMO) e Estado permaneceu. Ela era muito forte no tempo de Samora Machel⁹, enfraqueceu um pouco no tempo de Joaquim Chissano¹⁰ e voltou a ser muito forte atualmente no governo de Guebuza¹¹. Porém, mesmo não havendo uma verdadeira democratização, pode-se perceber que, por existirem vários partidos, o processo já se desenrolou de uma forma melhor do que se desenvolveria se houvesse um único partido. Então, a situação de Moçambique, hoje, mesmo com a FRELIMO hegemônica, é melhor do que no tempo do partido único. Agora, a democracia e a democratização são elementos enraizados no país? Acredito que não. O MPLA em Angola e a FRELIMO em Moçambique estão dispostos a tudo para se manterem no poder – para nunca perderem as eleições.

Quando das eleições de 1999 em Moçambique, provavelmente Dhlakama¹² tenha vencido as eleições presidenciais, mesmo se a RENAMO não tenha vencido as legislativas. Mas, para a comunidade internacional, a FRELIMO e Joaquim Chissano se manterem no poder era a melhor opção. Eu penso que, se a oposição crescesse lá em Moçambique ou em Angola, FRELIMO e MPLA fariam exatamente a mesma coisa que foi feita no Zimbábue, isto é, desenvolveriam uma violência de massa

9 Samora Moisés Machel foi o segundo presidente da Frente de Libertação de Moçambique, depois do assassinato de Eduardo Mondlane, e se tornou o primeiro presidente da República Popular de Moçambique da independência, em 1975, até 1986, quando morreu em um acidente de avião em Mbuzini.

10 Joaquim Alberto Chissano foi o segundo presidente do país, de 1986 a 2005.

11 Armando Emílio Guebuza é o atual presidente do país.

12 Afonso Macacho Marceta Dhlakama é o atual presidente da RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana), o principal partido político da oposição em Moçambique e antiga rebelião apoiada pela África do Sul.

contra a democratização. Talvez, porém, isso nem fosse necessário, porque hoje a melhor forma de se ganhar as eleições não é necessariamente a fraude. Quer dizer, a fraude, antes das eleições propriamente ditas, está na maneira como se faz o recenseamento eleitoral mais intensivo, por exemplo, nas zonas que são a favor do poder, deixando as populações menos recenseadas nas zonas que são da oposição. Também é possível verificar, nas zonas favoráveis ao poder, que as pessoas não estão vivendo a mais de 20 quilômetros da mesa eleitoral. Já nas zonas de oposição, essa distância pode chegar a 40 ou 50 quilômetros. Quer dizer, há muitas formas de fraudes antes das eleições.

Há outra circunstância importante: o Estado pratica o neopatrimonialismo, pois todo o mundo percebe que é melhor estar do lado do poder para viver bem do que estar contra ele. Se quiser se tornar professor do primário, tem que ter o cartão de membro do partido. Se quiser entrar no hospital para ser enfermeiro, tem que ter o cartão. Se for comerciante e precisar de um crédito no banco, tem que ter o cartão, etc. Ou seja, há poucos lugares no país – um deles é a universidade – onde uma pessoa que não tem o cartão do partido hegemônico pode ter a vida que a lei prevê. Assim, as pessoas sabem que terão mais alimentos ou mais socorro se tiverem o tal cartão. As pessoas perguntam: “O que traz a RENAMO? O que traz a UNITA? Elas não vão me dar de comer. Então, é melhor eu ter o cartão da FRELIMO ou do MPLA”. Isso não significa que ter o cartão é aceitar aquele poder ou reconhecê-lo como tal. Talvez eu esteja a favor da oposição, mesmo tendo o cartão. Talvez, em certa situação, mesmo tendo cartão do MPLA, eu possa votar na UNITA, ou, tendo o cartão da FRELIMO, eu possa votar no MDM.¹³

Há também a violência. Ainda não se trata de uma violência de massa, como no Zimbábue, mas hoje em dia, em Moçambique, muitas sedes do MDM e da RENAMO são atacadas e queimadas, sem razão qualquer, só para intimidar, só para mostrar à população que é melhor não estar com a oposição. Não sei no que isso vai dar, tampouco estou falando dos incidentes armados que tiveram lugar muito recentemente no centro do país, entre a RENAMO e a polícia da FRELIMO. Estou falando, na verdade, da vida normal. Quando o MDM quer fazer um desfile em uma cidade qualquer, é proibido; quando põe a bandeira do partido, ela será queimada. Enquanto isso, podem ser vistas bandeiras da FRELIMO em toda a parte. É mesmo a cultura política do vencedor, que deve ter tudo, do Estado central a cada pedaço de terreno.

13 O Movimento Democrático de Moçambique é um partido político criado a partir de uma dissidência da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO). Seu líder é Daviz Simango.

No entanto, apesar de tudo, acredito que seja melhor essa situação de partido hegemônico do que uma situação de partido único, porque, não obstante os problemas que acabei de citar, em Angola e em Moçambique há uma imprensa – que uma pequena parte da população pode ler – que escreve coisas bem interessantes; pode-se dizer que há uma imprensa livre (mais em Moçambique do que em Angola). Para bem me fazer entender, vou fazer outra comparação, relativa à África do Sul ainda do tempo do *apartheid*. Quando, a partir do final dos anos 1970, os negros tiveram direitos de formar sindicatos, houve uma situação melhorada, com direito sindical para os negros, melhor do que a situação anterior de ausência desse direito. Podemos tomar outro exemplo, o do Marrocos, que é uma monarquia em que o poder do rei fica importante, mas também é um país onde há, pelo menos em alguma medida, pluralismo político. Eu prefiro um rei com certo pluralismo político do que um rei em Marrocos sem pluralismo político. Não quero dizer com isso que haja um processo de democratização. Não é. Mas é possível defender certa quantia de direitos democráticos. Esses direitos democráticos devem sempre ser defendidos.

Revista Plural *Como é possível encontrar em alguns de seus textos, por que o senhor acredita que a RENAMO é uma “agremiação conservadora e populista”?*

Michel Cahen Isso foi o título de um texto que escrevi logo após as eleições de 1994. Não foi um artigo de investigação, mas uma espécie de relatório na imprensa. Com isso, queria mostrar que havia uma formidável inversão nas trajetórias dos dois partidos, FRELIMO e RENAMO. A FRELIMO provinha do marxismo-leninismo, era uma organização oficialmente anticapitalista; mas, depois da virada neoliberal, a partir de 1987, e nitidamente quando chegamos no período de paz (1992) e das primeiras eleições pluralistas (1994), constata-se que a FRELIMO passa a ser o partido natural dos setores mais burgueses e capitalistas da elite moçambicana. A RENAMO, em contrapartida, vem de uma posição oficialmente anticomunista – mesmo sendo discutível o que isso quer dizer –, de uma posição pró-capitalista, aliada ao *apartheid*. Contudo, ela recrutava muito pouco nas elites, e efetuou seu recrutamento nos mais pobres, nos “pés descalços”. Então, há um cruzamento incrível quando o partido de origem marxista-leninista torna-se o partido dos setores mais burgueses da elite moçambicana e o partido de orientação conservadora, o partido capitalista pró-*apartheid*, torna-se o partido dos mais desfavorecidos. Isso não quer dizer que a RENAMO exprima a ideologia da classe operária e do campesinato moçambicanos. Absolutamente não. O antropólogo Christian Geffray mostrou que houve setores do campesinato que ficaram fiéis à FRELIMO.

A RENAMO – quando segui aquela campanha eleitoral em 1994 – era um partido conservador. Em seus discursos, soavam *slogans* do tipo: “Abaixo a aldeia comunal!”; “Viva o chefe tradicional!”; “Viva a família!”. Quer dizer, podia-se realmente dizer que era uma organização *reacionária* no sentido literal do termo, na medida em que exprimia uma tendência no campesinato que queria *voltar* à situação antes da FRELIMO, e talvez voltar à situação antes da chegada dos portugueses, de um retorno à vida tradicional africana. Pelo menos esse era o discurso, porque, substancialmente, penso que Dhlakama não tinha vontade nenhuma de viver como no século XIX, já que ele é um homem moderno.

O discurso era também populista porque se faziam promessas demagógicas. Quando Dhlakama falava ao povo, para milhares e milhares de pessoas na zona Macua, por exemplo, falava em construir universidades em todos os lugares, aumentar salários, acabar com a fome, construir hospitais, enfim, fazia promessas de elevação do nível de vida da população, mas sem nenhum projeto político que explicasse como fazê-lo. Como se vê, era uma orientação conservadora e populista ao mesmo tempo.

Mas o artigo que você citou, “A RENAMO, o grande partido conservador populista”¹⁴, não era bem um artigo conceitual, mas um artigo didático escrito imediatamente depois das primeiras eleições para explicar esse formidável cruzamento de trajetórias entre um partido pós “marxista-leninista” e capitalista e um partido pós pró-*apartheid* e pobre/populista. A FRELIMO também foi capaz de difundir uma cultura política, o que a RENAMO não foi capaz de fazer, tampouco o MDM. Isso mostrava que não havia nenhuma alternativa na cultura política em Moçambique. Há alguns que gostam da FRELIMO; há outros que a odeiam. Mas, no final, o fato é que sempre há um único modelo: a FRELIMO. O problema de Moçambique, para mim que sou um velho marxista (anti-stalinista), é que, no final das contas, nesse país só há partidos de direita, porque a FRELIMO, o antigo partido marxista-leninista, tornou-se um partido burguês-capitalista; a RENAMO, obviamente, é um partido de direita; e o MDM é um partido de centro-direita cristão. É verdade que essas palavras não têm muito sentido quando se tem em vista a condição concreta africana, porque os africanos não são livres para discutir verdadeiras alternativas, não podem sair da convenção de Lomé, não podem sair do Banco Mundial, não podem sair do Fundo Monetário Internacional; eles têm que ficar sempre dentro dos limites que o sistema-mundo capitalista impõe. Logo,

14 CAHEN, Michel. Renamo, o grande partido conservador-populista. *Savana*, Maputo, p. 7, 4 nov. 1994.

o espaço para as discussões possíveis é muito pequeno. O que se faz é negociar a subalternidade. Em Moçambique, há talvez apenas alguns pequenos partidos, sem assento parlamentar, que são um pouco de esquerda. Mas, com a história vivida, também não é fácil construir correntes de esquerda: como um jovem moçambicano hoje poderia ser atraído para o marxismo, quando para ele isso significa o dito “marxismo-leninismo”, isto é, o partido único?

O jovem moçambicano de hoje em dia que se opõe à FRELIMO vai pensar que deve se opor também ao marxismo. Então, todas as circunstâncias empurram as pessoas para posições de direita, muito embora ainda haja algumas ONGs, um pequeno e fraco movimento sindical ou alguns motins que põem problemas de esquerda na agenda – por exemplo, os motins que houve em Maputo, em setembro de 2010, quando a FRELIMO aumentou, no mesmo dia, o preço do pão, da gasolina, da eletricidade e do arroz. Isso significa que havia no país uma necessidade de expressão política, da pobreza e do desespero das pessoas. Aquele motim foi muito violento, no entanto, não enfraqueceu em nada o poder político da FRELIMO, porque não houve ninguém na oposição para exprimir politicamente o desespero.

Em alguns países africanos, há cerca de duzentos partidos políticos; em Moçambique, há vinte e cinco no papel e só três com assentos parlamentares. Pela razão que expliquei, aquela mudança da primeira idade colonial para a segunda marginalizou completamente uma parte gigante do país e marginalizou as antigas elites, de modo a produzir uma nova pequena elite no extremo sul. Isso enfraqueceu a base social para a pluralidade de partidos no país e facilitou uma situação em que a FRELIMO monopolizou o imaginário nacional.

Globalmente, não há debates políticos alternativos, embora, mesmo sem voltar à alternativa capitalismo/socialismo, podia-se inventar outra maneira de conceber o país, como, por exemplo, mudando a capital. A capital no extremo sul não faz sentido algum, não representa o país e provoca gastos consideráveis do ponto de vista orçamentário. Penso que o melhor lugar para a capital moçambicana deveria ser ou Quelimane ou uma nova Brasília, digamos, uma cidade nova, qualquer lugar na Zambézia – que é o centro do país. Depois, podia-se proceder à construção de uma estrada de ferro, norte-sul, de unidade nacional – porque hoje as estradas de ferro são exatamente as mesmas do tempo colonial. Do Índico para o Hinterland britânico, a FRELIMO não modificou em nada a estrutura colonial dos transportes. Em seguida, reconhece-se oficialmente a etnicidade como uma coisa historicamente enraizada, positiva, que exprime culturas populares e a partir da qual se deve produzir a democracia em Moçambique. Não se trata de “etnicizar” o Estado, mas de reconhecer a população tal como é, com a existência de nações

pré-coloniais, e permitir a democratização de sua expressão. Por exemplo, a FRELIMO manteve quase exatamente os mesmos limites das províncias e dos distritos dos portugueses. Ora, a organização territorial colonial obviamente não era feita para representar bem as identidades das populações. Por exemplo, no centro do país, da fronteira do Zimbábue até o Índico, simplificando o mapa, os vandaus vão do leste a oeste, os manicas e teves estão no nordeste e centro, e os senas estão espalhados no norte e na Beira, mas as províncias de Manica e Sofala são exatamente norte-sul, cortando completamente os grupos etnonacionais. A FRELIMO manteve isso. Quer dizer, as províncias não são feitas para representar as populações, representam o Estado central nas subdivisões do território. Não estou dizendo que deve haver uma província, por exemplo, só para os macuas, com limpeza étnica, mas deve haver uma província que reagrupe os lugares onde os macuas são majoritários. Isso não impedirá em nada que todos os moçambicanos presentes lá tenham os mesmos direitos de cidadania, mas a estruturação territorial deve exprimir da melhor maneira possível as realidades socioculturais. Modificando as províncias, será mais facilmente possível implementar o bilinguismo total do Estado com co-oficialização local (o português mais a língua falada no lugar), alfabetizar nas línguas africanas, o que pode ajudar na aprendizagem do português, inclusive, continuar com bilinguismo durante todo o ciclo escolar, etc. Se for em uma zona shangana, tudo em português e shangana; se for em uma zona makonde, tudo em português e em xi-makonde; se for em uma zona macua, tudo em português e em emacua, etc. Essas medidas não são meramente culturais, são relativas a outro funcionamento do Estado, outra formação e circulação de funcionários públicos, outra autoestima moçambicana, outra modernidade.

Todas as possibilidades de imaginar o país de uma maneira diferente estão completamente ausentes nas propostas da RENAMO e do MDM. Esses partidos não foram capazes sequer de contestar o monopólio da FRELIMO no imaginário da nação. São contra a FRELIMO, querem substituí-la, mas para fazer o quê de diferente?

A POLÍTICA DO PRECARIADO¹

José Guirado Neto^a

O interesse em escrever *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista* surgiu durante o ano de 2008, quando Ruy Braga estava à frente do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania da Universidade de São Paulo (CENEDIC/USP). André Singer, já há alguns anos, havia trazido a discussão acerca do “lulismo” para o interior do grupo, quando, na época, Chico de Oliveira chamou a atenção dos participantes para a importância de investigar as origens da forma de hegemonia que se instalara no Brasil a partir do governo Lula. Diante das inquietações suscitadas por esse debate, Ruy delimitou o fio condutor de seu projeto de pós-doutorado, que mais tarde daria origem à obra *A política do precariado*, a saber: analisar criticamente o populismo fordista até o “lulismo” hegemônico atual, sob a ótica da política do precariado. Para dar conta de tal empreitada, o autor resgatou o arcabouço teórico da sociologia marxista e da sociologia pública (de Michael Burawoy) que já carregava em sua bagagem intelectual, como em *A nostalgia do fordismo* (2003) e *Por uma sociologia pública* (2009).

A obra parte de um diálogo crítico tecido com diversos textos consagrados da sociologia do trabalho brasileira, de autores como Juarez Lopes, Leôncio Rodrigues, Jonh Humphrey e Ricardo Antunes (só para mencionar alguns). Por essa via, o livro segue em tom inovador, ao abordar a formação e a transformação da política do precariado brasileiro, por meio da teoria da inquietação operária. Assim, o autor pretende desmistificar (e é bem-sucedido) a suposta passividade política do precariado, ao longo do período analisado (1950-2012), ainda que a organização político-social desse grupo apresentasse características divergentes e flutuantes ao longo dos anos destacados.

Já na introdução, Braga (2012, p. 18) define aquilo que entende como precariado: “Aos nossos olhos, o precariado, isto é, o proletariado precarizado, é formado por aquilo que, excluídos tanto o lupemproletariado quanto a população pauperizada, Marx chamou de ‘superpopulação relativa’”. Além disso, complementa:

1 Braga, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.

a Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGS/USP).

A necessidade de definir os limites gerais do precariado nos obriga também a diferenciá-los dos setores profissionais, ou seja, aqueles grupos mais qualificados, mais remunerados e, por isso mesmo, tendencialmente mais estáveis, da classe trabalhadora. Em suma, identificamos o precariado com a fração mais mal paga e explorada do proletariado urbano e dos trabalhadores agrícolas (BRAGA, 2012, p. 19).

Desse modo, o recorte teórico que corresponderia ao precariado seria composto pela população flutuante, latente e estagnada (em relação ao mercado de trabalho), que possuiria renda entre, aproximadamente, um e dois salários-mínimos e que, sem sombra de dúvida, possuiria significativa capacidade de mobilização coletiva – o que, aliás, é salientado ao longo da obra, mediante exemplos histórico-sociais¹.

O primeiro capítulo, intitulado “O espectro do povo”, trata da formação da chamada “nova classe operária”, no período entre 1950 e 1970, e de como a sociologia profissional lidou com essa problemática. Inicialmente, o autor relata que os fundamentos ideológicos da sociologia que se debruçou sobre a questão do trabalho nas décadas de 1950 e 1960 giraram em torno do “desafio da modernização da periferia capitalista”; ou seja, a questão do “atraso” brasileiro teria condicionado as principais análises sociológicas da época, sobretudo aquelas que trataram da classe operária. Ruy toma, então, como exemplo as pesquisas de Rodrigues (1966), em *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*, e entende que o autor, ao se ocupar do movimento sindical durante a consolidação do fordismo periférico, estaria, na verdade, perseguindo um dos principais objetivos definidos pelo CESIT²: investigar a relação entre a mobilização da força de trabalho com a modernização industrial brasileira.

Isso posto, Leôncio Rodrigues entenderia que os robustos fluxos migratórios do campo em direção às cidades brasileiras, durante a metade do século XX, seriam resultado da perspectiva, por parte dos trabalhadores, de ganho de direitos sociais.

1 Se Robert Castel (2006) afirma que a precariedade parece estar se transformando em um “registro regular da organização do trabalho”, ameaçando décadas de institucionalização de direitos sociais nos países capitalistas avançados, para Braga (2012), a precariedade nunca teria deixado de ser a regra na periferia do sistema.

2 É interessante o mapeamento histórico realizado pelo autor acerca do surgimento do Centro de Estudos da Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT) em 1962 – “laboratório sociológico” de renome nacional que contava com nomes como o de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Leôncio Martins Rodrigues, Lourdes Sola, Celso Beisiguel, Gabriel Bolaffi e José Carlos Pereira. O CESIT nasceu de uma agenda de pesquisas das bases do subdesenvolvimento brasileiro, e seus três principais eixos de investigação eram: i) a mentalidade do empresário; ii) o papel do Estado no desenvolvimento; e iii) as características da mobilização da força de trabalho no processo de modernização capitalista.

Nesse contexto, o jovem precariado industrial parecia não se interessar em absoluto pela política nacional, tampouco pelos conflitos industriais que o atingiam diretamente. Em suma, a ideia é de que, durante a vigência do populismo, o ainda jovem precariado brasileiro teria atuado como massa de manobra dos setores trabalhistas e comunistas.

Ruy afasta essa ideia e defende a hipótese alternativa de que a somatória de promessas não cumpridas pelo modelo de desenvolvimento com o despotismo do regime de acumulação fez com que o fordismo periférico, em vez de promover um suposto consentimento ou uma passividade, tenha provocado, no caso brasileiro, uma inquietação operária que resultou em organizações de greves, mobilizações de bairros, pressão sobre as lideranças sindicais, participação coordenada em eleições, etc. Para tanto, Braga encontra elementos em diversas fontes, como, por exemplo, na obra de Jorge Miglioli (1963), *Como são feitas as greves no Brasil?*, que investiga uma mesma passagem histórica que Rodrigues – as greves na indústria paulistana – e encontra conclusões divergentes do último.

Ainda nesse capítulo, o autor resgata os estudos de Juarez Lopes acerca de duas indústrias têxteis de Minas Gerais das cidades de “Sobrado” e “Mundo Novo”³ e da metalúrgica paulistana Metal Leve. Diz Braga (2012) que, assim como Rodrigues, Lopes também teria ressaltado “o contraste entre as distintas realidades sociais, capitalista avançada e subdesenvolvida” e seu papel para a pesquisa sociológica brasileira. Com efeito, a preocupação da sociologia profissional do trabalho era conseguir articular teoricamente o regime de acumulação despótico ao modo de regulação populista. Para Ruy (2012), as duas pesquisas realizadas por Lopes apresentam o mesmo problema sociológico: “o bloqueio da ação política classista devido à influência de padrões, valores e relações patrimonialistas de poder sobre o comportamento do precariado fabril” (p. 73) e, assim, a “resiliência do passado rural brasileiro interporia obstáculos insuperáveis ao desenvolvimento da consciência operária” (p. 73). Todavia, o autor de *A política do precariado* encontra vestígios contrários a tal tese na própria etnografia realizada por Juarez Lopes.

Quanto ao segundo capítulo, o foco recai mais sobre a reconstrução teórica da ciência do classismo prático, utilizando os trabalhos de José Albertino Rodrigues, Francisco Welfort, Luiz Pereira e Chico de Oliveira, com destaque especial para as análises de Michael Burawoy. Nesse momento, são analisados a dinâmica do populismo e o surgimento do ciclo de greves do final dos anos 70 do século XX. A principal hipótese considerada é a de que, a partir da investigação da formação

3 Nomes de municípios fictícios utilizados por Juarez Lopes.

e transformação da política do precariado brasileiro e por meio da reconstrução teórica da sociologia da inquietação operária, é possível concluir que “o fordismo periférico frustrou as principais expectativas despertadas pela promessa de superação do subdesenvolvimento” (BRAGA, 2012, p. 35). Isso teria se desenrolado, sobretudo, devido aos “limites impostos ao modo de regulação pela inserção dependente da estrutura econômica do país na divisão internacional do trabalho” (BRAGA, 2012, p. 35).

O título desse capítulo, “O fatalismo dos fracos”, merece algumas considerações. Ruy (2012, p. 108) constata:

Ao contrário de Leôncio Rodrigues, para quem a fragilidade do movimento sindical das primeiras décadas do século XX teria permitido ao Estado Novo tutelar a classe operária por meio da CLT, Albertino Rodrigues entendia que a combatividade operária de 1930 havia influenciado a promulgação das leis trabalhistas.

E segue:

Enquanto Martins Rodrigues afirmou que as greves de 1953, 1954 e 1957 demonstravam a incapacidade dos sindicatos de se enraizarem no precariado migrante, Alberto Rodrigues entendia que esse ciclo grevista, além de garantir resultados práticos em termos salariais, fortaleceu o sindicalismo no país (BRAGA, 2012, p. 111).

Nota-se, nessas passagens, a tendência da sociologia profissional em atribuir um papel coadjuvante e passivo ao operariado precarizado. No entanto, ao resgatar a expressão “fatalismo dos fracos” dos *Cadernos do Cárcere* de Antônio Gramsci (1999), Ruy parece querer fazer suas as palavras do comunista sardo e, assim, dar resposta clara à sociologia profissional brasileira:

No fundo, se o subalterno era ontem uma coisa, hoje não mais o é: tornou-se uma pessoa histórica, um protagonista; se ontem era irresponsável, já que era “resistente” a uma vontade estranha, hoje se sente responsável, já que não é mais resistente, mas sim agente e necessariamente ativo e empreendedor. Mas, mesmo ontem, será que ele era simples “resistência”, simples “coisa”, simples “irresponsabilidade”? Não, por certo; deve-se, aliás, sublinhar que o fatalismo não é senão a maneira pela qual os fracos se revestem de uma vontade ativa e real (GRAMSCI, 1999, p. 106-107).

No terceiro capítulo, “O sorriso dos explorados”, a ideia predominante é a de que o jovem precariado migrante teria se transformado em vigorosa força política capaz de reconfigurar o movimento sindical brasileiro, além de contribuir para a queda do regime militar. Para sustentar sua visão, fundamenta-se nas greves de Contagem e Osasco, em 1968, e, principalmente, nas greves que se sucederam, até a tomada da Ford de São Bernardo do Campo, em 1981. Nesse embalo, o capítulo procura delimitar, por meio de uma reconstrução etnográfica, a relação entre burocracia sindical (destaque para a de São Bernardo), a política metalúrgica do precariado e a formação do novo sindicalismo.

Braga busca no ativismo das bases e no poder sindical o que chama de “arqueologia da hegemonia lulista”. Por mais que o autor acredite que o PT tenha nascido carente de uma hegemonia determinada, para ele, nos ciclos grevistas sob o comando sindical de São Bernardo, as raízes do que no futuro tornar-se-ia a dominação hegemônica “lulista” já se faziam presentes. Diz ele: “após o contra-tempo eleitoral de 1982, diversas lideranças que gravitavam em torno de Lula da Silva decidiram formar uma corrente interna conhecida de ‘Articulação’” (BRAGA, 2012, p. 36). Essa, por sua vez, “foi a primeira tentativa bem-sucedida de construir a hegemonia lulista para além da estrita relação entre os sindicalistas e suas bases” (BRAGA, 2012, p. 36).

Assim, no quarto e último capítulo, “A angústia dos subalternos”, é realizado um estudo de caso da indústria paulistana de *call center*. A escolha desse recorte se deve ao fato de que esse setor teria se demonstrado um terreno privilegiado de observação das transformações mais recentes que o precariado teria sofrido e, ao mesmo tempo, ainda reuniria as principais tendências do mercado de trabalho do país nos últimos decênios, tais como: formalização, aumento do contingente feminino no quadro das empresas, baixos salários, terceirização, incorporação de jovens pardos e negros e alta taxa de rotatividade do trabalho.

No desenrolar do capítulo, nota-se um entrelace interessante entre a hegemonia “lulista” e o sindicalismo brasileiro como um todo. A ideia defendida é a de que o “lulismo”, ao incorporar sindicalistas em diversos cargos superiores de direção, teria influenciado uma “reviravolta transformista” nas relações entre o sindicalismo brasileiro e o aparelho de estado. No caso dos teleoperadores, essa problemática mais ampla irá lançar luz sobre as mudanças ocorridas nos sindicatos que atuam na indústria paulistana de *call center*. O autor constatou, por exemplo, que, nas entrevistas realizadas, a posição dos dirigentes sindicais e ativistas de

base do SINTETEL e SINTRATEL (sindicatos vinculados ao setor do *call center*), em especial com relação ao governo Lula, era amplamente favorável.

Ainda assim, a despeito das dificuldades de mobilização coletivas, desde 2005, greves vêm ocorrendo no setor de *telemarketing* paulistano com certa frequência. Diante desse e de outros fatos apresentados, BRAGA (2012, p. 212) previu que começaria a se “formar um embrião de consciência coletiva, forte o suficiente para garantir alguns passos importantes no caminho da auto-organização sindical”.

A amarração entre a pesquisa de campo e a teoria sociológica empreendidas por Ruy Braga (2012, p. 37) no capítulo final convida o leitor a refletir sobre a “dialética lulista”, que, em suas palavras,

combina o consentimento passivo das massas – que, seduzidas pelas políticas públicas redistributivas e pelos modestos ganhos salariais advindos do crescimento econômico, aderiram ao governo – com o consentimento ativo das lideranças sindicais – seduzidas, por sua vez, por posição no aparato estatal, fora as incontáveis vantagens materiais proporcionadas pelo controle dos fundos de pensão⁴.

Talvez devêssemos apontar dois momentos da obra que podem gerar algum desconforto nos leitores mais críticos: o primeiro é quanto à discussão da ressignificação do conceito de precariado realizada pelo autor; o segundo é referente ao vácuo histórico de quase duas décadas que a obra apresenta. Não há crença, aqui, de que a interpretação do precariado empregada por Ruy Braga seja um problema em si – até porque seu emprego parece pertinente. No entanto, por se tratar de uma questão polêmica que divide os pesquisadores da área, essa questão poderia ter sido desenvolvida mais extensamente, pois no livro apenas algumas páginas da introdução são dedicadas ao assunto. Quanto ao segundo ponto – e esse sim, provavelmente, mais relevante –, nota-se que a obra praticamente não aborda o período que segue entre o início da década de 1980 e os anos 2000, recorte temporal igualmente importante devido à maturação do Partido dos Trabalhadores e à própria escalada da hegemonia “lulista” – o que, de fato, é reconhecido pelo autor.

4 Braga faz, aliás, um balanço geral sobre a relação entre sindicalismo e a hegemonia “lulista”: “O resultado do encontro de demandas repassadas dos movimentos sociais como ‘transformismo sindical’ promovido pelo lulismo representou, sem dúvida, um incremento da tutela do movimento sindical de base pelo aparelho do Estado” e, portanto, “por intermédio desse tipo de transformismo, o governo Lula conseguiu coroar a incorporação de parte das reivindicações ‘debaixo’ com a bem orquestrada reação à subversidade esporádica dos subalternos” (BRAGA, 2012, p. 177).

Em síntese, *A política do precariado* traz indubitável contribuição ao entendimento da formação e ao desenvolvimento do precariado brasileiro, desde a década de 1950 até a contemporaneidade. O texto demonstra vigor crítico-analítico acerca do precariado, em um contexto-chave: o de crise econômica em diversos países centrais do capitalismo, em que as diversas conquistas históricas dos trabalhadores procuram ser combatidas como forma de reduzir sistematicamente o custo da força de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGA, Ruy. *A nostalgia do fordismo*. São Paulo: Xamã, 2003.

———. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRAGA, Ruy; BURAWOY, Michael (Org.) *Por uma sociologia pública*. São Paulo: Alameda, 2009.

CASTEL, Robert. Et maintenant, le “precariat”. *Le Monde*, 29 abr. 2006.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

MIGLIOLI, Jorge. *Como são feitas as greves no Brasil?* São Paulo: Civilização Brasileira, 1963.

RODRIGUES, Leôncio. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1966.

ENTRE SÃO PAULO E BUENOS AIRES

Natália Romanovski^a

Os ensaios de *Vanguardas em retrocesso*, de Sérgio Miceli (2012), procuram comparar o modernismo argentino e o brasileiro. A reunião desses textos em livro, originalmente apresentados e publicados entre 2006 e 2011, ressalta o valor dos parâmetros comparativos propostos, que passam por três linhas mestras, a fim de orientar a reflexão sobre os fenômenos em ambos os países, e se referem a relações objetivas fundamentais, as quais nortearam as realizações dessas vanguardas.

Na primeira dessas linhas, encontra-se a posição do autor com relação à historiografia literária e artística, a qual construiu um relato triunfalista sobre as primeiras gerações modernistas nos dois países. Miceli pretende reconstituir as dimensões sociais do trabalho intelectual no período em questão e reavaliar as contribuições efetivas desses intelectuais, bem como explicitar as condições sociais que possibilitaram suas emergências. Em nenhum dos ensaios essa proposta fica mais clara do que naqueles dedicados a Jorge Luis Borges. A escolha desse autor é significativa, pois sua figura se tornou a do escritor puro e desistoricizado, uma façanha alcançada a partir da junção entre a lógica particular do campo literário, que tende a apagar as constrictões sociais que determinam as práticas literárias, e os esforços do próprio Borges para ser identificado com o escritor puro, passando pelo apagamento deliberado dos indícios que pudessem localizá-lo socialmente.

A análise do início da trajetória intelectual de Borges e do estabelecimento de seu ambicioso projeto revela os vínculos de classe, o enorme capital cultural herdado pelo autor, a vivência *sui generis* adquirida no seio da família (com ênfase na relação de Borges com o pai), as viagens para a Europa (motivadas pela cegueira paterna) e a sociabilidade familiar imbricada em uma rede de sociabilidade intelectual mais ampla (com destaque para a relação entre Borges e Macedonio Fernández).

Miceli mostra como esse conjunto de fatores está ligado às escolhas intelectuais do começo da carreira do escritor, inclusive seu nacionalismo pretensamente subversivo, mas com alguns elementos nada novos no campo intelectual argentino da época.

A figura de Borges revelada por Miceli é exatamente o contrário do escritor puro, mostrando como esta só foi possível graças às “impurezas sociais” de seus vínculos familiares e de classe e aos desdobramentos dessas impurezas, traduzidas

a Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo.

em experiências que foram subjetivadas nos poemas e ensaios de juventude e que marcaram indelevelmente sua carreira. Dessa forma, o sociólogo reconstitui a humanidade (isto é, o pertencimento social) do jovem Borges, mostrando os condicionamentos sociais de uma forma que chega a beirar o determinismo – o que, descontando-se as vicissitudes pessoais, é acentuado pelo tratamento do caso de Borges como um caso particular de um fenômeno geral: a vocação vanguardista emergindo do declínio econômico e político das elites do início do século.

Essa é a condição-chave que aproxima Brasil e Argentina e une os agentes estudados no livro. A comparação arremata a reconstrução da trajetória, ao demonstrar as similaridades entre intelectuais. A comparação entre Borges e Mário de Andrade revela muitos – e surpreendentes – pontos em comum, que passam por estratégias similares (a escolha pela carreira intelectual como salvação, o celibato, o autodidatismo e a forma de sobrevivência material) e desembocam no bem-sucedido projeto de representarem o intelectual moderno de suas nações.

A segunda linha mestra está expressa no título do livro e condensada de forma incisiva no primeiro dos ensaios, também intitulado “Vanguardas em retrocesso”. Miceli se propõe a explorar algo que, à primeira vista, parece uma contradição: os vanguardistas em matéria de arte e literatura eram reacionários e conservadores em matéria de política – algo que a história intelectual muitas vezes faz questão de esquecer.

A explicação desse fenômeno é encontrada em uma situação de alta dependência entre espaço intelectual e campo do poder, que pode ser verificada não somente em termos da esfera macrossocial, da estrutura desses espaços sociais, como também nas trajetórias individuais (e Borges e Mário seriam aqui casos exemplares da análise). Traduzida nessa última instância, os pontos principais se fazem nos vínculos de classe dos intelectuais e em suas escolhas progressivas, que dependeram das possibilidades objetivas de exercício da atividade intelectual.

Essa proposta, que perpassa todo o livro, é condensada nesse ensaio e adensada pela comparação entre Brasil e Argentina. Os tipos de mediadores que deram suporte à vida intelectual variaram nos dois casos: se no Brasil a ligação com o campo político dominava a vida cultural, a dependência do campo intelectual argentino se dava quase inteiramente com relação ao âmbito econômico, com forte presença do mecenato privado. Mas a situação de dependência do campo intelectual com relação ao campo do poder e a situação periférica dos dois países frente a um espaço intelectual mundial (em que a crise dos países ibéricos é um fator importante) colocaram os dois modernismos em uma situação homóloga, que

se traduziu em uma semelhança de condições, estratégias e soluções encontradas pelos artistas e literatos.

A terceira relação fundamental para a análise é a tensão entre as influências nacionais e estrangeiras, demonstrada anteriormente pelo próprio autor (MICELI, 2003). Essa questão está exemplarmente colocada na comparação entre Tarsila do Amaral e Ricardo Güiraldes. Ambos os intelectuais tiveram uma influência decisiva de parcerias análogas. A primeira foi a parceria de trabalho por meio das alianças matrimoniais, expressão das lógicas das estratégias das elites nativas a que esses intelectuais pertenciam – caracterizando o retrocesso político de suas gerações também em níveis subjetivo e pessoal. A segunda, que consiste na relação nacional-estrangeiro, foi caracterizada pela parceria com intelectuais franceses, que moldou as trocas estéticas vanguardistas e resultou na importação latino-americana do modernismo europeu.

Na primeira parceria, a assimetria entre as posições dos dois agentes, levantada pela questão de gênero, é pouco explorada pelo autor. Valeria a pena considerar de forma mais detalhada a condição de Tarsila do Amaral como mulher dentro do modernismo brasileiro, o qual, literária e ideologicamente, era dominado por homens – entre os quais o parceiro de Tarsila, Oswald de Andrade, era um dos mais destacados. Nesse ponto, a comparação com a parceria argentina poderia potencialmente frutificar também entre as posições de Tarsila e Adelina del Carril, a parceira/esposa de Ricardo Güiraldes.

Já na segunda parceria, a assimetria que advém da posição periférica dos latino-americanos com relação aos franceses dominantes mostra-se bastante adequada. Fica claro nesse ponto o padrão desigual de trocas entre os intelectuais, o qual conformou as adaptações estéticas do modernismo europeu frente à sua importação e à adequação ao contexto intelectual latino-americano.

A adaptação estética advinda da importação também é sentida, de forma ainda mais orgânica que nos casos anteriores, no caso de Lasar Segall e Xul Solar. Ambos os artistas, de formação e socialização artística europeia, foram artífices exemplares da relação centro-periferia no domínio das artes. Encarnaram em suas trajetórias uma formação artística europeia que precisou se adaptar às demandas dos incipientes mercados de arte brasileiro e argentino, frente à migração a esses países a que Segall e Xul Solar se viram forçados.

O último ensaio, dedicado ao estabelecimento da sociologia no Brasil e na Argentina, oferece uma espécie de negativo das histórias dos modernismos em literatura e pintura. Enquanto os agentes destes se caracterizam, em sua maioria, pelo pertencimento a classes dominantes decadentes do início do século e pela formação

e socialização ligadas a esse pertencimento de classe, Florestan Fernandes e Gino Germani se caracterizam primordialmente por serem *outsiders* em relação aos campos intelectuais em que a sociologia “pré-científica” se localizava. E foi exatamente por seus enormes *handicaps* em termos de capital econômico, social e cultural que eles se tornaram os porta-vozes ideais de modelos científicos que se provaram bem-sucedidos para distinguir a sociologia como ciência autônoma no seio de campos intelectuais e acadêmicos em processo de diferenciação.

No entanto, se os casos de Fernandes e Germani são contrapontos efetivos das outras esferas de atividade intelectual, exatamente pela característica *outsider* frente aos demais agentes, é que a análise poderia se beneficiar muito de uma melhor caracterização dos campos intelectuais brasileiro e argentino, detalhando o contexto em que arte, literatura e sociologia se inseriam para além das trajetórias dos sociólogos trabalhados.

Em conclusão, pode-se ver que o autor conseguiu provar que esses três eixos, que correspondem a relações objetivas e estruturais da vida cultural na primeira metade do século XX, constituem diretrizes fundamentais para a compreensão sociológica dos modernismos periféricos tanto no Brasil como na Argentina. Esse esforço comparativo provou ser o início promissor de uma abordagem sociológica que deve ser estendida a outros contextos latino-americanos, contribuindo para a construção da história social desse espaço intelectual periférico, uma história que até o momento está fortemente limitada pelas barreiras de nacionalidade – as quais podem muito mais dissimular as restrições que impõem aos seus agentes do que serem motores explicativos da existência e da agência deles.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MICELI, Sérgio. *Nacional estrangeiro: história social e cultural do modernismo artístico em São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *Vanguardas em retrocesso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Recebido para publicação em 11/01/13. Aceito para publicação em 06/05/13.

CANDONGUEIROS & KUPAPATAS:

acumulação, risco e sobrevivência na
economia informal em Angola¹

Ermelinda Liberato*

A recente obra de Carlos M. Lopes, economista e especialista em economia informal, aborda a questão dos meios de transporte informais de passageiros em Angola. A questão central da obra, como o próprio título deixa adivinhar, desenrola-se à volta dos riscos, das estratégias e da acumulação de rendimentos daqueles que exercem sua atividade (laboral) no setor informal de transportes de passageiros, assim como as redes (primárias e secundárias) que são tecidas, mantidas e alargadas e que permitem o desenvolvimento da atividade. A proposta avançada pelo autor é de que os meios de transporte informais apresentam-se indispensáveis para a população angolana no geral, seja na mobilidade urbana, na periurbana, seja na provincial.

Carlos Lopes começa, assim, por apresentar e definir os conceitos de referência que são posteriormente analisados no decorrer da investigação, bem como as opções metodológicas que permitiram a realização da investigação. O autor justifica a escolha do objeto de estudo “transportes de passageiros na África Subsariana e os processos de organização e representação na economia informal” (p. 30), assim como o foco geográfico da pesquisa, “dois dos mais importantes centros urbanos angolanos que apresentam características específicas” (p. 27). Em seguida, o autor faz um enquadramento político, econômico e social de Angola, desde a independência à atualidade, uma contextualização que se revela essencial para perceber o surgimento e a evolução da economia informal, em particular no setor dos transportes de passageiros.

Assim, alguns eventos marcantes da história angolana – como a centralização da economia como resultado da política socialista²; a guerra civil, que levou ao fluxo migratório intenso, bem como a deslocamentos forçados, sobretudo para

a Doutoranda em Estudos Africanos pelo ISCTE-IUL (Instituto Universitário de Lisboa). Investigadora do CEA-ISCTE-IUL (Centro de Estudos Africanos do ISCTE-IUL).

1 LOPES, Carlos M. *Candongueiros & Kupapatas: acumulação, risco e sobrevivência na economia informal em Angola*. Lisboa: Principia. 2011. 208 p.

2 Trata-se do período de construção do estado socialista em Angola (1975-1991), marcado, sobretudo, pela centralização política (partido único) e pela centralização econômica (economia estatal).

as capitais provinciais (com destaque para a cidade de Luanda); a destruição das infraestruturas; a incapacidade do estado angolano de criar emprego (formal); a falta de bens essenciais; e, ainda, a apropriação de recursos e riquezas por parte dos grupos sociopolíticos no poder – são apontados pelo autor como as causas principais para a consolidação e a crescente importância da economia informal, não só de subsistência, mas igualmente como atividade geradora de rendimentos.

É nesse contexto que se inserem quase todos os setores da economia angolana, em particular os meios de transporte de passageiros. As dificuldades de gestão e de investimento no setor dos transportes, bem como as rotas de circulação limitadas conduziram ao aparecimento dos transportes informais, que passaram a melhor satisfazer as necessidades de deslocamento das populações. Assim, os *machimbombos*³, constantemente sobrelotados e avariados, foram gradualmente suplantados pelas viaturas ligeiras particulares. Se, por um lado, para as populações, os transportes informais representam um meio essencial de mobilidade e para aqueles que exercem a sua atividade nesse setor representam uma fonte de rendimentos que pode ir além da simples sobrevivência, permitindo, em muitos casos, a acumulação, por outro, é preciso ter igualmente em conta as “externalidades” negativas a que esses “trabalhadores” estão sujeitos, nomeadamente os riscos de segurança, a falta de direitos e de qualquer tipo de proteção social ou seguro, a ausência de controle legal, entre outros; aspectos esses que foram analisados pelo autor durante sua investigação, quer na cidade de Luanda, quer na de Huambo.

A principal diferença entre esses dois focos geográficos reside no fato de, em Luanda, os *minubuses* constituírem o “principal modo de mobilidade motorizada” (p. 43) e, em relação a Huambo, “esse papel ser assumido pelos mototáxis” (p. 43).

Na parte II da obra, Carlos Lopes traça um retrato sobre os meios de transporte urbanos de passageiros na cidade de Luanda, desde a independência (1975) à atualidade, realçando as deficiências nesse setor que conduziram ao aparecimento dos transportes de passageiros informais naquela cidade. Tal como nos outros setores da economia angolana, os transportes de passageiros informais surgiram da necessidade de satisfação da mobilidade das populações, dado que o setor oficial não conseguia dar resposta a essa procura. Assim, “numa primeira fase surgiram as viaturas ligeiras particulares, popularizadas pela designação de processo «quinhentos» e, posteriormente, as carrinhas de caixa aberta e os veículos ligeiros de transportes de passageiros” (p. 62). No final da década de

3 Autocarros, ônibus.

1980, surgem os *hiasses*⁴, de cor azul e branca, predominantes até a atualidade. São essas carrinhas ou *minubuses*, que na gíria luandense recebem o nome de *candongueiros*, que transportam diariamente grande parte da população residente na capital, não só no centro da cidade, mas sobretudo das zonas periféricas para a zona baixa da cidade de Luanda.

Com o fim da guerra civil, o aumento do investimento e da criação de infraestruturas fez com que a cidade se alargasse para as zonas periféricas, aumentando, assim, a necessidade de deslocamento dentro da própria cidade, levando ao aumento do trânsito e, logo, dos riscos do exercício dessa atividade (acidentes, poluição, falta de proteção social, etc). Por um lado, existem redes sociais que são estabelecidas entre os condutores, cobradores e proprietários dos veículos; por outro, essa atividade, “além de gerar oportunidade de sobrevivência, permite processos de acumulação de capital” (p. 74), sobretudo em relação aos proprietários, dado tratar-se do meio de transporte de passageiros “mais utilizado pela população da capital” (p. 89).

A parte III da obra é dedicada aos meios de transporte informais na cidade de Huambo. Essa cidade, ao contrário da paisagem “azul e branca” que caracteriza as estradas de Luanda, é dominada pelos mototáxis, ou *kupapatas*, designação *umbundu*⁵ atribuída aos agentes que realizam sua atividade nesse setor. Os *kupapatas* surgiram no início da década de 1990 e, de forma mais expressiva, depois da “guerra dos 55 dias”⁶. Permitiram sua expansão não só a paralisação convencional dos *machimbombos* e *candongueiros*, bem como o mau estado das vias de circulação.

Tal como sucede com os *candongueiros*, os “kupapatas exercem uma atividade que se caracteriza por um pronunciado déficit de trabalho decente, qualquer que seja a dimensão que se queira considerar” (p. 153). Também em torno dos mototáxis se tecem redes assentes nas relações familiares e entre amigos, e a atividade permite não só a subsistência (motoristas) como também a acumulação de rendimentos (proprietários), assim como os riscos são semelhantes. Os

4 Expressão luandense que designa as viaturas Toyota hiasse, as quais predominam como meio de transporte informal em Luanda.

5 Língua Bantu falada na zona centro-sul da Angola.

6 A guerra dos 55 dias começou em 9 de janeiro de 1993, como resultado da não aceitação por parte da UNITA (União Nacional para a Independência Total da Angola) dos resultados eleitorais realizados no final de setembro de 1992. O regresso à guerra teve início ainda na cidade de Luanda, estendendo-se gradualmente às restantes províncias. Na província de Huambo, os confrontos duraram 55 dias, e nesse período a cidade esteve sob fogo intenso, isolada do resto do país, sem abastecimento alimentar ou de medicamentos. Depois de 55 dias de confrontos, o balanço foi claramente muito negativo: a cidade ficou completamente destruída, assim como as vias de circulação, e o número de feridos e mortos era muito elevado.

kupapatas, além de transportarem passageiros, também efetuam o transporte de mercadorias, como ilustram as fotografias que o autor introduziu na obra, mediante pagamento diferenciado. No entanto, em comparação com os *candongueiros*, os rendimentos auferidos pelos proprietários e pelos motoristas dos *kupapatas* são menos compensadores.

Com essa obra, Carlos Lopes dá mais uma contribuição para o estudo da economia informal, área que o autor tem se dedicado a investigar, demonstrando sua importância e dinâmica, não só como estratégia de sobrevivência, mas igualmente como estratégia de rendimentos. A obra demonstra, assim, a importância desses meios de transporte e sua contribuição para a economia do país, pois proporciona aos seus intervenientes uma atividade geradora de rendimento (emprego e ocupação), permite a circulação da moeda, bem como a interligação com outros setores (mecânica, abastecimento de combustível, limpeza das viaturas, etc.), criando, assim, uma dinâmica econômica intensa.

Das análises realizadas pelo autor, salientam-se as redes (primárias e secundárias), majoritariamente assentes nas relações de parentesco, vizinhança ou afinidade, que são estabelecidas e alargadas consoante a necessidade dos intervenientes, bem como a mobilidade “social” (ou profissional) que se opera dentro do setor. Como exemplo, o autor demonstra, no caso dos *candongueiros*, que os cobradores aspiram ser motoristas e estes aspiram ser proprietários de viaturas. Por sua vez, os proprietários anseiam ter mais viaturas, aumentando não só o rendimento, mas também a acumulação, que se pode traduzir em melhores condições de vida (habitação, consumo). Já em relação aos *kupapatas*, alguns motoristas conseguem adquirir “motorizadas usadas” e se transformam em motoristas proprietários, e os proprietários aspiram conseguir comprar outros veículos e aumentar sua frota.

Essa mobilidade entre as ocupações dentro do setor dos transportes informais pode ser encarada como uma “progressão” profissional, uma vez que representa uma passagem para os postos “mais elevados” na atividade, que se traduzem, posteriormente, em maior rendimento.

Ainda que Carlos Lopes seja bastante assertivo no esclarecimento entre as dinâmicas que se geram em torno dos *candongueiros* e em torno dos *kupapatas*, dos riscos que cada um dos intervenientes enfrenta e as redes que cada um estabelece, a verdade é que a obra não dispensa a necessidade de ser complementada com a leitura de outros estudos realizados pelo autor. Daí que, se fosse necessário definir a obra em uma só palavra, o termo mais adequado seria continuidade: continuidade de um trabalho rigoroso e sólido que Carlos Lopes vem desenvolvendo há longos anos em torno da economia informal e, especialmente, a identificação de

suas dinâmicas de funcionamento no contexto da sociedade angolana, em todos os setores, sendo o caso do transporte urbano de passageiros apenas uma parte do universo da economia informal.

Pela temática que trata e pelo tipo de argumentação que desenvolve, a obra interessa, evidentemente, a um público mais abrangente do que o correspondente a acadêmicos, assim como enriquece os estudos e as investigações sobre a economia informal e sobre as dinâmicas que se geram em torno da atividade dos transportes urbanos de passageiros informais, assim como leva a pensar sobre a importância desse setor em toda a dinâmica econômica não só das famílias angolanas, mas igualmente do próprio país. No entanto, esta poderia ser enriquecida com a comparação do mesmo fenômeno em outras cidades africanas, onde o transporte informal de passageiros assume igualmente papel protagonista, como é o caso de Douala⁷ (para o caso dos mototáxis) ou Conacri⁸ (para o caso dos *minibuses*), ou mesmo com outras cidades lusófonas no continente, como o caso dos *chapa 100* em Moçambique.

Fica aqui, então, uma pista para investigações futuras.

⁷ Capital dos Camarões.

⁸ Capital da República da Guiné.

